



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Campus I – Rodovia BR 285, Km 292

Bairro São José – Passo Fundo, RS

CEP: 99.052-900

E-mail: ppgletras@upf.br

Web: www.ppgl.upf.br

Fone: (54) 3316-8341

Aline Wieczikowski Rocha

**ÉMILE BENVENISTE EM SUAS ÚLTIMAS AULAS
NO COLLÈGE DE FRANCE: A ESCRITA EM QUESTÃO**

Passo Fundo, maio, 2019.

Aline Wieczikovski Rocha

**ÉMILE BENVENISTE EM SUAS ÚLTIMAS AULAS
NO COLLÈGE DE FRANCE: A ESCRITA EM QUESTÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de doutor em Letras, sob a orientação da Prof.^a Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

Passo Fundo

2019

CIP – Catalogação na Publicação

R672e Rocha, Aline Wiczikowski
Émile Benveniste em suas últimas aulas no Collège de
France: a escrita em questão / Aline Wiczikowski Rocha. –
2019.
191 f.: il.; 30 cm.

Orientação: Profa. Dra. Cláudia Stumpf Toldo Oudeste.
Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Passo Fundo,
2019.

1. Escrita. 2. Linguística. 3. Benveniste, Émile – 1902-1976 –
Análise crítica. I. Oudeste, Cláudia Toldo, orientadora. II. Título.

CDU: 800.85

Catalogação: Bibliotecária Marciéli de Oliveira - CRB 10/2113

Ao Edson,
que entende o sentido dos dias nublados.

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Passo Fundo e ao Programa de Pós-Graduação em Letras, por possibilitarem a realização dos meus estudos; um ciclo de vida que se encerra.

À CAPES, por viabilizar meus estudos.

À professora Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste, pelo sim da orientação e por tudo que este sim representa em uma caminhada de formação.

Aos professores Dra. Patrícia da Silva Valério e Dr. Valdir do Nascimento Flores, pela generosidade da partilha do conhecimento, pelo tempo despendido em realizar meu exame de qualificação e por participarem do momento de defesa.

Aos professores Dr. Luís Francisco Fianco Dias e Dra. Renata Severo, pelas contribuições destinadas ao texto final.

Ao Edson, por acreditar e me fazer entender que posso, por respeitar meu silêncio e apreciar minha palavra e por caminhar ao meu lado em busca do meu/*nosso* lugar no mundo.

À minha família, que busca o sentido do que faço.

À amiga Catiúcia, pelos encontros teóricos, seu carinho e sua atenção, mesmo quando lhe disse “não”.

À amiga Vanessa, pela escuta atenta e por saber o sentido desta realização.

Aos amigos a quem me fiz silêncio e, mesmo assim, não desistiram de mim.

À Ana, por ser sempre palavra e afeto.

Às amigas Andréia, Márcia C., Andrea e Márcia J., pelo incentivo e coragem, pelas boas energias das preces, pela amizade encontrada em um dos caminhos sinuosos da vida e pelo tempo dedicado às nossas conversas no *divã*.

Aos meus alunos, por me permitirem fazer parte de suas escritas.

O real não está na saída nem na chegada: ele se
dispõe para a gente é no meio da travessia.
(João Guimarães Rosa)

RESUMO

Este trabalho propõe um estudo sobre a *escrita*. Especificamente, busca responder, como questão de tese, *qual é o diferencial no pensamento de Émile Benveniste sobre a escrita*. A proposta parte dos fundamentos teóricos de Émile Benveniste, presentes em suas *Últimas aulas no Collège de France 1968 e 1969* e em seus dois tomos de *Problemas de Linguística Geral*. A pesquisa estabelece como objetivo geral verificar como o linguista elabora o problema da escrita na dimensão linguística em seu quadro teórico. Para orientar o percurso investigativo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: (re)constituir o cenário científico sobre a escrita no tempo que antecede as *últimas aulas* de Émile Benveniste; compreender as motivações de Benveniste em relação à escrita, a partir da leitura realizada do *Curso de Linguística Geral*; e, com isso, situar a própria discussão saussuriana a respeito da escrita; debater as *lições* sobre a semiologia e a relação entre a língua e a escrita; por fim, inscrever a significância da escrita a partir do quadro benvenistiano. No que tange aos objetivos da pesquisa, eles são determinados como exploratórios e descritivos, visto que permitem um novo modo de ver o tema desta tese, ao passo que se apresenta a descoberta da última reflexão de Benveniste. A pesquisa enquadra-se como qualitativa. Propõe-se, ainda, um *corpus* para proceder a análise da escrita. Trata-se do jornal *Pato Macho*, o qual circulou no Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre, no ano de 1971, durante quinze semanas. Como parte dos resultados, observa-se que, *ao operar a propriedade da dupla significância da língua, Benveniste constata que a escrita se apresenta como uma forma secundária da fala, portanto, uma forma secundária do discurso; forja das duas maneiras de ser língua: língua como semiótico, língua como semântico*. Além disso, *dada a propriedade fundamental de significância da língua, com o estudo do sistema da escrita, Benveniste consegue imprimir a propriedade da interpretância da língua sobre seu próprio sistema, pois pela escrita a língua consegue realizar sua autossemiotização*. Em virtude disso, *Benveniste determina que a língua e a escrita significam exatamente da mesma maneira*. A escrita mostra-se, assim, um lugar privilegiado para a observação da língua.

Palavras-chave: Escrita. Língua. Semiologia. Enunciação.

ABSTRACT

This research proposes a study on writing. Specifically, it seeks to respond, as a matter of thesis, *what is the differential in Émile Benveniste thinking about writing*. The proposal starts from the theoretical foundations of Émile Benveniste, present in his *Last Lectures: Collège de France, 1968 and 1969* and in his two tomes of *Problems in General Linguistics*. The research establishes as general objective to verify how the linguist elaborates the writing problem on the linguistic dimension in its theoretical frame. To guide the research process, the following specific objectives were drawn: (re) constitute the scientific scenery about writing at the time that precedes Émile Benveniste Last Lectures; comprehend the motivations of Benveniste related to the writing, from the *Course in General Linguistics* reading; and, with this, situate the Saussurian discussion itself about writing; discuss the lessons about semiology and the relationship on language and writing; finally, to inscribe the significance of writing from the Benvenistian frame. Regarding the research objectives, they are determined as exploratory and descriptive, since they allow a new way of seeing the theme of this thesis, while the discovery of this last reflection of Benveniste is presented. The research fits as qualitative. It is also proposed a corpus to proceed the writing analysis. It is about the newspaper Pato Macho, which circulated in Rio Grande do Sul, especially in Porto Alegre, in 1971, for fifteen weeks. As part of the results, it is observed that, *by operating the property of the language double significance, Benveniste finds that writing presents itself as a secondary form of the speaking, therefore, a secondary form of discourse, forge of the two ways of being language: language as semiotic, language as semantic*. Writing shows itself, thus, a privileged place for the observation of language.

Keywords: Writing. Language. Semiology. Enunciation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Esquema de Émile Benveniste.....	119
Figura 2 –	Texto inaugural do <i>Pato Macho</i>	160
Figura 3 –	Novela <i>Irmãos Bobagem</i>	171
Figura 4 –	Seção <i>Que saco</i>	174
Figura 5 –	Texto <i>Silêncio</i>	176
Figura 6 –	Charge de Luis Fernando Veríssimo.....	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BnF	Bibliothèque nacional de France
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLG	Curso de Linguística Geral
ELG	Escritos de Linguística Geral
fº	Fólio
PAP	Papéis
PLG I	Problemas de Linguística Geral I
PLG II	Problemas de Linguística Geral II
OR	Orientais
UA	Últimas Aulas no Collège de France

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 UM BREVE ITINERÁRIO: DA INVENÇÃO DA ESCRITA À ESCRITA COMO INVENÇÃO.....	19
1.1 A ATIVIDADE INVENTIVA DA ESCRITA: DA REPRESENTAÇÃO DO DESENHO FALANTE À REPRESENTAÇÃO DA LETRA.....	20
1.1.1 A invenção da escrita alfabética: a mão que esculpe a letra e expande a língua.....	24
1.2 A ESCRITA: A CONVERSÃO DA LÍNGUA EM <i>IMAGEM</i> DA LÍNGUA.....	27
1.3 A ESCRITA NO TECIDO DE <i>O GRAU ZERO</i>	34
1.4 OS ELEMENTOS DE UMA SEMIOLOGIA: A VISÃO DE BARTHES.....	41
1.4.1 O estruturalismo ressignifica Saussure.....	46
1.5 A <i>GRAMATOLOGIA</i> : UMA PROPOSTA DESCONSTRUCIONISTA DO ESTRUTURALISMO.....	50
1.5.1 A leitura derridiana de Saussure: a escrita em foco.....	51
1.5.2 Da escritura ao rastro: a definição derridiana.....	57
1.6 NOSSAS CONSIDERAÇÕES: ESSAS VOZES ENTREMEADAS.....	60
CAPÍTULO 2 SAUSSURE-BENVENISTE: A ABERTURA DA RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E ESCRITA.....	64
2.1 A TIRANIA DA LETRA: A PERSPECTIVA SAUSSURIANA DA <i>REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA PELA ESCRITA</i>	65
2.2 O MOVIMENTO POSTERIOR AO <i>CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL</i> : NOVAS NUANCES DA VISÃO SAUSSURIANA DA ESCRITA – O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO.....	69
2.2.1 Falar da língua e pensar a escrita: uma face da reflexão saussuriana.....	71
2.3 A SEMIOLOGIA SAUSSURIANA E SEU PRINCÍPIO FUNDAMENTAL.....	75
2.4 O CAMINHO DE ABERTURA A UMA <i>SEMIOLOGIA</i>	83
2.4.1 <i>Forma e sentido</i>: a significância bidimensional da língua.....	85
2.5 A LÍNGUA COMO INTERPRETANTE SEMIOLÓGICO.....	89
2.6 NOSSAS CONSIDERAÇÕES: A <i>SEMIOLOGIA</i> , DAS DIMENSÕES DO SIGNO ÀS DIMENSÕES DA LÍNGUA.....	100

CAPÍTULO 3 A LÍNGUA E A SUA INTERPRETÂNCIA: AS LIÇÕES DA	
 ESCRITA EM UMA PAISAGEM QUE SE MOVE.....	102
3.1 A ESCRITA: UMA OPERAÇÃO QUE CARREGA A EXPERIÊNCIA	
DO LOCUTOR.....	104
3.1.1 A <i>linguagem interior</i>: um lugar de memória.....	110
3.2 A LÍNGUA SEMIOTIZA TUDO: A ESCRITA COMO FUNDAMENTO	
DA AUTOSSEMIOTIZAÇÃO.....	113
3.3 OS MOVIMENTOS DE SIGNIFICÂNCIA DA LÍNGUA PELA ESCRITA.....	116
3.4 DA ESCRITA COMO SISTEMA SEMIÓTICO À ESCRITA EM	
ENUNCIÇÃO.....	125
3.5 O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO: DERIVAÇÕES PARA A	
ESCRITA.....	128
3.5.1 A enunciação e seus aspectos constitutivos.....	130
3.5.2 A referência é parte integrante da enunciação.....	136
3.6 NOSSAS CONSIDERAÇÕES: A ÚLTIMA AULA E O RETORNO AO	
PROBLEMA DO SENTIDO.....	140
CAPÍTULO 4 OLHAR A ESCRITA: SOBRE A MANIFESTAÇÃO DO	
 HOMEM ATRAVÉS DA SUA LINGUAGEM.....	146
4.1 ESCREVER SOBRE A ESCRITA: UMA LEITURA DOS RESULTADOS	
OBTIDOS.....	147
4.2 O HOMEM, SUA NATUREZA SIMBOLIZANTE, SUAS RELAÇÕES	
SOCIAIS: EFEITOS PARA A ESCRITA.....	152
4.3 O <i>PATO MACHO</i> : UMA ESCRITA PRODUZIDA PARA SACUDIR AS	
RELAÇÕES SOCIAIS.....	157
4.3.1 A escrita no domínio da cultura: uma reflexão dos valores que se	
<i>imprimem na língua</i>	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS.....	188

INTRODUÇÃO

Tudo no mundo começou com um sim. Uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida. Mas antes da pré-história havia a pré-história da pré-história e havia o nunca e havia o sim. Sempre houve. Não sei o quê, mas sei que o universo jamais começou.

Só não inicio pelo fim que justificaria o começo – como a morte parece dizer sobre a vida – porque preciso registrar os fatos antecedentes.

(LISPECTOR¹, 1998)

É entre o *sim* e o *nunca* que iniciamos este estudo, pois dar vida a um texto com *status* de tese é perseguir respostas para perguntas ainda oscilantes no universo acadêmico. Se *pensar é um ato* e *sentir é um fato*, como diz Clarice Lispector, precisamos estabelecer caminhos que norteiem nosso pensamento e justifiquem nossas ações investigativas. Mas *como começar pelo início se as coisas acontecem antes de acontecer?* Precisamos dar voz à existência, porque *se esta história não existe passará a existir*.

Nosso caminho deve rumar para o registro da palavra escrita; não para tocar a plenitude de uma história, encerrá-la em absoluto em uma perspectiva, mas para encontrar a sua existência em um discurso que se abre a uma série de novos discursos. Começemos, então, o registro dos *fatos antecedentes*.

Para refletir sobre o que é uma pesquisa, Barthes (2012a) faz lembrar que a *pesquisa é* “o nome prudente que, sob a imposição de certas condições sociais, damos ao trabalho de escritura: a pesquisa está ao lado da escritura, é uma aventura do significante, um excesso da troca.” (p. 393). Vista dessa forma, a pesquisa em si carrega a condição de ser linguagem, e nisso reside o “papel histórico da pesquisa: ensinar ao cientista que ele *fala*.” (BARTHES, 2012a, p. 393). O maior desafio da pesquisa, portanto, é encontrar um lugar de fala, sobre o que podemos falar e que possa ser pertinente à pesquisa.

Nesse sentido, a escrita, particularmente, sempre foi uma interrogação nas leituras realizadas dos *Problemas de Linguística Geral*. O fato de o seu teórico lançar expectativa sobre a escrita e se esquivar de sua reflexão, argumentando tal esquiva na complexidade do tema, inquietava-me, e, com certa ingenuidade, cheguei a questionar o que Émile Benveniste via de tão complexo nessa forma de ver a língua. Por isso, quando do contato com a publicação das *Últimas aulas no Collège de France* 1968 e 1969, apresentada na disciplina de Leituras

¹ Fragmentos da obra *A hora da estrela*.

Orientadas e, posteriormente, trabalhada na Escola de Altos Estudos em Semiologia e Linguística Geral: os manuscritos de linguistas e a constituição disciplinar contemporânea, na Universidade Federal de Santa Maria, pareceu-me importante retomar esse vazio temático e colocá-lo em uma perspectiva de tese, construindo, desse modo, uma pesquisa em que pudesse aprender a *falar* sobre o tema. Enfim, uma outra letra de Benveniste chegou às minhas mãos. Nessa obra, pude ver alguns de seus escritos, suas notas rasuradas, sua caligrafia rápida e destemida, anunciando uma ideia, um pensamento (in)concluso. Estava selado, assim, meu encontro com Benveniste. Só me restava tentar preencher o vazio que a escrita suscitava em minha leitura.

Se me refiro a um vazio, não é pela inexistência de estudos que contemplem a escrita na perspectiva teórica da linguística benvenistiana. A passagem pelo banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)² demonstra que muitos interlocutores se posicionaram diante da questão da escrita, com base nos pressupostos teóricos de Benveniste. O vazio é de natureza pessoal. Mas o empenho em preenchê-lo é realizado duplamente, pois uma mão firme e cuidadosa passou a conduzir a tarefa, e sob a tutela da professora Claudia, a pesquisa ganhou contornos e expressão própria para o *terreno da língua*.

Tão importante quanto, foram as contribuições dadas durante a segunda qualificação, já que, neste momento, pudemos ter mais segurança sobre quais caminhos seguir. Dois profissionais de estima intelectual, a Prof.^a Dra. Patrícia da Silva Valério e o Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores, fizeram ver detalhes mais apurados do objeto de pesquisa e movimentar as ideias para o plano de sua contribuição.

Foi assim que configuramos, como problema de estudo desta tese, identificar **qual é o diferencial no pensamento de Benveniste sobre a escrita**.

Partindo de uma reflexão teórica, pautada no funcionamento da língua e cuja tese central é a de que a *língua significa*, é possível observarmos a escrita transformar-se em um objeto

² Referimo-nos aqui ao registro dos seguintes trabalhos: BORGES, Selma Zago da Silva. **A escrita da escrita em (d)enunciação no espaço sócio-escolar: um espaço (em vão) para a (cri)atividade escrita**; ENDRUWEIT, Magali Lopes. **A escrita enunciativa e os rastros da singularidade**; GRESPLAN, Viviane Maria da Silva. **A (re)escrita no processo de criação: um estudo enunciativo de rascunhos em oficina literária**; JUCHEM, Aline. **Por uma concepção enunciativa da escrita e re-escrita de textos em sala de aula: os horizontes de um hífen**; KNACK, Carolina. **Texto e enunciação: as modalidades oral e escrita como instâncias de investigação**; KNACK, Carolina. **Por uma dimensão antropológica do discurso: as passagens do aluno nas instâncias de ensino**; SILVA, Silvana. **O homem na língua: uma visão antropológica da enunciação para o ensino de escrita**; STEIN, Jorama de Quadros. **"Eu não sou essa escrita aí e, ao mesmo tempo, essa escrita é minha!": por uma problematização enunciativa benvenistiana para o ensino de escrita**; VIER, Sabrina. **Quando a linguística encontra a linguagem: da escrita de Émile Benveniste presente no Dossiê Baudelaire ao estudo semiológico de uma obra literária**; TITELLO, Diego Vilanova. **Enunciação e intersubjetividade: o que revela o ato de resumir?**

linguístico, ao passo que, pertencendo à língua, pode ser submetida ao nível do discurso. Por esse caminho de abertura, o estudo pode contribuir para a compreensão da relevância do que Benveniste diz para argumentar que a escrita desenvolve um modo próprio de significar a língua, uma vez que se compreenda, em seu fundamento, *a relação semiológica entre a língua e a escrita*.

É nessa dimensão que, em seu último *curso* no Collège de France, Benveniste articula, como tema da linguística geral, a escrita como uma questão em aberto. Desse modo, ao explorarmos este tema, aliado às *últimas aulas*, acreditamos contribuir para o debate desse caminho teórico do linguista, que ainda deve ser explorado no conjunto de sua obra. Nesse enquadre, organizamos algumas questões que derivam de nosso problema de tese. Parece-nos importante saber: Uma vez que a escrita como tema das *últimas lições* pertence a um quadro de discussão inédito em Benveniste, isso provoca implicações de mudança sobre o composto teórico do linguista? Embora Benveniste não descreva a escrita em termos conceituais, mas elabore relações constitutivas desse problema, pode a tese benvenistiana de que a escrita é uma *autossemiotização* da língua servir como empreendimento conceitual? Quais as possíveis contribuições para o modo de conceber o lugar da escrita nos estudos linguísticos, a partir do que nos ensina Benveniste? Além dessas, muitas outras questões surgem permanentemente no corpo de nosso estudo.

Em razão desse modo de conceber a abordagem do problema, nossa pesquisa enquadra-se como qualitativa. Tal perspectiva encontra respaldo em nosso objetivo geral de verificar como o linguista elabora o problema da escrita na dimensão linguística em seu quadro teórico. Para orientar nosso percurso investigativo, traçamos alguns objetivos específicos, a saber: (re)constituir o cenário científico sobre a escrita no tempo que antecede as *últimas aulas* de Émile Benveniste; compreender as motivações de Benveniste em relação à escrita, a partir da leitura realizada do *Curso de Linguística Geral*; e, com isso, situar a própria discussão saussuriana a respeito da escrita; debater as *lições* sobre a semiologia e a relação entre a língua e a escrita; por fim, inscrever a significância da escrita a partir do quadro benvenistiano.

No que tange aos objetivos da pesquisa, eles são determinados como exploratórios e descritivos, visto que nos permitem dimensionar um novo modo de ver o tema desta tese, ao passo que apresentamos a descoberta da última reflexão de Benveniste. Ademais, cumpre destacar que nossos procedimentos técnicos resultam de uma relação bibliográfica, compartilhando da classificação de análise documental. Isso é possível porque a obra *Últimas aulas*, que norteia a origem do tema-pesquisa, é, constitutivamente, documental e tem relevância para a história da linguística. Assim sendo, nosso trabalho entende e elege como

corpus analítico também os textos que organizam o referencial teórico de Benveniste, pois compreendemos esses textos, as *Últimas aulas* e os *Problemas de linguística geral*, uma vez respeitadas as suas particularidades, como a manifestação linguística de Benveniste, e dela decorrem *atos enunciativos* nobres à pesquisa, em virtude da singularidade dessa enunciação (escrita). Além desse *corpus* teórico em análise, propomos um *corpus* para proceder a análise da escrita. Trata-se do jornal *Pato Macho*, o qual circulou no Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre, no ano de 1971, durante quinze semanas.

Para darmos forma ao nosso propósito capitular, a saber, investigar *o que outros estudiosos dizem sobre a escrita no tempo que antecede as últimas aulas de Benveniste*, decidimos organizar esta etapa do estudo, que designamos ser *Um breve itinerário: da invenção da escrita à escrita como invenção*, promovendo a contextualização da cena investigativa francesa sobre a escrita, nas décadas de 50 e 60.

A reflexão que desenvolvemos, neste momento da pesquisa, pretende coletar as considerações que, a nosso ver, influenciam a trajetória dos debates e da produção acadêmica. As referências dos autores selecionados para compor o capítulo permitem-nos a interpretação de que Benveniste é instigado à manifestação de um posicionamento referente à escrita. Esse posicionamento é formalizado na elaboração e na apresentação das *Últimas aulas* do linguista.

No empenho de dar conta deste cenário, partimos da elaboração de um panorama sobre os estudos de Marcel Cohen (1953:1961) e Charles Higounet (1955:2003), dois nomes exponenciais no estudo da evolução da escrita, dadas as obras francesas *L'écriture*. Essa perspectiva evolutiva encontra-se em franca divulgação no tempo das *últimas aulas*, principalmente seu viés ressignificador da vida dos homens em sociedade, já que permite registrar e acessar o seu lugar na história da humanidade. Os estudos de Cohen e Higounet, nas seções destinadas a pensar no percurso que parte da *representação do desenho à letra e da invenção da escrita alfabética* como uma *expansão da língua*, servem para ilustrar que, enquanto invenção, a escrita revoluciona as sociedades que dela se apropriam.

Na incursão pelas ideias iniciais de Benveniste sobre a escrita, o linguista propõe analisar a invenção da escrita, mas não pelo olhar de sua evolução. Interessa a Benveniste prolongar o sistema da escrita ao sistema da língua. A proposta do linguista sírio estabelece uma sistemática própria, a fim de ilustrar que a invenção da escrita é um momento de transformação das sociedades, pois, por meio dessa elaboração, os homens progridem e tomam consciência de que a representação escrita requer a criação de um sistema da língua. Essa abordagem constitui a seção *Escrita: a conversão da língua em imagem da língua*.

Para dar continuidade à cena de debates acerca da escrita, Roland Barthes e sua obra *O grau zero da escritura* (1953:2004a) inauguram um novo olhar sobre a escrita, voltado às discussões da relação entre o escritor e sua escrita no âmbito da literatura. A presença intelectual de Barthes renova o fôlego para falar da escrita enquanto forma, à medida que reivindica encontrar uma análise mais próxima dos fundamentos da linguística, ou como prefere determinar, da *translinguística*, para enunciar a responsabilidade histórica das formas. Na seção designada *A escrita no tecido de O grau zero*, pretendemos viabilizar a apresentação de Barthes no campo teórico, tornando-o uma figura importante para a interlocução entre linguística e literatura. Essa importância não está restrita a essa obra, ela se estende como presença visionária do movimento estruturalista, que também se constitui no período de nosso recorte investigativo. Por essa razão, ao lado de *O grau zero da escritura*, apresentamos a visão barthesiana sobre a semiologia, a partir de sua leitura sobre os fundamentos saussurianos. *Elementos de semiologia* (1964:2012a) é uma contribuição didática de Barthes às demais disciplinas para trabalhar a base fundamental do projeto estruturalista, enraizado em uma Semiologia, conforme os pressupostos teóricos que embasam o signo saussuriano.

Os desdobramentos teóricos que Barthes propicia com sua reflexão sobre a *responsabilidade da forma*, então responsabilidade da escrita, são intensos e produtivos ao debate. Apesar de Benveniste não explicitar a presença de Barthes, na ocasião de sua teorização sobre a escrita, parece-nos muito claro que o linguista sírio está ciente do pensamento barthesiano em circulação. Isso justifica a presença teórica de Barthes neste primeiro capítulo.

Outra presença intelectual que fomenta as discussões sobre a escrita e também sobre o estruturalismo é Jacques Derrida. Fenoglio (2016) faz um apontamento que nos encaminha para a leitura do texto desse filósofo. Essa pesquisadora observa que Benveniste tem conhecimento do trabalho de Derrida, embora não o cite. Possivelmente, as *Últimas aulas* sejam uma forma de manifestação crítica, por parte de Benveniste, ao conteúdo expresso por Derrida.

Essa voz em digressão na frente estruturalista de Jacques Derrida será entoada na obra *Gramatologia* (1967:1973). Nela, o filósofo reúne o debate desconstrucionista do estruturalismo, para o qual a escrita e os fundamentos do *Curso de Linguística Geral (CLG)* são convocados à apresentação. As provocações de Derrida acerca da escrita veiculam uma série de debates na década de 60. Por isso, nossa hipótese de que uma das motivações que constitui a elaboração das *lições* de Benveniste deve-se à tentativa de uma resposta linguística, e não filosófica, destinada a Derrida para o problema da escrita. Por assim ser, o CLG mostra-se o ponto de partida do filósofo e do linguista para falar do problema da *representação da língua pela escrita*. Esses são, portanto, os contornos iniciais de nossa pesquisa.

Em razão disso, julgamos importante apresentarmos, no segundo capítulo, as reflexões teóricas do texto do *Curso de Linguística Geral*, com o intuito de atingirmos o pensamento de Ferdinand de Saussure sobre a escrita. Isso nos permite confrontar a interpretação de Benveniste, em suas *últimas aulas*, em relação às considerações saussurianas sobre a língua e a escrita. Por isso, configuramos como segundo capítulo *Saussure-Benveniste: a abertura da relação entre língua e escrita*.

Na representação do CLG, a escrita ocupa um lugar de tirania, pois desmerece o lugar da fala. Esse modo de ver está presente na seção *A tirania da letra: a perspectiva saussuriana da representação da língua pela escrita*. Nela, o debate deixa ver as razões que levam a operar, tradicionalmente, a exclusão da escrita dos estudos linguísticos. É nesse rechaço, que Benveniste vê a “oportunidade” de promover a problematização da escrita. No âmbito dessa questão, surge, o que interpretamos ser, a proposição teórica de Benveniste de apresentar a escrita como uma *tarefa linguística*.

Complementarmente, construímos o que buscamos ser *O movimento posterior ao CLG*, tentando encontrar *novas nuances da visão saussuriana da escrita*, principalmente sobre o *problema da representação*. Instituídas algumas particularidades acerca das escolhas do discurso e da forma de escrever esse discurso saussuriano, conseguimos nos aproximar teoricamente do *princípio fundamental da semiologia saussuriana*, haja vista que é sobre a noção de signo que se assenta o projeto da semiologia saussuriana, e, posteriormente, compreender *o caminho de abertura a uma semiologia fundada na e pela significância de forma e sentido da língua*. As reflexões sobre o signo encaminham discussões fundamentais para abordar o modo de operar as formas da língua, porque, partindo da noção saussuriana de signo, Benveniste trabalha as noções de semiótico e de semântico, para apresentar a dupla significância da língua, por meio da qual entendemos que, no espaço dessas formulações, é que Benveniste determina a significação como uma grandeza da língua. Esse é o ponto fundamental para, posteriormente, ele alicerçar, nas relações semiológicas da língua, o fundamento de sua interpretância. É, dessa maneira, que apresentamos *a língua como interpretante semiológico* para encerrar nosso segundo capítulo.

No terceiro capítulo – *A língua e a sua interpretância: as lições da escrita em uma paisagem que se move* –, ambientamos a reflexão de Benveniste sobre as *lições* da escrita. Nelas, encontramos o percurso desenvolvido por Benveniste, para expor o lugar da escrita frente ao sistema da língua, determinando, assim, o seu valor no estudo da língua. A questão que se impõe é a de compreendermos a propriedade de interpretância da língua vinculada à

escrita. Para isso, propomos, neste capítulo, apresentar as questões teóricas que substanciam a visão de Benveniste de que *língua e escrita significam exatamente da mesma maneira*.

Por isso, adotamos como procedimento verificar a relação entre as projeções das *Últimas aulas* sobre as particularidades da escrita em sua relação com a língua; incluir à discussão a enunciação escrita enquanto prospecto de Benveniste, em *O aparelho formal da enunciação*, e, assim, projetar a abordagem da escrita, orientando-nos pelo que seja constitutivo da enunciação escrita, para, no capítulo final, situarmos o desafio da análise.

O quarto capítulo consiste em nossa tentativa de *Olhar a escrita: sobre a manifestação do homem através da sua linguagem*. Nele, apresentamos o que representa para esta pesquisa *Escrever sobre a escrita*. A partir disso, enunciamos *uma leitura dos resultados obtidos*, ao longo do estudo, para estabelecer o caminho que subsidie **o diferencial no pensamento de Benveniste sobre a escrita**. Partindo do percurso que construímos para ler as *últimas aulas* de Benveniste, conseguimos descrever o que determinamos serem *os pequenos sentidos* da pesquisa. Assim, podemos assegurar que o linguista vislumbra a escrita como uma forma de presença do homem na língua, ao mesmo tempo em que examina a capacidade do homem em criar a escrita como imagem da língua. Uma vez fundada a operação da escrita, *ela se torna o prolongamento da fala, um revezamento da fala, um dispositivo fabricado pelo homem, para retomar e retransmitir o conjunto dos signos recebidos. A escrita é uma fala enunciada, porque “escrever” é “enunciar”*. No avesso da operação da escrita, elabora-se, assim, a operação da leitura.

Para construirmos a possibilidade da análise do jornal *Pato Macho*, consideramos importante dizer **qual é a inscrição da significância da escrita a partir de Benveniste** como um desdobramento de nossa questão central de tese. À vista disso, propomos examinar que homem é esse que podemos encontrar na e pela escrita, pois entendemos que a *escrita-forma secundária do discurso* remete à dimensão do antropológico linguístico do pensamento benvenistiano. Nossas considerações partem da compreensão da noção de homem, já que a *linguagem ensina a própria definição de homem*.

Por fim, realizamos a análise do *Pato Macho: uma escrita produzida para sacudir as relações sociais*. Com ela, pretendemos destinar um olhar para *a escrita no domínio da cultura* de modo a refletir *os valores que se imprimem na língua*.

CAPÍTULO 1

UM BREVE ITINERÁRIO: DA INVENÇÃO DA ESCRITA À ESCRITA COMO INVENÇÃO

A língua é a arte mais ampla e maciça que se nos depara, cúmulo anônimo do trabalho inconsciente das gerações. (SAPIR, 2013, p. 172).

Acho que seria muita pretensão da minha parte pensar que sou subversivo. Mas direi que etimologicamente, sim, tento subverter. Quer dizer, vir por baixo de um conformismo, por baixo de uma maneira de pensar que existe e de deslocá-la um pouco. Não revolucionar, não, mas trapacear um pouco as coisas. Torná-las menos espessas. Mais móveis. Fazer ouvir uma dúvida. Portanto, abalar sempre a pretensa naturalidade, a coisa instalada. (BARTHES, 2004b, p. 445 – O grão da voz).

Este capítulo de abertura não é ato subversivo, tampouco revolucionário. É a tentativa de extrair um contexto, uma memória guardada na escrita de distintos pesquisadores; distintos como requer o duplo sentido do termo. É uma proposta para fazer ouvir esta dúvida: **o que dizem sobre a escrita no tempo que antecede as últimas aulas de Benveniste?** Para sustentar esta escuta e encenar uma escrita, vamos *trapacear* o tempo, tentar movimentar esta *coisa instalada*³ de uma escrita bastarda. Nesta trapaça do tempo, estaremos circunscritos ao que se divulgou na França, nas décadas de 50 e 60, sobre o modo de se entender, pesquisar e publicar a escrita.

Nosso ponto de partida é a escrita segundo o olhar da tradição, que situa o percurso de toda a atividade inventiva da escrita. Para esta primeira seção, selecionamos os escritos de Marcel Cohen⁴ (1953:1961) e Charles Higounet⁵ (1955:2003), ambos escritores das obras *L'écriture*.

³ Adotamos o uso de itálico para registrar os títulos de obras e recuperar passagens de expressão dos autores citados. Trata-se de um registro/recurso de estilo.

⁴ Cumpre destacar que trabalharemos com a edição portuguesa do autor. A referência da primeira edição francesa de Marcel Cohen é *L'écriture*. Paris. Éditions sociales, 1953. Segundo os registros de Michel Lejeune (1954), Cohen apresenta nesta obra “o essencial do que se sabe da natureza, dos diversos aspectos e dos desenvolvimentos históricos da escrita; esse pequeno livro é denso e preciso e informa claramente sobre os grandes problemas” (p. 429, tradução nossa).

⁵ Trabalharemos com a edição brasileira do autor. A referência da primeira edição francesa de Charles Higounet é *L'écriture* (Collection « Que sais-je ? »). Paris, P.U.F., 1955. Em resenha, Jean Mallon (1960) destaca que a obra objetiva “dar ao grande público uma ideia do estado atual de nosso conhecimento sobre a escrita prevista como manifestação do homem ao longo dos tempos” (p. 454, tradução nossa).

Posteriormente, convocaremos a letra benvenistiana para expor o ponto inicial de seu trabalho sobre o domínio da escrita, interrogando-a, em busca da compreensão das soluções encontradas pelo homem para estabelecer a representação gráfica.

Uma vez demonstrada a visão histórica da escrita, apresentamos a escrita ensaiada em seu *grau zero*. Nesta terceira seção, colocaremos a escrita como engendrador de transformações sociais. Para isso, a literatura é convocada a significar a escrita. Essa é a tarefa que Roland Barthes desenvolve na sua estreia teórica, divulgando a obra *O grau zero da escrita* (1953:2004a). Para nutrir o debate e observar as percepções que auxiliam a referenciar as posturas teóricas, somamos à quarta seção o estudo barthesiano dos princípios de Saussure, estabelecendo, com *Elementos de semiologia*⁶ (1964:2012), a base de conteúdo nas fundações do programa estruturalista. Este, forte influenciador da pesquisa francesa à época de nosso estudo.

Inserindo-se em uma proposta desconstrucionista do estruturalismo, apresentaremos, na quinta seção, a escrita na perspectiva da *Gramatologia* (1967:1973). Nela, Jacques Derrida evoca o princípio filosófico da *desconstrução* logocêntrica, a fim de situar a escrita distante do fonocentrismo. A escrita surge, então, como um *rastro*. Encerraremos, assim, o exercício de reflexão deste capítulo.

Os textos que agora apresentaremos formalizam o nosso modo de ver a narrativa da escrita. Esperamos, com este apanhado de ideias, ilustrar o cenário hipotético que incitará a exposição do pensamento operante de Émile Benveniste sobre a língua e a escrita.

1.1 A ATIVIDADE INVENTIVA DA ESCRITA: DA REPRESENTAÇÃO DO DESENHO FALANTE À REPRESENTAÇÃO DA LETRA

Começaremos este texto evocando a evolução da escrita. Com isso, queremos registrar como os homens pensaram e experienciaram a escrita, em um tempo e espaço, lembremo-nos, ainda, primitivo, rudimentar, desprovido de qualquer razão sistemática. Nesse caminho de demonstrações, acessamos a história dos homens que tentaram o domínio da escrita. Essas mentes engenhosas deram à escrita corpo e expressão.

Propomos, deste momento em diante, situar as vozes teóricas que realizam nosso percurso, apontando para o marco inicial da revolução da escrita. *L'Écriture* é o título de duas obras francesas que se propõem a apresentar a análise interna da evolução da escrita. A primeira

⁶ Cumpre destacar que trabalharemos com a edição brasileira do texto do autor. Originalmente, trata-se de um artigo publicado na revista *Communications*, 4, 1964, o qual integrou o dossiê *Recherches sémiologiques*.

é de autoria de Marcel Cohen⁷; a segunda é de autoria de Charles Higounet⁸; ambas nos auxiliam a perfazer a história da escrita.

Conforme anunciamos introdutoriamente, temos como propósito expor algumas das proposições sobre a escrita como tema de pesquisa. Em nosso recorte contextual, Marcel Cohen e Charles Higounet são dois nomes em registro, na década de 50 do século XX, demonstrativos de um modo de ver e operar a pesquisa sobre a escrita, mas devemos considerar que o contexto de interesse pelo tema da escrita não está restrito a esses autores. Em nota, o editor da obra de Higounet (2003) registra que, na ocasião do lançamento dessa publicação, havia, na França, uma “avalanche de livros sobre o tema da escrita” (p. 7). Essa franca presença editorial tão próxima de Benveniste nos faz imaginar que o linguista tenha observado essa profusão de visões e assumido a escrita como potencial objeto investigativo do qual se ocupa a partir de 1960. Mais adiante, tentamos compreender o que Benveniste tem a dizer sobre a escrita e como o faz. Por ora, parece-nos pertinente apresentar a forma de olhar a escrita, bem como explicitá-la cientificamente, tomando de empréstimo o saber de Cohen e Higounet.

O estudo do caráter histórico da escrita pode ser desenvolvido, na compreensão de Higounet, segundo dois pontos de vista: o do linguista e o do paleógrafo. Conduzindo-nos ao olhar da paleografia, o autor chancela que, “uma vez ‘inventada’, a escrita se torna um desenho que pode ter vida própria, fora da língua da qual é veículo. É quando sua história pode ser um estudo apenas das formas que evoluem em um contexto político, social e econômico.” (HIGOUNET, 2003, p. 23). Em seguida, o autor vincula a escrita aos fenômenos da linguagem e reconhece os trabalhos do campo da linguística, desenvolvidos por Antoine Meillet e James Février, como podemos conferir pelas palavras do autor: “O grande linguista Antoine Meillet faz da escrita o último capítulo de seu programa. As principais histórias da escrita, como a de James Février, são obra de linguistas.” (HIGOUNET, 2003, p. 23). A escrita é, decerto, valorosa aos estudos da linguagem, e Higounet nos convida a pensá-la em relação de complementaridade com a sua história.

Antes de seguirmos adiante, convém lembrar que Émile Benveniste é discípulo e sucessor de Antoine Meillet, como professor titular de Gramática Comparada, na École Pratique des Hautes Études e no Collège de France. Logo, o estudo de Meillet é perscrutado por Benveniste. Outro ponto relevante é o fato de Marcel Cohen ser colaborador de Meillet na obra

⁷ Trabalhamos com a edição portuguesa, intitulada *A escrita*, de tradução de Rui Cabeçadas.

⁸ Trabalhamos com a 10ª edição brasileira, intitulada *História concisa da escrita*, de tradução de Marcos Marcionilo.

Les langues du monde (1924), reeditada por Cohen em 1952⁹. Dessa maneira, Cohen, Higounet e Benveniste são conhecedores do trabalho desse exímio linguista, aprendiz de Ferdinand de Saussure.

Retomando o exame sobre a escrita em Higounet, este pesquisador observa que, *mais que um instrumento*, a escrita protagoniza parte da ideia de civilização, já que, desde seu surgimento, “vivemos os séculos da civilização escrita.” (HIGOUNET, 1955:2003, p. 10). Isso equivale a dizer que as sociedades e a própria história estão fundadas sobre os textos. Esse mesmo autor assegura que a escrita não cumpre apenas o papel de proceder a expressão e a fixação da palavra; ela também permite o “acesso direto ao mundo das ideias, reproduz bem a linguagem articulada, permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo.” Ou seja, “É o fato social que está na própria base de nossa civilização.” (HIGOUNET, 2003, p. 10). Sendo assim, a história da humanidade nos revela essa face representativa do homem, uma vez que sempre há um desejo e uma tentativa de registrar os fatos.

Isso é perceptível na medida em que observamos os esforços empreendidos pelos povos em busca do desenvolvimento das formas de comunicação. Os códigos acústico, visual e de sinalização são, pois, exemplos de expressão e muitos desses meios ainda subsistem nas sociedades. África Ocidental e Melanésia ainda se valem do tambor para propagar, com velocidade, as notícias, ao passo que os índios da América do Norte e os chineses fazem uso da linguagem gestual.

O embrião da escrita desponta nas remotas tentativas do registro, em diferentes territórios. Observemos:

Os desenhos mágicos das grutas da época aurignaciana e madaleniana que representam animais atingidos por flechas ou marcados por manchas de sangue contêm em germe ‘algo que se assemelha a rudimentos de escrita; eles exprimem, se não uma ideia, pelo menos um desejo’. As pinturas rupestres de sítios pré-históricos da Península Ibérica mostram de era em era uma estilização que também faz pensar em uma evolução rumo à escrita. Os desenhos incisos em pedra, os chamados petroglifos, encontráveis um pouco por toda parte, da Europa às ilhas do Pacífico, também prepararam, por sua simbologia ritual (árvores, animais, rodas, cruzeiros, sinais geométricos), a eclosão da escrita sintética. (HIGOUNET, 2003, p. 12-13).

Os trabalhos de Higounet (2003) e de Cohen (1961) desenvolvem detalhadamente todo o progresso da escrita. Não nos deteremos ao percurso idealizado por eles, apenas reteremos o

⁹ Segundo informações da Enciclopedia Universalis, Marcel Cohen est le collaborateur de Meillet pour la publication de l'ouvrage intitulé *Les Langues du monde* (1924), dont il donnera une nouvelle édition, mise à jour, en 1952.

conteúdo necessário para delinear a perspectiva do estudo e demonstrar a projeção da escrita. Passemos a isso.

A escrita pictográfica surge como a marca de consciência e sistematização de quem a registra, essa é uma evolução que remonta ao período da segunda metade do quarto milênio a.C. Depois dessa fase, a escrita sintética marca o momento inicial da representação da escrita, pois compreende a tentativa do homem de esboçar sinais úteis à representação de uma sentença ou de seu conteúdo. Nesse passo fundante, o homem se coloca em posição de criador de uma escrita emissora de suas ideias e assume o desafio de ampliar o número de sinais para realizar as inúmeras possibilidades de ideias e de frases.

No curso do esforço de ampliar a escrita sintética, nasce a escrita em si. O homem atinge esse novo estágio no instante em que realiza a operação de decomposição, isto é, passa da frase às palavras. Assim, cada sinal passa a servir para a notação de uma palavra. Com isso, passamos do estágio da escrita da ideia, fase sintética, à escrita da palavra, fase analítica. Por meio dessa capacidade de representar a palavra, o homem consegue desenvolver a notação dos sons e chegar às escritas fonéticas: silábicas ou alfabéticas. Essa característica representativa é ainda um atributo de muitas perspectivas teóricas atuais. Igualmente, ela será motivo de discussão em algumas das seções seguintes.

O mundo antigo também conserva destaque à escrita egípcia, tratando-a, inclusive, como sagrada. A escrita hieroglífica é a sua forma mais antiga e dá origem aos conhecidos hieróglifos¹⁰, “sinais sagrados gravados (do grego *hieros*, ‘sagrado’, e *glyphen*, ‘gravar’) que os egípcios consideravam ser a fala dos deuses.” (HIGOUNET, 2003, p. 37). A riqueza de detalhes ornamentais dessa escrita muito contribui aos estudos da história da civilização, haja vista a qualidade técnica dos detalhes que a asseguram. Contudo, Higounet (2003) considera o mecanismo interno do sistema demasiado complicado, uma vez que não há clara distinção na expressão dos sinais, podendo representar tanto uma palavra quanto um som.

Outro tipo de escrita, observada por Higounet (2003), é a chinesa, cujo registro é feito com palavras monossílabas. Assim, para estabelecer uma frase chinesa, é necessário justapor as palavras que assumem função gramatical a partir do lugar que ocupam. O autor destaca a persistência desse antigo sistema, visto que é o único ainda em uso. A notação da escrita chinesa é influenciadora das escritas coreana, japonesa e vietnamita. A escrita japonesa, por exemplo, conserva a aparência da escrita chinesa e se estrutura, internamente, de forma mista, aproximando-se das antigas escritas do Oriente Médio.

¹⁰ Cohen (1961, p. 34) considera que “Os Egípcios atribuíam a invenção dos hieróglifos ao deus Thot, que não é um dos principais, mas indicado, aliás, como o inventor da magia e patrono das ciências.”

O percurso pelo domínio das escritas não alfabéticas permite resgatar a visão de sua própria elaboração. Esse lugar histórico da escrita é, aqui, incorporado como um lugar de travessia dos primeiros esboços dos homens das diferentes civilizações. É pela necessidade de representação e de sua própria existência que esses homens operam, praticam e figuram suas línguas. Chegamos, então, a uma linha divisória do modo de concretizar os registros.

Embora a escrita não determine a existência do homem, determina os limites das formas de contar a sua história. Nesse sentido, veremos, na próxima seção, o homem trabalhar sobre uma escrita alfabética. Essa operação fabril torna visível seu desejo de apresentar a escrita como uma forma da língua, razão para transformar o homem em um verdadeiro agente cultural, e a escrita em um símbolo da cultura dessas sociedades. Como veremos adiante, a história da escrita muito contribui à reflexão de Benveniste no que tange à relação da língua com a escrita. O linguista sírio demonstra a dupla significância da língua pelos fatos da história da escrita. Assim, o que, anteriormente, apresentamos constitui o princípio da atividade de representação de uma escrita criada para descrever os acontecimentos e que, agora, precisa descobrir maneiras de reproduzir os fatos, valendo-se de uma *forma linguística* em matéria. Trata-se de desenvolver a *semiótica de uma língua*. Para isso, o homem terá de aprender a apreender o *fluxo da fala*, e em sua descoberta, estabelecerá a escrita como materialização desse contínuo da fala. Nessa perspectiva, propomos, na seção seguinte, a compreensão dos caminhos escolhidos pelo homem para historicizar a civilização da escrita.

1.1.1 A invenção da escrita alfabética: a mão que esculpe a letra e expande a língua

Constituindo o nosso propósito de fundamentar a escrita num quadro evolutivo, abrimos passagem, deste momento em diante, a um breve panorama das escritas alfabéticas. A relevância dessa passagem é destacada por Cohen (1961), para quem a escrita alfabética é propagadora não só de novas formas de escrita, mas também caracterizadora e delimitadora dos espaços intelectuais da civilização. Basta observarmos a palavra latina *alphabetum*, cuja formação se dá a partir da composição das letras gregas *alpha* e *beta*, que derivam da língua semítica. É o conteúdo cultural da constituição da escrita alfabética que chama atenção de Cohen e Higounet.

No âmbito dessa questão, o empreendimento do alfabeto fenício é o oportunizador da fortuna da escrita. Isso porque, de acordo com Higounet (2003), limitado a vinte e dois sinais lineares, o modelo arcaico fenício possibilita registrar qualquer palavra. Daí a facilidade e amplitude de sua difusão, a exemplo do uso da escrita fenícia, no século IX a.C., para a notação

da língua dos arameus. Do arcaico ao clássico, o fenício manteve, em seu alfabeto, suas vinte e duas letras, com uma pequena variação de ângulo e largura em sua gravação. No entanto, a chegada de Alexandre, na corrida pela conquista territorial, provoca a derrocada da escrita aramaica e a promoção do grego como escrita administrativa e comercial. Esse engendramento entre alfabetos e escritas, perceptível no alfabeto hebraico, que provém da escrita aramaica e conserva parte de sua formação na escrita paleo-hebraica, é constitutivo das bases da escrita alfabética e revela a riqueza cultural impressa nessa vigorosa invenção do homem.

Uma breve passagem pela escrita árabe, com o hebraico quadrado, ilustra sua resistência como escrita consonântica, difundida em “uma importante fração de três continentes antigos e é hoje, depois da escrita latina, uma das grandes escritas internacionais.” (HIGOUNET, 2003, p. 75). A amplitude territorial dos caracteres árabes deve-se aos povos muçulmanos que, mesmo desconhecendo a língua árabe, adotam a sua escrita. Tanto a escrita árabe quanto a chinesa representam um elemento unificador em seus domínios de uso, desempenhando o papel de língua clássica a ser compreendida por todos os letrados. Segundo Higounet (2003), a língua falada nem sempre tem êxito, porque é fragmentada em distintos dialetos.

Neste sucinto percurso histórico, o alfabeto grego também encontra lugar de consideração na organização da escrita e da civilização. Na abordagem de Higounet (2003), é a base da notação da “mais rica língua de cultura do mundo antigo”, porque permitiu transmitir “a mensagem de um pensamento incomparável” (p. 86-87), além de intermediar ocidentalmente o alfabeto semítico e latino, histórica, geográfica, gráfica e estruturalmente, pois são os gregos que estreiam o rigor e a integralidade da notação das vogais.

A escrita latina ocupa, aos poucos, o espaço deixado pela decadência do grego em muitos territórios. Em Cohen (1961), resgatamos a influência política e religiosa na difusão do latim, haja vista que tanto o Império Romano quanto a Igreja Católica promovem o uso dessa nova escrita nas sociedades de seus domínios. Outro fator relevante, para a expansão da escrita latina, está relacionado à conservação dos caracteres de seu alfabeto. As raras intervenções permitem certa estabilidade para o registro alfabético, contribuindo para que muitas escritas sejam substituídas pela escrita latina.

Sem atribuir detalhes, apenas para fins de ilustração, Cohen (1961) registra como as sociedades realizam a adoção da escrita, considerando o alfabeto latino. No século VIII, a língua alemã e o inglês anglo-saxão se valem dos recursos desse alfabeto. Mais tarde, no século XII, influenciados pela Inglaterra, ocorre a escrita do norueguês e do islandês. Concomitantemente, o alfabeto alemão permite a escrita do sueco e do dinamarquês; posteriormente, essas escritas passam por algumas adaptações fonéticas escandinavas. À medida que o catolicismo e o

protestantismo avançam, a escrita latina se lança sobre o uso das línguas empregadas nesses territórios. Cohen (1961) demonstra que o eslavo e o polonês assumem a escrita no século XV, enquanto o tcheco e o croata têm sua representação ao longo do século XVII. Finalmente, destaque ao domínio basco, em que França e Espanha, no século XVI, apresentam textos de inscrição latina.

Esse panorama da escrita, sustentado pelos objetivos religiosos, é um ponto de discussão que encontramos marcado nas *aulas* de Benveniste e que desejamos antecipar nesta inscrição: “Na Europa, serão mantidos três sistemas de escrita: armênio gótico e eslavo. Forjadas de maneira independente, as três escritas têm em comum um mesmo propósito, o de traduzir a Bíblia.” (ÚLTIMAS AULAS - UA, 2014, p. 158). Essa evidência consiste em demonstrar que há uma passagem “inquestionável do grego ao eslavo, de maneira muito provável do grego ao armênio e ao gótico. Com uma intervenção pelo menos parcial do latim. Esses são os primeiros escritos que encontramos.” (UA, 2014, p. 158). No plano de Benveniste, a necessidade de tradução de um texto é responsável por uma fase do desenvolvimento de novos sistemas gráficos. A expansão de ideias e ideais exige criar textos para serem lidos e não somente para serem falados.

Em nossa apresentação das ideias que correspondem à história da escrita, o tardar dessa invenção encontra sua justificativa no registro de Cohen (1961, p. 7), ao observar que “a escrita não satisfaz uma necessidade elementar da vida do homem.” Então, quando comparada à fala, ela é uma estranha e, por isso, ocupa esse lugar estrangeiro nos estudos linguísticos. Nessa trajetória criativa, o homem realiza verdadeira depuração da língua. Munido de matéria fônica, idealiza seus contornos visuais para ressignificar sua vida em sociedade e encontra outro modo de estar no mundo, aquele presente pela escrita.

Dessa forma, a humanidade caminha em direção ao progresso das civilizações e, com isso, progride também a habilidade da representação e do registro. Cada traço que o homem decide lapidar e compartilhar com o outro assegura não só a existência da escrita, mas a expansão social, econômica e tudo o que envolve a nossa existência. Então, embora destituída dessa elementaridade, evidenciada por Cohen (1961), a escrita reivindica seu reconhecimento.

Sem acesso aos registros de uma sociedade, há sempre um vazio, uma espécie de página em branco na história dos homens. Daí podermos corroborar a assertiva de Cohen (1961) de que a escrita, tanto em seu surgimento quanto em seu aperfeiçoamento, resulta das condições sociais.

Durante nossa travessia para pensar a escrita, sentimos necessidade de ancorar, brevemente, a ideia do registro alfabético. Por isso, nossa imersão pelos domínios da escrita

não alfabética e alfabética, desde os traços pictográficos, passando pela ideografia até a implementação de um sistema alfabético. Ainda que tenhamos percorrido esse trajeto, escapamos das mãos a capacidade de precisar a grandeza da tarefa, pois, à medida que evoluem as civilizações, mais complexa se torna a tarefa de desdobrar a escrita, haja vista os limites territoriais e de uso das escritas, impostos pelos povos.

Uma vez atravessada pela escrita, a humanidade pisa, enfim, no chão das letras e com a ideia de uma memória documentada, como demonstra Cohen (1961). A escrita modifica, de vez, a história e materializa a criação do livro e, conseqüentemente, da leitura. Dessa despreziosa passagem do desenho às letras, uma verdadeira revolução se institui e, agora, a escrita está à disposição da humanidade.

As pesquisas de Cohen (1961) e de Higounet (2003) são reveladoras de um tempo investigativo que prioriza o levantamento histórico-documental. Essa prática ainda vigora em muitas frentes de pesquisa e é importante para que possamos acessar, desse ponto de vista, o quadro evolutivo de uma língua em formação.

Nesse panorama, a pesquisa não reflete a linguística da escrita, tampouco examina as noções de língua, linguagem, discurso. Como espaço de linguagem, no discurso dos autores em questão, repousam características herdadas de uma história sobre o registro, e, por isso, não deixa de ser uma intersecção de registros teóricos necessários à motivação de novas articulações, para compor novos trajetos performativos da escrita.

Assim, queremos apresentar, na próxima seção, a abordagem de Émile Benveniste sobre a invenção da escrita, lançada em sua própria história¹¹. Veremos, acompanhados do caminho reflexivo desse linguista, como os tipos de escrita expressam diferentes formas de presença do homem, construindo maneiras de significação.

1.2 A ESCRITA: A CONVERSÃO DA LÍNGUA EM *IMAGEM DA LÍNGUA*

Começamos por dizer que Émile Benveniste compreende a necessidade de olhar a escrita como uma invenção que prolonga a língua. Para melhor entendermos sua proposição, nesta seção, partimos das formulações que constituem a *Aula 9*, de 10 de fevereiro de 1969, em especial, o princípio da tentativa em esboçar o papel da escrita nas sociedades. Nesse momento do programa benvenistiano, não é sua intenção buscar *a origem da escrita*, nem mesmo *fazer*

¹¹ Émile Benveniste não aborda a escrita em um quadro evolutivo equivalente ao de Cohen e Higounet. A atitude de Benveniste demonstra que o seu interesse consiste em explorar o sentido da escrita para as sociedades, sobretudo, o sentido que se constrói a partir do sistema de uma língua. A proposta é, pois, olhar para a invenção de um sistema de escrita que se coloca em relação com o sistema da língua.

genética das escritas, mas, sim, apresentar como terceiro ponto programático de seu curso *as relações da língua e da escrita em diacronia e sua relação teórica*. Logo, esse é o escopo desta reflexão. No percurso da exposição, o linguista se dedica às diferenças fundamentais entre os sistemas de escrita, analisando sua presença nas sociedades.

Tomando as notas que reconstituem a cena reflexiva de Benveniste, encontramos a demonstração de sua visão e experiência investigativa agindo para estruturar os argumentos motivacionais da relação que estabelecemos socialmente com a escrita. Para isso, o linguista convoca uma narrativa fatural do século XIX, na qual realça o fato de que analfabetos criaram escritas, como “na África (o Bamum), na América do Norte (os índios Cherokee), entre os esquimós do Norte do Alasca.” (UA, 2014, p. 136). Ao que tudo indica, a língua esquimó se ausentou do registro escrito até recentemente.

A missão empreendida por Alfred Schmitt (1851) atesta essa ausência da língua escrita a serviço da comunicação. Ou seja, como missionário, Schmitt se vê impossibilitado de pregar a palavra para o povo esquimó. Então, “Um xamã convertido, vendo os missionários escreverem, teve a ideia de escrever sua língua.” (UA, 2014, p. 136). Dessa circunstância apresentada à classe, Benveniste descreve a tentativa de invenção de uma escrita no curso de sua imitação, pois, na *ideia de escrever sua língua*, está contida a base de um sistema que funciona como uma matriz para a elaboração de uma língua escrita. Essa é a relação de abertura da conferência do linguista.

Por conseguinte, Benveniste chama a atenção para as gravuras mnemotécnicas como outro registro testemunhal do valor da escrita. Afinal, a memória não pode estar à mercê da própria memória do homem, dado que “há um momento em que se corre o risco de perder as tradições, em que se precisa estabelecer um catálogo.” (UA, 2014, p. 136). Novamente, o linguista expõe a necessidade da escrita e a sustenta pela análise da tarefa do mensageiro, pois a quantidade de mensagens que ele retém exige a organização da sua memória. Por isso, as referências gráficas são recursos valorosos que auxiliam na restituição do texto completo endereçado ao destinatário. Contudo, o conteúdo gráfico dessas referências revela apenas as imagens dos principais dados do discurso, o que limita, consideravelmente, a constituição do texto. Além disso, procedimentos como “(nós, cortes em bastão, combinação de traços) são pessoais e não de uso comum.” (UA, 2014, p. 137). Os documentos escritos da língua esquimó fazem uso de recurso pessoal de mnemotécnica e são próximos da escrita, porque imitam a escrita ocidental. Ainda assim, conforme percepção de Benveniste, não constituem a escrita propriamente dita.

Outro ponto de discussão se estabelece nos desígnios do marco zero da escrita. Para o linguista, esse marco não é registrado pela história dos testemunhos¹² remotos do Egito e da Suméria, tampouco constitui o começo da representação da língua sobre os rudimentos da pré-história. O que justifica, pois, a natureza dessa negação é a evidente ausência da face linguística dos signos de testemunho. Desse modo, representar a escrita da realidade com registro pictórico pode ser a reprodução de uma cena, mas não a escrita da língua, visto que, para o homem primitivo, “a língua não existe enquanto ‘signo’. A língua é, ela própria, criação.” (UA, 2014, p. 137). Ao considerar isso, o teórico determina que a escrita presente nos pictogramas não é língua, mas a representação do evento vivenciado, ou seja, o talhe inclinado para a fala sobre os acontecimentos. Ele não é ainda o do signo linguístico, mas funciona como signo do referente. Eis mais um aspecto da singularidade da perspectiva linguística empreendida na análise de Benveniste. No princípio desta tese, a visão sobre a invenção da escrita não aborda as questões da língua, e sim a atividade inventiva, soluções e caminhos empreendidos em busca de criar esse meio de comunicação.

Posto isso, o teórico esclarece como atitude comum a de que “o homem começa sempre representando graficamente o *objeto* do discurso ou do pensamento, ou seja, o referente.” (UA, 2014, p. 139, grifo do autor). Dessa maneira, o registro gráfico serve à comunicação como uma tendência, isto é, “comunicar por um meio gráfico as *coisas* de que fala, e não o discurso que fala das coisas.” (UA, 2014, p. 139, grifo do autor). Nesse enquadre, o linguista posiciona o estudo da escrita em um lugar de pouca precisão àqueles que se dedicam ao “conjunto das manifestações da escrita”, pois “Não é, portanto, exato [...] que a escrita seja signo da língua, que por sua vez seria ‘signo’ do ‘pensamento’.” (UA, 2014, p. 139). Parece-nos que Benveniste compreende, como passo importante, o estabelecimento de uma posição sobre as implicações de uma escrita, considerada signo da língua, além de reverter a ideia consolidada de que “Não se pode dizer, da escrita, que ela é signo de signo. Ela se *tornou* somente uma transcrição da fala.” (UA, 2014, p. 139, grifo do autor). Tal consideração, como veremos adiante, é tema da proposta de Jacques Derrida, a escrita é um *rastro*, *signo de signo*.

Por isso, é necessário investir em uma interpretação que indague “O que é preciso para que esta representação gráfica se torne escrita?” (UA, 2014, p. 141). Considerando que a escrita é uma criação do homem, “homens que, por volta do XV milênio antes de nossa era decoravam as cavernas de Lascaux” (Problemas de Linguística Geral II - PLG II, 2006, p. 23), homens falantes, cuja existência comum se deu pela presença da língua, Benveniste apresenta o homem,

¹² Benveniste faz referência a objetos, reproduções de imagens como prova da tentativa de inventar a escrita. Daí a consideração da noção de testemunho.

e toda sua potência inventiva, inserido no *seio da sociedade* e no *seio da cultura*. A passagem da representação gráfica à escrita está inscrita na sua condição de elemento de cultura.

Segundo Benveniste, “É o poder de ação, de transformação, de adaptação, que é a chave da relação humana entre a língua e a cultura, uma relação de integração necessária.” (PLG II, 2006, p. 23, p. 24). Quando o homem inventa e, posteriormente, domina a escrita, ele encontra outro modo de poder falar e agir sobre o mundo no qual vive, e, com o emprego da palavra, aprende outra forma de significar-se nesse mundo. A questão de Benveniste envolve essa constante que é a significância exercida pela linguagem. Os comportamentos sociais aludidos constituem-se na determinação da linguagem em si. A escrita é convocada também para desconstruir a visão instrumental e utilitária da língua, ela é tão somente um “organismo significante.” (UA, 2014, p. 158).

Não podemos ignorar que, “De um ponto de vista histórico, uma primeira fase é aquela em que a escrita serviu para fixar uma mensagem oral concebida na língua” (UA, 2014, p. 158); e que “uma segunda fase é a da invenção da escrita como procedente do desejo de fixar por escrito um livro, ou seja, uma composição escrita e não mais uma mensagem falada.” (UA, 2014, p. 158). Esse processo de tradução trabalha para “converter uma língua em outro e converter, ao mesmo tempo, um sistema gráfico em outro.” (UA, 2014, p. 158). Essa dupla ação de conversão, reconhecida nessas duas fases da escrita, demonstra a diferença do gesto instaurador da escrita, sempre apto a satisfazer as necessidades de dada sociedade em dada época.

O fato de a escrita revelar-se um sistema complexo justifica-se porque, na língua, ela também é a língua. Logo, é necessário que o homem realize “uma verdadeira descoberta” (UA, 2014, p. 141), para dar conta dessa transformação representacional e viabilizar a escrita. Podemos dizer, então, que, pelo plano enunciativo de Benveniste, ele percebe, em seu estudo, a singularidade, o valor dessa descoberta humana, impresso na língua. Em seu modo de ver, para viabilizar a escrita, a evolução consiste na seguinte tarefa: cabe ao locutor-*scriptor* descobrir “que a mensagem é expressa em uma forma linguística e que é a forma linguística que a escrita deve reproduzir.” (UA, 2014, p. 141). Com isso, desdobra-se a evolução do sistema de registro, pois, como vimos, nem sempre o homem fez uso da forma linguística para expressar a mensagem.

Ademais, designar que a expressão da mensagem se dá em uma forma linguística, e é essa forma que a escrita tem de representar, contém muito da perspectiva teórica de Benveniste sobre as duas formas de ser língua; uma língua que é semiótica e também semântica. A

descoberta do homem consiste, desse modo, em compreender esse processo dinâmico e fundi-lo na escrita, em uma imagem da língua.

Nesse deslocamento, inscreve-se “uma verdadeira revolução: a escrita tomará a língua como modelo.” (UA, 2014, p. 141). Sendo assim, de posse e uso da língua, o *scriptor* pode agenciar a escrita. É preciso, contudo, que esse *scriptor* invista significativo esforço em “busca de uma grafia que reproduza a fonia e, portanto, uma grafia que componha um número *limitado* de signos.” (UA, 2014, p. 141). Trata-se da tarefa de estabelecer o sistema da escrita. Tal empenho acresce a tentativa de construir a relação da língua com a escrita e, dessa forma, construir uma noção de referência a partir da língua.

Nesse ponto, Benveniste elabora a análise de como as sociedades praticaram a inovação da escrita. O estudo das características da escrita das sociedades chinesa, mesopotâmica e egípcia mostra-se valoroso a Benveniste, porque reforça a importância da noção de sistema. A sistematização da língua é imprescindível para o assentimento da escrita, visto que um sistema funda a ideia de limite das unidades de uma língua, “Essa noção de *limite* é capital: ela constitui a análise da língua do ponto de vista formal e condiciona o método das primeiras invenções da escrita.” (UA, 2014, p. 164). Com a existência de um sistema semiótico, tem-se a possibilidade de colocar em cena o jogo (de)composicional das unidades de sentido.

Esse movimento é complementar às pretensões de Benveniste, visto que, no corpo da *Aula 11*, de 24 de fevereiro de 1969, ele insiste em debater a criação dos sistemas de escrita, argumentando que: “Para compreender a criação das escritas, não se deve simplesmente considerar – do exterior – a relação com o tipo de língua, mas tentar representar, no seu próprio movimento, a invenção que prolonga a língua” (UA, 2014, p. 151), ou seja, a maneira encontrada para modelar a língua, tornando-a visível. Pensando nesse sentido, aquele que inventa a escrita o faz a partir da representação que possui da língua.

Ao projetar a análise da invenção da escrita, Benveniste compõe a tese de que é pela tentativa de fixar as imagens e a fala que o homem conseguiu produzir a escrita. Embora isso não assegure, em sua completude, o modo de tornar a representação gráfica uma escrita, mostramos a convicção do linguista de que falar de representação gráfica não significa falar de escrita. Isso porque a representação pode ser desprovida de consciência, mera tentativa de reprodução. O processo da escrita tem contornos ainda mais complexos, como o de integrar a interpretância da língua. Os argumentos sobre essa consideração são assegurados nos capítulos seguintes.

Consoante Benveniste, a escrita, além de implicar um locutor, partícipe do quadro enunciativo, exige a consciência. Ou seja, primeiramente, “O locutor deve ter consciência de que formou uma frase, de que ele a objetiva, de que a destaca da mensagem que ela carrega, e

de que toma a iniciativa de reconhecer e isolar suas palavras.” (UA, 2014, p. 148). O conteúdo teórico dessa afirmação deve ser observado, pois, se anteriormente falamos da necessária sistematização da língua para o assentimento da escrita, agora, estamos diante de uma noção de domínio do sistema, impressa no todo da passagem. Esse locutor de iniciativa é o que se apropria da língua enquanto sistema. Por isso, o locutor ao qual Benveniste se refere, embora não assegure explicitamente esta afirmação, já é manipulador da língua porque produz sentido e referência. Isso está condicionado à formação de consciência *na* e *pela* língua, em sua capacidade de decompor, em unidades mínimas, o enunciado. Por conseguinte, tomar consciência do enunciado é produzir a enunciação.

A questão da escrita apresenta-se, certamente, como problema linguístico. Destarte, é preciso tratar da “conversão do discurso em forma linguística” e da “escrita como sistema formal.” (UA, 2014, p. 152). Dessa forma, o processo de conversão da escrita retoma a consciência do locutor sobre o enunciado e a sua capacidade de reconhecimento do número limitado de signos, ao passo que a formalização da escrita procede na separação da língua de sua utilização. Isso completa a questão das possíveis razões encontradas por Benveniste para abordar a invenção da escrita como um problema necessário de análise e compreensão.

Ao propor esse singular modo de analisar a invenção da escrita, isto é, a escrita prolongada à língua, Benveniste provoca uma ruptura de pensamento, cuja tradição é a de teorizar a evolução da história da escrita. Olhar para essa invenção serve para o linguista compreender e demonstrar que “os inventores projetam em sua escrita o tipo de representação que fazem de sua língua.” (UA, 2014, p. 151). Desse modo, é preciso considerar que “Há uma relação estreita entre os tipos de escrita e os tipos de línguas, entre um tipo de cultura e [...] um tipo de escrita.” (UA, 2014, p. 147). A fim de ilustrar essa percepção, Benveniste recorre à escrita chinesa:

Em chinês, constroem-se “caracteres” para cada significante: há equivalência formal entre um significante e um caractere. O fato de o chinês ser monossilábico é uma consideração totalmente exterior. O que conta é que, para aqueles que imaginaram a escrita, ela realize o modelo ideal: cada significante, e apenas um significante, é expresso por um, e apenas um, signo; inversamente, cada signo, e apenas um signo, responde a um significante, e apenas um significante. (UA, 2014, p. 151).

O sistema da escrita chinesa é representativo de uma singularidade analítica, já que o carácter gráfico é equivalente ao signo, ou seja, para cada signo gráfico, encontra-se um signo na língua correspondente. Benveniste também revisa sistemas de escrita usuais para demonstrar a relação entre os tipos de escrita e os tipos de língua. Para isso, ele elabora a análise da escrita

grega, já que ela representa um passo importante no modo de elaborar a escrita. Dessa maneira, Benveniste vê necessidade de entender “Como se passou da sílaba à unidade do som ou do fonema.” (UA, 2014, p. 150). Tal passagem, nota o linguista, deve-se a duas importantes circunstâncias, a saber:

1) a invenção fenícia; 2) a adaptação das letras fenícias ao grego.

Os fenícios já haviam conformado a escrita ao princípio fundamental de sua língua, que é a predominância da etimologia ou do semântico sobre o gramatical, e da estrutura consonântica sobre a variação vocálica. Haviam, portanto, dissociado em grafia a consoante da vogal, só a consoante ficando explícita. Os gregos deram um novo passo ao escreverem de forma sistemanticamente distinta as vogais e as consoantes a partir da sua língua, em que as variações gramaticais frequentemente destruíam as relações etimológicas (de tipo – presente, *labaō*, “eu pego”, e perfeito, *eilēpha*, “acabei de pegar”).

O corte *silábico* da palavra é, ao que me parece, o corte natural, pois não se pode isolar um som, qualquer que seja, de um suporte vocálico. A *unidade de decomposição* da palavra será, portanto, ou uma vogal ou um segmento que inclui uma vogal (CV ou VC). A articulação natural da fala é reproduzida como articulação natural da escrita. (UA, 2014, p. 150-151, grifo do autor).

Dada a explanação benvenistiana, percebemos que a proposta de Benveniste estabelece uma sistemática própria, compreender que a invenção da escrita é um momento de transformação das sociedades, uma vez que, por meio dessa elaboração, os homens progridem e tomam consciência de que a representação escrita exige a criação também de um sistema da língua. Nesse esforço de representar o conteúdo das mensagens e a própria fala, a invenção da escrita prolonga a língua, porque o homem também inventa a língua, fabrica a sua língua, representativa da sua cultura.

Encerramos, aqui, as proposições benvenistianas dedicadas à invenção da escrita. O desdobramento de suas considerações será ampliado nos capítulos posteriores. Retomaremos, assim, nosso propósito capitular de investigar **o que outros estudiosos dizem sobre a escrita no tempo que antecede as últimas aulas de Benveniste.**

Dito isso, queremos lançar, na próxima seção, a apresentação da perspectiva teórica de Roland Barthes, organizada no recorte de duas obras. Primeiramente, *O grau zero da escrita* (1953:2004a) e, posteriormente, *Elementos de Semiologia* (1964:2012). Da primeira, queremos entender o caminho dessa possibilidade de uma *escrita* em seu *grau zero*. Queremos, portanto, restituir essa *escrita de alarde*, uma representação do embate direto com a literatura, na forja de sua ressignificação. Da segunda, pretendemos recuperar a influência do programa saussuriano sobre Roland Barthes. O objetivo principal é o de introduzir a representatividade da semiologia, proposta por Ferdinand de Saussure, no trabalho de Barthes e na base do seu projeto semiológico, incorporado ao estruturalismo. Nesse apanhado de ideias, acreditamos

encontrar duas posições importantes: o interesse pela escrita, como objeto renovado; e a semiologia, como cerne de discussão. Ambas são relevantes para o que acreditamos ser a trama teórica das *últimas lições* sobre a escrita em Émile Benveniste.

Passemos, assim, ao texto e as articulações do que seus leitores consideram o primeiro Barthes, aquele inscrito em um movimento de frequente tensão, o Barthes de *Le degré zéro de l'écriture*¹³.

1.3 A ESCRITA NO TECIDO DE *O GRAU ZERO*

O grau zero da escrita é a primeira obra de Barthes e data de 1953. Sua tradução para a língua portuguesa designa o termo *écriture* como *escrita*. Esta noção, segundo Motta (2011), autora que se dedicou à escrita do livro *Roland Barthes: uma biografia intelectual*, serve a Barthes “para distinguir entre a língua comum de que parte o escritor, uma literatura exaurida, um passado das belas-letras, cujos protocolos já não valem mais para os modernos e os muito modernos e uma nova instância da expressão.” (MOTTA, 2011, p. 65). *Écriture* é, desse modo, “uma tentativa de inscrição de alguma outra coisa, íntima e pessoal, nesse fundo saturado.” (MOTTA, 2011, p. 65). A autora recobra, em seu texto, que a singularidade do pensamento de Barthes é revelada, justamente, porque ele destoa do conservadorismo que reveste as abordagens sobre a literatura, e, conseqüentemente, sobre a escrita. E isso se concretiza não só pelo que diz, mas pelo modo como decide escrever a respeito.

Antes de tomar a forma de obra em 1953, *O grau zero da escrita* foi apresentado como artigo, no ano de 1947, à revista *Combat*. Para se ter uma ideia, tanto a composição do título, evocando os termos *escritura* e *grau zero*, quanto o conteúdo provocaram o estranhamento¹⁴ daqueles que se submeteram à leitura. Nesse contexto, o texto barthesiano torna-se a possibilidade de ser ou de construir *alguma outra coisa*. É uma proposta cujas percepções são fundamentadas com a intenção de elevar o debate da literatura. Um propósito dessa natureza precisa recorrer ao modo de fazer, difundir e visualizar a escrita literária. É nesse engajamento visionário que Barthes inscreve a estreia de seu trabalho. Tentemos, nesse sentido, compreender as motivações internas dessa obra barthesiana e escrutinar as razões que desassossegaram o corpo da literatura na década de 50 do século XX.

¹³ Citamos, ao longo do texto, a tradução em língua portuguesa *O grau zero da escrita* (2004).

¹⁴ A observação é de Motta (2011), ao lembrar que, nos idos de 1940, os ouvidos não eram treinados “nas nomenclaturas das linguísticas gerais, que, nesse momento, não tinham ainda forçado as portas das humanidades.” (MOTTA, 20011, p. 67).

Então, *o que é a escrita?*¹⁵ Nesta interrogativa de abertura do texto, Barthes apresenta a literatura como objeto, contudo, partindo do ponto de vista da língua, uma vez que é por meio dela que os escritores se realizam. Pensando no papel da língua, o autor dissemina um conjunto de definições ao longo de sua argumentação. Essa é uma postura teórica divergente dos hábitos da década de 50. O olhar de Barthes (2004a) aponta assertivas como estas: “a língua é um corpo de prescrições e de hábitos”; “é como uma Natureza¹⁶”; “é como um círculo abstrato de verdades”; “é muito menos uma provisão de materiais do que um horizonte; “é a área de uma ação”; “é um objeto social por definição”; tradicionalmente, “para o escritor, nada mais é do que um horizonte humano” e “a língua está aquém da Literatura”. Isso parece-nos suficiente para situar a concorrência entre a língua e a literatura, como observação que Barthes organiza para orientar o ponto de partida de sua reflexão.

As proposições de Barthes (2004a) são alimentadas por um jogo de palavras e noções. É dessa maneira que trabalha no feitiço de uma resposta para o *que é a escrita*. Se em um ponto está a língua, em outro, está a literatura, traçada, em princípio, na configuração do estilo. Este, segundo o autor, forma “uma linguagem autárquica”, “ele é a ‘coisa’ do escritor”. Em seguida, acrescenta: “É a parte privada do ritual [...] É a voz decorativa de uma carne desconhecida e secreta.” (BARTHES, 2004a, p. 11). Esse lugar contravertido que ocupa a língua em relação à literatura conduz os parâmetros da definição barthesiana. Designando o funcionamento da língua como uma negatividade e a necessidade ao estilo, desconstrói-se a dicotomia de valores e, ainda, congrega-se, ao valor, a forma: “por que entre a língua e o estilo existe lugar para outra realidade formal: a escrita.” (BARTHES 2004a, p. 13). Fica claro, assim, que para falar de língua e literatura, Barthes decide discutir a questão do estilo, fundamentando, aí, a escrita.

Nesse enquadre, enquanto língua e estilo são considerados “forças cegas” e “objetos”, a escrita é compreendida como “função” e “um ato de solidariedade histórica”. Essa presença funcional é assumida na “relação entre a criação e a sociedade, é a linguagem literária transformada em sua destinação social, é a forma captada em sua intenção humana.”

¹⁵ A questão faz coro com a obra de Sartre. A filiação de Barthes aos textos sartrianos *Le degré zéro de la littérature* e *Qu'est-ce que la littérature?* (1948) é recuperada por Motta (2011), notemos: “Já que os críticos me condenam em nome da literatura, sem nunca me dizer o que entendem por literatura, a melhor resposta a lhes dar é examinar a arte de escrever, sem julgamentos. O que é escrever? Por que se escreve? Para quem? Parece, com efeito, que ninguém nunca se perguntou isso.” (MOTTA apud SARTRE, 2011, p. 68-69).

¹⁶ Motta (2011) sublinha o exame de Jean-Claude Milner, na publicação de *Le pas philosophique de Roland Barthes*, acerca do uso corrente de alguns estilemas por parte de Barthes. Dessa maneira, a autora chama a atenção assegurando que “notadamente nas maiúsculas seguidas de artigo definido e na substantivação dos adjetivos, mas também nos parêntesis e nos hifens que introduzem uma voz barthesiana em *off* uma diligência que objetiva tirar as palavras de seu uso comum, pedir uma maior atenção a elas e, mesmo, pedir calma em relação a elas.” (MOTTA, 2011, p. 41). Nesse sentido, não há uma definição barthesiana explícita do uso de tais estilemas, mas devemos considerar sua presença como marca da singularidade do texto e tudo o que o complexo de noções barthesianas pode representar.

(BARTHES, 2004a, p. 13). Barthes quer que se compreenda que são estreitas as relações da escrita com a história e a literatura. Kristeva (2000) adverte que a escrita, enquanto função, “permite ao sujeito encontrar sua liberdade, pois função aqui deve ser tomada como ação, dinâmica, relação, correlação, faculdade, aptidão, consequência.” (p. 310). É pela escrita que a liberdade se realiza.

Voltando à competência barthesiana no campo da análise da escrita literária, o teórico mostra-nos características constitutivas de (des)semelhança no ofício dessa escrita. A título de ilustração, Barthes apresenta-nos as seguintes marcas: autores distanciados, historicamente, pelos “fenômenos de língua” e “acidentes de estilo” revelam-se próximos pelas concepções de técnica, forma e conteúdo; trata-se, pois, de uma mesma escrita. Em direção oposta, há escritores que, embora igual vivência histórica da língua, desenvolvem escritas absolutamente distintas, mas que convergem a um mesmo perfil; trata-se da “reflexão do escritor sobre o uso social de sua forma e a escolha que assume.” (BARTHES, 2004a, p. 14). Com essa representação, Barthes encaminha o leitor à compreensão de que a problemática literária opera também uma problemática sobre a escrita.

No âmbito dessa questão, Barthes situa a escrita como “a moral da forma”, além de “escolha da área social no seio da qual o escritor decide situar a Natureza da sua linguagem.” (BARTHES, 2004a, p. 14). Sublinhamos, aqui, a palavra decide. A ideia de decisão, nessa acepção barthesiana, não é tocada pela ideia de liberdade plena. Ela se refere a “uma escolha de consciência, não de eficiência.” (BARTHES, 2004a, p. 14). Nesse aspecto, a escrita do escritor deve ser encarada como o espaço de pensar a literatura, do mesmo modo, a liberdade com que se projeta um texto. A noção de liberdade é cerceada pelo que o teórico considera a face ambígua da escrita, cuja existência está ligada à conflituosa relação do escritor diante da sociedade, a qual lança o escritor à origem de sua produção. Isso merece maior atenção.

Segundo Barthes (2004a), “Por não poder oferecer-lhe uma linguagem livremente consumida, a História lhe propõe uma linguagem livremente produzida.” (p. 15). De acordo com o pensamento barthesiano, “a escolha”, somada à “responsabilidade de uma escrita”, designa certa liberdade. Ainda assim, a escrita do escritor está sujeita “à pressão da História e da Tradição”, visíveis na história da escrita, evidenciando, aí, uma escrita carregada de memória, “pois a linguagem nunca é inocente” (BARTHES, 2004a, p. 15), mesmo diante da proposição ou imposição de “uma nova problemática da linguagem literária” (BARTHES, 2004a, p. 15) na história geral. Em razão disso, a escrita figura entre “uma liberdade e uma lembrança.” (BARTHES, 2004a, p. 15). A fim de ilustrar esse movimento transitório, o teórico assegura:

Posso sem dúvida escolher hoje para mim esta ou aquela escrita, e nesse gesto afirmar a minha liberdade, pretender buscar um frescor ou uma tradição; já não a posso desenvolver numa duração sem me tornar pouco a pouco prisioneiro das palavras de outrem e até de minhas próprias palavras. Um remanescente obstinado, vindo de todas as escritas precedentes e do passado mesmo de minha própria escrita, cobre a voz presente de minhas palavras. (BARTHES, 2004a, p. 15-16).

No modo de ver barthesiano, a escrita pode estar em posição de igualdade com a liberdade, considerando que ambas existem apenas na instância de um momento. O texto introdutório do *Grau zero* trabalha a escrita como desdobramento gestual do escritor. Isso é perceptível no esforço de Barthes em expressar a natureza do significado da escrita como instrumento político.

Para descrever a escrita, Barthes a complexifica com a fala. Segundo ele, “Todas as escritas apresentam um caráter de fechamento que é estranho à linguagem falada.” (BARTHES, 2004a, p. 17). Isso porque a escrita não comporta, a exemplo da fala, desordens. Eis a escrita como “uma linguagem endurecida”, impositiva. Kristeva (2000) insiste que Barthes não trata da distinção entre o que é escrito e o que é oral, mas, sim, da “*posição* do sujeito que não é a da comunicação.” (p. 320). Para a estudiosa do texto barthesiano, “Os signos da linguagem falada ganham valor no movimento da comunicação, mas em si mesmos são vazios.” (KRISTEVA, 2000, p. 321). Em contrapartida, “na escritura cada signo já age cheio do seu passado na história da língua e da memória do escritor [...] A escritura age com elementos plenos, explora um ‘fechamento’; essa prática enigmática é *auto-referencial* [...] remete a si mesma.” (KRISTEVA, 2000, p. 321). A observação de Kristeva (2000) trabalha em prol da defesa do “frescor” da palavra de Barthes, construindo a definição de escrita.

Nesse viés argumentativo, a escrita, em relação à fala, rende a seguinte demonstração barthesiana: “a primeira *parece* sempre simbólica, introvertida, voltada ostensivamente para o lado de uma vertente secreta da linguagem, ao passo que a segunda não é mais que uma duração de signos vazios de que apenas o movimento é significativo.” (BARTHES, 2004a, p. 17-18, grifo do autor). A escrita está, pois, “enraizada num mais além da linguagem” (BARTHES, 2004a, p. 18), isto é, ela tem a atribuição de unir “a realidade dos atos e a idealidade dos fins.” (p. 18). A consideração do teórico é que a escrita também é revolucionária, visto que o exercício da linguagem contém a singularidade dos acontecimentos históricos.

Essa postura institui a adesão marxista de Barthes. Sob essa influência, ele declara o gesto político da escrita. O exame da escrita marxista, em sua unicidade, revela uma identidade léxica, cuja força desencadeia comportamentos políticos. Na análise do teórico, a escrita deve

ser percebida como linguagem que contém valor, como empreendedora de ações. Isso porque “A escrita, por ser forma espetacularmente engajada da palavra, contém ao mesmo tempo, por uma ambiguidade preciosa, o ser e o parecer do poder.” (BARTHES, 2004a, p. 22).

Os fundamentos empreendidos até aqui são demonstrativos da intenção deslocada de Barthes, ou seja, romper com uma escrita concebida apenas pelo seu caráter estético, descomprometida com sua função e desconhecedora de seu poder. A reversão dessa imagem passa pela criação de um novo “scriptor”, fundado na militância de um homem engajado e acrescido do escritor de sua obra enquanto ato.

No corpo da escrita do *Grau zero*, Barthes indicia uma literatura ausente de reflexão, não somente da forma, mas da responsabilidade que essa linguagem enquanto forma mobiliza. Então, nesse conjunto de reflexões, é possível destacar que a escrita está no entremeio do engajamento¹⁷ e da forma, pois ela é a manifestação das escolhas realizadas, “a escrita se torna aqui uma espécie de assinatura”, e adotar ou assumir determinada escrita “é fazer economia de todas as premissas da escolha, é manifestar como aceitas as razões da escolha.” (BARTHES, 2004a, p. 24). Nesse sentido, a escrita assume a posição de instituição.

A divulgação de uma entrevista¹⁸ inédita de Barthes, realizada em 1970 e publicada em 2009, traz a lume a explicação sobre o marxismo e o sartrismo que, segundo ele, “tão profundamente pensavam o engajamento político [...] ideológico e [...] das ideias ou das condutas, [mas que] nunca se preocuparam com o engajamento das formas, a responsabilidade das formas, a responsabilidade da linguagem.” (MOTTA, 2011, p. 72, acréscimo nosso). Eis que surge a intenção de seu *O grau zero da escrita*: “[...] com meios intelectuais frágeis, bem entendido, queria preencher essa lacuna e propor uma primeira reflexão sobre [...] a responsabilidade da forma, a responsabilidade da linguagem.” (MOTTA, 2011, p. 72). Barthes entende que, pela responsabilidade da forma, pode chegar ao neutro. Por isso, confirma que se tivesse “hoje que apresentar de novo *O grau zero da escrita* guardaria essencialmente a mesma motivação, a mesma pulsão, o mesmo movimento, acenaria com a mesma ética.” (MOTTA, 2011, p. 72). A definição do que venha a ser o *grau zero da escrita*¹⁹ é um lançamento

¹⁷ Motta (2011) considera que “o engajamento de Barthes é paradoxalmente antissocial. Já que para ele não se trata da sociedade sobre a qual a escritura incide, mas da sociedade que a escritura repudia, não mais incidindo sobre ela, mas, antes, desativando aquilo mesmo que a torna coesa: a comunicação.” (p. 69-70).

¹⁸ O fragmento da entrevista é apresentado por Motta (2011). Trata-se da entrevista de Jean-José Marchand e Dominique Rabourdin, divulgada pela *Le Magazine Littéraire*, n. 482, jan. 2009, p. 68.

¹⁹ Motta (2011) destaca que “a expressão que vibra no frontispício de seu primeiro livro [...] é uma nomenclatura ligada a um outro reduto importante de pensadores da linguagem, então em ação: o Círculo Linguístico de Copenhague. Nele atuam Hjelmslev e Viggo Brøndal, este último bem menos conhecido que o primeiro, embora o pai do conceito. [...] Essa dívida teórica de Barthes é tão mais fascinante quanto o grau zero de Brøndal é, ao mesmo tempo, perfeitamente cabível dentro das pesquisas linguísticas que embasam o estruturalismo e perfeitamente suscetível de pôr em crise o estruturalismo.” (MOTTA, 2011, p. 114-115).

vertiginoso, a nosso ver, pelo todo de sua obra, incluindo, aí, as influências²⁰ que o fazem cunhar a própria expressão.

O que fazemos, aqui, pedindo escusa pelo trato reduzido da questão, é reconhecer que esse *grau zero da escrita* no pensamento de Barthes se deixa ver na decifração da *moral da linguagem*, como sinaliza Kristeva (2000, p. 298): “Trata-se nem mais nem menos de um gozo dos sentidos e pelos sentidos, por meio de uma re-volta contra o que aparece agora como uma etapa ou uma estrutura monovalente do espírito.” Essa “desventura do sentido”, para reter a palavra de Kristeva (2000), é a grande reflexão de Barthes. Com *O grau zero*, o teórico se lança à experiência do sentido, demonstrando a possibilidade polivalente de significar e a negação do sentido unitário. *O grau zero* de Barthes está relacionado ao seu esforço para trabalhar a escrita em sua negatividade, isto é, em “um movimento que põe em causa toda ‘identidade’ (seja ela linguística, física ou histórica); ‘tomada de viés’, ‘nó’, ‘corte’, ‘refundição’ [...], que agem entre três níveis que são a linguagem, o sujeito com seu corpo e a história.” (KRISTEVA, 2000, p. 307). Nessa dimensão, a escrita tem duas posições: intermediar “as pulsões do sujeito e [...] a prática social na linguagem”, conforme observa Kristeva (2000, p. 307).

A duplicidade histórica da escrita encontra sua razão de ser, porque o sujeito que escreve o faz seguindo uma tradição e uma linguagem, gênero e estilo e porque, como prática social, a escrita comunica num aqui e num agora. De acordo com Kristeva (2000), a escrita, concebida por Barthes, “é portanto, em parte, um poder destinal tributário das paixões, [...] é dependente dos imprevistos do significante ou das pulsões que são seu substrato.” (p. 307). Contudo, ela também é “um *lugar de liberdade* e, mais ainda, é talvez esse limite em que o significante se transforma em liberdade.” (KRISTEVA, 2000, p. 307-308). A escrita figura, então, como uma prova dessa liberdade.

Ao pensar na escrita, Barthes se posiciona como um importante crítico social. Esse discurso controverso, impresso no *grau zero*, “é uma espécie de hesitação: ele pensa diante de nós, fica surpreso pela novidade do que descobre, procura nos fazer compartilhar a dinâmica do corpo pensante na história.” (KRISTEVA, 2000, p. 313). Desde essa escrita inaugural produzida por Barthes, muitos serão os desdobramentos teóricos que ocorrerão. Nosso próximo passo é examinar o que deriva desse pensamento, desde a menção sobre a “responsabilidade da

²⁰ Viggo Brøndal é o desenvolvedor da teoria do grau zero. Segundo Motta (2011), “Professor de línguas românicas na Universidade de Copenhague, Brøndal estava particularmente interessado nas relações entre linguagem e pensamento no início dos anos 1950, quando *O grau zero da escritura* estava sendo gestado, e orientava suas pesquisas no sentido daquela forma ‘não-modal’ [...], o que faz dele o artífice silencioso da primeira revolução crítica barthesiana. Barthes deve-lhe tudo, num certo sentido. Foi ele o primeiro a insistir em interpor ao sistema binário de Saussure esse terceiro termo que, no jogo articulatório da língua, refere-se, justamente, à possibilidade de uma interrupção da paragramatização.” (MOTTA, 2011, p. 114).

forma”, durante *O grau zero*. Nela, percebemos o sussurrar da linguística de Saussure se ensaiar na construção teórica barthesiana.

Além de Barthes²¹ ser essa presença intelectual, desde a década de 50, é também um leitor e admirador declarado do trabalho de Émile Benveniste; basta lembrarmos do texto barthesiano *Por que gosto de Benveniste*, impresso em *O rumor da língua* (BARTHES, 2004b). Como o próprio título do artigo refere, Barthes inscreve, em seu projeto escritural, sua admiração ao trabalho intelectual de Benveniste. Podemos somar a essa feição o discurso professoral exposto na *Aula Inaugural da Cadeira de Semiologia Literária no Collège de France* (1977-2013). Nela, Barthes referencia/reverencia Benveniste em seu discurso e nos permite ver, em seu ato enunciativo, uma inscrição teórica, influenciada nas questões do emprego da língua. Apesar de Benveniste não explicitar a presença de Barthes, na ocasião da sua teorização sobre a escrita, parece-nos muito claro que o linguista sírio está ciente do pensamento barthesiano em circulação. Kristeva (2014) observa que, “ainda que o termo ‘escrita’ seja na época o foco da criação filosófica e literária na França” (p. 42), referindo-se, aí, às abordagens de Roland Barthes, Jacques Derrida e Philippe Solers, Benveniste “não se refere a isso explicitamente, mas constrói seu conceito dentro de sua teoria geral da significância.” (KRISTEVA, 2014, p. 42). O fazer teórico de Benveniste, assim como de outros autores presentes nesta discussão, ocorre em uma atmosfera intelectual efervescente, constituída em uma rede de encontros e desencontros de ideias, que nutrem, cada vez mais, o debate científico.

Nesta nossa proposta de capítulo, de resgatar alguns textos mobilizadores de uma visão panorâmica sobre o trato da questão da escrita, entendemos que, passada a estreia de Barthes em *O grau zero*, este autor empreende esforço para contribuir intelectualmente também com o cenário do ano de 1965, apresentando Saussure, na medida em que pauta sua reflexão sobre os principais conceitos que emolduram os *Elementos de semiologia*. É, pois, sobre este texto que trataremos na próxima seção, já que ele marca a significância da língua e convida a reler Saussure. Ademais, nosso teórico Émile Benveniste também se inscreverá em um projeto semiológico, para introduzir uma nova reflexão sobre o tema, incluindo, neste caminho, a relação entre *semiologia, língua e escrita*.

²¹ Sobre isso tratamos no artigo *Barthes e Benveniste: uma possibilidade de diálogo pela língua*.

1.4 OS ELEMENTOS DE UMA SEMIOLOGIA: A VISÃO DE BARTHES

A cena biográfica de Barthes, desde *O grau zero*, revela-o como grande intelectual. Influenciado pela filosofia sartriana, encontra nela a “possibilidade de ser [...] um ser existencial, prerrogativa da qual jamais abriria mão.” (MOTTA, 2011, p. 111). Tal qual *grau zero* se apresenta como expressão estranhamente transformadora, no segmento de Sartre, *existência* torna-se palavra de ruptura, sendo incorporada por Barthes no desenvolvimento de seus projetos. Atraído por novos deslocamentos metodológicos, Barthes não ignora a existência da “palavra ‘linguística’, que faz caducar a palavra ‘gramática’ (e a ideia de gramática histórica).” Do mesmo modo, “as palavras ‘estrutura’, ‘signo’, ‘discurso’ (no sentido linguístico).” (MOTTA, 2011, p. 111). Assim, Barthes inaugura²² um novo modo de ver o funcionamento de uma palavra, que nunca é simples palavra; trata-se de ver e entender o que é o *estruturalismo*. Partindo da noção de signo, o estruturalismo se vê influenciado pela perspectiva linguística de Saussure²³.

Assim, não deixa de ser surpreendente que Barthes tenha desenvolvido interesse e projetado a sua interpretação, propondo os *Elementos de semiologia*²⁴. Nesta obra, o teórico determina como objetivo “tirar da Linguística os conceitos analíticos” (BARTHES, 2012a, p. 16), e, a partir de uma terminologia, propiciar um “princípio de classificação de questões.” (BARTHES, 2012a, p. 16). Nesse ambiente linguístico, Barthes enuncia uma Linguística Estrutural. Tal posicionamento está encaminhado ao projeto do estruturalismo, lançado na década de 60, o que explica o fato de Barthes se propor a teorizar ou a didatizar o pensamento de Saussure. Seu ponto de partida é reconhecer a ligação entre o aspecto institucional e o aspecto sistemático da língua, “porque a língua é um sistema de valores contratuais (em parte arbitrários, ou, para ser mais exato, imotivados) que resiste às modificações do indivíduo sozinho e que, conseqüentemente, é uma instituição social.” (BARTHES, 2012a, p. 22).

Desse ponto de vista, Barthes vê a língua como “verdadeira dialética”, uma vez que é tanto o produto como o instrumento da fala. Isso posto, o ensaísta compartilha da decisão

²² Acompanhado de Lacan, Lévi-Strauss e Foucault.

²³ Além de Saussure, Barthes atribui o alargamento das considerações aos fundamentos de Roman Jakobson. Motta (2011) registra que, nessa fase, “estamos diante de um *Carrefour* teórico, e dentre as correntes de pensamento que influem juntas sobre os estruturalistas está aquela ligada à figura também exponencial de Jakobson. Incorporação que se explica: Lévi-Strauss cruza com Jakobson em 1949, nos Estados Unidos, onde ambos se acham então exilados, um da perseguição nazista, outro, da stalinista, e esse é, sabidamente, o início de uma profícua parceria entre ambos. Logo mais, o formalista russo seria igualmente um aliado de Lacan, e um dos responsáveis pela desinteriorização do homem freudiano, que será transformado em ‘sujeito’ e, pela articulação entre o desejo e os objetos parciais da metonímia.” (MOTTA, 2011, p. 111).

²⁴ Barthes também trata dos ensinamentos de Hjelmslev. Contudo, aqui, trataremos apenas das observações sobre Saussure.

saussuriana de não se ocupar de uma linguística da fala, “pois qualquer fala, desde que tomada como processo de comunicação, *já* é língua: só há ciência da Língua.” (BARTHES, 2012a, p. 24, grifo do autor). Disso resulta a discussão barthesiana sobre a inviabilidade de duas questões.

A primeira reserva a refuta da validade de “estudar a fala *antes* da língua.” (BARTHES, 2012a, p. 24). A explanação do teórico trabalha para esclarecer que só podemos estudar a fala no que ela possui de linguístico, “de glótico”, consoante o termo barthesiano. Outro ponto se organiza em torno da inutilidade em “perguntar-se, *primeiro*, como separar a língua da fala.” (BARTHES, 2012a, p. 24, grifo do autor). Em sua visão, “separar a língua da fala é, *de um só lance*, estabelecer o processo do sentido.” (BARTHES, 2012a, p. 24, grifo do autor). A significação permanece como ponto de interesse da abordagem barthesiana. Mirando as perspectivas semiológicas, Barthes postula o par língua/fala como categoria geral dos sistemas de significação. Ainda que em suas análises a substância não seja verbal, ele decide conservar os respectivos termos, sob a seguinte justificativa:

a separação entre a Língua e a Fala constituía o essencial da análise linguística; seria vão, pois, propor logo de saída esta separação para sistemas de objetos, imagens ou comportamentos que ainda não foram estudados sob um ponto de vista semântico. Podemos somente, para alguns dos sistemas propostos, prever que certas classes de fatos pertencerão à categoria *Língua* e outras à categoria *Fala*, dizendo logo que, nessa passagem semiológica, a distinção saussuriana está exposta a modificações, as quais cumprirá precisamente observar. (BARTHES, 2012a, p. 34, grifo do autor).

Encaminhadas essas considerações, Barthes retoma, em capítulo, o significado e o significante enquanto componentes do signo saussuriano. Para isso, coloca em relevo o campo nocional do termo signo, demonstrando sua flutuação em razão das distintas visões teóricas²⁵. A advertência é a da presença e circulação das contradições terminológicas. Por essa razão, vemos o texto barthesiano projetar sua consciência teórica. Ou seja, é como se a análise das ocorrências científicas mostrasse a Barthes dois caminhos da difusão dos elementos da linguística saussuriana: o de carregar tanto o benefício da profusão científica quanto o malefício do seu uso indiscriminado, deturpador da palavra de Saussure em si. Então, Barthes, por se valer desse campo teórico, assume a responsabilidade de elucidar os conceitos que constituem a reflexão de Saussure e que influenciam a sua produção semiológica.

Sendo esse o propósito, Barthes orienta o leitor acerca da variação nocional na obra do mestre genebrino, que “depois de ter hesitado entre *soma* e *sema*, *forma* e *ideia*, *imagem* e *conceito*, Saussure fixou-se em *significante* e *significado*, cuja união forma o signo.”

²⁵ Barthes empenha-se em demonstrar como sinal, índice, ícone, alegoria atuam como “os principais rivais do signo.” (2012a, p. 47).

(BARTHES, 2012a, p. 50, grifo do autor). A partir dessa proposição capital, consolida-se o principal interesse de Barthes, o de conciliar a Semântica a participar do que o teórico considera Linguística Estrutural, afastando-a da prática dos linguistas americanos de escantear os significados para o campo da Psicologia. Vemos, por fim, no todo da crítica prescrita por Barthes, parte de sua filiação ao campo saussuriano.

Em seus termos, presenciamos Barthes descrever o signo como “uma fatia (bifacial) de sonoridade, visualidade etc. A *significação* pode ser concebida como um processo, é o ato que une o significante e o significado, ato cujo produto é o signo.” (BARTHES, 2012a, p. 61, grifo do autor). Mais adiante, sua explanação questionará a natureza mediadora do significante ao significado, sobre a qual retomamos a sua persistência em relação à extensão semiológica. Barthes assegura, então, que “um sistema é arbitrário quando seus signos se fundam não por contrato, mas por decisão unilateral: na língua, o signo não é arbitrário, mas o é na moda.” (BARTHES, 2012a, p. 65). Em seguida, acrescenta que “um signo é *motivado* quando a relação entre seus significante e significado é analógica.” (BARTHES, 2012a, p. 65, grifo do autor).

A conclusão a que chega o autor é a de que “poderemos ter então sistemas arbitrários e motivados; outros não arbitrários e imotivados.” (BARTHES, 2012a, p. 65). Essa é uma abertura necessária para as pesquisas futuras de Barthes. O que Barthes insiste em construir é a visão de que as ligações internas da língua têm como princípio relações de elementos puramente diferenciais. Para ele, é preciso que se demonstre a clareza de que, para uma organização sistêmica, cada um dos elementos que a compõem apresenta o seu valor em relação ao que o opõe a todos os demais elementos. Esse movimento da linguagem é a matéria dos *Elementos de Semiologia*.

É dessa maneira que a base da semiologia barthesiana compreende a necessidade do princípio do signo saussuriano. A partir dela, Barthes compõe os argumentos que encaminham à compreensão da significação, a qual deve operar nas distintas linguagens da vida social. O desenvolvimento de uma semiologia, para Barthes, tem de olhar a sociedade como uma manifestação da significação.

Ao apresentarmos os *Elementos de semiologia*, pretendemos colocar em evidência essa posição articulatória de Barthes entre o linguístico e o social. O trabalho teórico deste autor, em relação à semiologia²⁶, prolonga-se, desde 1957, com a obra *Mitologias*, até 1967, com o texto *O sistema da Moda*. É curioso pensarmos que esse é o ano antecedente à *Semiologia da língua*

²⁶ Kristeva (2000) descreve os textos de Barthes como textos semiológicos. Segundo a autora, os textos são semiológicos “[...] se quisermos guardar o termo para designar não uma formalização, mas uma pesquisa das leis dialéticas da significância.” (KRISTEVA, 2000, p. 334).

de Émile Benveniste (1968/1969). Coincidências à parte, o fio de discussão parece constituir-se nessa teia de relações teóricas, no anseio de dizer e de continuar, rasurar, propor visões teóricas, metodológicas, culturais.

No tecido dessas considerações, Barthes designa a imagem do semiólogo; nela, “a sociedade [...] fala os significantes do sistema considerado, enquanto o semiólogo fala-lhe os significados.” (BARTHES, 2012, p. 117). Sua função parece ser a “do deciframento (sua linguagem é uma operação) diante do mundo que naturaliza ou mascara os signos do primeiro sistema sob os significantes do segundo.” (BARTHES, 2012, p. 117). No entanto, “sua objetividade [...] torna-se provisória pela própria história que renova as metalinguagens.” (BARTHES, 2012, p. 117). Ao descrever a função do semiólogo, Barthes, de certa maneira, justifica a sua proposta semiológica, a qual não advém da análise da literatura como cópia da linguagem.

O intento semiológico de Barthes se alicerça na dimensão da *translinguística*²⁷. Nessa proposta, a Semiologia é parte da Linguística, “mais precisamente, a parte que se encarregaria das *grandes unidades significantes* do discurso.” (BARTHES, 2012, p. 15). Em razão disso, o teórico admite a possibilidade de “revirar um dia a proposição de Saussure” (BARTHES, 2012, p. 15), pois o saber do semiólogo ainda é tímido e restrito ao saber linguístico. Esse saber também é temerário, porque tem de ser aplicado a objetos que não sejam apenas de matéria linguística, mas que conservem a significação.

Observando o projeto de semiologia barthesiano, é compreensível o seu gesto de conceber a escrita como estranha à linguagem, e, por isso, a escrita precisa ser *grau zero*. Para esse teórico, a semiologia tem a missão de olhar para outros modelos significantes; é desse lugar que a escrita ganha os contornos barthesianos de uma *outra* linguagem. No registro de Barthes (2012, p. 17), “A escrita não é absolutamente um instrumento de comunicação.”

Encerrando seus *Elementos de semiologia*, Barthes (2012) confirma o objetivo da pesquisa semiológica, a saber, “reconstruir o funcionamento dos sistemas de significação diversos da língua. Para empreender essa pesquisa, é necessário um princípio limitativo [...] oriundo da Linguística, é o princípio da pertinência.” (BARTHES, 2012, p. 119). A pertinência consiste na significação dos objetos em análise. A recomendação barthesiana é a de interrogar “os objetos unicamente sob a relação de sentido que detêm, sem fazer intervir [...] os outros determinantes (psicológicos, sociológicos, físicos) desses objetos.” (BARTHES, 2012, p. 119-120). O princípio da pertinência semiológica conduz o analista à situação de imanência. O ponto

²⁷ Barthes (2012a) refere o mito, a narrativa, o artigo de imprensa, os objetos da civilização, como exemplos materiais da translinguística.

de vista ou de partida de que se vale Barthes, para estruturar a análise semiológica, na reflexão produzida neste texto, está contida, boa parte, na dimensão do arbitrário do signo²⁸, encaminhando-se a uma referência ao estruturalismo ao qual pertence.

Na totalidade do texto de Barthes está o seu projeto de trabalho acerca dos sistemas significantes numa posição *translinguística*. Para o teórico, a articulação desses sistemas ocorre em grandes unidades, as quais, ao atravessarem os níveis fonético, sintático e semântico, e a própria estilística, promovem uma engrenagem combinatória, auxiliada pela língua, e colocam em funcionamento um outro sistema. Logo, retornar para o que venha a ser a escrita barthesiana é reconhecer que a resposta ainda é provocativa e de difícil compreensão, ou mesmo aceitação, já que exige dizer, vale reiterarmos, que a escrita “é uma contra-comunicação” (BARTHES, 2004, p. 18), seguindo, nisso, a proposta do semiólogo.

Na apresentação da revista *Communications* (1964), assinada por Barthes, encontramos uma reflexão que dimensiona a pertinência da pesquisa semiológica. Neste espaço, Barthes (1964) deixa ver o alcance da análise semiológica para tratar da significação. O que não encontramos tão aparente em *Elementos de semiologia*, mas evidenciamos nessa apresentação é a constatação de que os sentidos dos conjuntos significantes passam pela língua. Para Barthes (1964), os estudos semiológicos representam a oportunidade de construir uma posição mais ampla para a linguística do que a que Saussure propôs. Isto é, a percepção de Barthes torna a semiologia uma parte da linguística, uma vez que a semiologia se responsabilizaria pelas grandes unidades do discurso. Devemos reconhecer a similaridade do trato da questão na exposição barthesiana com o que Benveniste também expõe em *Semiologia da língua*, já que, para o linguista sírio, a semiologia de “segunda geração” corresponde ao lugar da translinguística.

Para finalizarmos esta seção, resta uma última consideração, advinda de nossa necessidade particular de situar o movimento estruturalista. À medida que fomos construindo

²⁸ Na obra de Dosse (1993), resgata-se o parecer crítico de Georges Mounin, cuja visão, segundo Dosse, a semiologia de Barthes é “desviante em relação a Saussure, que estabeleceu as regras de comunicação, ao passo que Barthes teria formulado apenas uma semiologia da significação [...]. Para George Mounin, Barthes confunde signos, símbolos e índices. É verdade que Barthes dá então uma acepção muito ampla à noção de signo, que engloba tudo o que reveste uma significação. Ele procura nesta o conteúdo latente e, por essa razão, Georges Mounin considera mais legítimo falar de psicologia social ou de psicossociologia do que de semiologia.” (DOSSE, 1993, p. 101). Nossa escrita não assume a totalidade da obra de Barthes, para dizer se o que faz ou não é uma semiologia, embora seus estudiosos o qualifiquem como semiólogo. No entanto, a obra *Elementos da semiologia* inscreve-se, conscientemente, no signo saussuriano. Os sistemas convocados à perspectiva semiológica (vestuário, alimentação, mobiliário) servem ao autor como exercício de problematização. Ademais, Barthes estabelece uma comparação interessante, modelada em um quadro, para ilustrar a contradição terminológica por quatro autores diferentes, a saber, Hegel, Peirce, Jung e Wallon. Desse modo, não nos parece apropriado a afirmação de confusão entre os termos, já que Barthes dedica-se à compreensão exatamente da sua distinção, em busca de situar o signo saussuriano.

os encaminhamentos teóricos desta contextualização, o estruturalismo mostrou-se motivador das discussões teóricas, seja para justificá-las, seja para abordá-las. É, portanto, um projeto modificador da paisagem teórica das décadas de 50 e 60, conferindo à linguística geral um sentimento de pertença àqueles que se ocupam da pesquisa em linguagem. Entre tantas outras relações, o estruturalismo é o momento do que se convencionou chamar de o *corte saussuriano*, em outros termos, a divisão entre a linguística pré e pós-saussuriana. Nesse quadro de razões, também inserimos a figura de Barthes. Como figura fundadora do programa estruturalista, surge-nos, com maior clareza, o seu interesse em esclarecer e incorporar, a seu modo, os fundamentos saussurianos em seus *Elementos de semiologia*. Façamos uma breve passagem por essa história do pensamento.

1.4.1 O estruturalismo ressignifica Saussure

Os dois tomos da *História do Estruturalismo* (1993 e 2007), organizados por François Dosse, registram o fenômeno do movimento estruturalista e os personagens que o constituíram ou contribuíram, para colocar em campo o programa estruturalista. Para este pesquisador, “o estruturalismo constituiu um momento particular da história do pensamento suscetível de ser qualificado como o tempo forte da consciência crítica.” (DOSSE, 1993, p. 13). Nesse sentido, o estruturalismo figura como a bandeira contestadora da hegemonia acadêmica tradicional. Para justificar a nomenclatura, Dosse (1993) organiza um resgate que vai desde sua origem até a fortuna crítica do emprego da palavra. Reteremos, aqui, apenas a consideração da difusão do termo pela Escola de Praga, da qual Jakobson será o nome a oficializar a tendência dos termos estrutura e estruturalismo.

Isso desconstrói o pensamento comum de atribuir a Ferdinand de Saussure o cunhar do termo estruturalismo. O mestre genebrino fez uso da palavra *sistema*. É a partir dos fundamentos da sua linguística, os quais passam a ser invocados por estudiosos de diferentes frentes teóricas filiadas ao estruturalismo, que o *Curso de Linguística Geral* se consolida como um texto-base do programa estruturalista. A visão de sistema, empregada por Saussure, é reinterpretada como a estrutura, o estruturalismo. Todavia, o que brilha aos olhos dos estruturalistas é a pretensa semiologia geral, capaz de integrar todas as disciplinas interessadas pela vida dos signos em meio à vida social. Conforme os registros de Dosse (1993, p. 71), “É esse impulso que irá fazer da linguística a ciência-piloto, no centro do projeto, com a força de um método [...] de resultados, ela vai apresentar-se como o cadinho [...] de todas as ciências

humanas.” Nesse tempo, vemos reacender o interesse pela pesquisa saussuriana e, dela, surgir interpretações em interface com outros campos científicos.

Émile Benveniste, inserido no movimento, realiza um exame cuidadoso sobre o estruturalismo no artigo “*Estrutura*” em *linguística* (Problemas de Linguística Geral I - PLG I, 1962:2005). É oportuno, nesse sentido, determo-nos aos ensinamentos deste linguista acerca do tema. Ao revisar o termo *estrutura* em linguística, Benveniste observa a sua extensão, ao longo de duas décadas, para destacar o seu valor doutrinal e programático. Em linguística, “não é tanto *estrutura* que acabou por evidenciar-se como o termo essencial [...], mas o adjetivo *estrutural*. Rapidamente *estrutural* acarretou *estruturalismo* e *estruturalista*.” (PLG I, 2005, p. 97, grifo do autor). A força do empreendimento estruturalista é registrada por Benveniste não só pelo empréstimo da linguística e adaptação que outras disciplinas realizam para atribuir o valor do termo aos seus campos de atuação, mas pela frequência de uso dos termos em destaque no meio editorial.

Segundo Benveniste, “Podemos admitir sem dificuldade que a preocupação de ser ‘moderno’ não esteja sempre ausente dessa difusão e que certas declarações ‘estruturalistas’ encubram trabalhos de novidade ou interesse discutível.” (PLG I, 2005, p. 97). É notável que a inserção no movimento é um gesto representativo de modernidade. Embora negue verbalmente o caráter de denúncia do abuso terminológico, alegando apenas a intenção de explicar o uso, Benveniste também estabelece o seu lugar de crítica. Isso é perceptível na construção de sua argumentação acerca do trabalho de Saussure, sobretudo, a designação dos ensinamentos de Saussure como o “precursor do estruturalismo moderno.” (PLG I, 2005, p. 98).

Tomemos a explicação benvenistiana sobre o referido fato: “É importante notar, para uma descrição exata desse movimento de ideias que não se deve simplificar, que Saussure jamais empregou, em qualquer sentido, a palavra *estrutura*. Aos seus olhos a noção essencial é a de *sistema*.” (PLG I, 2005, p. 98, grifo do autor). Nessa advertência, Benveniste sinaliza o uso indiscriminado e, a nosso ver, descomprometido com a essência do trabalho teórico de Saussure. Para não deixar dúvida sobre uma leitura de qualidade das ideias saussurianas, Benveniste retoma a origem do movimento estruturalista, situada nos ensinamentos publicados na visão do *Curso de Linguística Geral* como publicação póstuma, e encaminha, em nota, a leitura do texto de Godel, *Les sources manuscrites du Course de linguistique générale de F. de Saussure*, datado de 1957, década em que inicia a configuração estruturalista enquanto movimento francês.

Em tom de esclarecimento, Benveniste prevê a seguinte definição para *estrutura*: “O princípio fundamental é que a língua constitui um sistema do qual todas as partes são unidas

por uma relação de solidariedade e de dependência.” (PLG I, 2005, p. 104). Complementarmente, “Esse sistema organiza unidades, que são os signos articulados, que se diferenciam e se delimitam mutuamente.” (PLG I, 2005, p. 104). Assim, aquele que pretende se inserir nessa proposta precisa compreender que “A doutrina estruturalista ensina a predominância do sistema sobre os elementos, visa a destacar a estrutura do sistema.” (PLG I, 2005, p. 104). Isso ocorre “através das relações dos elementos, tanto na cadeia falada como nos paradigmas formais, e mostra o caráter orgânico das mudanças às quais a língua é submetida.” (PLG I, 2005, p. 104). Eis o que Benveniste entende ser a *estrutura* em linguística.

No texto *Esta linguagem que faz história* (PLG II, 1968, 2006), Benveniste oferta uma análise que lembra o projeto de Barthes, incorporado nesse universo estruturalista. O linguista fala de “Uma tentativa muito nova, curiosa, para sacudir tudo o que é inerente à linguagem.” (PLG II, 2006, p. 37). Há, nisso, segundo ele, “uma certa racionalização que a linguagem traz necessariamente; para destruí-la no interior da linguagem mas servindo-se ainda da linguagem.” (PLG II, 2006, p. 37). No modo de ver benvenistiano, trata-se de “uma língua que se volta contra ela mesma e que procura se refabricar a partir de uma explosão prévia.” (PLG II, 2006, p. 37). O estruturalismo surge como “um período de experimentação.” (PLG II, 2006, p. 37). Aqui, configura-se uma nova espécie de problema:

estes trabalhos no momento só interessam os profissionais, os outros escritores [...]. Trata-se de saber se a linguagem está voltada a sempre descrever um mundo idêntico por meios idênticos, variando somente a escolha dos epítetos ou dos verbos. Ou ao contrário se se pode visar outros meios de expressão não descritivos e se há uma outra qualidade de significação que nasceria desta ruptura. (PLG II, 2006, p. 37).

Dessa profusão de trabalhos e ideias tributários do estruturalismo, o projeto de Jacques Derrida se apresenta como obra desconstrutora do projeto estruturalista. Sua posição é considerada paradoxal, pois, de um lado, se vê acuado pelos estruturalistas contestadores da fenomenologia, de outro, precisa trabalhar no paradigma estruturalista para não pertencer à tradição. A postura de Derrida o posiciona interno a um projeto sobre o qual desdobrará o esforço da crítica. Isso será reconhecido como o desconstrucionismo derridiano, ou seja, um “trabalho de desconstrução sistemática de cada obra estruturalista, identificando nelas os vestígios de um logocentrismo que resta ultrapassar.” (DOSSE, 2007, p. 35). Dessa empreitada crítica, nosso estudo retomará a visão desse filósofo acerca da escrita como objeto de reflexão. Ao mesmo tempo que discute a escrita, elabora um texto dotado de uma inovação pela linguagem. Nesse quesito estilístico e criador, Dosse (2007) lembra que Derrida se aproxima da proposta da nova crítica literária estruturalista.

Essa apresentação antecipada de Derrida também reserva a evidência de que a escrita se prolonga como objeto de questionamento. As interpelações de Derrida e a elaboração de noções resgatam as construções pioneiras de Barthes sobre a escrita. Prova disso é *O grau zero da escrita*, subsidiando a atividade reflexiva de uma *escritura* em *grau zero, branca*, para delimitar os termos barthesianos, na reflexão de uma *escritura* e a *diferença*, para reiterar o termo derridiano, retomando, nisso, uma proposta inaugurada em Barthes. Nossa intenção não é opor Barthes a Derrida, como fazem Dosse (2007) e Motta (2011), nem poderíamos pela carência de domínio teórico. Nossa interpretação é a de um liame “acidental” entre Barthes e Derrida; um alimentando diretamente o estruturalismo, outro propondo seu desconstrucionismo. No meio dessa operação, a *escritura* propõe o laço.

O estruturalismo mostra-se, portanto, um movimento importante para o debate das ideias e dos engajamentos teóricos realizados na Europa dos anos 60, já que é ele que faz verter um dos momentos mais intensos do debate sobre o programa saussuriano. Muito do que se produziu nesse tempo ainda influencia o modo de propor os objetos e instituir as filiações de pesquisa. Émile Benveniste é, indiscutivelmente, um nome a se guardar na história do movimento, mostrando-se um “herdeiro confirmado de Saussure e fiel ao termo semiologia [...] compartilha com seus contemporâneos semioticistas a ambição de descrever a globalidade do mundo social em termos de sistemas de signos.” (NORMAND, 2009a, p. 160).

A semiologia, que tanto empenho desencadeou nas frentes de pensamento do estruturalismo, é a representação intelectual para significar o desejo de liberdade de pensamento no terreno europeu. Para presidir essa empreitada, Émile Benveniste, em 1969, é indicado à presidência da Associação Internacional de Semiótica. Dessa forma, todo esse cenário, no qual concorrem tantas propostas, ações e movimentos, é influenciador no modo de pensar e de agir nas *Últimas aulas* que Benveniste confere. Trataremos, nos próximos capítulos, de algumas das especificidades dessa nobre reflexão linguística.

Em seguida, nosso percurso tratará de apresentar a palavra do ponto de vista filosófico, enunciado em Derrida. Nesse caldeirão de ideias da década de 60, as reflexões saussurianas, sobretudo, em relação à escrita, também motivam o filósofo Jacques Derrida a se posicionar. No seu projeto, encontraremos o tema da escrita centralizado, não em uma semiologia, mas em uma gramatologia.

1.5 A GRAMATOLOGIA: UMA PROPOSTA DESCONSTRUCIONISTA DO ESTRUTURALISMO

Gramatologia (1967:1973) é uma obra clássica do pensamento filosófico de Jacques Derrida. Nela, o filósofo propõe a desconstrução logocêntrica e, para materializar seu projeto, apresenta, ao debate, o conceito de representação, especialmente o conceito que envolve a escrita, ou, em seus termos, a *escritura*²⁹. Para a abordagem de Derrida, as bases da tradição filosófica são essenciais, a fim de compreender a sujeição da escrita. Nossa incursão no texto derridiano pretende expor esse espaço de problematização e cotejamento da escrita, criado pelo filósofo. Isso porque, como já mencionamos, acreditamos que o terreno teórico no qual Émile Benveniste pensa as lições sobre a escrita, sucede não só a manifestação de um posicionamento linguístico da questão, mas também dialoga³⁰ com distintas manifestações teóricas que expõem pontos de vista acerca da escrita. Nesse sentido, faremos o exame desta obra derridiana em busca das considerações capazes de estabelecer as relações necessárias ao empreendimento deste estudo.

Cientes de que estamos reivindicando a validade de um conhecimento que se elabora num outro cenário, e cujas questões não são apresentadas em um discurso linear, anteciparemos o engenho *gramatológico* de Derrida, para que possamos acessar, com certo desembaraço, o pensamento deste autor ao longo do nosso texto.

As pontuações reflexivas de Derrida (1973) estabelecem a *gramatologia* como a “ciência do ‘arbitrário do signo’, ciência da imotivação do rastro, ciência da escritura antes da fala e na fala.” (DERRIDA, 1973, p. 69). Nesse enquadre, Derrida propõe elaborar não uma Semiologia aos moldes de Ferdinand de Saussure, mas uma Gramatologia, cuja investidura “abrangeria o mais vasto campo em cujo interior a linguística desenharia por abstração seu espaço próprio.” (DERRIDA, 1973, p. 69). Essa substituição não seria apenas verbal no programa do *Curso de Linguística Geral*, mais do que “dar à teoria da escritura a envergadura necessária contra a representação logocêntrica e à subordinação à linguística, [...] libertará o projeto semiológico.” (DERRIDA, 1973, p. 69). A crítica se organiza em torno do pensamento estruturalista em voga à época do lançamento desse texto derridiano.

O modo como se apresenta a linguística saussuriana é o mote da discussão de Derrida, para demonstrar que a abordagem da relação entre o significante fônico e o significado, vista

²⁹ Respeitaremos a opção de tradução pelo termo *escritura* (*écriture*) em língua portuguesa.

³⁰ Fenoglio (2016) sugere que as produções científicas que circulam no meio acadêmico, no caso desta seção a *Gramatologia*, podem ter influenciado Émile Benveniste a abordar a questão da escrita.

como uma relação natural, em detrimento da relação entre o significante gráfico e o significado, constitui uma relação artificial, o que gera a questão filosófica de Derrida.

Então, o que veremos Derrida gerir é a tentativa, em nossa interpretação, já que se trata de uma proposição em demonstração, de um teorema da escritura, para o qual providencia uma complexa rede de raciocínios³¹, com o propósito de acercar a escritura implementada no *Curso* saussuriano. Ao observar a exclusão saussuriana da escritura, em marcação do campo do objeto da linguística, Derrida constata que esse gesto é libertador da pesquisa de uma gramatologia geral, ou seja, a escritura como origem da linguagem. Essa origem pertence à prática filosófica, é uma visão resguardada em um projeto de *desconstrução* da metafísica. São inegáveis os propósitos do olhar subversivo de Derrida, ao reconduzir o conceito de escritura como *rastro*, questionar o vigor da história da metafísica e, com isso, desestabilizar o conceito de ciência.

Embora anuncie, nas páginas iniciais da sua *Gramatologia*, a relevância de uma ciência da escritura, Derrida sabe que a *gramatologia* é operada com esforços quase imperceptíveis, realizando, aí, uma alusão aos discursos elaborados por Nietzsche e Freud. Dessa maneira, o filósofo registra:

por mais necessária e fecunda que seja a sua empresa, e ainda que superasse [...] todos os obstáculos técnicos e epistemológicos [...], teológicos e metafísicos que até agora a limitaram, uma tal ciência da escritura corre o risco de nunca vir à luz como tal e sob esse nome. De nunca poder definir a unidade do seu projeto e do seu objeto. De não poder escrever o discurso do seu método nem de descrever os limites do seu campo. Por razões essenciais: a unidade de tudo o que se deixa visar hoje, através dos mais diversos conceitos da ciência e da escritura, está determinada em princípio, com maior ou menor segredo mas sempre, por uma época histórico-metafísica cuja *clausura* nos limitamos a entrever. (DERRIDA, 1973, p. 5-6, grifo do autor).

Essa constatação, principiando o pensamento de Derrida, não o fará desistir da crítica dos trabalhos empreendidos em seu tempo. Na seção seguinte, propomos estabelecer a leitura que o filósofo faz a respeito da obra de Saussure e como a escrita surge nessa reflexão.

1.5.1 A leitura derridiana de Saussure: a escrita em foco

A apresentação desconstrucionista de Derrida solapou os fundamentos do estruturalismo, configurando-se “como metáfora anárquica (trabalho de apropriação) e metáfora de destruição (trabalho de niilização), pretendendo manter-se num estranho espaço intermediário, o da lógica dos ‘suplementos’.” (MENESES, 2013, p. 180). Os argumentos do

³¹ Derrida (1973) mobiliza os discursos de Platão, Aristóteles, Sócrates, Rousseau, Hegel, Nietzsche, Heidegger, Freud, Leibniz, Saussure, por exemplo, para elaborar o conjunto de provas.

filósofo conservam sua originalidade, especialmente ao propor que a *desconstrução* não seja tomada como método, “tão pouco se afirmará como não-método, isto é, como abertura ao jogo livre da subjectividade arbitrária do leitor-intérprete.” (MENESES, 2013, p. 181). Enfim, a essência do que Derrida propõe está centrada em uma ação de resistência e mesmo de dissidência sobre as motivações estruturalistas.

Para tanto, o ponto de partida de Derrida é o da *linguagem* como um signo em crise. No horizonte desse problema, o filósofo franco-argelino demonstra que a linguagem “acha-se ameaçada em sua vida, desamparada, sem amarras por não ter mais limites, devolvida à sua própria finidade.” (DERRIDA, 1973, p. 7). O modo de ver derridiano sobre *o problema da linguagem* abarca, além da tradição filosófica, todos os campos que se posicionam diante do tema. Assim, a postura de Derrida, para aplacar o efeito dessa crise, vem acompanhada do imperativo de *emancipação da escritura*, ou seja, a escritura não deve mais ser tomada como elemento secundário ou derivado da linguagem. Ao determinar isso, a noção de escritura contém e, ao mesmo tempo, excede a própria noção de linguagem.

Essa posição de secundariedade, para Derrida, “afeta todo o significado em geral, afeta-o desde sempre, isto é, desde o *início do jogo*.” (DERRIDA, 1973, p. 8, grifo do autor). A crítica do filósofo concentra-se na primazia da voz, porque a escritura, nessa visão instrumental, é apenas “tradutora de uma fala plena e plenamente presente.” (DERRIDA, 1973, p. 9). Por isso, Derrida propõe o *transbordamento*³² do que se compreende como linguagem. Transbordar conceitualmente a questão, ao que tudo indica, desmarginaliza o conceito de escritura, já que ela compreende a linguagem do mesmo modo que a ultrapassa.

Para isso, Derrida propõe a desconstrução das noções conceituais que sustentam o pensamento filosófico ocidental. Essa operação requer um movimento inserido no interior da própria tradição filosófica. De acordo com o filósofo,

Os movimentos de desconstrução não solicitam as estruturas do fora. Só são possíveis e eficazes, só ajustam seus golpes se habitam estas estruturas. Se as habitam *de uma certa maneira*, pois sempre se habita, e principalmente quando nem se suspeita disso. Operando necessariamente do interior, emprestando da estrutura antiga todos os recursos estratégicos e econômicos da subversão, emprestando-os estruturalmente, isto é, sem poder isolar seus elementos e seus átomos, o empreendimento de desconstrução é sempre, de um certo modo, arrebatado pelo seu próprio trabalho. (DERRIDA, 1973, p. 30, grifo do autor).

³² Derrida não trata de definir como a linguagem é ultrapassada, excedida, pela escritura; o filósofo apenas observa esse efeito. Tal observação se marca no modo como ele analisa os desígnios do signo linguagem. Ou seja, a multiplicação de sentidos impede os limites, a origem do conceito. Então, quando o filósofo anuncia o transbordamento da linguagem, o faz a partir da lógica do pensamento metafísico.

Na *Gramatologia* derridiana, a escritura proposta insere-se nesse paradoxo desconstrucionista do filósofo. Para construir a escritura como sentido, é preciso, antes de tudo, desconstruir o pensamento reduzido, visto que a escritura do universo derridiano define pensamento e sentido, porque na base do sentido encontra-se a possibilidade de uma inscrição.

Nesse contexto, é preciso colocar em cena o aspecto da cientificidade, uma vez que existe uma tradição no modo de objetificar a escritura. O texto derridiano deixa claro que o privilégio do *logos* na filosofia ocidental determina o modo de ver e abordar a opositividade dos elementos binários. Isso conserva a razão pela qual a fala é detentora do privilégio do sentido. Nessa dimensão, inscreve-se o que Derrida denomina *metafísica da presença*. Ou seja, uma vez admitido o binário opositivo, a presença do sentido inclina-se a um dos elementos e isso atribui sua hierarquia face ao outro elemento que não concorre com a presença do sentido. Assim, o logocentrismo “é também um fonocentrismo: proximidade absoluta da voz e do ser, da voz e do sentido do ser, da voz e da idealidade do sentido.” (DERRIDA, 1973, p. 14). Essa metafísica da linguagem é o que faz da escritura mera representação da fala. Derrida se volta, assim, à linguística e ressalta que o fundamento fonológico é a base para a cientificidade desta ciência da linguagem. Observemos o que o filósofo nos diz:

A fonologia, afirma-se hoje, frequentemente, comunica sua cientificidade à linguística que serve, ela mesma, de modelo epistemológico para todas as ciências humanas. Visto que a orientação deliberada e sistematicamente fonológica da linguística (Troubetzkói, Jakobson, Martinet) realiza uma intenção que foi de início a de Saussure, dirigir-nos-emos, no essencial e pelo menos provisoriamente, a esta última. O que dela diremos valerá *a fortiori* para as formas mais acusadas do fonologismo? O problema será pelo menos colocado. (DERRIDA, 1973, p. 35-36, grifo do autor).

Nessa exposição, a cientificidade surge como cerne do problema teórico, pois a herança das visões científicas positivas e clássicas impede que se pense a escritura em outra extensão que não a de estar em um lugar exterior e secundário. Para discutir o estatuto da escrita, Derrida se aproxima da conjuntura teórica de Ferdinand de Saussure, com o objetivo de “fazer algo mais além de supô-lo.” (DERRIDA, 1973, p. 35). Vejamos o que deriva dessa leitura filosófica do *Curso de Linguística Geral* (CLG).

Partindo do reconhecimento saussuriano de que a escrita tem mera função estrita e derivada em relação à fala, já que, no CLG, a tradição oral é própria da língua, daí a função representativa da escrita de uma voz, Derrida assinala um discurso tradicional, incorporado de Platão e Aristóteles, por parte de Saussure. Convida-nos, assim, a lembrar da definição aristotélica, na qual “Os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados da alma, e as palavras escritas, os símbolos das palavras emitidas pela voz.” (DERRIDA, 1973, p. 37). Isso

posto, Derrida recupera a palavra saussuriana, “Língua e escrita são dois sistemas distintos de signo; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro.” (CLG, 2012, p. 58, grifo nosso). Nessa determinação representativa da exposição saussuriana, o pensamento ocidental exerce a sua força de atribuir a voz como principal significante.

Vista sob o prisma de um discurso influenciado pelas concepções clássicas, essa escrita de função estrita e derivada “não é senão uma entre outras, modalidades dos eventos que podem sobrevir a uma linguagem cuja essência, conforme parecem ensinar os fatos, sempre pode permanecer pura de qualquer escritura.” (DERRIDA, 1973, p. 37). O caráter estrito justifica-se em Saussure, porque “A língua tem, pois, uma tradição oral independente da escrita.” (CLG, 2012, p. 59). A ideia de uma escrita derivada constitui-se, assim, porque é representativa, segundo Derrida (1973, p. 37), “significante do significante primeiro, representação da voz presente a si, da significação imediata, natural e direta do sentido.” Essa é a concepção que assegura a visão de uma escrita fonética e sobre ela assentam-se também as projeções da linguística. É a partir desse tempo e espaço de reflexão que Saussure trabalha o projeto e o objeto da linguística, a saber: “o objeto linguístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; *esta última, por si só, constitui tal objeto.*” (CLG, 2012, p. 58, grifo nosso). Na visão derridiana, o discurso saussuriano apresenta uma linguística que posiciona a fala em detrimento da escrita, consolidando essa interpretação na tradição dos estudos.

Por isso, Derrida considera que, enquanto se assegurar a palavra (voz) como uma unidade do sentido e do som, do conceito e da voz, ou, nos termos de Saussure, do significado e do significante, “A escritura será ‘fonética’, será o fora, a representação exterior da linguagem e deste ‘pensamento-som’.” (DERRIDA, 1973, p. 38). Esse limite imposto por Saussure o faz reconhecer a existência de apenas dois sistemas de escrita, o ideográfico e o fonético, novamente submetidos à condição representativa da escrita. Vejamos a letra saussuriana:

Existem somente dois sistemas de escrita: 1º O sistema ideográfico, em que a palavra é representada por um signo único e estranho aos sons de que ela se compõe. Esse signo se relaciona com o conjunto da palavra e, por isso, indiretamente com a ideia que exprime. O exemplo clássico desse sistema é a escrita chinesa. 2º O sistema dito comumente “fonético”, que visa a reproduzir a série de sons que sucedem a palavra. (CLG, 2012, p. 60, grifo do autor).

A partir disso, Derrida deposita, em seu texto, a crítica do olhar sobre uma escritura tributária apenas da exterioridade, *ferramenta imperfeita, técnica perigosa*, sempre no comparativo com a *phoné*. O caminho da escritura permanece o mesmo da época do *logos*. Por isso, está rebaixada à condição de *mediação da mediação*. Diante desse contexto,

aparentemente insípido para Derrida, o projeto de desconstrução do metafísico do signo viabiliza a discussão do seu caráter arbitrário, pois “A escritura sendo definida como um ‘sistema de signos’, não há escritura ‘simbólica’ (no sentido saussuriano), nem escritura figurativa.” (DERRIDA, 1973, p. 39-40). O argumento básico de Derrida é abdicar da herança conceitual da metafísica, que envolve o conceito de arbitrário e materializa a limitação simplista de Saussure. Isso quer dizer que, ao abordar a escrita pelo viés figurativo da língua, Saussure encontra um caminho para excluir a escrita do interior do sistema da língua e, assim, viabilizar o terreno científico. Nessa visão de Derrida, Saussure recorre à escrita fonética uma vez que ela serve para cumprir o papel de respeitar o sistema interno da língua. Retomando a palavra derridiana,

A limitação saussuriana não satisfaz, por uma feliz comodidade, à exigência científica do “sistema interno”. Esta exigência mesma é constituída, enquanto exigência epistemológica em geral, pela própria possibilidade da escritura fonética e pela exterioridade da “notação” à lógica interna.

Mas não simplifiquemos: existe também, sobre este ponto, uma inquietude de Saussure. Sem isso, por que daria ele tanta atenção a este fenômeno externo, a esta figuração exilada, a este fora, a este duplo? Por que julga ele “impossível fazer abstração” do que é entretanto designado como próprio abstrato em relação ao dentro da língua? (DERRIDA, 1976, p. 41, grifo do autor).

Ao mesmo tempo que acusa Saussure de ter escolhido um caminho simplista, Derrida o absolve diante do conjunto de questões que elabora, pois evidencia a força e o lugar da tradição do pensamento ocidental, influenciando o fazer teórico do mestre genebrino. Observemos:

Saussure acusa aqui a inversão de relações naturais entre a fala e a escritura. Não é uma simples analogia: a escritura, a letra, a inscrição sensível, sempre foram consideradas pela tradição ocidental como o corpo e a matéria exteriores ao espírito, ao sopro, ao verbo e ao *logos*. E o problema relativo à alma e ao corpo, sem dúvida alguma, derivou-se do problema da escritura a que parece – ao invés – emprestar as metáforas. (DERRIDA, 1976, p. 42, grifo do autor).

Tais formulações, para Derrida, sugerem um caminho duvidoso, sobre o qual é preciso dedicar atenção, uma vez que os argumentos saussurianos, em defesa do lugar representativo da escrita, delineiam uma contradição *apaixonante* e singular no intento do linguista. Recuperando os termos do filósofo, é “como se Saussure quisesse *ao mesmo tempo* demonstrar a alteração da fala pela escritura, denunciar o mal que esta faz àquela, e sublinhar a independência inalterável e natural da língua.” (DERRIDA, 1973, p. 50, grifo do autor). A insustentabilidade do projeto está prevista na consideração derridiana de que é da natureza da língua ser exteriormente afetada. Logo, internamente modificada.

Essa nébula no olhar saussuriano parece impedir o linguista de ver, ou admitir, com clareza que o modelo de escritura é uma imposição necessária, mas provisória, “como instrumento e técnica de representação de um sistema de língua. E que este movimento, único em seu estilo, foi mesmo tão profundo que permitiu pensar, *na língua*, conceitos tais como os de signo, técnica, representação, língua.” (DERRIDA, 1973, p. 52-53, grifo do autor). É perceptível que a *desconstrução*³³ derridiana sustenta-se nesse exame das incoerências de Saussure. Daí, a insistência de Derrida em travar um jogo de tensões, com vistas ao confronto de Saussure por ele mesmo.

A dissensão entre o capítulo VI da Introdução do *Curso de Linguística Geral*, momento em que os redatores da obra inserem a visão de Saussure, apresentando o conjunto de valores da tradição do pensamento para desvalorizar a escrita, e o capítulo III no qual Saussure destaca que “A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e é *comparável*, por isso, *à escrita*” (CLG, 2012, p. 47, grifo nosso), mostra a Derrida a outra face saussuriana. Ou seja, as quatro rubricas desenvolvidas mais adiante por Saussure, para elucidar *O valor linguístico*, no capítulo IV, recuperam a escrita como o *outro sistema de signos*, demonstrando que a escrita tem o seu lugar na reflexão saussuriana e um lugar que a configura como um sistema à parte.

Opondo Saussure a ele mesmo, Derrida assume que o que interessa em Saussure “não é mais a tese do arbitrário do signo [...] mas sim aquela que lhe é associada por Saussure como um correlato indispensável e que nos parece fundamentá-la: a tese da *diferença* como fonte de valor linguístico.” (DERRIDA, 1973, p. 64, grifo do autor). Isso importa a Derrida, porque projeta não só a reconsideração da escritura, mas o seu funcionamento. Para o filósofo, a escritura, advinda dessa emblemática contradição, conquista não só um lugar, mas também uma teoria. Derrida (1973, p. 53) assume que “algo se escreve no discurso saussuriano, que nunca foi dito e que não é senão a própria escritura como origem da linguagem.”

O capítulo da *Representação da língua pela escrita* conserva sua sagacidade no *Curso de Linguística Geral*. Então, mesmo diante de uma *desconstrução*, é preciso reconhecer o esboço de “uma explicação profunda mas indireta, que alterará até mesmo a forma da questão a que ele [Saussure] respondeu precocemente.” (DERRIDA, 1973, p. 53, acréscimo nosso). É

³³ Meneses (2013) apresenta a seguinte posição de Derrida sobre o sentido de desconstruir a oposição: “desconstruir a oposição significa, num dado momento, inverter a hierarquia. Esquecer esta fase de inversão será ignorar a estrutura conflitual da oposição. Significa, pois, passar demasiado depressa sem se deter sobre a oposição anterior, a uma neutralização que, praticamente, deixaria o campo anterior no seu estado e privar-se-ia, eficazmente, de todo o meio para o interior. Esta característica da ‘desconstrução’ revela um papel significativo na ‘alteridade’ do processo. Derrida indica que a desconstrução será, essencialmente, substituível dentro de uma cadeia de substituições, frisando que a palavra ‘desconstrução’, de forma idêntica a outras, não possui mais valor do que a que lhe confere a sua inscrição.” (MENESES, 2013, p. 183).

nesse sentido que a interpretação de Derrida sobre Saussure é reconduzida e, com ela, sua própria visão de escritura.

Saussure nunca pôde pensar que a escritura fosse verdadeiramente uma “imagem”, uma “figuração”, uma “representação” da língua falada, um símbolo. Se considerarmos que ele precisou, contudo, destas noções inadequadas para decretar a exterioridade da escritura, devemos concluir que todo um estrato de seu discurso, a intenção do capítulo VI (“Representação da língua pela escritura”) não era em nada científica. Ao afirmar isso visamos, inicialmente, a intenção ou a motivação de Ferdinand de Saussure, mas toda a tradição não-crítica de que aqui é ele o herdeiro. (DERRIDA, 1973, p. 55-56, grifo do autor).

Derrida serve-se da escritura, visada por Saussure, para questionar a intenção desse logocentrismo, desenvolvido sem confrontar conceitos como o de escritura e o de representação. Decidido a romper com o modo de operação da metafísica, Derrida propõe como caminho o da desconstrução dessa *totalidade maior*, para o qual a escritura parece ter um propósito. Assim, “É preciso agora pensar a escritura como ao mesmo tempo mais exterior à fala, não sendo sua ‘imagem’ ou seu ‘símbolo’ e, mais interior à fala que já é em si mesma uma escritura.” (DERRIDA, 1973, p. 56). A justificativa para tal postura é encaminhada da seguinte maneira: “Antes mesmo de ser ligado à incisão [...] o conceito de grafia implica, como a possibilidade comum a todos os sistemas de significação, a instância do *rastro instituído*.” (DERRIDA, 1973, p. 56, grifo do autor). Pela concepção derridiana, o modo como se dá a exigência da presença e da diferença do significante em relação aos demais significantes é um ponto crítico da visão saussuriana, pois esse *sistema de diferenças* impede a existência tanto do significado quanto do significante em si. Vejamos como o filósofo esclarece esta questão.

1.5.2 Da escritura ao rastro: a definição derridiana

Esse entendimento de Derrida acerca do sistema de diferenças é elementar à proposição da noção de *rastro*, objetivando, com ela, tratar da significação. O filósofo acredita que, incorporando a noção de *rastro* à escritura, pode-se ultrapassar a própria extensão da linguagem. Ademais, para ele, a diferença “não é pensada sem o *rastro*.” (DERRIDA, 1973, p. 69, grifo do autor). Em sua definição, “O rastro não é somente o desaparecimento da origem, [...] a origem não desapareceu sequer, o rastro que torna, assim, a origem da origem”. (DERRIDA, 1973, p. 75). Desse modo, cada signo, na condição de *significante do significante*, funciona como o rastro do rastro, numa cadeia incontável de referências e significados. Consoante o autor: “O rastro é verdadeiramente a origem absoluta do sentido em geral. O que

vem a afirmar mais uma vez, que não há origem absoluta do sentido em geral. O rastro é a diferença³⁴ que abre o aparecer e a significação.” (DERRIDA, 1973, p. 79-80, grifo do autor).

Com isso, o filósofo consegue reverter a posição da escritura em seu quadro teórico, impedindo, inclusive, que a metafísica conceitue ou descreva sobre a mesma. Ainda que esperássemos de Derrida o empréstimo didático e conceitual do que é a escritura, isso não se concretiza. Limita-se, assim, a reconhecer que um percurso fecundo sobre a investigação do estrato puramente gráfico do texto e anuncia que “A constituição de uma ciência ou de uma filosofia da escritura é uma tarefa necessária e difícil.” (DERRIDA, 1973, p. 118). Diante disso, lemos, não de modo prescritivo, mas preenchendo os sulcos deixados nesse discurso filosófico, que no prenúncio da arqui-escritura é que se pode pensar em uma escritura primeira, anterior ao conceito vulgarizado de escritura. Nesse domínio, Derrida alega que o caráter derivante da escritura se deve a esta condição: “que a linguagem ‘original’, ‘natural’, [...] nunca tivesse existido, nunca tivesse sido intacta, intocada pela escritura, que sempre tivesse sido ela mesma uma escritura.” (DERRIDA, 1973, p. 69). Explica-nos, ainda, que a arqui-escritura “nunca poderá ser reconhecida como *objeto* de uma *ciência*. Ela é aquilo mesmo que não se pode deixar reduzir à forma da presença.” (DERRIDA, 1973, p. 69, grifo do autor). Dessa maneira, a arqui-escritura se relaciona com o movimento da diferença, pois

sem uma retenção na unidade minimal da experiência temporal, sem um rastro retendo o outro como outro no mesmo, nenhuma diferença faria sua obra e nenhum sentido apareceria. Portanto, não se trata aqui de uma diferença constituída, mas antes de toda determinação de conteúdo, do movimento puro que produz a diferença³⁵. O *rastro (puro) é a diferença*. Ela não depende de nenhuma plenitude sensível, audível ou visível, fônica ou gráfica. É, ao contrário, a condição destas [...] Esta diferença, portanto, não é mais sensível que inteligível, e ela permite a articulação dos signos entre si no interior de uma mesma ordem abstrata – de um texto fônico ou gráfico, por exemplo – ou entre duas ordens de expressão. (DERRIDA, 1973, p. 76-77, grifo do autor).

³⁴ De acordo com Santiago (1976, p. 22), esse neo-grafismo de Derrida é originalmente “*produzido a partir da introdução da letra a na escrita da palavra différence.*” (p. 22). Em língua portuguesa, os tradutores da obra optaram pela inscrição *diferença*. O autor descreve que “Esta ‘discreta intervenção gráfica’ (a em lugar de e) será significativa no decorrer de um questionamento da tradição fonocêntrica, dominante desde épocas anteriores a Platão até os estudos linguísticos de Saussure; o a de *différance* propõe-se como uma ‘marca muda’, se escreve ou se lê mas não se ouve. Este silêncio, funcionando unicamente no interior do sistema da escritura fonética, ‘vem assinalar de maneira muito oportuna que não existe escritura puramente e rigorosamente fonética’.”

³⁵ Santiago (1976) trabalha a definição do termo *diferença (différence)* da seguinte maneira: “A palavra escrita é ‘diferença’ na medida em que se oferece diferida (temporal e espacialmente) do que representa, reservada a uma decodificação contextual, inscrita numa cadeia de significantes. É a palavra que não se apresenta em ‘pureza’, oferecendo sua ‘verdade’ mas pelo desvio de um significante, que é estranho à sua própria realidade (*grammata*). Portanto, diferentemente da palavra falada, que é um discurso apresentado em presença, a palavra escrita não é uma palavra viva mas em ‘diferença’. [...] A ‘diferença’ é o significado gerado pela instância de articulação. O termo caracteriza a escritura em oposição à *phoné* platônica, em cuja prática se dá a busca da verdade. A escritura, sendo um recurso de ‘expressão’, transporta, em sua cadeia espacial, um significado dado pelo ‘diferir’; é a diferença linguística que transporta e substitui a verdade.” (p. 25).

A esse desdobramento filosófico, Derrida acrescenta o fato de que se “a língua já não fosse, neste sentido, uma escritura, nenhuma ‘notação’ derivada seria possível; e o problema clássico das relações entre fala e escritura não poderiam surgir.” (DERRIDA, 1973, p. 77). Pensando que a diferença é a formação da forma, o filósofo vê, no *rastro*, a condição da existência da diferença em todo seu potencial. O *rastro* é também o caminho para encontrar a exterioridade, o *fora* de que Derrida se ocupou, advertindo e problematizando o rechaço da tradição da metafísica, diante do entendimento de que era necessário impor-se à tarefa de uma *desconstrução* do logocentrismo dominante no fazer das ciências.

A discussão de Derrida tem seu lugar e valor respeitados. Na tentativa de se opor às convicções de uma época, o trabalho de Derrida desperta a atenção de Benveniste. Isso é o que percebe Fenoglio (2016), ao estudar o manuscrito³⁶ em que Benveniste cita o nome de Derrida. Para a pesquisadora, possivelmente, Benveniste envia a seguinte crítica a Derrida: “se tudo é escrita, nada é³⁷.” (FENOGLIO, 2016, p. 167). Aos olhos de Fenoglio, Benveniste torna pública a sua reflexão a respeito da escrita, em seu curso no Collège de France, em 1968, para se colocar no mesmo espaço de reflexão. Ao fazer isso, Benveniste retoma a reflexão derridiana, contudo, faz sua apresentação em uma perspectiva linguística.

A solução encontrada pelo filósofo da *desconstrução* é restrita ao seu campo de atuação, já que é endereçada à concepção de que a escrita é um rastro. Essa proposição, todavia, não dá conta de estabelecer o lugar da escrita em relação à língua; relação esta que pauta uma visão de princípios linguísticos. Esse é o ponto que diverge o fazer de Derrida e o fazer de Benveniste. Fenoglio (2016) apresenta essa distinção da seguinte maneira:

Derrida quer definir a escrita a partir de um ponto de vista metafísico. Então, mesmo que ele se proponha a desconstruir a metafísica em si, imprimindo uma repetição-ocultação até o infinito sem possibilidade de começo nem de origem, ele busca saber que ela está no seu ser. Benveniste quer compreender o surgimento da escrita e seu funcionamento em relação à língua porque ele considera que o sistema – descoberto, exposto por Saussure – é uma realidade, fundamento de nossa humanidade porque funda nossa sociabilidade³⁸. (FENOGLIO, 2016, p. 222, tradução nossa).

³⁶ Fenoglio (2016) faz referência ao manuscrito que está nos Fundos de Benveniste da Biblioteca Nacional da França (PAP.OR, caixa 40, env. 80, f^{os} 152 e 153).

³⁷ «si tout est écriture, plus rien ne l’est». (FENOGLIO, 2016, p. 167).

³⁸ Derrida veut définir l’écriture à partir d’un point de vue métaphysique. Alors même qu’il se propose de déconstruire la métaphysique que en lui imprimant une répétition-occultation à l’infini sans possibilité de commencement ni d’origine, il cherche à savoir ce qu’elle est dans son être. Benveniste veut comprendre l’apparition de l’écriture et son fonctionnement par rapport à la langue dont il considère que le système – découvert, mis au jour par Saussure – est une réalité, fondement de notre humanité parce que fondement de notre socialité. (FENOGLIO, 2016, p. 222).

Seguindo as observações de Fenoglio (2016), o uso da palavra *escritura/écriture* já é indiciador de uma distinção entre Benveniste e Derrida. Este prefere as noções de traço, arquitraço, arquiescritura. Aquele, por sua vez, usa o termo deliberadamente, a fim de designar “toda vez uma invenção, uma prática humana, um domínio no qual ele busca compreender os funcionamentos em relação à língua³⁹.” (FENOGLIO, 2016, p. 172, tradução nossa). Isto é, Benveniste assegura que há, aí, “uma dimensão intrínseca à linguagem humana⁴⁰.” (FENOGLIO, 2016, p. 172, tradução nossa). O pensamento de Derrida se opõe, então, ao de Benveniste, porque o filósofo não trabalha para reunir, em seu complexo teórico e crítico, as questões da língua e da linguagem. Daí podermos pensar que Benveniste vê a noção de *rastró* com certa superficialidade e generalidade.

É compreensível, assim, a busca de Benveniste em encontrar o caminho linguístico para analisar o problema da escrita, para vê-la desempenhar papel mais vigoroso na língua, bem como analisar e descrever as características que podem conduzi-la a uma posição distinta no meio científico.

1.6 NOSSAS CONSIDERAÇÕES: ESSAS VOZES ENTREMEADAS

Das experiências que selecionamos para ilustrar o contexto do que se fala sobre a escrita, Cohen (1953:1961), Higounet (1955:2003), Barthes (2004; 2012), Derrida (1973), Benveniste (PLG I, 2005; PLG II, 2006; UA, 2014), todas demonstram que esse objeto de estudo contribuiu às mentalidades, às ideias, à literatura e à língua. Na mesma medida, esses textos colocam em evidência movimentos teóricos complexos, num caminho que se deixa entrever em profundidade a importância de se tomar a escrita como questão não resolvida.

Por que esses autores? Pelo acaso dos encontros da pesquisa, pelos olhares distantes da linguística, pela decisão da linguística em dar por encerrada a questão, conservando, assim, o discurso de uma escrita servil e de representação da fala. E por ser esta também uma escolha pessoal, porque é necessário decidir de que lugar partir, que caminho reflexivo percorrer e que caminhos deixar para trás. Essas são algumas razões. Em nosso cenário de hipóteses, esses autores representam o fluxo das influências⁴¹ históricas que moldam o percurso de pensamento

³⁹ «tout à la fois une invention, une pratique humaine, un domaine dont il cherche à comprendre les fonctionnements para rapport à la langue». (FENOGLIO, 2016, p. 172).

⁴⁰ «une dimension intrinsèque au langage humain». (FENOGLIO, 2016, p. 172).

⁴¹ Tratamos a ideia de influência, aqui, como as manifestações editoriais que circulam na sociedade francesa. Sabemos, por exemplo, que Antoine Meillet é reconhecido por Benveniste como seu mestre na Sorbone e que ele também dedicou estudo à escrita. No entanto, nossa linha contextual não trata da formação de Benveniste, mas daquilo que se escreve sobre a escrita no recorte das décadas de 50 e 60 do século XX.

que chega a Émile Benveniste, instigando-o à manifestação de sua palavra e, portanto, à elaboração de seu curso no Collège de France, no ano de 1968.

Neste primeiro capítulo, Benveniste não se detém, argumentativamente, sobre a escrita, segundo a literatura. Todavia, essa veia irriga o espírito, está latente no contexto francês, faz parte do jogo, como ensina Barthes, está alimentada na *translinguística*. É desse modo que o debate fomenta o retorno ao pensamento saussuriano, assim como o signo e a semiologia caracterizam o projeto estruturalista. Saussure surge, novamente, na reflexão benvenistiana; o linguista tem isso em comum com os demais pesquisadores de seu tempo. Saussure é essa figura permeio no quadro desta reflexão. A novidade benvenistiana, ainda inaudível até a enunciação de suas *aulas* ou até a publicação em artigos, é o projeto que visa também a uma semiologia, porém uma *Semiologia que é da língua*.

Desses apontamentos, Derrida desperta atenção de Benveniste. Algo nele inquieta o linguista. Então, vemos Benveniste, à sua maneira, mas seguindo o encaminhamento de Derrida, destacar, do lugar comum, o tema da escrita e o próprio modo de analisar a imagem de Saussure. O tom derridiano de resistência no questionamento das razões criadas para tratar a escrita como *inversão, usurpação, armadilha* destoa das configurações teóricas do período em que se insere. Indubitavelmente, é esse filósofo que chama a atenção de que é preciso suspeitar de que a escrita, em Saussure, tomada como *imagem, representação*, não é inocente. E isso também provoca Benveniste, que decide analisar essa perspectiva, guiado pela linguística.

Essa decisão é distinta do conjunto argumentativo de Derrida, prioritariamente filosófico. Ainda que convoque a palavra do linguista, ele propõe pensarmos a escrita pela *desconstrução* do centramento do *logos*. Nesse ínterim, o que chega à crítica é o próprio papel de uma linguística que se denomina geral. Impõe-se, dessa maneira, a questão do filósofo: “por que um projeto de linguística *geral, relativo ao sistema interno em geral da língua em geral* desenha os limites de seu campo dele excluindo como *exterioridade em geral*, um sistema *particular* de escritura [...]?” (DERRIDA, 1973, p. 47-48, grifo do autor). A pergunta é importante e requer explicações de natureza linguística. Ao que nos parece, é nesse ponto que Benveniste toma para si a tarefa da análise, endurecendo a linha da linguística geral e retraçando os limites da escrita. Definindo o que é da língua, Benveniste demonstra a escrita pelo que ela tem de linguístico, não por posição de desconstrução da lógica de funcionamento.

Desse modo, a exigência de um contexto para que, desde este momento, possamos entender **por que Benveniste organiza as aulas sobre a escrita** tem raízes na estruturação das discussões apresentadas neste capítulo, a saber: partimos de um breve percurso que aponta para a existência da escrita, delimitando-a em um quadro tradicionalmente diacronizado. Fica claro,

pelo que apresentamos no princípio deste capítulo, que um pensamento unitário da evolução da escrita não dá conta de explicar o lugar da escrita na linguística, sem atribuir a ela um caráter generalizante de representação. Essas linhas iniciais do capítulo fornecem o caminho para entendermos as motivações de Émile Benveniste, ao se valer da tradição de uma escrita em diacronia como pano de fundo para o que ele realmente deseja analisar: “as relações da língua e da escrita em diacronia e sua relação teórica.” (ÚLTIMAS AULAS, 2014, p. 126).

Isso posto, seguimos nosso percurso, colocando a escrita na esteira de sua apresentação em defesa de um *grau zero da escritura*. Roland Barthes surge, em nosso estudo, como outro afluente da escrita, pois suas formulações apresentam a escrita ao debate da literatura do mesmo modo que semeiam o estruturalismo. Esse novo campo do saber está circunscrito à interpretação do pensamento saussuriano do signo como motivador da ampliação das fronteiras de sua própria história. Assim, ao mesmo tempo em que descobrimos certa singularidade no trato da escrita, em um viés que parte do literário, também a descobrimos sendo debatida nas margens desta nova interpretação que é o estruturalismo. Ele aparece como denominador comum nas aproximações dos pensamentos de Roland Barthes, Jacques Derrida e Émile Benveniste. Logo, a problemática estruturalista é modificadora dos modos de apresentar a escrita, tanto por Barthes quanto por Derrida. Benveniste não se anula de conhecer o teor das considerações desses autores, sendo, de alguma maneira, tocado por eles; seja para se filiar ao projeto estruturalista ao lado de Barthes, seja para situar sua visão a respeito da escrita no viés linguístico e, assim, confrontar criticamente Derrida.

O contexto que buscamos apresentar justifica a atuação de Benveniste de não demonstrar a escrita como forma estanque, mas de reunir os argumentos necessários, a fim de manifestar a importância de problematizá-la. É, então, a partir das noções habituais que determinam a escrita em uma via simplista de representação da língua, ou de sistema tido como secundário na língua, que Benveniste propõe expor o problema da relação entre a língua e a escrita. Isso convoca, ao estudo, novas vozes entremeadas. Deixamos as vozes de Higounet, Cohen, Barthes e Derrida repousarem na história do sentido da escrita e invocamos as vozes de Saussure e Benveniste para interpor um novo capítulo da escrita, o da arte do diálogo entre Benveniste e Saussure, e entre a língua e a escrita. São novas instâncias que se fundam.

Deste momento em diante, em nosso trabalho, veremos o que mais o linguista sírio faz para enunciar o seu ponto de vista teórico sobre a relação da língua e da escrita. Nas lições deste linguista, as pegadas históricas da escrita foram registradas, mas para indagar o lugar da língua. Em suas considerações, a história da escrita compreende-a como fato cultural, à medida que os homens em sociedade vão encontrando maneiras muito particulares de propagar a língua e as

mensagens contidas nesta. Disso deriva um ajuste a se construir, o de compreender, específica e linguisticamente, a relação da língua com a escrita. A problemática constitui-se, agora, implicada no fazer de um propósito semiológico, pois, uma vez que língua e escrita são sistemas, e que o objeto da semiologia é constituído pelas “RELAÇÕES entre sistemas” (PLG II, 2006, p. 51, grifo do autor), é preciso empreender sobre o próprio problema da semiologia o qual diz respeito ao “estatuto da língua em meio aos sistemas de signos.” (PLG II, 2006, p. 51). Pontualmente, isso significa ver qual o estatuto que a língua ocupa em relação ao sistema da escrita; um problema estritamente e, à primeira vista, semiológico, no entanto, que pode subtraí-la desse ideal tradicional de representação. Nos capítulos seguintes, a proposta de Benveniste (re)toma alguns parâmetros, já que está afinada ao estruturalismo, engajada na Semiologia, situada na dupla significância da língua. É dessa maneira que proporemos essa nova etapa de reflexão e de problematização da escrita.

CAPÍTULO 2

SAUSSURE-BENVENISTE: A ABERTURA DA RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E ESCRITA

A língua só é criada em vista do discurso, mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a língua entra em ação como discurso? (ELG, 2004, p. 237).

Nós só chamamos a atenção para certas causas que passam despercebidas por serem evidentes, como o fato de que todo mundo, todos os dias, se serve da língua. (ELG, 2004, p. 284).

O que é um objeto de pesquisa? A questão é tomada de empréstimo de Jean-Claude Coquet (2013) e sobre ela sublinham-se alguns pontos pertinentes para situarmos este estudo. O questionamento de Coquet não é produzido com a intenção da resposta imediata, trata-se mais de um tópico de discussão, que se produz em torno da influência do formalismo no trato da pesquisa e, conseqüentemente, os absolutismos frequentes da “comunidade dita científica” (COQUET, 2013, p. 147). A expressão diz respeito à crítica impressa no texto desse pesquisador. Estranhamente, adverte Coquet (2013), “não é mais necessário delimitar um campo de validade, visto que tudo que merece o qualificativo de ‘científico’ está incluso no campo.” (p. 147). Também é desnecessário “preservar a reflexão crítica, visto que tudo que escapa à análise é, de fato, não científico e denunciado como ‘metafísico’.” (p. 147). Nessa partida de exclusões, “tampouco é necessário estar atento às dimensões históricas e social, visto que o essencial já foi dito uma vez por todas.” (COQUET, 2013, p. 147). Esse tom de saturamento revela muito do comportamento da pesquisa, sobretudo, a ação de ignorar as mudanças de paradigmas, as soluções de continuidade e o próprio lugar da linguagem.

Se a evidência do formalismo ainda tem suas marcas presentes na constituição do objeto de pesquisa, o movimento que o sucede também. Assim, sob orientação da crítica introduzida por Coquet (2013), tentaremos dar continuidade à construção da identidade do nosso objeto de pesquisa. Para isso, como se observou, julgamos necessário perpassar pela dimensão do histórico, a fim de compreender como nosso objeto foi lido no curso de duas décadas. Desse ponto de partida, compreendemos a dinâmica do estruturalismo, em solo francês, dos anos 60.

Nesse movimento, também estão inseridas as reflexões de Benveniste, como poderemos ver, mais detidamente, deste capítulo em diante.

Agora, nossa proposta é rotacionar, inicialmente, o próprio eixo saussuriano sobre a escrita e, posteriormente, estender essa rotação ao eixo benvenistiano e a sua abordagem da escrita. Em nossa percepção, constituída pelos antecedentes apresentados, Émile Benveniste promove uma leitura de Ferdinand de Saussure, indubitavelmente, inserida no movimento estruturalista, mas situando a sua discussão como um efeito contrário/outro dessa entrada estrutural na abordagem da escrita. Acreditamos poder assegurar isso, baseando-nos na releitura de Saussure, feita por Benveniste, para expor o pensamento do mestre genebrino, já que essa leitura também fora promovida por Derrida, todavia, com razões adversas. A leitura, então, deve ser com propósito linguístico, e não filosófico.

Se, no capítulo anterior, nossa seleção de perspectivas foi orientada em três olhares, o primeiro, tomando a escrita pelo que ela tem de histórico; o segundo, inaugurando uma *escritura* ensaiada na crítica do fazer da literatura; o terceiro, debatendo a desconstrução da escrita no corpo da obra de Saussure, neste capítulo, procedemos do seguinte modo: partimos da leitura do capítulo introdutório sobre a *Representação da língua pela escrita*, presente no *Curso de Linguística Geral* e motivador do debate benvenistiano; inserimos a visão sobre esse emblemático capítulo, extraída de estudiosos da perspectiva saussuriana referente à escrita e acrescida das notas publicadas pós CLG; apresentamos, enfim, a introdução da palavra de Émile Benveniste, concernente às suas *últimas aulas*, para viabilizar a sua visão de uma semiologia e, posteriormente, do que seja a escrita como objeto de pesquisa.

2.1 A TIRANIA DA LETRA: A PERSPECTIVA SAUSSURIANA DA REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA PELA ESCRITA

Para darmos início à construção desta seção, recorreremos à interpretação do pensamento saussuriano impresso pelos editores do *Curso de Linguística Geral* (CLG, 2012). O desafio que ora se impõe é o de traçar sobre essa abordagem a visão do linguista genebrino, para que, posteriormente, possamos instituir a interlocução com os pressupostos teóricos de Émile Benveniste. Para tanto, deter-nos-emos, especialmente, aos capítulos VI e VII da *Introdução* do CLG. Nossa escolha em apresentá-los justifica-se pelo alcance do conteúdo explícito acerca de *Representação da língua pela escrita*, além do fato de Benveniste se valer disso no conjunto teórico de suas *últimas lições*. Assim, intencionamos compreender esse controverso lugar que

a escrita ocupa no estudo científico da língua, promovido em torno do que Saussure, na visão do CLG, aponta como a “tirania da letra”.

É reafirmando a língua como objeto concreto de estudo que o CLG abre o capítulo VI e observa a intervenção do documento escrito no conhecimento de uma língua. Desse modo, o testemunho escrito, embora pareça natural, reserva para o CLG, pelo menos nesse momento do texto, mais inconvenientes do que utilidade. Isso porque a visão saussuriana encontra dificuldade em estabelecer a abstração, uma vez que a língua é sempre convocada à sua representação escrita.

A questão que se impõe no CLG é a de que “Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro.” (CLG, 2012, p. 58). Por assim se constituir, a palavra falada é o objeto linguístico por excelência, restando à palavra escrita ser a imagem desse objeto. Lança-se, com isso, a crítica contumaz de que a palavra escrita é usurpadora do papel principal. Ou seja, reserva-se “maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo” (CLG, 2012, p. 58), o que configura incômoda ilusão para o desenvolvimento do objeto, referida no CLG, na versão metafórica da contemplação da fotografia em detrimento do conhecimento real da pessoa.

Nesse sentido, estabelece-se que a língua tem sua primazia, visto que “a língua tem, pois, uma tradição oral independente da escrita bem diversamente fixa; todavia, o prestígio da forma escrita nos impede de vê-lo.” (CLG, 2012, p. 59). Para explicar esse prestígio desdenhoso, o CLG aponta quatro razões, descritas a seguir.

1º – Primeiramente, **a imagem gráfica das palavras nos impressiona** como um objeto permanente e sólido, mais adequado do que o som para constituir a unidade da língua através dos tempos. **Pouco importa que esse liame seja superficial** e crie uma unidade puramente factícia: é muito mais fácil de apreender que o liame natural, o único verdadeiro, o do som.

2º – Na maioria dos indivíduos, as **impressões visuais são mais nítidas e mais duradouras** que as impressões acústicas; dessarte, eles se apegam, de preferência, às primeiras. **A imagem gráfica acaba por impor-se** à custa do som.

3º – A língua literária aumenta ainda mais **a importância imerecida da escrita**. Possui seus dicionários, suas gramáticas; é conforme o livro e pelo livro que se ensina na escola; a língua regulamentada por um código; ora, tal código é ele próprio uma regra escrita, submetida a um uso rigoroso: a ortografia, e eis o que confere à escrita uma importância primordial. Acabamos por esquecer que aprendemos a falar antes de aprender a escrever e **inverte-se a relação natural**.

4º – Por fim, quando existe desacordo entre a língua e a ortografia, o debate é sempre difícil de resolver por alguém que não seja o linguista; mas como este não tem voz em capítulo, a forma escrita tem, quase fatalmente, superioridade; **a escrita se arroga**, nesse ponto **uma importância que não tem direito**. (CLG, 2012, p. 59-60, grifo nosso).

Em relação ao primeiro ponto da abordagem de Saussure, a ideia de uma escrita artificial, contrapondo ao caráter natural da fala, é compreensível, uma vez que considera a invenção da escrita. Além disso, a defesa de um vínculo natural, realizado pelo som, advoga uma perspectiva inata da linguagem, na qual o homem está para a fala, mas não para a escrita; nasceu para falar, não para escrever. O segundo ponto trabalha a ideia de imposição do gráfico sobre o som, com a justificativa de durabilidade e nitidez. Esse caráter autoritário da escrita é explorado no terceiro argumento saussuriano, com uma crítica que invade os bancos escolares. Nessa percepção, diante da lógica natural de que o homem fala primeiramente e, depois, escreve, juntamente com a língua literária, verificamos uma supervalorização da escrita e o escamoteamento da fala. Como argumento final, o inglório papel do linguista diante das questões da língua favorece o *status* da escrita.

Dito isso, os sistemas ideográfico e fonético são apresentados à discussão. Do ideográfico, o CLG reserva o exemplo do funcionamento da escrita chinesa. Releva, assim, o fato do ideograma e da palavra falada representarem signos da ideia. A escrita atua, nesse domínio, como segunda língua, “quando duas palavras faladas têm o mesmo som, ele [o chinês] recorre amiúde à palavra escrita para explicar seu pensamento.” (CLG, 2012, p. 60, acréscimo nosso). Na discussão saussuriana, isso não é um problema para esse sistema de escrita, porque as palavras se incorporam ao signo gráfico. Embora estabeleça argumentos sobre a ideografia, Saussure confere especial interesse ao sistema fonético e direciona seu estudo ao alfabeto grego. Diante disso, reveste sua questão com a incoerência da escrita em se impor para realizar a notação da fala.

Nessa perspectiva, o linguista reúne *as causas do desacordo entre a grafia e a pronúncia*. A primeira diz respeito à evolução da língua, contrapondo-se à estaticidade da escrita. Em sua percepção, isso denota a desarmonia da grafia e o que nela está representado. Como segunda causa, o CLG sugere o empréstimo de alfabetos entre os povos. Há, nisso, uma incompletude própria do sistema gráfico em servir plenamente à função. A terceira causa corresponde à desconsideração da etimologia na atividade gráfica. Na análise do CLG, é errôneo, portanto, o princípio da escrita etimológica.

Dadas às causas, o CLG trata de exprimir seus efeitos. Das diversas incoerências da escrita, “Uma das mais deploráveis é a multiplicidade de signos para representar um mesmo som.” (CLG, 2012, p. 62-63). Valendo-se de uma série de exemplos, Saussure determina certa irracionalidade das grafias, cuja significância pode ou não ter alguma correspondência com a língua. É desse modo que se instituem escritas vacilantes, “ortografias flutuantes que representam tentativas feitas em diversas épocas para figurar os sons.” (CLG, 2012, p. 63). A

visão saussuriana determina a incapacidade da escrita em dar conta de muitos elementos fônicos. “Disso resulta a complicação de que, em face de duas grafias para uma mesma forma, não se pode sempre decidir se se trata realmente de duas pronúncias.” (CLG, 2012, p. 63). A questão se refere à impossibilidade de estabelecer o caráter da mudança, isto é, se é de natureza fonética ou gráfica.

Nessa perspectiva, Saussure reprova a escrita, porque ela “obscurece a visão da língua; não é um traje, mas um disfarce.” (CLG, 2012, p. 63). Para avaliar a evidência de sua constatação, ele apresenta como exemplo ortográfico a “palavra francesa *oiseau*, em que nenhum dos sons da palavra falada (*wazo*) é representado pelo seu signo próprio; nada resta da imagem da língua.” (CLG, 2012, p. 63). Na percepção saussuriana, essa não correspondência entre a escrita e sua representação fônica é o que oferta ilegitimidade à escrita. Assim, o gráfico apresenta-se como normatizador do conteúdo fônico, colocando a língua em posição de dependência da forma escrita, relação que contraria o princípio saussuriano de que a única razão da existência da escrita é a de representar a língua, a qual detém sua autonomia.

O ponto fulcral desse embate entre a grafia e a pronúncia estabelece a história evolutiva da palavra como determinante de sua pronúncia, reintegrando-se, dessa forma, sua ascensão etimológica. A tirania da letra justifica-se, nesses rompantes da escrita e em sua postura impositiva, devido a fatores que, para Saussure, influenciam a língua modificando-a. O linguista genebrino trata o caso das pronúncias viciosas, oriundas da imagem visual, como patologia. É nesse sentido que a escrita se torna estranha à língua.

Para abrir o capítulo VII, sobre *A fonologia*, Saussure convoca a seguinte metáfora: “Quando se substitui a escrita pelo pensamento, aqueles que são privados dessa imagem sensível correm o risco de não perceber mais que uma massa informe com a qual não sabem o que fazer. É como se tirassem os flutuadores de cortiça ao aprendiz de natação.” (CLG, 2012, p. 66). Lançando mão dessa metáfora, Saussure avança sua reflexão sobre a necessidade de o linguista se desprender do apoio enganoso da escrita, dada sua grafia imperfeita dos sons, a fim de estudar os sons em si e por si.

Nesse viés de interesse da realidade do sistema fonológico, principalmente de uma língua viva, o método não consiste em “dizer como se pronuncia cada letra na língua em que querem descrever”, mas “estabelecer o sistema de sons tal como é reconhecido pela observação direta; observar o sistema de signos que servem para representar – imperfeitamente – os sons.” (CLG, 2012, p. 71). É a partir desse movimento que se pode apresentar um sistema fonológico.

Da exposição saussuriana impressa no CLG, depreendemos as suas considerações da prioridade da fala na manifestação da língua, bem como sua reivindicação pelas unidades e

relações abstratas e a abdicação da manifestação gráfica na atividade do linguista. Compreendemos, assim, o conjunto argumentativo saussuriano. Indubitavelmente, é substancial e cumpre com os objetivos dos seus fundamentos, no entanto, desperta nossa atenção o aparente gesto de Saussure de excluir a escrita do estudo do linguista, uma vez que há momentos em que o CLG constrói referências valendo-se da escrita. Isso nos faz pensar nas seguintes questões: há algo suprimido, pelos editores, nesse discurso de Saussure? A visada de Saussure, encaminhando a ciência no campo da semiologia, tem algo mais a dizer, já que fala da escrita? Podemos dizer que esse rechaço, instituído e derivador de reflexões posteriores, tece a possibilidade da leitura de Benveniste, em suas interseções em torno da escrita? Questões que precisamos analisar. Por isso, encaminhamos, na seção seguinte, a perspectiva de estudiosos de Saussure, especialmente, as reflexões que destinam um olhar para o nosso objeto de estudo.

2.2 O MOVIMENTO POSTERIOR AO *CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL*: NOVAS NUANCES DA VISÃO SAUSSURIANA DA ESCRITA – O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO

Principiamos o debate desta seção, destacando as considerações de Coulmas (2014). Para o pesquisador, o argumento saussuriano contra a escrita tem suas falhas. A primeira reside na passagem em que Saussure assegura que a escrita é “estranha ao sistema interno.” (CLG, 2012, p. 57). Em relação a esse aspecto, o referido linguista assevera:

a escrita, a menos que fosse um código gráfico totalmente independente, tem de estar relacionada com o sistema interno da língua de um modo ou de outro; do contrário, não poderia ser interpretada em termos linguísticos, o que, porém, parece ser exatamente o caso. A escrita tem de ser legível, e isso significa interpretável com base em relações associativas mais ou menos sistemáticas entre som, significado e sinal gráfico dentro do quadro de dada língua. (COULMAS, 2014, p. 18).

Em razão disso, relacionar-se com o sistema da língua é inerente à escrita. A segunda falha, na visão de Coulmas (2014, p. 18), concerne à abordagem da primazia da língua face a um desacordo entre língua e ortografia, pois Saussure conclui que “a escrita se arroga, nesse ponto, uma importância que não tem direito.” (CLG, 2012, p. 60). Diante de tal assertiva, Coulmas (2014) percebe que, mesmo Saussure tendo reconhecido a influência da escrita no modo como operamos a língua, ou sua influência impactada na própria língua, a expressão do CLG ressalta a prepotência da escrita e, com isso, deixa escapar a oportunidade de motivar o estudo da “interação entre fala, escrita e língua.” (COULMAS, 2014, p. 18). A crítica de Coulmas (2014) é pertinente, conforme as motivações deste estudioso e não está isolada, já que

outros pesquisadores também evidenciam estranhamento acerca de muitos argumentos elaborados no CLG.

Face a isso, encontramos a possibilidade de instituir um novo objetivo em relação ao texto saussuriano, o de (re)textualizar o discurso do capítulo *Representação da língua pela escrita*, partindo do valor do emprego da palavra “representação”. Parece-nos que a leitura do emprego da palavra suscita em Émile Benveniste algumas motivações argumentativas no conjunto de suas lições. Notamos que, em torno da noção de “representação”, orbitam os termos que estabelecem, à primeira vista, o sentido depreciativo da escrita. Todavia, outras passagens do CLG apontam que o raciocínio argumentativo saussuriano de “representação” configura certa ambivalência. É o caso da apresentação da escrita no capítulo sobre o *Valor*. Há, nele, outro modo de refletir a escrita, distinto do capítulo VI. Vejamos.

Ao tratar do *Valor linguístico considerado em seu aspecto material*, Saussure concorda que a escrita é um sistema de signos; pertence, portanto, à semiologia. A semiologia saussuriana concebe-a como uma ciência que estuda “a vida dos signos no seio da vida social.” (CLG, 2012, p. 47). Nesse projeto científico, “A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos- mudos, aos ritos simbólicos [...]” (CLG, 2012, p. 47). Embora, no CLG, não se explicita o lugar da escrita na semiologia geral, expressasse que a escrita detém características que a tornam um sistema semiológico. Então, valendo-se da escrita, “como termo de comparação para esclarecer toda a questão” (CLG, 2012, p. 166), o discurso saussuriano altera o estatuto da escrita. Aquele que lê *Representação da língua pela escrita* projeta encontrar a escrita em posição relativa com a língua. Entretanto, os registros sucessores determinam a escrita, representando e atuando sobre o valor do signo; essa noção é fundamental para a concepção de língua na aceção saussuriana.

Chiss e Puech (1996) apontam a possibilidade de “indicar em Saussure uma outra leitura da referência à escrita.” (p. 48). Os autores sugerem “deslocar os problemas da ordem *tética* (quais são as teses de Saussure sobre a escrita? Quais são as propriedades atribuídas a esse objeto?) para a ordem *reflexiva-epistemológica*.” (CHISS; PUECH, 1996, p. 48, grifo dos autores). Seguindo esse modo de ver a questão, torna-se interessante a análise do aspecto representável da língua. Nesse caminho, a teoria do valor propicia à escrita outra função. Ou seja, se vista sob o prisma do capítulo VI, a escrita serve de propósito comparativo para identificar as divergências e convergências em relação à língua falada. Já no capítulo IV, a argumentação da escrita trabalha para dimensioná-la, segundo Chiss e Puech (1996), em uma “função *operatória* de esquematização dos processos linguísticos sem suporte representativo.”

(p. 49, grifo dos autores). É importante destacar que, em nossa leitura, é a referência a essa dupla leitura que Benveniste sustenta a apresentação de sua interpretação sobre a escrita.

Conforme Chiss e Puech (1996), a escrita da abordagem do CLG abre simultaneamente “a possibilidade de uma compreensão do *objeto* escrita no horizonte da formalização e coloca o problema do estatuto a ser conferido à questão da escrita na contribuição da linguística.” (p. 49, grifo dos autores). Saussure ocupou-se de uma linguística da língua e designou a necessidade de desenvolver uma semiologia, cuja base é o signo. No entanto, se conduzirmos a questão da escrita para além do signo, enquanto objeto de estudo, tomando a língua como tal, a noção de representação, como se supõe no capítulo VI, não cumpre plenamente o seu propósito. Desse modo, a função da escrita, projetada nesse capítulo, é a de uma escrita apresentada no curso da história linguística. A escrita do ponto de vista do capítulo IV está ligada à língua, já que é o exemplo da escrita de que se vale Saussure para responder ao que é essencial na língua. A *representação* da escrita assume, por isso, vínculo com o projeto semiológico. Façamos, nas próximas seções, a inserção dessa observação.

2.2.1 Falar da língua e pensar a escrita: uma face da reflexão saussuriana

Testenoire (2016), em trabalho realizado sobre o conceito de língua escrita na teorização linguística, atenta que a única ocorrência da locução língua escrita no CLG encontra-se no capítulo I sobre a *Visão geral da história da linguística*, quando determina que “a crítica filológica é falha num particular: apega-se muito servilmente à língua escrita e esquece a língua falada.” (CLG, 2012, p. 32). Isso confirma que o aspecto retido da exposição saussuriana, na edição do CLG, é o da escrita segundo um olhar histórico. Considerando a ausência dessa locução e o que se evidencia no capítulo VI, Testenoire trabalha com a hipótese de que a escrita em Saussure se desenvolve duplamente, em um processo de velamento e desvelamento da língua.

A partir da perspectiva presente em Testenoire (2016), como também em Chiss e Puech (1996), podemos construir um diálogo que não esteja centrado no que muitos pesquisadores consideram ser o fonologismo de Saussure. Esse outro ponto de vista também importa para que não cometamos o erro de uma leitura reduzida, conservada apenas na palavra do CLG; devemos admitir que “É um estranho fonologismo que, para argumentar sobre a especificidade da língua, toma o exemplo da escrita, e [...] para explicar o que significa o *arbitrário*, [...] o *diferencial*.” (CHISS; PUECH, 1996, p. 52, grifo dos autores). Esse estranhamento sinalizado pelos autores nos é provocador. Essa outra face saussuriana é examinada por Testenoire (2016), ao atentar

para que sejam observados tanto as notas preparatórias dos cursos, entre 1907 e 1911, quanto os cadernos dos estudantes.

Nesse conjunto de textos, há subsídios constantes de que a língua escrita é objeto que também figura o pensamento saussuriano. No entanto, a tradição da leitura do CLG, sem considerar o seu modo de composição, não evidencia apenas o desconhecimento da organização reflexiva na exposição de Saussure, interfere, pois, na gênese de sua linguística. Assim, parte do estudo de Testenoire (2016) pode nos auxiliar na compreensão desse suposto distanciamento da escrita no quadro reflexivo saussuriano.

Antes de iniciarmos essas considerações, queremos ressaltar o posicionamento de Cruz (2016), ao destacar que “Saussure teria fundado a linguística, certamente, mas ao preço da exclusão de elementos fundamentais da comunicação humana.” (p. 36). Esse pesquisador retoma a percepção de Calvet, no posfácio da edição do CLG, elaborada por Tullio De Mauro. Nesse texto, Calvet observa, a respeito do CLG, que “o livro que o leitor tem em mãos não foi lido senão de maneira seletiva. São sempre as mesmas passagens citadas, relativas às célebres dicotomias, o signo linguístico e o valor.” (CALVET apud CRUZ, 2016, p. 36). Diante disso, é oportuno apresentarmos perspectivas que reintegrem à discussão de Saussure um elemento como a escrita, compreendendo quais reflexões se conectam a essa questão.

Assim, começemos por observar que a exclusão do fenômeno da escrita, mediante um campo linguístico em constituição, é uma decisão acordada entre o mestre e seus alunos no curso de Saussure. Isso é perceptível na expressão saussuriana, contida em uma versão crítica do CLG, sobre a qual podemos ver a seguinte assertiva: “Nós nos limitaremos, portanto, resolutamente à língua falada [...] a língua (da qual nós eliminaremos a escrita!⁴²).” (SAUSSURE apud TESTENOIRE⁴³, 2016, p. 37, tradução nossa).

Com isso, percebemos a supressão, no CLG, de uma decisão tomada por Saussure que conduz o seu caminho reflexivo proposto aos estudantes. O que consta por trás disso, e quase não evidenciado, consoante a pesquisa de Testenoire (2016), é que Saussure propõe, nesse primeiro curso, separar a linguística em duas ciências distintas, considerando, para isso, o critério da escrita. A materialidade dessa observação está no caderno de Albert Riedlinger:

⁴² «Nous nous confinerons donc résolument dans la langue parlée⁴² [...] la langue (dont nous avons éliminé l'écriture !). (SAUSSURE apud TESTENOIRE, 2016, p. 37).

⁴³ Testenoire cita SAUSSURE, Ferdinand de (1968). Cours de linguistique générale. Tome 1, édition critique de Rudolf Engler, Wiesbaden, Otto Harrassowitz. p. 562.

O erro sugerido pela escrita sendo geral, podemos dizer que as leis fonéticas são transformadas quando a língua falada se une a um sistema de signos escritos. Temos então na língua dois eixos semiológicos; mesmo se considerarmos esses fenômenos de falseamento como regulares e não como patológicos, temos duas ciências linguísticas e devemos considerar a língua falada absolutamente separada da língua escrita⁴⁴. (SAUSSURE apud TESTENOIRE⁴⁵, 2016, p. 37-39, tradução nossa).

Da anotação de Riedlinger, surgem duas hipóteses para justificar o caminho escolhido por Saussure durante sua exposição. A primeira, de acordo com Testenoire (2016), é de caráter pedagógico. Se usada nesse sentido, propor duas ciências linguísticas serve como recurso persuasivo para que os estudantes compreendam que língua e escrita formam sistemas semiológicos distintos. A segunda direciona essa divisão para uma proposição epistemológica. Dessa maneira, a nota de Riedlinger não sugere uma semiologia da escrita externa. A divisão da linguística, organizada pelo critério da escrita, pode, mais uma vez, ser atestada, segundo Testenoire (2016), recorrendo-se às notas dos cadernos de Léopold Gautier e Albert Riedlinger:

Gautier: Nós nos encontramos novamente diante de um duplo aspecto. Há uma nova correspondência entre dois sistemas e essa correspondência varia com as escritas.

Riedlinger: A língua escrita e a língua falada, <aquí novamente> uma das correspondências da língua, um dos dois lados: temos a dualidade dos sistemas de signos em correspondência⁴⁶. (SAUSSURE apud TESTENOIRE⁴⁷, 2016, p. 38, tradução nossa).

A abordagem que encaminha a duplicidade da língua, constituindo disciplinas diferentes, pertence, novamente, à proposição de um ponto de vista didático. Ou seja, Saussure manifesta a necessidade de estudar na língua o que é da ordem da fala e o que é da ordem da escrita. Em sua conferência, ele institui o estudo da língua como objeto da linguística, e, ao estudar a língua, reconhece o estudo de uma linguística da língua falada, deixando à parte a escrita.

⁴⁴ «L'erreur suggérée par l'écriture étant générale, on peut dire que les lois phonétiques se transforment quand la langue parlée s'adjoint un système de signes écrits. On a alors dans la langue deux axes sémiologiques ; même si l'on considère ces phénomènes de falsification comme réguliers et non pas comme pathologiques, on a deux sciences linguistiques et il faut considérer la langue parlée tout à fait séparément de la langue écrite». (SAUSSURE apud TESTENOIRE, 2016, p. 37-39).

⁴⁵ Testenoire cita SAUSSURE, Ferdinand de (1996). *Premier cours de linguistique générale (1908-1909). D'après les chaires d'Albert Riedlinger et Charles Patois*, édition d'Eisuke Komatsu et George Wolf, Amsterdam, Elsevier, p. 10.

⁴⁶ Gautier: Nous nous trouvons de nouveau devant un aspect double. Il y a là une nouvelle correspondance entre deux systèmes et cette correspondance varie avec les écritures.

Riedlinger: La langue écrite et la langue parlée, <voilà encore> une des correspondances de la langue, un des doublés côtés: on a dualité des systèmes de signes dans la correspondance. (SAUSSURE apud TESTENOIRE, 2016, p. 38).

⁴⁷ Testenoire cita SAUSSURE, Ferdinand de (1968). *Cours de linguistique générale. Tome 1*, édition critique de Rudolf Engler, Wiesbaden, Otto Harrassowitz, p. 505.

Acompanhemos o desenvolver dessa questão, partindo do registro de Riedlinger: “Não há outros fatos que nos permitam situar, classificar a língua?⁴⁸” (GODEL, 1957, p. 12, tradução nossa). Isso se completa com a palavra de Gautier, segundo o qual “Língua e escrita. Isso parece solidário, e, no entanto, é preciso distinguir radicalmente entre elas⁴⁹.” (GODEL, 1957, p. 12, tradução nossa). A distinção a qual se refere Saussure é a de considerar que “A palavra falada sozinha é o objeto da linguística⁵⁰.” (GODEL, 1957, p. 12, tradução nossa). Essa reflexão está situada paralelamente ao raciocínio saussuriano sobre a classificação da língua no tempo, como assegura a nota de Riedlinger: “A classificação da língua no tempo somente é possível porque se escreve a língua. Não podemos, portanto, recusar toda importância à escrita⁵¹.” (GODEL, 1957, p. 12, tradução nossa). A nota de Gautier acresce a explicação: “De fato, além de marcar um estágio da civilização e de aperfeiçoamento no emprego da linguagem, a língua escrita e a escrita não permanecem sem reagir sobre a língua falada⁵².” (GODEL, 1957, p. 12, tradução nossa). Na medida em que nos apropriamos das notas que perfazem as aulas de Saussure, torna-se visível a intenção desse professor em elaborar um cenário cujos argumentos permitam que os alunos construam e acompanhem a visão teórica do mestre.

Nesse sentido, entendemos que Saussure posiciona a escrita em segmentos que o ajudam a contrapor o que se concebe acerca da escrita, para, posteriormente, reconduzi-la a outros caminhos, o linguístico, o semiológico. No viés da refuta, Saussure avança a reflexão, estabelecendo que “Apenas as línguas escritas tornaram-se literárias. A importância da escrita para a língua é tal que nos perguntamos se a linguística não é uma ciência filológica⁵³.” (GODEL, 1957, p. 13-14, tradução nossa). Levantando essa questão, Saussure consegue posicionar os argumentos de distinção entre Filologia e Linguística. Para isso, retoma, em sua classe, a reflexão do seu professor em Paris, Louis Havet: “M. L. Havet diz que vimos a linguística caminhar constantemente na direção da filologia e se confundir com ela⁵⁴.” (GODEL, 1957, p. 14, tradução nossa). Assegurando não compartilhar dessa opinião, Saussure preenche os motivos do desacordo, ao configurar o lugar da linguística. Assim, nega a ideia de tomar a língua de todos os lados, pois “É preciso tomar o que parece essencial ao sentimento, e

⁴⁸ «N’y a-t-il pas d’autres faits qui nous permettent de situer, de classer la langue?» (GODEL, 1957, p. 12).

⁴⁹ «Il semble que ce soit solidaire, et cependant il faut distinguer radicalement entre elles». (GODEL, 1957, p. 12).

⁵⁰ «Le mot parle seul est l’objet de la linguistique». (GODEL, 1957, p. 12).

⁵¹ «Le classement de la langue dans le temps n’est possible que parce que que la langue s’écrit. On ne peut donc refuser tout le importance à l’écriture». (GODEL, 1957, p. 12).

⁵² «En effet, outre qu’elles marquent un stade de la civilization et de perfectionnement dans l’emploi du langage, la langue écrit et l’écriture ne restent pas sans réagir sur la langue parlée». (GODEL, 1957, p. 12).

⁵³ «Ce ne sont que les langues écrites que sont devenues littéraires. L’importance de l’écriture pour la langue est telle qu’on s’est demandé si la linguistique n’est pas une science philologique». (GODEL, 1957, p. 13-14).

⁵⁴ «M. L. Havet dit qu’on aurait vu la linguistique marcher constamment dans la direction de la philologie et se confondre avec elle». (GODEL, 1957, p. 14).

então podemos atribuir ao resto o seu verdadeiro lugar na língua⁵⁵.” (GODEL, 1957, p. 14, tradução nossa).

Nesse percurso, Saussure anuncia que a língua é um sistema de signos e que se deve desenvolver esta ciência dos signos, elaborando, então, uma semiologia, voltada para o princípio do signo. A semiologia saussuriana é, no tocante a isso, *sígnica*. Em virtude disso, propomos, em seguida, estabelecer, com mais detalhe, esse lugar da semiologia nas reflexões de Saussure, pois o percurso estabelecido na obra *Últimas aulas no Collège de France*, apresentado posteriormente, parte do olhar de Benveniste sobre a semiologia na perspectiva saussuriana e se encaminha para a proposição de uma semiologia benvenistiana. Isto é, a semiologia que propõe Benveniste, reconhecida como *Semiologia da língua*, assume o princípio semiótico, pautado no princípio do signo saussuriano, portanto, uma língua que se faz semiótica, mas, simultaneamente, desenvolve outro princípio da língua, o semântico. Este em que a língua surge dotada da capacidade de produzir sentidos. Essa engrenagem entre semiótico e semântico é constitutiva da maneira de Benveniste ver a língua em discurso e de propor o objeto da semiologia, este de examinar *as relações entre os sistemas* e de *definir o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos*. Isso posto, passemos ao conjunto dessas considerações.

2.3 A SEMIOLOGIA SAUSSURIANA E SEU PRINCÍPIO FUNDAMENTAL

Para ampliarmos nossa visão do prospecto semiológico saussuriano, buscaremos ver o que se apresenta além da passagem que anuncia a semiologia no *Curso de Linguística Geral*. Por isso, somaremos à leitura do trabalho de Godel (1957) os *Escritos de Linguística Geral* (ELG, 2004). Pretendemos destacar, ainda, como a escrita se faz presente nesses encaminhamentos saussurianos.

Partimos da afirmação saussuriana de que “A língua nada mais é do que um *caso particular* da teoria dos Signos [...] por esse fato apenas, ela já se encontra na impossibilidade absoluta de ser uma coisa simples.” (ELG, 2004, p. 189, grifo do autor). Essas características que informam a complexidade e a particularidade da língua na teoria geral dos signos também pertencem ao lugar da escrita como indica Saussure: “ainda que, na teoria geral dos signos, o caso particular dos signos vocais não seja mil vezes o mais *complexo* de todos os casos particulares conhecidos, tais como a *escrita*, a *cifragem*.” (ELG, 2004, p. 189, grifo do autor). Essa passagem consta nas *Notas para um artigo sobre Whitney*, datado de 1894.

⁵⁵ «Il faut prendre ce qui apparaît essentiel au sentiment, et alors nous pourrions assigner au reste sa véritable place dans la langue». (GODEL, 1957, p. 14).

A pesquisa de Arrivé (2010) evidencia que é nesse artigo dedicado a Whitney que Saussure manifesta sua preocupação em relação à semiologia pela primeira vez. De acordo com Arrivé (2010), nesse texto, o termo semiologia “vem com a particularidade de ser tomado não com o sentido de ‘ciência dos signos’, mas com o sentido de ‘linguagem-objeto’.” (p. 98). A percepção de Saussure concentra-se na “especificidade da linguagem entre outros objetos possíveis da semiologia.” (ARRIVÉ, 2010, p. 98). Por isso, no artigo de homenagem, Saussure reconhece o esforço de Whitney em “não tirar conclusões absurdas, sobre a Linguagem, da obra da gramática.” (SAUSSURE, 2004, p. 176). O ponto de vista de Whitney sobre a linguagem interessa a Saussure, uma vez que, ao refletir a caminhada do sanscritista do Yale College, destaca as dificuldades da linguística e o enfrentamento necessário das questões e dos pontos de vista emergentes sobre o estudo das línguas. A semiologia surge, então, refletida na apreensão do significado e da identidade da linguística em si.

Nesse campo de definições e inserções, Saussure declara que “A linguagem é uma instituição SEM ANÁLOGO (juntando-se a ela a escrita).” (ELG, 2004, p. 182, grifo do autor). Esse estatuto da linguagem, enquanto instituição humana, é transposto de Whitney, cuja abordagem, na visão de Saussure, mudou o eixo da linguística. Refletindo sobre a natureza da linguagem, Saussure traça esta advertência: “tal que todas as outras instituições humanas, *salvo a da escrita*, podem apenas nos enganar sobre sua verdadeira essência se confiarmos, por infelicidade, em sua analogia.” (ELG, 2004, p. 181, grifo do autor). Essa nota sobre a língua e a escrita encontra-se seguida do argumento sobre a ausência da relação entre a escrita da palavra e sua designação; trata-se da tentativa saussuriana de demonstrar que “a instituição de um signo qualquer, por exemplo [...] *cow* ou *vacca*, para designar a ideia de *vaca*, é baseada sobre a própria *irrazão*.” (ELG, 2004, p. 184).

Por esse caminho de razões, Saussure empenha-se em considerar a inutilidade de “refletir antes de entender a *natureza* do agente escolhido para o gênero de semiologia especial que é a semiologia linguística.” (ELG, 2004, p. 100, grifo do autor). Tomando a linguística pelo que ela tem de próprio, define-se também a sua atuação, ou seja, ela é afastada tanto das ciências naturais quanto das ciências históricas. A linguística pertence “a um compartimento de ciências que, se não existe, deveria existir sob o nome de *semiologia*, ou seja, ciência dos signos ou estudo do que se produz quando o homem procura exprimir seu pensamento por meio de uma convenção necessária.” (ELG, 2004, p. 223, grifo do autor).

Isso posto, Saussure acrescenta: “Entre todos os sistemas semiológicos, o sistema semiológico ‘língua’ é o único (com a escrita, de que falaremos oportunamente) que passou pela prova de se ver em presença do *Tempo*.” (ELG, 2004, p. 223-224, grifo do autor). Como

podemos notar, Saussure não ignora a escrita em suas reflexões, ou sustenta um posicionamento apenas para subjugar-lá. É notável a presença da escrita em seu complexo teórico, como notável também é que Saussure pretendia se ocupar dela *oportunamente*. Estamos diante de uma atitude “provisória”, haja vista esse colocar em campo todo um quadro de relações e definições; fala-se de semiologia e de sistema de signos ao mesmo tempo em que se fala de língua, linguística, objeto do linguista.

Esse lugar periférico designado à escrita é justificado por uma razão maior, a de ajustar o lugar da língua e dizer o que é a língua. Essa definição basilar de que a língua é um *sistema* é construída por Saussure com certa tecnicidade, pois o termo *sistema* apresentado “como *funcionamento* ou *mecanismo* remete a uma característica julgada fundamental das *unidades linguísticas*: a de que é impossível apreendê-las fora do sistema específico em que elas são tomadas, pois é nele que está seu modo de realidade.” (NORMAND, 2009b, p. 50, grifo da autora). Sem essas relações, as unidades linguísticas perdem sua significação, perdem, então, seu caráter linguístico.

Nesse contexto, “Dizer *sistema* é definir um *interior*, uma ordem própria da língua.” (NORMAND, 2009b, p. 50). Essa determinação está ao lado da compreensão do que venha a ser a semiologia, observemos:

antes de mais nada a língua *é um sistema de signos*, [...] é preciso recorrer à ciência dos signos, que nos mostra em que podem consistir os signos, suas leis etc. Essa ciência não existe nas disciplinas conhecidas. Isso seria uma semiologia⁵⁶. (GODEL, 1957, p. 14-15, tradução nossa).

O quadro da explanação saussuriana de uma semiologia reúne uma série de argumentos para a compreensão de suas implicações. Por essa razão, Saussure apresenta a insuficiência de muitas analogias “entre os sistemas de signos diferentes da escrita⁵⁷.” (GODEL, 1957, p. 18, tradução nossa). O fato de que “a língua não abarca toda espécie de signos⁵⁸” (GODEL, 1957, p. 15, tradução nossa) aponta que “Deve existir uma ciência dos signos mais ampla do que a linguística. (Sistema de signos marítimos, dos cegos, dos surdos-mudos, e enfim o mais importante: a própria escrita!)⁵⁹.” (GODEL, 1957, p. 15, tradução nossa). Os apontamentos da apresentação de Saussure vinculam-se ao objetivo de colocar a língua como sistema de signos

⁵⁶ «N'est-il pas évident qu'avant tout la langue *est un système de signes*, et qu'il faut recourir à la science des signes, qui nous fait connaître en quoi peuvent consister les signes, leurs lois, etc. Cette science n'existe pas dans les disciplines connues. Ce serait une sémiologie ». (GODEL, 1957, p. 14-15).

⁵⁷ «et aussi retrouver des analogies entre les systèmes de signes autres que l'écriture » (GODEL, 1957, p. 18).

⁵⁸ «la langue n'embrasse pas toute espèce de signes.» (GODEL, 1957, p. 15).

⁵⁹ «Il doit donc exister une science des signes plus large que la linguistique. (Systèmes de signes: maritimes, des aveugles, des sourds-muets, et enfin le plus important: l'écriture elle-même !)» (GODEL, 1957, p. 15).

em estudo, já que a língua “é o exemplo principal de um sistema de signos [...], e é apenas estudando os signos da língua que reconheceremos os seus aspectos essenciais, a vida⁶⁰.” (GODEL, 1957, p. 20, tradução nossa). Colocando a língua em perspectiva, elabora-se a possibilidade de uma semiologia que olha a linguística como ciência da língua, “em torno da língua, é evidente que temos diante de nós uma ação social do homem muito particular para constituir uma disciplina⁶¹.” (GODEL, 1957, p. 18, tradução nossa).

Acrescemos a esse conjunto de formulações o que se diz no CLG: “Pode-se, então, conceber *uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social*; [...] chamá-la-emos de *Semiologia*.” (CLG, 2012, p. 47). Sobre essa metáfora da *vida*, Arrivé (2010) faz esta observação: esta metáfora discreta “visa aqui ao *funcionamento* dos signos. É isso o que está assegurado pelos esclarecimentos anteriormente feitos ao objeto da linguística: signos, claro, mas nos sistemas que eles constituem e dos quais são inseparáveis.” (p. 48). Notemos, desse modo, a inserção de um campo de atuação no qual “cabe ao linguista constituir a linguística em ciência semiológica ao distingui-la das outras ciências semiológicas⁶².” (GODEL, 1957, p. 18, tradução nossa). Quando Saussure apresenta o existir de uma semiologia, algo maior se institui, pois, vinculada à semiologia, a língua, “pela primeira vez, não parece caída do céu⁶³” (GODEL, 1957, p. 19, tradução nossa), adquire *status* de objeto científico, passa a organizar uma ciência e a atribuir o papel do seu pesquisador.

E se apresentamos como técnica a noção de *sistema*, é porque estruturar a arquitetura de uma semiologia, segundo os fundamentos saussurianos, significa trabalhar a partir do princípio do *valor*, pois ele é “a essência da língua, [...] uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores*.” (ELG, 2004, p. 30, grifo do autor). O *princípio fundamental da semiologia* é, assim, descrito em nota por Saussure:

Não há, na língua, nem *signos* nem *significações*, mas DIFERENÇAS de signos e DIFERENÇAS de significação; as quais 1º só existem, absolutamente, umas através das outras (nos dois sentidos) sendo, portanto, inseparáveis e solidárias; mas 2º não chegam jamais a se corresponder diretamente. (ELG, 2004, p. 65, grifo do autor).

⁶⁰ «C'est que l'exemple principal d'un système de signes [...], et ce n'est qu'en étudiant les signes dans la langue qu'on en connaît les côtés essentiels, la vie». (GODEL, 1957, p. 20).

⁶¹ «autour de la langue, il est évident que nous avons là devant nous une action sociale de l'homme assez particulière pour constituer une discipline». (GODEL, 1957, p. 18).

⁶² «mais c'est au linguiste à constituer la linguistique en science sémiologique en la distinguant des autres sciences sémiologiques». (GODEL, 1957, p. 18).

⁶³ «pour la première fois, elle ne semble pas tombée du ciel». (GODEL, 1957, p. 19).

Nesse *princípio fundamental da semiologia*, a língua deve ser considerada como sistema, sem que seus estados anteriores interfiram nessa consideração. Dessa maneira, “podemos afirmar que a língua não é a única de sua espécie, mas que ela está envolvida pelo círculo do que denominamos com um nome mais amplo: instituições sociais, por um certo número de coisas que é preciso estudar ao lado dela⁶⁴.” (GODEL, 1957, p. 25, tradução nossa). A semiologia tem, desse modo, seu funcionamento inscrito na língua em sociedade. A língua, pertencendo à coletividade, “é então um navio no mar, não mais no estaleiro: não podemos determinar sua rota *a priori*, pela forma de seu casco, etc.⁶⁵” (GODEL, 1957, p. 25, tradução nossa). É preciso “considerar a língua como algo de coletivo, de social: não é somente o navio sobre o mar que deve ser um objeto a ser estudado dentro da espécie navio⁶⁶.” (GODEL, 1957, p. 26, tradução nossa). A metáfora saussuriana dá à língua a ilustração de sua dinâmica, e, ao linguista, a consideração de parte do seu funcionamento.

Essa imagem do navio invoca o senso de coletividade pertencente à língua, uma vez que “um sistema de signos é feito para a coletividade como o barco para o mar.” (ELG, 2004, p. 249). A inter-relação entre a língua e a sociedade é, portanto, necessária para que se advogue a existência do *fenômeno semiológico*, “porque, em nenhum momento, contrariamente à aparência, o fenômeno semiológico, qualquer que ele seja, deixa fora de si mesmo o elemento da coletividade social.” (ELG, 2004, p. 249). Assim, “a coletividade, com suas leis, é um de seus elementos *internos* e não *externos*, esse é o nosso ponto de vista.” (ELG, 2004, p. 249, grifo do autor). Acerca disso, Normand faz a seguinte inscrição:

Com efeito o traço *social* é fundamental, mas diferente do sistema, ele não determina, em Saussure, um ponto de vista e um método próprio; poderíamos até mesmo dizer que é ao contrário que ocorre: Saussure não nega que a língua seja social (nem, aliás que a língua seja comunicação), ele afirma, como todos seus contemporâneos, que se trata de *fato social* [...] mas não que considera essa característica a mais esclarecedora para definir sua natureza específica, pois a língua partilha dessa propriedade com todas as outras instituições; o que interessa propriamente ao linguista é que ela seja um sistema de signos, uma instituição que ele chama *semiológica*. Somente esse traço permite definir um objeto próprio à linguística, uma ordem *interna*; história e sociedade são remetidas ao *externo*, que não se nega que possuam seus efeitos sobre a língua, mas cujo estudo é reservado a outras disciplinas e a um outro setor da linguística, aquele que é dito “externo”. (NORMAND, 2009b, p. 52, grifo da autora).

⁶⁴ «On peut donc affirmer que la langue n'est pas seule de son espèce, mais qu'elle est entourée dans le cercle de ce qu'on appelle d'un nom un peu large : institutions sociales - 'd'un certain nombre de choses qu'il faut étudier à, côté d'elle». (GODEL, 1957, p. 25).

⁶⁵ «est alors le vaisseau à la mer, non plus en chantier: on ne peut déterminer sa course *a priori*, par la forme de sa coque, etc». (GODEL, 1957, p. 25).

⁶⁶ «considérer la langue comme quelque chose de collectif, de social: il n'y a que le vaisseau sur mer qui soit un objet à étudier dans l'espèce vaisseau». (GODEL, 1957, p. 26).

Devemos dizer, então, que a visão de um quadro semiológico que se fundamenta em Saussure estrutura-se paralelamente a um aparelho de noções que envolve e alcança a natureza da língua enquanto *sistema*. Junto de *sistema*, Saussure trabalha a noção de *signo*. No entanto, conforme o desenvolvimento de sua argumentação, presenciamos o mestre intercambiar essa noção por *relações, valores, diferenças*. E o princípio do valor passa a ser, assim, derivado do princípio semiológico. Ainda que esse intercâmbio seja uma constante, para Saussure, não há “nenhuma diferença séria entre os termos *valor, sentido, significação, função* ou *emprego* de uma forma [...], esses termos são sinônimos.” (ELG, 2004, p. 30). Todavia, por uma preferência, “é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*.” (ELG, 2004, p. 30, grifo do autor). Esse embricamento de noções, organizado por Saussure, converge, como veremos adiante, para a amplitude dos termos em Benveniste.

Indubitavelmente, o trabalho de Saussure é de uma arquitetônica que exige conexões ainda mais avançadas do que as que propusemos aqui. Seu raciocínio, tomado nas notas manuscritas próprias ou de seus alunos, transborda ideias muito distantes de seu tempo e que ainda precisamos explorar neste tempo presente. Ocupando um lugar de escuta das explanações do mestre genebrino, pudemos “ver” o seu esforço ao fazer seus alunos acessarem essa modelagem de definições conceituais complexas e abstratas que conhecemos pelo *Curso de Linguística Geral*, nascida no seio de um conjunto de exposições pedagógicas.

E a escrita, que tanto procuramos em Saussure? A respeito dela, podemos dizer que o mestre genebrino esboça suas considerações, margeando um rio teórico mais profundo do que aparenta. Lembremo-nos desta passagem: “o sistema semiológico ‘língua’ é o único (com a escrita de que falaremos oportunamente) que passou pela prova de se ver em presença do *Tempo*.” (ELG, 2004, p. 233-234, grifo do autor). Nela, há um estudo em suspenso. Entretanto, se nos é permitida a interpretação dos fatos, essa declaração, somada às demais referências sobre a escrita que percorrem seu discurso, permite-nos pensar que Saussure projetava argumentos para sistematizar a escrita, colocando-a na veia linguística, assim como faz com a língua. É indiscutível que a escrita tem sua face *externa*, social e histórica, mas há um devir na constituição semiológica da língua e que diz respeito à escrita. Isso é indicado nas notas seguintes:

Eu penso que o duplo estudo, semiológico e histórico, da escrita (sendo que o último se torna equivalente à *fonética* no estudo da linguagem) constitui, graças à natureza da escrita, uma ordem de pesquisas quase tão digna de atenção quanto [...] Até o presente, a paleografia parece estar totalmente inconsciente desse objetivo. (ELG, 2004, p. 48).

A primeira escola de linguística não considerou a língua em sua característica de fenômeno. É preciso dizer mais. Ela ignorou o fato da *linguagem*, atirou-se diretamente à *língua*, ou seja, ao idioma (conjunto de manifestações da linguagem de um povo numa época), e só viu o idioma através do véu da escritura. Não há fala, há apenas conjuntos de letras [...]

A conquista destes últimos anos é ter, enfim, colocado não apenas tudo o que é a linguagem e a língua em seu verdadeiro nicho exclusivamente no sujeito falante seja como ser humano seja como ser social. (ELG, 2004, p. 115-116, grifo nosso).

Dessa argumentação saussuriana, alguns pontos chamam nossa atenção como o alertar de uma linguística que se pretende, desconsiderando da língua *suas características de fenômeno*. Também a consideração de uma escritura como *conjunto de letras*, que não se faz fala; trata-se do véu da escrita. Ignorar o fato da *linguagem* aponta à crítica sobre o que se considera como manifestação da língua. E se o fato de a *linguagem* não constituir apenas um *conjunto de letras*, a escritura que se propõe como *fato* também não pode ser olhada dessa maneira, mas, sim, pelo que possa caracterizá-la nas características de fala. Por fim, não podemos deixar de comentar o reconhecimento da presença de um *sujeito falante* que, a nosso ver, toma esse *conjunto de letras*, tornando-o “fala”, propondo, assim, o fato de *linguagem*. A vulgata de que a reflexão de Saussure é isenta do uso da língua se desfaz, uma vez que essa isenção é inviável a quem defende *a língua em suas características de fenômeno*.

De tudo o que expusemos até o presente momento, o aparente abandono da escrita, no curso da reflexão saussuriana, não significa, como aponta Normand (2009a), “perder o pé; para nós, é começar a tomar pé.” (p. 94). O tom saussuriano é o de quem alerta para o “suporte da escrita e a falsidade do sentido imediato” (NORMAND, 2009a, p. 94), um tom que também “deixa intacto o desejo de um outro sensível, de uma apreensão possível da língua em sua nudez.” (NORMAND, 2009a, p. 94). A metáfora saussuriana do *véu da escrita* deixa entrever um caminho de relações com a língua e com a semiologia. A aspiração de um projeto semiológico está alinhavado na elaboração científica do lugar e da natureza da língua, e isso deve ser considerado. Saussure anuncia uma semiologia geral como uma tarefa a cumprir, porém lembra que “É completamente inútil refletir antes de entender a *natureza* do agente escolhido para o gênero de semiologia especial que é a semiologia linguística.” (ELG, 2004, p. 100).

Dos movimentos de abordagem sobre o objeto de trabalho, vemos Saussure principiar, apresentando os motivos históricos; depois, estabelecer as comparações disciplinares; por fim, instituir o lugar a ser considerado na perspectiva, por ele, elaborada. Parece-nos, desse modo, que, no CLG, encontramos os motivos históricos, ao passo que, nas notas manuscritas e naquelas dos estudantes, isso se soma, introdutoriamente, à inserção da escrita nas diferentes

frentes disciplinares, faltando formular a sua visão teórica da escrita, ou então, o sistema semiológico da língua escrita como encontramos em nota.

É perceptível, assim, que o contexto de acolhida da explanação saussuriana sobre a escrita não é fácil e tampouco dotado de didatismo e logicidade. Lembremo-nos de que o linguista genebrino enfrenta a tarefa de instituir uma ciência. Por isso, pensar nos arranjos, estabelecer as refutas e incorporar construtos teóricos são atividades que devem ser consideradas na leitura desse conjunto textual tão singular. Nessa tarefa de aprender a apreender essa “massa amorfa”, é inegável o confronto saussuriano com a escrita, em sua tradição externa à língua, como inegável também é que o CLG configura um recorte da grandeza intelectual desse linguista. Desse modo, nas contradições, nas ausências, ou mesmo nas palavras deslocadas e reencontradas entre um texto e outro, podemos, sem grandes pretensões, detectar outro olhar para a forma da língua.

Retomando nossas questões de capítulo, permitimo-nos dizer que a edição do CLG suprime a clareza do percurso de reflexões que Saussure estabelece. Desconsiderar que essas declarações, endereçadas ao capítulo da escrita, advêm de um cenário constitutivo de justificativas para conceber uma ciência entoa o caráter negativo da escrita. O caminho se ressignifica à medida que a escrita surge nos encaminhamentos da língua e da semiologia. E se a língua tem um lado natural e um lado social, como ensinou Saussure, encontramos razão suficiente para não ignorar o estudo linguístico da escrita, uma vez que ela pertence ao lado social da língua; torna-se, assim, uma das maneiras de o homem entrar na língua.

Precisamos tratar, ainda, do que consideramos ser um impacto provocado pelo rechaço construído no CLG acerca da escrita. Em 1968-1969, no Collège de France, Émile Benveniste se pronuncia, propondo a sua interpretação sobre a exposição do CLG. Na base da discussão, *semiologia, língua e escrita* recebem atenção de estudo. Interessa-nos entender, deste ponto em diante, **qual é a leitura de Benveniste sobre a escrita. Sobretudo, como ela se coloca na posição de um problema em relação à língua.** Antes, contudo, é necessário pontuarmos a reflexão de Benveniste sobre sua compreensão a respeito da semiologia, pois o caminho que delimita para elaborar a sua compreensão do sistema da escrita parece ter sido sinalizado por Saussure, já que é preciso partir de uma abordagem de *relações entre os sistemas*, o sistema da língua e o sistema da escrita, inserindo-se, dessa maneira, em uma dimensão semiológica.

Para encerrarmos esta seção, tomamos de empréstimo de Normand (2009a) a justaposição destes dois nomes célebres, Saussure-Benveniste, para significar uma relação em presença constante e necessária na linguística de Benveniste. Saussure se materializa como *o homem dos fundamentos* em seu *papel precursor*; para Benveniste, ele é “Essa semente de

clareza” e “tornou-se numa grande luz, que descortina uma paisagem cheia da sua presença.” (PLG I, 2005, p. 49). A vida linguística de Benveniste é tocada profundamente pela vida linguística de Saussure, seja no gesto da concordância, seja no gesto da refuta. É nesse enlace profundo que buscamos compreender os fundamentos de Saussure, sendo revisitados e reelaborados por Benveniste. Nessa proposta que abarca as *últimas aulas*, devemos concordar com Benveniste que “Saussure cumpriu bem o seu destino”, porque “Além da vida terrena, as suas ideias brilham mais longe do que ele teria podido imaginar, e esse destino póstumo se tornou como uma segunda vida, que se confunde para sempre com a nossa.” (PLG I, 2005, p. 49). Façamos, então, o prolongamento dessas ideias projetadas nessa relação Saussure-Benveniste.

2.4 O CAMINHO DE ABERTURA A UMA SEMIOLOGIA

No primeiro capítulo deste estudo, realizamos uma inserção das *aulas* de Benveniste, ao apresentarmos sua visão sobre a elaboração da escrita no curso da história das sociedades, ou seja, as formas que os homens encontraram para representar suas ideias graficamente. Agora, o cenário das *Últimas aulas* reivindica outras proposições. Para considerá-las em perspectiva, devemos apanhar muitos dos fios que entrelaçam uma vida de textos, dedicada a pensar, especialmente, na linguística. No último estágio de pensamento, Benveniste organiza um conjunto de exposições, capaz de absorver uma caminhada teórica surpreendente. Ele age sobre o desenvolvimento teórico de uma *Semiologia da língua* e, na constituição desse campo, caminha em direção à *língua* e à *escrita*. Para entendermos a sua construção conceitual, precisamos movimentar o seu quadro de reflexões, presente nos dois tomos de *Problemas de linguística geral*, pois, nessa busca da análise do semiótico e do semântico da língua, Benveniste abre caminho para uma concepção diferente da língua e encontra, aí, a possibilidade de uma *semiologia*.

Benveniste não inaugura sua preocupação com a questão da semiologia em 1968. Uma rápida passagem por alguns de seus textos evidencia que ela pertence à história do desenvolvimento de sua linguística. Benveniste dialoga, constantemente, com essa necessidade teórica. Assim, semiologia está no interior do projeto teórico benvenistiano. Quando, em 1954, Benveniste apresenta as *Tendências recentes em linguística geral* (PLG I, 2005), o lugar de Saussure e do *Curso de Linguística Geral* tem o seu reconhecimento, já que a obra figura como um “conjunto de exposições geniais” que projeta “a língua sobre o plano de uma semiologia universal, abrindo visões para as quais o pensamento filosófico de hoje apenas desperta.” (PLG

I, 2005, p. 7). Em 1968, em entrevista dada a Guy Dumur, intitulada *Esta linguagem que faz história* (PLG II, 2006), a semiologia é, novamente, tema de discussão. Agora, ela é convocada a esclarecer a frequente confusão entre *semiologia* e *estruturalismo*.

Benveniste principia sua manifestação desta maneira: “Tenho a impressão que, nas discussões às quais o senhor faz alusão, confundem-se muitas coisas.” (PLG II, 2006, p. 34). A crítica do linguista segue com a advertência de que falta “o rigor no emprego dos termos e o conhecimento dos limites no interior dos quais querem dizer alguma coisa: são conceitos operatórios. Não é necessário tomá-los como verdades eternas.” (PLG II, 2006, p. 34). Lembremo-nos, neste momento, de que Benveniste viveu a intensidade do estruturalismo entre 1950-1960, e que a semiologia é um aporte necessário às finalidades do programa.

A possibilidade teórica de uma semiologia repercute em Benveniste, que passa a projetar o desenvolvimento de “todo o conjunto das ciências humanas”, vendo, então, “formar-se toda uma grande antropologia (no sentido de ‘ciência geral do homem’).” (PLG II, 2006, p. 38). E como “muitas coisas se colocam ou se deslocam hoje na perspectiva da língua” (PLG II, 2006, p. 40), é compreensível e justificável que Benveniste tenha delineado o seu projeto semiológico a partir de uma *Semiologia da língua*.

Essa articulação é construída com a prova de uma primeira relação semiológica entre a língua e a sociedade. *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (PLG II, 1968-2006) é o texto dedicado às considerações de que língua e sociedade se encontram “em sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado.” (PLG II, 2006, p. 97). Disso, surgem duas proposições: “em primeiro lugar a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade.” (PLG II, 2006, p. 97). O ponto teórico fundamental é o de que a língua “está investida de propriedades semânticas [...], ela funciona como uma máquina de produzir sentido.” (PLG II, 2006, p. 99). A propriedade estrutural da língua permite sua propriedade funcional da produção do sentido o qual é convocado à relação de interpretância da língua. A discussão sobre o sentido na língua também tem a sua extensão. Para isso, retrocederemos apenas ao debate impresso em *A forma e o sentido na linguagem* (PLG II, 1966-2006).

Nesse debate, a noção de semântico é introduzida no domínio de uma *língua em emprego e ação*. Segundo Benveniste, a língua exerce “sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência [...]; em resumo, organizando toda a vida dos homens.” (PLG II, 2006, p. 229). O valor da língua como *máquina de produzir sentido* insere-se no contexto do que o linguista propõe ser as “duas maneiras de ser língua, no sentido e na forma” (PLG II,

2006, p. 229), isto é, “a língua como *semiótica* [...] língua como *semântica*.” (PLG II, 2006, p. 229, grifo do autor). Essa concepção de língua, fundamentada no par semiótico e semântico, estende-se aos argumentos do quadro teórico da *Semiologia da língua* de Benveniste.

Na subseção seguinte, ocupar-nos-emos de dois fundamentos essenciais para desenvolver a especificidade dessa semiologia. Para tanto, propomos a apresentação do artigo *A forma e o sentido na linguagem*, a fim de desenvolvermos essas duas noções, seguindo as formulações de Émile Benveniste.

2.4.1 Forma e sentido: a significância bidimensional da língua

Para esclarecermos a preeminência da língua como sistema significante, abordaremos sua especificidade fundamental de ser *investida de uma dupla significância*. Os dois modos de significância da língua são o objeto de discussão de Benveniste nos encaminhamentos finais de *Semiologia da língua*, e a menção, em nota, à proposição da distinção dos dois domínios da língua remete à conferência *A forma e o sentido na linguagem*. Por isso, neste momento, procuramos verificar o que Benveniste apresenta “na sessão inaugural do XIII Congresso das Sociedades de Filosofia da Língua Francesa que se realizou em Genebra em 3 de setembro de 1966.” (PLG II, 2006, p. 64).

A forma e o sentido na linguagem é um texto de interlocução com a filosofia. Nesse seu conhecido encontro com filósofos, Benveniste submete, ao seu ponto de vista de linguista, a linguagem em sua forma e em seu sentido, tal qual indica a natureza de sua conferência. Isso, sem dúvida, é um ponto vigoroso e desconcertante não só para a filosofia, mas, sobretudo, para a linguística de seu tempo, como é possível notarmos nesta declaração: “Não só não há entre os linguistas uma doutrina reconhecida nesta matéria, mas constata-se entre muitos deles uma aversão a tais problemas e uma tendência a deixá-los fora da linguística.” (PLG II, 2006, p. 221). Diante da recusa de muitos linguistas para estudar o sentido, tais quais os seguidores da escola de Bloomfield, e o interesse dos filósofos em debater questões de linguagem, Benveniste reconhece o “esforço para situar e organizar estas noções gêmeas de sentido e de forma” (PLG II, 2006, p. 221) e apresenta uma primeira perspectiva sobre essas mesmas noções.

Para fins de aproximação, determina que “o sentido é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores.” (PLG II, 2006, p. 222). Em relação à forma, diz que é “ou a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal

destes elementos ao nível linguístico relevante⁶⁷. (PLG II, 2006, p. 222). Dadas as noções, Benveniste distancia-se desse paradigma simplista de oposição, a fim de reinterpretar forma e sentido sob a ótica do funcionamento da língua, já que “de um só golpe ela nos coloca no centro do problema mais importante, o problema da significação.” (PLG II, 2006, p. 222).

Chegamos ao ponto da afirmação de Benveniste de que “a linguagem significa, tal é o seu carácter primordial.” (PLG II, 2006, p. 222). Com isso, o linguista faz com que o espaço das considerações filosóficas seja invadido e transbordado pelo exercício do discurso. Para isso, faz questão de esclarecer que “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*.” (PLG II, 2006, p. 222, grifo do autor). Por assim ser, tudo o que entendemos por sociedade, humanidade, está inscrito na existência da própria linguagem, que é a sua significação.

Para fazer seus ouvintes compreenderem sua proposta, Benveniste realiza como inclinação inicial o contato com Saussure. Em remissão ao mestre genebrino, aponta que, inicialmente, “Diremos, com Saussure, a título de primeira aproximação, que a língua é um sistema de signos.” (PLG II, 2006, p. 224). Embora a noção de signo designe uma noção geral de significação, não há completude em sua definição. Por isso, subsequentemente, “Quando Saussure introduziu a ideia de signo linguístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ela podia ser outra coisa ao mesmo tempo.” (PLG II, 2006, p. 224). Logo, é preciso “tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante.” (PLG II, 2006, p. 224). Afiado na crítica e na língua, presenciamos Benveniste falar da manipulação inocente do termo signo. Notamos, aí, a destreza da afirmação envergada no texto de 1939, *Natureza do signo linguístico* (PLG I, 2005), e que irrompe no texto de 1966, para ampliar os limites da herança saussuriana, ao passo que afirma o terreno e as suas posições linguísticas. Vejamos:

Dizer que a língua é feita de signos é dizer antes de tudo que *o signo é a unidade semiótica*. Esta proposição, sublinhamo-la, não está em Saussure, talvez porque ele a consideraria como uma evidente decorrência, e nós a formulamos aqui no início do exame que estamos fazendo; ela contém uma dupla relação que é necessário explicitar: a noção de signo enquanto unidade e a noção de signo como dependente da ordem semiótica. (PLG II, 2006, p. 224, grifo do autor).

Apresentada a dependência semiótica da língua, Benveniste menciona a apresentação saussuriana da língua como uma ramificação de uma semiologia geral. Reconhecidamente, para

⁶⁷ Flores propõe outra tradução para substituir o termo *relevante*. O autor, a partir da edição francesa do PLG II, realiza a seguinte interpretação: “ou a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal destes elementos no nível linguístico ao qual ele tange.” (FLORES, 2013, p. 137). Seguiremos a noção de dependência construída na tradução de Flores.

Benveniste, “Isto foi o infortúnio e isto será a glória de Saussure, ter descoberto o princípio da semiologia meio século antes de seu tempo.” (PLG II, 2006, p. 225). Dito isso, a questão é ver o que há além do domínio semiótico da língua, uma vez que, neste além, inscreve-se a possibilidade de outro olhar para a propriedade semiológica fundada em Saussure. Por essa razão, a passagem do domínio semiótico ao semântico de Benveniste implica retornar a todas as noções até então empreendidas. Todavia, de outro modo e se integrando em novas relações, já que o semiótico é próprio da língua, enquanto que o semântico depende de um locutor, colocando a língua em ação, para que se realize. Podemos dizer, então, que não basta ter a língua, é preciso ser a língua. Essa noção de ser está contida no exercício da língua e do homem, ou seja, nessa ação de colocar em funcionamento uma língua, cuja força motriz é engendrada pela própria estrutura da língua que “funciona como uma máquina de produzir sentido.” (PLG II, 2006, p. 99).

Dessa nova ordem, prescindem dois movimentos. O primeiro considera a forma sintagmática realizadora do semântico, ao passo que o semiótico se mantém na relação paradigmática. Logo, substituição e conexão consolidam-se “operações típicas e complementares.” (PLG II, 2006, p. 230). O segundo movimento deve determinar a unidade formal que constitui o semântico. Desse modo, se o signo serve como unidade semiótica, a palavra se estabelece como unidade semântica. Segundo Benveniste, “a palavra reencontra assim sua função natural, como unidade necessária da codificação do pensamento.” (PLG II, 2006, p. 230). Por essa via, é no plano sintagmático que ocorre o agenciamento da língua, sua organização necessária para formalizar a expressão da ideia.

Os momentos finais da conferência *A forma e o sentido na linguagem* são dedicados a ratificar a experiência da articulação do sentido. Para tanto, Benveniste despende especificações que acompanham a natureza da forma e do sentido com vistas a delinear seu ponto de vista sobre o tema. Assim, o linguista concentra-se na análise da tradução, isto é, na capacidade de transpor o semântico e o semiótico de uma língua a outra. Para Benveniste, o semantismo de uma língua é transponível, fato que permite a sua tradução, porém há impossibilidade de transpor o seu semioticismo. Logo, também é inviável a sua tradução. Conforme Benveniste,

Atinge-se aqui a diferença entre o semiótico e o semântico.

No entanto, que a tradução se torne possível como processo global é também uma constatação essencial. Este fato revela a possibilidade que temos de nos elevarmos além da língua, de abstraí-la, de contemplá-la, ainda que utilizando-a em nossos raciocínios e em nossas observações. (PLG II, 2006, p. 233).

Com isso, Benveniste traz à luz da questão a faculdade metalinguística da língua no exercício de sua expressão semântica. Semiótico e semântico são sistemas inerentes à língua. O primeiro desempenha uma função organizacional, amparada no signo e na sua significação. O segundo permite firmar um novo fundamento, a língua-discurso, a qual “constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo.” (PLG II, 2006, p. 233-234). Esse processo de sintagmatização considera a ação de colocar a língua organizada na via do sintagma, e isso pertence à operação de agenciamento da língua, a qual o locutor realiza. Assim, essa indissociabilidade entre semiótico e semântico surpreende não só a elaboração do conceito língua-discurso, mas o todo operacional que nela se postula.

Desse modo, signo e palavra, além de formas distintas, também apresentam funções diferenciadas porque pertencem a domínios diversos. Isso oportuniza a Benveniste propor uma distinção de caráter metodológico. Vejamos:

é necessário traçar uma distinção no interior do domínio semântico entre a multiplicidade indefinida das frases possíveis quer por sua diversidade, quer por sua possibilidade de se determinarem umas pelas outras, e o número sempre limitado, não só de lexemas utilizados como palavras, mas também dos tipos de esquemas sintáticos a que necessariamente a linguagem recorre. Este é o duplo sistema, constantemente em ação na língua, e que funciona tão velozmente, de um modo tão sutil, que exige um longo esforço de análise e um longo esforço para dele se desprender, se se quer separar o que é do domínio de um e do outro. (PLG II, 2006, p. 234).

A abordagem de Benveniste expande os limites conceituais da forma e do sentido, visto que, em sua proposição, o sistema linguístico é constituído de significação. Trata-se de trazer, para o centro da discussão, o “poder significante da língua.” (PLG II, 2006, p. 234). Logo, o discurso teórico do linguista anuncia que a análise das formas só é possível se elas estiverem submetidas em uma relação de dependência com o semântico. Sobre a noção de significação é que Benveniste investe sua força persuasiva e intelectual para nos ensinar que, “a partir do momento em que a língua é considerada como ação, como realização, ela supõe necessariamente um locutor e ela supõe a situação deste locutor no mundo.” (PLG II, 2006, p. 239). É, portanto, nessa conjuntura, que se define a semântica.

Valendo-se das palavras de Heráclito, Benveniste imprime o fascínio e o mistério da língua: “Ela não diz nem oculta, mas ela significa.” (PLG II, 2006, p. 234). Com essa construção enigmática da língua, Benveniste cessa sua conferência, mas conduz seus ouvintes à ciência de que é preciso desafiar a interpretação do oráculo, assim como o faz Heráclito. Nesse sentido, é

preciso desvelar a língua para exprimir seu poder de significação. O desenlace disso é a significância também do homem, da cultura e da sociedade.

Dito isso, encaminhamo-nos, na próxima seção, aos fundamentos do quadro teórico construído no texto *Semiologia da língua*, bem como ao que se apresenta no conjunto das lições benvenistianas sobre o tema da semiologia. Não é nossa intenção reivindicar a validade de um conhecimento elaborado nestes dois cenários: o das *aulas* ou o do artigo publicado no PLG II. Queremos nos aproximar de uma discussão encontrada no pensamento inteiramente complexo e reticular de Benveniste e que nos direciona para o modo de olhar a língua. Nossa visão deve ser a de que “temos a língua como fundamento de toda vida de relação” (PLG II, 2006, p. 26), porque “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*.” (PLG II, 2006, p. 222, grifo do autor).

A dimensão de nosso estudo atém-se ao fato de que vemos, com esse linguista, “todo o conjunto das ciências humanas se desenvolver, formar-se toda uma grande antropologia (no sentido de ‘ciência geral do homem’)” (PLG II, 2006, p. 38), e, assim, “começar a entrever os desenvolvimentos de que o homem é sede.” (PLG II, 2006, p. 38). Da tomada de consciência, como sugere Benveniste, a qual assume a perspectiva da língua, surgem mudanças profundas “de onde nascerão talvez novas ciências.” (PLG II, 2006, p. 40). Ao que nos parece, trata-se da semiologia e o que dela pode surgir. A *Semiologia da língua* pode conduzir-nos o caminho da questão central que esta tese se coloca: a escrita em uma dimensão semiológica. Passemos ao desenvolvimento das reflexões para o contexto pretendido na *Semiologia*.

2.5 A LÍNGUA COMO INTERPRETANTE SEMIOLÓGICO

Em 02 de dezembro de 1968, Benveniste profere sua aula cujo tema de abertura é “continuar falando de problemas de ‘linguística geral’.” (UA, 2014, p. 90). Sua proposta é dizer de qual lugar fala e como concebe essa linguística. Então, “Tal como eu a compreendo, a linguística geral é a linguística que se interroga sobre si mesma, sobre sua definição, sobre seu objeto, sobre seu estatuto e sobre seus métodos.” (UA, 2014, p. 90). Submetendo essa interpretação, Benveniste enfatiza a arte de interrogar como um dispositivo de conhecimento, “Trata-se, portanto, de uma interrogação incessante, que se desenvolve, que se renova na medida em que a experiência do linguista se aprofunda e seu olhar se amplia. Falar de ‘linguística’ é falar da língua.” (UA, 2014, p. 90). É na língua e sobre a língua que as questões linguísticas benvenistianas estão alicerçadas. Construir, assim, a referida *experiência do*

linguista requer a resposta a estas duas questões iniciais: determinar “onde se encontra a língua” e “como falar dela.” (UA, 2014, p. 90).

A ideia central de Benveniste é a da natureza significante da língua, essa propriedade elementar que “comandarà nosso discurso sobre a língua: será um discurso sobre a característica que colocamos em primeiro plano: a língua *significa*.” (UA, 2014, grifo do autor). No plano de sua exposição, fica claro que a linguística que Benveniste quer introduzir é a do plano da significância. Desse modo, o linguista entende que, se “vivemos em um universo de signos” (UA, 2014, p. 91), é natural que recuperemos a noção de signo, pois ele é “uma das noções mais novas e mais importantes da ciência.” (UA, 2014, p. 91). Isto é, “a ideia de que os signos podem formar conjuntos coerentes, sistemas de signos, e que eles propiciam o aparecimento de uma nova ciência, a ciência dos signos, a *semiologia*.” (UA, 2014, p. 91, grifo do autor). Para Benveniste, nada disso se encontra afastado de nossas ações cotidianas, uma vez que gerimos, de forma imperceptível, distintos sistemas de signos. Conforme a percepção de Benveniste,

[...] a novidade consiste em ver: 1) que há, no mundo, na natureza, no comportamento humano, nas obras do homem, uma quantidade de signos de espécies muito diversas (vocais, gestuais, naturais), *coisas que significam, que têm um sentido*; 2) por consequência, que há lugar para pensar que esses signos se assemelham de alguma maneira, que constituem conjuntos; 3) que é possível estabelecer relações entre esses conjuntos de signos; 4) que o estudo dos signos resulta na criação de uma disciplina particular: a *semiologia*. (UA, 2014, p. 92, grifo do autor).

Este é o curso inicial da reflexão sobre esta disciplina particular denominada *semiologia*. O percurso escolhido para articular sua discussão é o do cotejamento do trabalho de dois célebres teóricos, “dois espíritos solitários e singulares” (UA, 2014, p. 92): Peirce e Saussure. Ambos tomam como objeto de estudo o signo e a significação, contudo, em limites diametralmente opostos. Peirce se dedica a uma complexa teoria geral dos signos. Para ele, a língua está em toda parte “como uma evidência ou uma necessidade, mas não como uma atividade específica” (UA, 2014, p. 93), ou seja, não é de seu interesse estudar o funcionamento da língua. Saussure, em contrapartida, dedica-se inteiramente à língua, além de fundar a noção teórica da semiologia.

No texto *Semiologia da língua* (PLG II, 2006-1969), Benveniste também registra as limitações do pensamento simbólico de Peirce, que inviabilizam qualquer aproximação com a base semiológica que Benveniste pretende. Isso porque, em Peirce, “o signo é colocado na base do universo inteiro.” (PLG II, 2006, p. 45). Logo, “O homem inteiro é um signo, seu pensamento é um signo, sua emoção é um signo.” (PLG II, 2006, p. 45). Essa forma simbólica de apresentação do signo permite a Benveniste formular os seguintes questionamentos: “Mas

finalmente estes signos, sendo todos signos uns dos outros, de que poderão eles ser signos que NÃO SEJA signo? Acharemos o ponto fixo onde amarrar a PRIMEIRA relação de signo?” (PLG II, 2006, p. 45, grifo do autor). Vemos, portanto, a zona limítrofe do conteúdo que Peirce impõe; uma vez imposto o caráter absoluto do signo, tudo passa a ser signo. Nessa visão de *edifício semiótico* que ele estabelece, não há como suportar a construção dos fundamentos da semiologia, já que falta o princípio da diferença. Observemos:

Para que a noção de signo não se anule nesta multiplicação ao infinito, é necessário que em alguma parte o universo admita uma DIFERENÇA entre o signo e o significado. É necessário então que todo signo seja tomado e compreendido em um SISTEMA de signos. Esta é a condição da SIGNIFICÂNCIA. Resulta daí, ao contrário do que pensa Peirce, que todos os signos não podem funcionar identicamente nem pertencer a um sistema único. Dever-se-ão constituir inúmeros sistemas de signos, e entre estes sistemas, explicitar uma relação de diferença e de analogia. (PLG II, 2006, p. 45, grifo do autor).

O afastamento das noções peircianas está justificado na premissa benvenistiana sobre “o lugar da língua entre os sistemas de signos.” (PLG II, 2006, p. 43). Dessa forma, se o que interessa é *falar da língua*, e a perspectiva do momento é entendê-la *entre os sistemas de signos*, está dada a filiação de Benveniste a Saussure, visto que, com ele, “a reflexão procede da língua e toma a língua como objeto exclusivo.” (PLG II, 2006, p. 45).

Em sua *aula 3*, de 16 de dezembro de 1968, Benveniste recobra a relevância de Saussure: “É nele que se forma pela primeira vez a noção de signo e de ciência dos signos (semiologia). A língua é vista, ao mesmo tempo, como conjunto de signos e como um dos sistemas semiológicos.” (UA, 2014, p. 100). Como observamos, é no estudo da língua que Saussure encontra o caminho em direção à semiologia geral, apresentando a língua como um dos sistemas semiológicos a ser investigado com atenção. O saber saussuriano torna-se, nessa medida, indispensável a Benveniste, mas isso não significa que ele deixa de investir seu conhecimento particular na formulação de uma proposta teórica distinta. A visão saussuriana está, assim, intimamente entrelaçada ao saber benvenistiano, a fim de reunir e avançar sobre a análise da complexidade da língua.

Por essa razão, Benveniste se lança ao alcance da compreensão de outros sistemas em relação ao sistema da língua. Nesse enquadre, ele percebe que a escrita é um sistema semiológico cujo estudo encontra-se pendente. Esta é a convicção inicial do linguista: “a língua é não apenas feita de signos, mas também produtora de signos, que o sistema que a compõe engendra, ele próprio, novos sistemas, dos quais a língua é o interpretante.” (UA, 2014, p. 101). O exame dessa proposição deixa ver que a língua é tecida em signos; essa mesma língua fabrica

signos; o sistema dessa língua engendra a existência de novos sistemas; por fim, a língua interpreta, dá sentido a esses sistemas. Essa engrenagem da língua faz dela um sistema de excelência, ao passo que amplia e impulsiona a visão de sua essência.

Para chegar a essa definição de uma língua que se faz interpretante, é preciso investir na elaboração do *objeto da semiologia*, cuja constituição se fundamenta nas “RELAÇÕES entre estes sistemas” (PLG II, 2006, p. 51, grifo do autor) de signos. Dessa forma, “o problema central da semiologia” de compreender “o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos” (PLG II, 2006, p. 51) encontra sua resposta no instante em que Benveniste decide fundamentar tanto a noção quanto o valor do signo. Ou seja, Benveniste compreende que, ao definir a semiologia de Saussure, que é essencialmente pautada no signo, os limites ficam expostos. Isso abre caminho para projetar outra ordem de reflexão, pautada na exigência de um *ir além do ponto que Saussure deixou*. A evidência de que a semiologia é uma ciência insólita cujos propósitos são profícuos, motiva Benveniste a cumprir o desejo de se ocupar dela. Além disso, ela representa o seu engajamento teórico estruturalista.

Na *aula 4*, de 06 de janeiro de 1969, Benveniste instaura um complexo de questões para nortear os paradigmas capazes de contribuir e avançar os aspectos constitutivos da semiologia. Essa problematização é, deste modo, elaborada:

Nós nos encaminhamos assim para um novo problema. Como é possível que haja sistemas semiológicos? Quantos eles são? Seriam sempre os mesmos sistemas ou sistemas diferentes? E se eles são diferentes, no que se diferenciam? Haveria uma relação entre eles, e se há, qual seria essa relação? Saussure não formulou nenhuma dessas questões. Ele se contentou em remeter à semiologia futura a tarefa de definir o signo, seu lugar etc. Ele somente disse que a língua era o “principal” sistema semiológico. Porém, sob qual ponto de vista? Seria por que a língua tem o privilégio da universalidade? (UA, 2014, p. 103).

Benveniste reitera a base da semiologia implantada no terreno das considerações saussurianas, mas indicia um ponto de vista pretensor de algo além desse ponto. Por isso, Benveniste parte da análise dos sistemas não linguísticos para precisar o papel do signo: “o de representar, o de tomar o lugar de outra coisa evocando-a a título de substituto.” (PLG II, 2006, p. 51). O alcance dessa evidência é uma vida inteira presa “em redes de signos” que “parecem engendrar-se e multiplicar-se em virtude de uma necessidade interna” (PLG II, 2006, p. 52) e que convocam a introdução de um princípio organizador das relações e delimitador dos conjuntos. Ou seja, a propriedade da significância e sua composição em signos.

Para chegar a essa propriedade, Benveniste retoma a análise saussuriana sobre a característica da língua, recuperada por Godel: “É uma característica da língua, *assim como de*

todo sistema semiológico, em geral, o fato de que não pode haver diferença, na língua, entre o que distingue uma coisa e o que a constitui.” (UA, 2014, p. 105, grifo do autor). Isso é a base para elaborar a seguinte problemática: “Por que haveria apenas diferenças sem termos positivos? Por que aquilo que distingue uma coisa é idêntico àquilo que a constitui, ou, em outras palavras, por que o ser de uma coisa é sua diferença?” (UA, 2014, p. 105).

A resposta que Benveniste organiza às questões ilustra a natureza da significância, de acordo com seu pensamento: “É que o sistema inteiro só existe enquanto representa, enquanto está no lugar de certas coisas, enquanto ‘significa’: a quiddidade substancial de um termo é indiferente.” (UA, 2014, p. 105). Na exposição de Benveniste, representar equivale a significar. Podemos, então, nutrir a ideia de que *a representação da língua pela escrita* acolhe a perspectiva de ver a significância do sistema da língua, passando pelo sistema da escrita, o que constitui o princípio da significância da língua escrita. Esse posicionamento teórico expande, ou reinterpreta, o pressuposto saussuriano, viabilizando operar os caracteres distintivos de um sistema semiológico, ou da *disciplina semiológica*, como registra a quarta aula de Benveniste. Nela, estabelecem-se quatro características designadas à língua. Vejamos:

- 1) por seu domínio de validade. É a primeira condição. Tal sistema semiológico não é, e não pode ser, universal;
- 2) pela natureza dos signos empregados, extremamente variável. Os signos têm por função representar de uma maneira qualquer. Devem ser apreendidos pelos sentidos. São em número reduzido;
- 3) pelo tipo de funcionamento dos signos;
- 4) pela natureza da resposta que o signo suscita. (UA, 2014, p. 106).

Essas quatro características são organizadas em *Semiologia da língua* desta maneira: 1) o modo operatório; 2) o domínio de validade; 3) a natureza e número dos signos; 4) o tipo de funcionamento. Para Benveniste, as duas primeiras vinculam-se às condições externas do sistema e, por isso, estão inclinadas ao domínio semântico, ao passo que as duas últimas não aceitam qualquer variação ou interferência externa, inclinadas ao domínio semiótico.

No exame das relações entre sistemas semióticos, Benveniste chama a atenção para o princípio de não redundância entre sistemas. Inscreve-se, nisso, a impossibilidade de sinonímia. Sistemas de bases diferentes veem-se incapazes de *dizer a mesma coisa*, não são mutuamente conversíveis, pois “O homem não dispõe de vários sistemas distintos para a MESMA significação.” (PLG II, 2006, p. 54, grifo do autor). Sobressaem-se os exemplos dos alfabetos gráficos, Braile, Morse e Língua de Sinais, que comportam a mútua conversibilidade, porque seus sistemas são fundados no sistema alfabético - uma letra/um som.

Posto isso, Benveniste assegura um segundo princípio, ou seja, um mesmo signo pode pertencer a dois sistemas, sem provocar sinonímia ou redundância, visto que é o sistema que integra o signo, e este define o seu valor. Não há, portanto, signo trans-sistemático. Em seguida, Benveniste propõe a seguinte questão: “Os sistemas de signo são então tantos outros mundos fechados, não tendo entre eles senão uma relação de coexistência talvez fortuita?” (PLG II, 2006, p. 54). A resposta encontra-se elaborada nos registros da quarta lição, a qual Benveniste demonstra, instaurando como um princípio a “*convertibilidade de um sistema em outro.*” (UA, 2014, p. 108, grifo do autor). Desse modo, ele justifica a existência da conversibilidade, porque “Os sistemas não são universos fechados, isolados uns dos outros. A relação entre eles ocorre por geração: um sistema gerador, um sistema gerado.” (UA, 2014, p. 108.). Essa formulação direciona a uma importante constatação: “Um sistema semiológico é sempre, em princípio, capaz de gerar um ou vários outros sistemas semiológicos.” (UA, 2014, p. 108). Deslizemos esse raciocínio para o nosso estudo.

Sendo a língua semiológica, porque é feita de signos, e essa mesma língua comportar fala e escrita, uma vez definido o sistema da escrita da língua, ele também atua como *um sistema primeiro*, permitindo engendrar outros sistemas. Assim sendo, a escrita cumpre o requisito de atuar como *um modelo inicial que fornece uma estrutura* que, além de permitir a face gráfica da língua, é, por si mesma, capaz de gerar outros sistemas, inclusive o seu, atribuindo-lhes significância. Esse é o caminho da escrita inserida como sistema semiológico.

Retornando à reflexão desenvolvida em *Semiologia da língua*, observamos Benveniste convocar a exigência do método. Para tanto, sublinha a necessidade de que “a relação colocada entre sistemas semióticos seja ela própria de natureza semiótica”, e isso se dá “primeiramente pela ação de um mesmo meio cultural, que de uma maneira ou de outra produz e alimenta todos os sistemas que lhe são próprios.” (PLG II, 2006, p. 54). Essa é uma relação de caráter exterior. A segunda condição diz respeito à capacidade de interpretação do sistema semiótico, isto é, se autointerpretante ou se dependente da interpretação de outro sistema. Nesse sentido, a relação semiológica entre sistemas se estabelece numa relação entre sistema interpretante e sistema interpretado.

Nessa relação, estão cunhados “os signos da língua e os da sociedade: os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso. A língua será então o interpretante da sociedade.” (PLG II, 2006, p. 55). Em virtude disso, “os sub-sistemas semióticos interiores à sociedade serão logicamente os interpretados da língua, uma vez que a sociedade os contém e que a sociedade é o interpretado da língua.” (PLG II,

2006, p. 55). Destacamos, da citação, uma vez mais, o lugar singular que a língua ocupa nos sistemas de signos e a sua característica social, reconhecida desde Saussure.

Na *aula 5*, de 13 de janeiro de 1969, Benveniste ocupa-se de “introduzir, na análise descritiva e comparativa dos sistemas semiológicos, uma nova relação, que Saussure não mencionou, nem talvez tenha visto: a *relação de interpretação*.” (UA, 2014, p. 109, grifo do autor). A espessura dessa proposição encaminha o funcionamento do sistema da língua. Benveniste se refere à capacidade de autointerpretação do sistema semiológico, esclarecendo que a *relação de interpretação entre sistemas*, em nada, aproxima-se da percepção de Peirce. Expõe-se, assim, língua e sociedade em seu aspecto funcional. Nesse modo de ver, “os sistemas semióticos diferentes da língua *não se bastam* a eles mesmos e todos têm necessidade de verbalização; por essa razão primordial, apenas é significativo o que é denominado pela linguagem.” (UA, 2014, p. 109). Cabe reconhecermos, aqui, o rumo distinto que Benveniste traça diante do que se propõe em termos de semiologia. O signo é, incontestavelmente, seu ponto de partida e, embora reconheça tudo o que Saussure propicia, interessa-lhe a notoriedade da língua.

Em virtude dessa forma de conceber a língua, Benveniste enuncia as condições mínimas, para que se realize a operação de comparação entre sistemas distintos. Nesse sentido, determina que um sistema semiótico, cuja base é o signo, deve apresentar, necessariamente, “(1) um repertório finito de SIGNOS, (2) regras de arranjo que governam suas FIGURAS, (3) independentemente da natureza e do número de DISCURSOS que o sistema permite produzir.” (PLG II, 2006, p. 57).

Sob tal pressuposto, a questão da unidade se coloca como condição prévia do sistema, já que ele deve “designar as unidades que coloca em jogo para produzir o ‘sentido’ e especificar a natureza do ‘sentido’ produzido.” (PLG II, 2006, p. 58). Vemos, novamente, o linguista remeter-se à dimensão da significação, sua expressiva *cabeça de Medusa* apresenta-se sempre, estrategicamente, posta na composição do aparato teórico. À vista disso, o linguista afirma: “A significância da língua [...] é a significância mesma, fundando a possibilidade de toda a troca e de toda a comunicação, e também de toda cultura.” (PLG II, 2006, p. 60).

A partir do exame do som, da cor e da imagem, Benveniste certifica que “Toda semiologia de um sistema não linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão **pela e na semiologia da língua**.” (PLG II, 2006, p. 61, grifo nosso). Dizendo isso, ele reitera a condição da língua de interpretante de todos os sistemas, anunciando que a semiologia de sua perspectiva é a da *semiologia da língua*. Então, para compreender a natureza

das relações dos sistemas semióticos, o autor desenvolve três relações: de engendramento, de homologia e de interpretância.

A primeira relação condiz à capacidade de um sistema engendrar outro. Para isso, é necessário que sejam distintos entre si, contudo, de natureza comum. Não se trata de uma relação de derivação⁶⁸, e sim, da construção do sistema secundário, preenchendo função específica a partir do sistema primeiro. Enquadra-se, aqui, a relação língua-sociedade, ou seja, “é uma relação de *não conversibilidade* mútua que se estabelece entre a *língua* e a *sociedade*.” (UA, 2014, p. 111, grifo do autor). A relação de homologia é vista na “correlação entre as partes de dois sistemas semióticos.” (PLG II, 2006, p. 62). Por fim, a relação de interpretância se refere à capacidade de um sistema interpretar o outro. É a partir dessa relação, que Benveniste tece o fundamento do sistema da língua, a saber: “a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma.” (PLG II, 2006, p. 62). É, pois, a sua expressão de sistema autointerpretante.

Essa evidência é oportuna à discussão de sua quinta *lição* cujo olhar benvenistiano reflete a soberania da língua sobre a sociedade. Embora se estabeleçam como dois sistemas, língua e sociedade não apresentam “correlação estrutural”. Por isso, “A relação só pode ser semiológica, isto é uma relação de interpretante com interpretado, que exclui toda relação genética. A língua contém a sociedade.” (UA, 2014, p. 111). Dizer que *a língua contém a sociedade* é dizer que “somente é social aquilo que a língua denomina” (UA, 2014, p. 112), portanto, ser interpretante é uma propriedade da língua. Na continuidade da reflexão, referimo-nos à *constituição íntima da língua*, pois

1) a língua é formada de unidades significantes (propriedade constitutiva de sua natureza, propriedade absoluta); 2) a língua pode organizar essas unidades significantes de uma maneira significativa (propriedade distintiva). Nenhum dos sistemas semiológicos, como os sistemas de trânsito em Saussure, encontra em si a justificação de seu poder significativo. Todos estão em relação com a língua: a língua desempenha diante de todos os outros, **o papel de interpretante semiológico**, isto é, de modelo que serve para definir os termos e suas relações. Ora, a própria língua é um sistema semiológico. Ela é, hierarquicamente, o primeiro dentre eles. (UA, 2014, p. 112, grifo nosso).

A língua consagra-se como uma organização semiótica por excelência, haja vista sua estrutura e seu funcionamento, “é a língua como sistema de expressão que é o interpretante de

⁶⁸ Queremos destacar a seguinte distinção produzida por Benveniste entre engendramento e derivação: “Entre a escrita hieroglífica e a escrita demótica há derivação, não engendramento. A história dos sistemas de escrita fornece um grande número de exemplos de derivação.” (PLG II, 2006, p. 61). Nesse sentido, o que se apresenta no primeiro capítulo desta tese, em termos de evolução histórica da escrita, promove tão somente o princípio derivacional. A relação de engendramento tem sua contribuição porque está ligada à interpretância da língua.

todas as instituições e de toda a cultura.” (UA, 2014, p. 117). Nesse modo de ver, o autor faz referência às razões, pelas quais a língua deva ser considerada da maneira descrita a seguir:

- 1º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de;
- 2º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;
- 3º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;
- 4º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva. (PLG II, 2006, p. 63).

A partir disso, Benveniste confere à língua o *status* de fórmula exemplar, de modelagem semiótica cujo princípio é interno à própria língua. Nesse sentido, a língua se apresenta como “grande matriz semiótica, a estrutura modelante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação.” (PLG II, 2006, p. 64). A profundidade com que Benveniste analisa o lugar da língua permite-lhe assegurá-la com propriedade de dizer que nenhum sistema pode reproduzir a significância da língua como ela própria. Em conformidade com sua análise, a língua é “o sistema mais elaborado dos sistemas significantes.” (UA, 2014, p. 119). É, então, sobre esse tema que se constitui a *aula 7*, de 27 de janeiro de 1969.

O ponto de vista que se revela nessa exposição de Benveniste esclarece que “a principal diferença entre a língua e os ‘sistemas semióticos’ é que *nenhum sistema semiótico é capaz de se tomar, ele próprio, como objeto* nem de se descrever em seus termos.” (UA, 2014, p. 120, grifo do autor). Mais uma vez, referindo-se à questão da dupla significância da língua, encerram-se as anotações dessa *sétima lição*. Uma nota final direciona o pensamento do linguista: “Nossa organização dos sistemas semiológicos é ela mesma semiológica.” (UA, 2014, p. 123, tradução nossa)⁶⁹. Dito de outro modo, a maneira como Benveniste analisa os sistemas serve ela mesma ao propósito de análise.

Assim como nos encaminhamos ao final das *lições* no primeiro capítulo das *Últimas aulas*, o mesmo ocorre em *Semiologia da língua*. Para tecer suas considerações finais, Benveniste assegura que, no estudo semiótico, “cada signo será chamado a afirmar sempre e com a maior clareza sua própria significância no seio de uma constelação ou em meio ao conjunto dos signos.” (PLG II, 2006, p. 65). O semântico tem um modo específico, aquele engendrado pelo discurso. Assim, ser reconhecido é uma incumbência destinada ao semiótico/signo e ser compreendido ao semântico/discurso. Este, na acepção benvenistiana, é o privilégio da língua, “comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação.” (PLG II, 2006, p. 66). Para o linguista, “Daí provém seu poder maior, o de criar

⁶⁹ A nota de Benveniste diz: «Notre classement des systemes semiologiques est lui-même semiologique».

um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância.” (PLG II, 2006, p. 66). Eis a essência interpretante da língua.

De Saussure a Benveniste, as relações para a semiologia não são meramente ressignificadas. Benveniste reconhece, na base semiológica, a noção de signo empreendida por Saussure. É, pois, saussuriana a semiologia de primeira geração, conforme lembra Benveniste: “A semiologia como ciência dos signos permanece em Saussure como uma visão prospectiva.” (PLG II, 2006, p. 50). Uma vez admitidos semiótico e semântico, assegura-se o lugar do signo saussuriano, e reconhecendo o semântico em separado, propõe-se, para esse domínio, todo um “aparelho novo de conceitos e de definições.” (PLG II, 2006, p. 67). Para Benveniste,

A semiologia da língua foi bloqueada, paradoxalmente, pelo instrumento mesmo que a criou: o signo. Não se poderia descartar a ideia do signo linguístico sem suprimir o caráter mais importante da língua; não se poderia estendê-lo ao discurso inteiro sem contradizer sua definição como unidade mínima. (PLG II, 2006, p. 67).

*Ultrapassar*⁷⁰, portanto, a própria noção do signo saussuriano é uma tarefa necessária, a fim de não tomá-lo “como princípio único do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua.” (PLG II, 2006, p. 67). Para tanto, Benveniste estabelece *duas vias de ultrapassagem*: pela *análise intralinguística*, que propicia a dimensão de significância do discurso, a semântica. Vale destacarmos que é “distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica” (PLG II, 2006, p. 67); e pela *análise translinguística dos textos, das obras*, partindo da semântica da enunciação, construindo, então, a metassemântica. “Esta será uma semiologia de ‘segunda geração’.” (PLG II, 2006, p. 67). Lembremo-nos de que se denomina segunda, porque a primeira é proposta por Saussure na abordagem do signo.

Quando acompanhamos a elaboração da reflexão que encaminha a proposta de uma *Semiologia da língua*, bem como quando percorremos o debate de *A forma e o sentido na linguagem*, somos reconduzidos às questões fundamentais que perseguem todo linguista. A primeira, herdada de Saussure, é esta de compreender “Qual é a tarefa do linguista, a que ponto quer ele chegar, e o que descreverá sob o nome de língua?” (PLG I, 2005, p. 8). A segunda deve tratar de ver “Como se descreverá esse objeto?” (PLG I, 2005, p. 8), sendo “preciso forjar instrumentos que permitam apreender o conjunto dos traços de uma língua dentro do conjunto das línguas manifestadas e descrevê-los em termos idênticos.” (PLG I, 2005, p. 8). Para

⁷⁰ Normand (2009c, p. 12) destaca que o “itinerário de Benveniste pode ser lido como aquele de uma fidelidade a Saussure, ao mesmo tempo que como uma ultrapassagem no sentido hegeliano do termo. Um objetivo maior de seus trabalhos, formulado diversas vezes, é perfeitamente resumido neste enunciado de 1966: Cabe a nós tentar ir além do ponto onde Saussure parou na análise da língua como sistema significante.”

Benveniste, trata-se de entender “Qual será então o princípio desses processos e dessas definições?” (PLG I, 2005, p. 8), porque “Isso mostra a importância que assume a técnica linguística.” (PLG I, 2005, p. 8). A terceira das questões fundamentais é a de perceber que “Tanto para o sentimento ingênuo do falante como para o linguista, a linguagem tem como função ‘dizer alguma coisa’.” (PLG I, 2005, p. 8).

Cabe-nos, portanto, saber “O que é exatamente essa ‘coisa’ em vista da qual se articula a língua, e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem?” (PLG I, 2005, p. 8). Com isso, propõe-se “o problema da significação.” (PLG I, 2005, p. 8). A visão linguística de Benveniste tem seu horizonte alargado, porque está pautada no princípio de que *a língua é informada de significação*.

Normand (1996) percebe em Benveniste essa “vontade de continuar Saussure, ultrapassando-o.” (p. 137), e a peça fundamental para construir a outra via do linguista sírio é esta da *significação*. Assim, “Saussure deve ser ultrapassado pelo desenvolvimento do que é no *Curso* um elemento central mas insuficientemente elaborado, a questão da significação.” (NORMAND, 1996, p. 137). Munido dessa presença de uma *língua informada de significação*, podemos compreender o que Benveniste enxerga ao anunciar que “Compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante.” (PLG II, 2006, p. 224). Ao desenvolver as questões que envolvem a semiologia saussuriana, sua ciência piloto, Benveniste dá continuidade aos princípios saussurianos e o *ultrapassa* pelo fundamento de que o funcionamento da língua se dá pelas dimensões de *forma e sentido*.

Esse revestimento semiótico e semântico da língua consegue propor a apresentação de uma semiologia distinta da que Saussure projetou, isto é, a proposta de Benveniste não está fundada “exclusivamente sobre a noção de *signo*, tal como em Saussure, mas sobre o discurso e, principalmente, sobre o aspecto próprio da língua de ser interpretante de si e dos outros sistemas semiológicos.” (FLORES, 2013, p. 158). Assim, se na apresentação saussuriana, a semiologia é *sígnica*, na benvenistiana, a semiologia é a *da língua* porque é discursiva, porque sua interpretância parte do engendramento dos domínios do semiótico e do semântico da língua. O *ultrapassar* Saussure, como propõe Normand (1996), não se constitui pelo gesto de negação do fazer saussuriano, diremos que se constitui muito mais pelo que Benveniste herda de Saussure e consegue projetar *sobre* ele. Isso inclui a elaboração de uma *ciência das relações* (PLG I, 2005, p. 18), e dessa ciência fazer nascer um novo domínio, o da *semiologia da língua*. Nossa tarefa, agora, objetiva perceber como Benveniste insere a escrita no debate de uma relação semiológica com a língua. Para isso, as *lições* sobre a língua e a escrita serão apresentadas em um novo capítulo.

2.6 NOSSAS CONSIDERAÇÕES: A SEMIOLOGIA, DAS DIMENSÕES DO SIGNO ÀS DIMENSÕES DA LÍNGUA

Flores (2013, p. 47-48), ao recuperar os *Fundamentos saussurianos do pensamento benvenistiano*, adverte-nos de que, embora Saussure seja uma fonte para Benveniste, outras influências teóricas nutrem o pensamento do linguista sírio, a exemplo de Michel Bréal (1832-1915), Wilhelm von Humboldt (1769-1859), Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Mesmo manuseando essas influências substanciais, Saussure produz um efeito diferenciado no debate teórico de Benveniste. Segundo Flores (2013), “Saussure é o único linguista a quem Benveniste explicitamente revela tributo em sua teoria, ainda que cite outros. Além disso, Saussure é o autor mais vezes textualmente referido na obra de Benveniste.” (p. 48). Mas qual a relevância dessa presença para o estudo em apresentação?

Podemos olhar o relevar de Saussure na obra de Benveniste por diferentes maneiras de lincar seus discursos. Nosso olhar se volta para duas apresentações, a da linguística e a da semiologia, já que Benveniste propõe uma dupla linguística e uma semiologia da língua, ambas envolvendo os fundamentos de Saussure.

Aos olhos de Benveniste, “Há para a língua duas maneiras de ser” (PLG II, 2006, p. 229), uma pautada na *forma*, outra pautada no *sentido*, isto é, *a língua como semiótica* e *a língua como semântica*. A primeira tem sua natureza semiótica amparada no signo linguístico saussuriano, ao passo que a segunda não trata do *significado do signo*, mas da *produção do discurso*; “a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação.” (PLG II, 2006, p. 230). Esses dois modos de ser língua não são operações que Saussure tenha desenvolvido completamente, mas sua visão de signo é substancial para que Benveniste possa projetar um novo conjunto de concepções.

Então, desenvolvendo essa nova visão dicotômica da língua, Benveniste se permite uma nova projeção que exige unir essa primeira descoberta da dupla propriedade da língua à elaboração de uma propriedade semiológica da língua. Surge, assim, a relevância de uma segunda apresentação, a de desenvolver uma *semiologia da língua*. O desafio consiste, novamente, em buscar as bases da semiologia prospectada por Saussure, para, desse modo, ver o que se mantém e o que se pode desenvolver nesse novo projeto.

É envolto a esse novo projeto que nos é revelado também um problema de estudo, o da escrita. Um problema tocado, mas adiado nos *Problemas de linguística geral*. Assim, em suas *últimas aulas*, Benveniste decide retornar a Saussure e confrontá-lo. O gesto é compreensível,

já que “Saussure é em primeiro lugar e sempre o homem dos fundamentos.” (PLG I, 2005, p. 35). O conteúdo do CLG é estranhamente depreciativo em relação à escrita. Por isso, Benveniste decide fazer a sua apresentação da questão. O movimento instituído, para tanto, exige a retomada do quadro da linguística benvenistiana, para que possamos acessar a representatividade das lições que perpassam as ideias do linguista sobre a *semiologia* e também sobre *a escrita*.

No terreno da expressão saussuriana, a ciência geral dos sistemas de signos, a semiologia, tem seus limites questionados por Benveniste, em um percurso teórico que instituímos em correlação entre o artigo *Semiologia da língua* (PLG II, 1969-2006) e as ideias presentes nas sete *aulas* sobre o tema semiologia.

No espaço dessas considerações, Benveniste demonstra a amplitude da questão do sentido para os estudos linguísticos, pois as formas da língua encontram sua razão de ser se puderem ser explicadas e ligadas ao seu sentido. Desse modo, propõe uma visão de semiologia que se elabora a partir da seguinte propriedade fundamental: a interpretância da língua. Trata-se da capacidade da língua em interpretar-se e interpretar os demais sistemas. Essa percepção de uma língua tão poderosa, a ponto de dar conta da totalidade da interpretância, surge como novidade para um empreendimento semiológico, distinto da proposição de uma semiologia com base no signo, como é a semiologia saussuriana.

Dessa vigorosa apresentação de uma *semiologia da língua*, surge uma tarefa ainda em aberto. Precisamos compreender a análise que Benveniste realiza sobre a escrita, visto que, em *Semiologia da língua*, o linguista se anula do debate do sistema da escrita, no exame das *relações dos sistemas com o sistema da língua*, designando que “Da escrita não diremos nada aqui, reservando para um exame particular este difícil problema.” (PLG II, 2006, p. 51). Restamos, portanto, analisar as motivações do linguista sírio nestas que são, agora, reconhecidas como as suas *lições sobre a língua e a escrita*, para desenvolvermos a relação entre o sistema da escrita com o sistema da língua em uma semiologia da língua. Esse aspecto será desdobrado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A LÍNGUA E A SUA INTERPRETÂNCIA: AS LIÇÕES DA ESCRITA EM UMA PAISAGEM QUE SE MOVE

Benveniste tem a coragem de colocar deliberadamente a linguística no ponto de partida de um movimento muito vasto e de já adivinhar o desenvolvimento futuro de uma verdadeira ciência da cultura, na medida em que a cultura é essencialmente linguagem; ele não hesita em notar o nascimento de uma nova objetividade, imposta ao cientista pela natureza simbólica dos fenômenos culturais; longe de abandonar a língua no limiar da sociedade, como se ela não fosse mais do que um utensílio, afirma com esperança que “é a sociedade que começa a reconhecer-se como língua”. Ora, é fundamental para um conjunto de pesquisas e revoluções que um linguista tão rigoroso como Benveniste esteja consciente dos poderes de sua disciplina e que, recusando constituir-se proprietário dela, reconheça na mesma o germe de uma nova configuração das ciências humanas. (BARTHES, 2012, p. 209).

No capítulo anterior, trabalhamos para expor os ensinamentos de Ferdinand de Saussure, os quais nos apontam a visão de que “Não existe objeto comparável à língua, que é um ser muito complexo.” (ELG, 2004, p. 133). Diante dessa complexidade, fica claro que “qualquer um que ponha o pé no terreno da *língua* está, pode-se dizer, abandonado por todas as analogias do céu e da *terra*.” (ELG, 2004, p. 189, grifo do autor). Isso posto, acompanhamos Saussure desdobrar argumentos, a fim de situar a linguística, determinando-a “a um compartimento de ciências que, se não existe, deveria existir sob o nome de *semiologia*, ou seja, ciência dos signos ou estudo do que se produz quando o homem procura exprimir seu pensamento por meio de uma convenção necessária.” (ELG, 2004, p. 223). A partir disso, a língua passa, então, a figurar como sistema semiológico exemplar.

Tais considerações são incorporadas ao debate do linguista Émile Benveniste que, no prefácio de seus *Problemas de linguística geral I*, inscreve o registro de que essa “configuração da linguagem determina todos os sistemas semióticos.” (PLG I, 2005, p. IX). A apresentação do pensamento saussuriano ressoa nos argumentos de Benveniste, destinados a evidenciar “que a linguagem é, de fato, um objeto difícil e que a análise do dado linguístico se faz por árduos caminhos.” (PLG I, 2005, p. IX). De Saussure a Benveniste, grandes mudanças influenciam o rumo do estudo científico da língua. A linguística reconhece a necessidade de uma estrutura

formal para as descrições, pautada em “procedimentos e critérios adequados, e que [...] a realidade do objeto não [é] separável do método próprio para defini-lo.” (PLG I, 2005, p. 127, acréscimo nosso).

Pouco a pouco, esses dois grandes linguistas, com suas respectivas visões, desenvolvem um percurso próprio para falar da língua, para construir novas maneiras de ver dado objeto, para fazer evoluir suas aulas, para permitir novos pensamentos, para acessar e tocar seus ouvintes, em seus respectivos *cursos*. Nesse programa, sem verdades absolutas, mas constituído de profundas *lições*, tentamos situar o debate de Émile Benveniste com Ferdinand de Saussure, primeiro na instância da língua, para, a partir de agora, promovermos a instância da escrita.

As problematizações de Benveniste nos revelam um pensamento em particular, o de que existe um domínio da língua que se configura como sistema de signos, e outro “universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso.” (PLG I, 2005, p. 139). Benveniste opera a linguística, manuseando a relação de *forma e sentido* dos domínios semiótico e semântico da língua. Os dois modos de significância da língua constituem a singularidade de sua apresentação. O estudo do sentido, “essa cabeça de Medusa [que] está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam” (PLG I, 2005, p. 135, acréscimo nosso), é, pois, a grande questão da linguística benvenistiana e, como tal, é reconduzida à proposição de uma *Semiologia da língua*.

Nela, Benveniste promove o destaque de que *a língua exerce uma modelagem semiótica* cujo princípio está nela mesma. Na condição de *matriz semiótica*, confere-se à língua “a estrutura modelante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação.” (PLG II, 2006, p. 64). Esse princípio significante da língua, o de ser *investida de uma dupla significância*, endossa o pensamento de Saussure, a língua é, de fato, *um modelo sem analogia*.

A partir desse quadro introdutório, intencionamos ambientar a reflexão de Benveniste. Suas *aulas* são, como vimos, dedicadas a problematizar a *língua*, a *semiologia* e, deste momento em diante, problematizarão a *escrita*. Estas novas *lições* que apresentaremos reconstituem o percurso desenvolvido por Benveniste, para expor o lugar da escrita frente ao sistema da língua, determinando, assim, o seu valor no estudo da língua. Trata-se, dessa maneira, de mapearmos, nas discussões do linguista sírio, a propriedade da interpretância da língua, submetida ao inventário da escrita. Para isso, propomos, neste capítulo, apresentar as questões teóricas que substanciam a visão de Benveniste de que *língua e escrita significam exatamente da mesma maneira*.

Por isso, procederemos da seguinte forma: verificaremos a relação entre as projeções das *Últimas aulas* sobre as particularidades da escrita em sua relação com a língua; incluiremos

à discussão a enunciação escrita enquanto prospecto de Benveniste, em *O aparelho formal da enunciação*, e, assim, projetaremos a abordagem da escrita, orientando-nos pelo que seja constitutivo da enunciação escrita, para, no capítulo final, situarmos o desafio da análise.

3.1 A ESCRITA: UMA OPERAÇÃO QUE CARREGA A EXPERIÊNCIA DO LOCUTOR

Neste momento de nossa reflexão, circunscrevemos nossa abordagem às *lições 8, 9, 10 e 11*, proferidas no Collège de France em 1969, vislumbrando a elaboração da proposta benvenistiana de uma nova experiência para pensar a escrita.

No conteúdo da *aula 8*, datada em 3 de fevereiro de 1969, podemos ver a particularidade do que se propõe como reflexão: “repensar do zero, em sua relação primordial, a língua e a escrita.” (UA, 2014, p. 127). O trato desse objeto de investigação exige, porém, um distanciamento das concepções que o asseguram. Essa é uma inquietação que não se deixa ocultar nas palavras de Benveniste, uma vez postas as considerações epistemológicas emergentes à época.

Retomando a evidência persuasiva de seus motivos iniciais do curso *A língua e a escrita*, vemos Benveniste reunir, em um só tempo, a problemática da empiria e da ciência no encontro desse linguista com a temática da escrita. Observemos:

Vivemos na civilização do livro, do livro lido, do livro escrito, da escrita e da leitura. Nosso pensamento está, em qualquer nível, constantemente informado pela escrita. Isso relaciona de maneira cada vez mais íntima, extremamente íntima, a escrita com a língua toda, a fala e o próprio pensamento, que não mais se dissocia de sua inscrição real ou imaginada. Toda reflexão sobre a língua, em particular, faz surgir em nosso pensamento a forma escrita, na qual os signos linguísticos adquirem realidade visível. Essa condição em que nos encontramos diante da escrita mascara, a nosso ver, a maior dificuldade do problema, uma dificuldade menos relacionada à matéria do que à maneira como a consideramos instintivamente. Isso porque, sem esforço de imaginação do qual bem poucos são capazes, mal estamos em condições de nos distanciarmos de nossa experiência secular para repensar do zero, em sua relação primordial, a língua e a escrita. (UA, 2014, p. 127).

A apresentação em questão ressalta a necessidade de um outro modo de ver e pensar a língua e a escrita. Assim, se a tarefa imposta é “repensar do zero”, anterior à qualquer intenção ou esforço que circunscreva a escrita, é fundamental, para Benveniste, pensar “de *qual escrita se fala*” (UA, 2014, p. 127, grifo do autor), um desempenho reflexivo que deve ser realizado sob a advertência de não se confundir “a *escrita com a língua escrita*” (UA, 2014, p. 128, grifo do autor). Ainda destaca que a *língua escrita* é tradicionalmente tomada enquanto “expressão

para significar ‘língua sob a forma escrita’” (UA, 2014, p. 128), a crítica é endereçada à visão de Saussure no CLG, a qual propusemos no capítulo anterior.

Para Benveniste, a análise da escrita ultrapassa os contornos saussurianos, pois, ao passo que Saussure promove uma discussão referente “ao conhecimento da língua que tomamos em sua forma escrita” (UA, 2014, p. 128), Benveniste quer tomar a escrita enquanto sistema semiótico/semiológico. Ainda que Saussure insista “nos perigos, nas ilusões ligadas a essa representação” (UA, 2014, p. 128), encontramos-nos distantes de discutir o problema que, pela percepção de Benveniste, constitui “a relação da escrita com a língua” (UA, 2014, p. 128). Isso porque, para Benveniste, Saussure “confunde a escrita com o alfabeto e a língua com uma língua moderna.” (UA, 2014, p. 128).

Essa abstenção em diferenciar a escrita do alfabeto, dispensando a escrita da língua, é uma atitude, como já demonstramos, realizada pelos editores do CLG, desconsiderando as razões de Saussure nessa arbitragem. Queremos salientar, assim, que no estudo de Benveniste, o seu diálogo se desenvolve a partir do que o CLG impõe, sem apresentações à sua edição crítica. Parece-nos, desse modo, que a intenção desse linguista é publicitar os equívocos do CLG, recuperando a questão da escrita como um problema de natureza linguística. Esse movimento é explicitado, a nosso ver, na nota⁷¹ do seu programa de curso. Nela, podemos ler os objetivos fundamentais do curso que Benveniste propõe, a saber: “Língua e escrita: I Afastar-se das noções habituais sobre 1) a escrita representante da língua; 2) a escrita sistema empiricamente segundo da língua. O único problema é aquele da relação entre a escrita e a língua⁷².” (UA, 2014, p. 126). Para tanto, Benveniste se propõe a verificar programaticamente a “II Análise da experiência da aquisição da escrita. Problema sincrônico. III As relações da língua e da escrita em diacronia e sua relação teórica. IV A função semiótica da escrita⁷³.” (UA, 2014, p. 126; FENOGLIO, 2016, p. 179, tradução nossa). Com esse programa, Benveniste pretende garantir o sentido do seu objeto teórico. Quanto a nós, pretendemos compreender esse sentido teórico, atravessando o discurso de Benveniste, tentando encaixar as peças desse jogo espesso da relação entre a língua e a escrita.

Para discutir a questão, é indispensável que Benveniste promova algumas rupturas, tal qual a de determinar que a escrita não funciona como um sistema secundário da fala, sob uma primeira justificativa de que “A representação icônica se desenvolveria *paralelamente* à

⁷¹ BNF, PAP. OR., caixa 40, env. 80, fº 88.

⁷² Langue et écriture: I Écarter les notions usuelles sur 1) l’écriture représentant la langue; 2) l’écriture système empiriquement second de la langue. Le seul problème est celui du rapport de l’écriture et de la langue.

⁷³ II Analyse de l’expérience de l’acquisition de l’écriture. Problème synchronique. III Les rapports de la langue et de l’écriture en diachronie et leur relation théorique. IV La fonction sémiotique de l’écriture.

representação linguística e não em subordinação à forma linguística.” (UA, 2014, p. 133). Outra abordagem renunciada por Benveniste é a de procurar a “origem da escrita”, a busca consiste em compreender as soluções encontradas pelos homens na tentativa de instituir a representação gráfica e, com isso, significar. Isso posto, o linguista se debruça sobre a demonstração da *análise da experiência da aquisição da escrita*. Assim, Benveniste concebe que a escrita exige quatro abstrações mentais para a sua tomada de consciência, ou seja, quer demonstrar que o indivíduo toma consciência da escrita *na e pela* escrita da língua. Reunimos, a seguir, essas quatro etapas experimentais.

Partindo do fato de que “A escrita é sistema que supõe uma abstração de alto grau”, o linguista sírio vê como imperativo categórico “abstrair-se do aspecto sonoro - fônico - da linguagem, com toda sua gama de entonação, de expressão, de modulação.” (UA, 2014, p. 128). Diz-se isso, pois, “Com a escrita, o locutor deve se desprender da representação que tem instintivamente do falar enquanto atividade, enquanto exteriorização de seus pensamentos, enquanto comunicação viva.” (UA, 2014, p. 129).

A escrita é um fenômeno particular, cuja apreensão operacional merece ser olhada, isto é, entender a tomada “de consciência da língua como realidade distinta do uso que dela faz.” (UA, 2014, p. 129). Nesse caminho de abstrações, as notas que orientam a reflexão proposta por Benveniste designam, como segunda abstração, a riqueza contextual⁷⁴ de que se vale o falante e da qual deve se desprender. A terceira abstração é paralela à segunda, pois o locutor deve “falar de coisas fora das circunstâncias que fazem com que tenhamos necessidade de falar delas.” (UA, 2014, p. 131). Abstrair essa necessidade de falar é, conforme Benveniste, “‘objetivar’ o dado linguístico” e, conseqüentemente, tomar para si uma língua caracteristicamente artificial, já que ela não é dirigida a um interlocutor familiar e tampouco se sabe quem a fala ou quem a ouve.

Então, para o *processo de aquisição da escrita*, é indispensável “a consciência [...] do falar transferido à língua, [...] mas a consciência da língua ou do pensamento – na verdade das *palavras* – representada em imagens materiais.” (UA, 2014, p. 131). Aquele que tem acesso à escrita, segundo Benveniste, precisa da consciência do uso da língua enquanto *palavra*, ou seja,

⁷⁴ Benveniste não realiza descrições apuradas do que assume como riqueza contextual no texto das *Últimas aulas*. Contudo, destacamos uma possível leitura sobre a expressão, esta advinda do texto *Estruturalismo e linguística* (PLG II, 2006). Nele, Benveniste diz: “[...] A cultura é também um sistema que distingue o que tem sentido, e o que não tem [...] Tudo o que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistemas de valores. Da articulação entre os valores. Muito bem! Estes valores são os que se imprimem na língua. É, no entanto, um trabalho difícil trazê-los à luz, porque a língua não se transforma automaticamente à medida que a cultura se transforma.” (PLG II, 2006, p. 22). Nesse sentido, a riqueza contextual referida pelo autor é a do exercício da fala, portanto, do falante. Desprender-se dela é necessário porque a escrita deve ser inteligível a outros na medida em que a comunicação entre sujeitos está em jogo.

é a passagem “da palavra ao desenho da palavra [...], do falar à imagem simbólica do falar.” (UA, 2014, p. 131). Nessa condição, também se revela uma etapa extremamente significativa ao desempenho da fala, a compreensão de que “nos servimos de palavras”, uma vez que “falamos em totalidade e essa totalidade se realiza por meio de segmentos.” (UA, 2014, p. 131). Trata-se da nossa capacidade de acessar o paradigma para agenciar a língua sintagmaticamente, em busca dessa totalidade percebida no texto.

Essa operação está centrada na experiência do sujeito em fazer uso da *palavra* com a consciência do processo de segmentação, do agenciamento da língua. Desse modo, o ato de escrever é “uma transposição da linguagem interior, e é preciso aceder a essa consciência da linguagem interior ou da ‘língua’ para assimilar o mecanismo da conversão em escrito.” (UA, 2014, p. 131). Então, na visão benvenistiana, “Da palavra ao desenho da palavra realiza-se um salto imenso, do falar à imagem simbólica do falar.” (UA, 2014, p. 131). O linguista demonstra, aí, a extensão do processo e a dimensão de sua proposição.

Nas palavras de Benveniste ecoa a assertiva de Marcel Cohen, ao designar a escrita como desenho falante. Ao que tudo indica, Benveniste trabalha sobre a ideia, atribuindo-lhe caráter operacional no mecanismo de abstrações. Dessa maneira, o linguista passa a operar o estudo da escrita em si, porque consegue pensar na escrita como sistema semiótico em relação semiológica com a língua, desenvolvendo a tarefa suspensa em Saussure.

No curso desse esforço, a conversão da escrita requer a compreensão de que as exigências da elaboração da fala são distintas da elaboração da escrita, considerando que, para operar a escrita, o indivíduo deve operar sobre si mesmo, abstraindo noções da fala para compor a escrita, a singularidade da sua escrita. Por isso, a linguagem interior, enfatizada nas notas de Benveniste, parece representar a situação em que se viabiliza a tarefa de realizar as abstrações, a fim de materializar essa escrita.

Vale recuperar, aqui, as descrições de Benveniste sobre a relação entre o oral e o escrito em suas aulas de 1963-1964. Nesse período, conforme os registros de Fenoglio (2016), Benveniste se dedica a analisar as operações que envolvem essas duas instâncias, a fim de compreender os pontos de vista do locutor e do ouvinte. Vejamos como isso se constitui:

[...] O sentido em uma língua se realiza através de sons fora da vontade do locutor. Ele pode balbuciar, gaguejar – ele não disse menos do que gostaria de dizer. É por isso que todão <texto> escritão, se nós o considerarmos no movimento do escritor que quer ‘dizer alguma coisa’ sempre parte do sentido a transmitir, <ideógrafos, etc.>. A escrita anota as distinções que a língua não mais respeita. E é por isso que os sistemas de escrita tendem a ser conservadores: porque ‘o que queremos dizer’ muda menos rapidamente do que a maneira como a realizamos foneticamente e ‘o que queremos dizer’ ~~se fixa em correspondência~~ <parece

exatamente reproduzido> pela forma escrita tradicional. A imagem do escrito parece corresponder exatamente ao que queremos dizer, e então parece natural ‘haut’ e é sempre uma surpresa para o locutor aprender que quando ele pensa dizer /haut/ ele diz na realidade [o] e que ~~quando~~ <assim que> ele distingue /haut/ e /eau/⁷⁵, ele diz igualmente [o]. Falamos através do sentido e não através dos sons.

Mas de início percebemos os sons depois o sentido⁷⁶. (FENOGLIO, 2016, p. 190, tradução nossa⁷⁷).

É perceptível, na reflexão de Benveniste, a tentativa de estabelecer o processo da análise e da passagem que realiza o sonoro em escrita, bem como a justificativa para o caráter conservador da escrita. Isso ocorre mediante as modulações que Benveniste realiza, a fim de precisar sua visão teórico-analítica da escrita, a exemplo da inserção *texto escrito*, e mesmo da definição de que o sentido é que protagoniza a fala e não os sons, embora os percebamos primeiro. O estudo que o linguista realiza não é definitivo e também se difere do que estabelece como objetivo nas *aulas* de 1968-1969, mas percebemos a constituição de um caminho que fundamenta as suas posições nas *últimas aulas*.

Assim, o eixo estruturante da proposição de Benveniste, em 1969, é o de que “a escrita é *em si* e *por si* um sistema semiótico” (UA, 2014, p. 128, grifo nosso), é ela mesma e também o meio de semiotizar a língua. Esse é um dos princípios da análise e do valor da escrita no sistema da língua.

Para fins explicativos, Benveniste coloca em relevo o princípio de que “A graphē ‘representa’ a phōnē.” (UA, 2014, p. 128, grifo do autor). Assim sendo, “nada pode, nem deve ser obstáculo a essa representação, nem pode interpretá-la de outra forma além daquela que admite em si.” (UA, 2014, p. 128-129). Afirmando isso, o linguista estabelece que entre graphē e phōnē deve haver uma relação reversível e biunívoca.

Nesse contexto, Benveniste discute o exemplo saussuriano sobre a palavra *oiseau*. Segundo ele, “a graphē OISEAU representa a phōnē [o.i.s.e.a.u], mas nunca [wazo]. Um sistema semiótico só pode funcionar se baseado no princípio *um significado/um significante*, portanto *uma graphē/uma phōnē*.” (UA, 2014, p. 129, grifo do autor). Em sua perspectiva, a

⁷⁵ Em língua portuguesa, *haut* = topo; *eau* = água.

⁷⁶ BNF, PAP. OR., caixa 43, env. 105, fº 53.

⁷⁷ [...] Le sens dans une langue se réalise en sons hors de la volenté du locuteur. Il peut bafouiller, bredouiller – il n’en a pas moins dit ce qu’il voulait dire.

C’est pourquoi toute <texte> ~~écriture~~ si nous la considérons dans le mouvement du scripteur qui veut ‘dire quelque chose’, part toujours du sens à transmettre, <idéographes, etc.>. L’écriture note des distinctions que la langue ne respecte plus. Et c’est pour cela que les systèmes d’écriture tendent à être conservateurs : parce que ‘ce qu’on veut dire’ change moins vite que la manière dont on le réalise phnétiquement, et que ‘ce qu’on veut dire’ ~~se fixe en correspondance~~ <semble reproduit exactement> par la forme écrite traditionnelle. L’image de l’écrit semble correspondre exactement à ce qu’on veut dire, et il paraît alors naturel de dire ‘haut’, et c’est toujours une surprise pour le locuteur d’apprendre que quand il croit dire /haut/ il dit en réalité [o] et que, ~~quand~~ <alors qu>’il distingue /haut/ et /eau/, il dit pareillement [o]. On parle sens, non par sons.

Mais on perçoit d’abord les sons puis le sens. (FENOGLIO, 2016, p. 190).

atividade de alfabetização da escrita a submete à phōnē, logo, submete-a à língua. No entanto, o linguista sinaliza que essas condições não são orgânicas e necessárias, apenas de ordem empírica e histórica.

Benveniste cumpre, assim, a segunda parte de seu programa que corresponde à análise da experiência da aquisição da escrita. Para isso, deixa claro que a abstração é processo constitutivo da escrita, e que o locutor é quem trabalha sobre a língua no exercício de converter todos os graus de abstração em *imagem da língua*. Ou seja, é

a atividade completa na qual o locutor está engajado, esse comportamento tanto gestual quanto fonocústico, essa participação do outro, de todos os outros, da totalidade dos parceiros possíveis nessa manifestação individual e coletiva, tudo isso é substituído por *signos* traçados a mão. (UA, 2014, p. 129-130, grifo do autor).

Pela descrição benvenistiana, percebemos a complexidade do processo da escrita. Essa *imagem da língua* caracteriza-se como *atividade complexa* de engajamento do locutor, que deve capturar o aspecto de sua vocalização, bem como a *de todos os outros* que participam das manifestações enunciativas, transformando todo esse complexo em traços de escrita. Nesse fragmento de análise, irrompe o argumento desconstrutor da ideia de uma palavra escrita subordinada à imagem da palavra falada. Não há uma caracterização manifesta em hierarquia; há uma relação que não é, primeiramente, entre escrita e fala, mas entre escrita e língua. A escrita determina um amplo processo pelo qual o locutor deve passar. A partir disso, Benveniste consegue traçar razões para colocar dentro do sistema da língua a fonologia conciliada à língua.

Isso ultrapassa a ideia de uma escrita estática como a que se encontra tradicionalmente expressa na representação da escrita, especialmente aquela circunscrita ao capítulo da escrita no CLG. Nela, ignora-se a existência da situação do exercício da fala do locutor, isto é, a necessária consciência de que falar é colocar “em ação uma ‘língua’ que o outro também possui e maneja; que cada um fala, mas que cada um, ao falar [...] usa a *mesma* ‘língua’.” (UA, 2014, p. 130, grifo do autor). Destarte, na língua escrita, a experiência dessa “*mesma* ‘língua’” deve ser ressignificada, pois cada um tem uma escrita que pertence a um sistema e, ao mesmo tempo, que lhe é própria. Podemos, então, observar que a maneira de Benveniste analisar a escrita determina-a a um nível para além do simbolismo linguístico. Isso porque a escrita é o mesmo meio de acessar a consciência desse aspecto simbólico.

Finda, assim, a *aula* 8. Atravessando-a, presenciamos Benveniste estruturar os primeiros pontos que planteiam o objeto a ser tratado. Para dar conta de sua tarefa, o linguista se posiciona, uma vez mais, no terreno da língua. Tal postura indica a direção do olhar, ou seja, tomar a

escrita em relação à língua. No evento de sua *aula*, Benveniste-professor inscreve os movimentos que estruturam os propósitos de sua reflexão e instaura uma relação estranha, se comparada às concepções apresentadas em seus textos, e que se mostra operante na trama da escrita. Trata-se de uma linguagem ainda interior. Perguntamo-nos, então: será esta uma enunciação em vias de devir? Intuímos que sim. Propomos, assim, avançar o estudo em busca de caminhos que subsidiem nossas respostas, ou mesmo, intensifiquem nosso quadro de questões, haja vista que a escrita, no quadro teórico de Benveniste, não se encontra resolvida. Vejamos, então, subsequentemente, para onde vai o olhar do linguista.

3.1.1 A *linguagem interior*: um lugar de memória

Para darmos continuidade à contribuição de Émile Benveniste em torno da questão da escrita, façamos uma breve ancoragem no texto do linguista sobre as *Categorias de pensamento e categorias de língua* (PLG I, 1958-2005). Interessa-nos ver essa discussão sobre a relação pensamento e língua, para compreendermos o que vem a ser a ideia de uma *linguagem interior* no processo da escrita. Benveniste abre o texto sobre as *categorias*, dizendo:

Fazemos da língua que falamos usos infinitamente variados, cuja só enumeração deveria ser coextensiva a uma lista das atividades nas quais se pode empenhar o espírito humano. Na sua diversidade, esses usos têm entretanto dois caracteres em comum. Um consiste em que a realidade da língua permanece via de regra inconsciente; excetuando o caso de estudo propriamente linguístico, **não temos senão uma consciência fraca e fugidia das operações que efetuamos para falar**. O outro consiste em que, **por mais abstratas ou particulares que sejam as operações do pensamento, recebem expressão na língua**. Podemos dizer tudo, e podemos dizê-lo como queremos. (PLG I, 2005, p. 68, grifo nosso).

Os destaques que realizamos são indicativos do interesse de Benveniste em esclarecer as operações condizentes ao exercício da fala. Como observamos, na seção anterior, o linguista elenca, opondo-se a Saussure, que é elementar, à realização da escrita, a distinção do aspecto sonoro da língua. Por isso, deve-se considerar que a escrita institui *uma relação reversível e biunívoca* entre a grafia e a fonia. No mesmo espaço de distinções, para tomada de consciência da escrita, Benveniste explora as abstrações necessárias. Com isso, tanto as operações que envolvem a fala, bem como as que envolvem a escrita mostram-se produtivas à análise de Benveniste, que decide situar essas ocorrências, em relação à língua, e enquanto problema de linguística geral. A visão teórica de Benveniste evidencia a importância da língua na medida em que a apresenta como condição essencial da realização do próprio pensamento; ou seja, Benveniste manifesta a posição de que o pensamento é enformado de significação porque a

língua lhe cede a sua organização. Para Benveniste, o pensamento *recebe expressão na língua*. Tomemos suas próprias palavras:

Esse conteúdo recebe forma quando é enunciado, e somente assim. Recebe forma da língua e na língua, que é o molde de toda expressão possível; não pode dissociar-se dela e não pode transcendê-la. Ora, essa língua configura-se no seu conjunto enquanto totalidade. É, além do mais, organizada como combinação de “signos” distintos e distintivos, susceptíveis, eles próprios, de decompor-se em unidades inferiores ou de agrupar-se em unidades complexas. Essa grande estrutura, que encerra e de muitos níveis, dá sua *forma* ao conteúdo de pensamento. (PLG I, 2005, p. 69, grifo do autor).

Nessa organização argumentativa de Benveniste, somos convidados a entender que o *conteúdo recebe forma da língua e na língua*, ou seja, ele toma *a forma* da língua para se organizar e recebe *forma quando é enunciado*. Desse modo, o pensamento se organiza juntamente com a língua. Não há, portanto, a possibilidade de um pensamento sem língua. Para Benveniste, “esse conteúdo deve passar pela língua e tomar-lhe os quadros”, quer dizer que “A forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade mas primeiro a condição de realização do pensamento.” (PLG I, 2005, p. 69). Observemos ainda que Benveniste fala de uma organização da língua dimensionada nos *níveis da análise linguística*, desde as unidades mínimas de significação até o *agrupamento em unidades complexas*.

O que Benveniste compreende por *unidades complexas*? Seriam elas também uma referência à escrita? Acreditamos que as *unidades complexas* encaminham os *muitos desdobramentos da enunciação*, referidos por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (PLG II, 1970-2006), que ainda devem ser investigados. Nesse caso, a escrita é inserida como uma *forma complexa* do discurso. Por isso, existe a possibilidade de as *unidades complexas* serem uma referência à escrita. Se nossa leitura estiver adequada, Benveniste, ao pensar nos aspectos de abstração para a realização da escrita, parece retomar o processo encadeador de uma ideia, de um pensamento e de uma fala, para chegar ao que possa conceber como a expressão da escrita, somada à sua própria significação. A língua assegura *o molde de toda expressão possível*, podemos ler nessa possibilidade de *expressão* a escrita. O processo da escrita também passa pela relação pensamento e língua, uma vez que “A possibilidade do pensamento liga-se à faculdade da linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua” (PLG I, 2005, p. 80), a escrita é uma maneira de vermos esse *manejar dos símbolos da língua*.

No processo laboral da escrita, Benveniste menciona, no decorrer de suas *lições*, sem o devido empenho do pleno esclarecimento, a existência de uma *linguagem interior*. À primeira vista, somos conduzidos à sua associação com o pensamento. No entanto, ela deve ser

considerada em relação ao ato da escrita e a uma memória. O argumento se concretiza deste modo: “o ato de escrever não procede da fala pronunciada, da linguagem em ação, mas **da linguagem interior, memorizada.**” (UA, 2014, p. 132, grifo nosso). Há, no tocante a isso, uma *linguagem interior memorizada*.

Coquet (2016) realiza uma intervenção produtiva a esse respeito. Para ele, a linguagem interior⁷⁸ “é precisamente um lugar de memória⁷⁹” (COQUET, 2016, p. 65, tradução nossa). Por essa razão, “a escrita resulta de um trabalho memorial efetuado⁸⁰” (COQUET, 2016, p. 65, tradução nossa), justificando a proposição de Benveniste de que “A escrita é uma transposição da linguagem interior”, sendo necessário “primeiramente aceder a essa consciência da linguagem interior ou da ‘língua’ para assimilar o mecanismo de conversão em escrito.” (UA, 2014, p. 132). É, pois, nesse *assimilar o mecanismo da conversão em escrito* que se estabelece a operação da memória de uma língua para convertê-la em escrita. Coquet (2016) trabalha com a ideia de uma “linguagem duplamente memorizada: memória do sistema gráfico, formal e memória narrativa⁸¹.” (p. 65, tradução nossa).

Para fins de distinção, Benveniste assegura que transferir a linguagem interior “é uma tarefa considerável e que exige uma atitude inteiramente diferente da que adquirimos por meio do hábito de transferir o pensamento à escrita.” (UA, 2014, p. 132). Observemos a entrega de duas atitudes diferentes: transferir o pensamento à escrita e tornar inteligível a linguagem interior a outros. Com isso, podemos dizer que essa exigência da linguagem interior concentra o esforço de dois modos de escrita, conforme Coquet (2016), um que advém do semiótico e outro do semântico. O modo de escrita advindo do semiótico é o do “sistema que utiliza a mão, deixando um traço escrito” (UA, 2014, p. 121); ao passo que o modo de escrita do semântico permite a elaboração do discurso que viabiliza *contar uma história inteira*. Ainda que apresentemos esses dois modos da escrita como distintos, eles devem ser apreendidos juntamente, estão forjados na *experiência humana da linguagem*, pois a “experiência não é descrita, ela está lá, inerente à forma que a transmite, constituindo a pessoa no discurso e consequentemente toda pessoa desde que ela fale.” (PLG II, 2006, p. 69). Acionar o *mecanismo da conversão em escrito* é o caminho para se deslizar à experiência da linguagem. Isso coloca em programa, novamente, a língua enquanto produção do sentido. Incidiremos sobre esse ponto

⁷⁸ Coquet (2016) lembra que a associação de Benveniste à expressão *linguagem interior* é também cunhada por outros autores, a exemplo do linguista Frédéric Paulhan, no fim do século XIX.

⁷⁹ «le langage intérieur, qui est précisément un lieu de mémoire». (COQUET, 2016, p. 65).

⁸⁰ «l’écriture résulte d’un travail mémoriel effectué». (COQUET, 2016, p. 65).

⁸¹ «un langage doublement mémorisé: mémoire du système graphique, formel et mémoire narrative». (COQUET, 2016, p. 65).

no decorrer deste capítulo. Na próxima seção, trabalharemos sobre um novo fundamento benvenistiano: a *autossemiotização da língua*.

3.2 A LÍNGUA SEMIOTIZA TUDO: A ESCRITA COMO FUNDAMENTO DA AUTOSSEMIOTIZAÇÃO

Neste momento de nosso estudo, objetivamos apresentar as derivações nocionais da escrita a partir do que Benveniste propõe ser a reflexão da semiotização da língua. Inicialmente, projetamos o que representa a Benveniste o ponto de vista linguístico. Para tanto, retomamos sua palavra, apresentada por Fenoglio (2016), em uma nota de seu curso no Collège de France, no período de 1963-1964, na qual ele aborda a noção de *fato* em linguística. Vejamos:

Noção de fato em linguística. Não há fato objetivo na língua. É o linguista quem o cria o fato - citar

2ª lição. 9/12/63

Não há nada menos 'subjetivo' apesar da aparência - esta é mesmo a primeira certeza a - a língua não é uma substância. Pelo fato de o linguista não encontrar na língua objetos naturais nem substâncias, mas ter que criar seu objetivo a partir de seu ponto de vista, resulta que seu dever é precisar e definir este ponto de vista e as operações que permitem apreender o objeto. Ele deve, portanto, explicar e justificar todas as operações de análise.

Ele deve, assim, apresentar as definições e os critérios atendendo a condições rigorosas.

Ora, são estas as exigências que dão à linguística seu estatuto de ciência. Daí concedamos tanta importância ao procedimento de análise. É bem prova de que não encontramos na língua dado constatável⁸². (FENOGLIO, 2016, p. 174-175, grifo do autor, tradução nossa).

O registro de Benveniste potencializa a discussão da necessidade de esclarecer o que é um trabalho analítico, submetido ao ponto de vista do linguista, ao mesmo tempo em que retoma o princípio saussuriano da tarefa do linguista, lembrando que a linguística tem *como único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por ela mesma*.

A decisão de ofertar um curso para discutir o fenômeno da escrita exige de Benveniste, de um lado, a construção desse objeto, dado que *o linguista não encontra, na língua, objetos*

⁸² Notion de fait em linguistique. Il n'y a pas de fait objectif dans la langue. C'est le linguistique que le crée le fait citer.

II^e leçon. 9/12/63

Il n'y a rien de moins 'subjectif' malgré l'apparence - cela est même la première certitude - la langue n'est pas une substance. Du fait que le linguistique ne trouve pas dans la langue des objets naturels ni des substances, mais qu'il doit créer son objet par son point de vue, il doit résulter que son devoir est de préciser définir ce point de vue et les opérations qui permettent d'appréhender l'objet. Il doit donc expliciter et justifier toutes ses opérations d'analyse.

Il doit donc poser des définitions et des critères répondant à des conditions rigoureuses.

Or ce sont ces exigences qui ont conduit à donner à la linguistique son statut de science. De là vient qu'on accorde tant d'importance à la procédure d'analyse. C'est bien la preuve qu'on ne trouve pas dans la langue du donné à constater. (FENOGLIO, 2016, p. 174-175).

naturais nem substâncias; de outro, a tarefa de *definir, explicitar e justificar* a escrita, determinando o *procedimento de análise*. Nesse enquadre, Benveniste constitui o objeto da escrita de tal maneira que consegue instituir uma relação com a língua, pois decide analisar a língua para, então, analisar a escrita. De um percurso que toca as dimensões históricas, Benveniste consegue depreender a significância da escrita e da língua no aspecto cultural, mas também consegue dizer que proceder “por indução para tentar encontrar o modelo primeiro de relação entre a língua e a escrita” (UA, 2014, p. 156) demonstra que “a evolução geral dos sistemas gráficos conhecidos vai em direção à subordinação da escrita à língua.” (UA, 2014, p. 156).

A partir disso, Benveniste encontra o espaço para propor um ponto de vista que cabe ao linguístico, visto que é preciso saber dizer algo a respeito dessa subordinação da escrita em relação à língua, ou mesmo da representação pela escrita da língua. A formulação dessas considerações está ancorada na compreensão de como língua e escrita significam como sistemas, a questão que se impõe “é a da *relação de interpretação entre sistemas*.” (UA, 2014, p. 109, grifo do autor).

A proposta de Benveniste desloca-se ao exame da *função semiótica da escrita*. O início dessa exposição ocorre na *aula 12*, de 3 de março de 1969, quando o linguista anuncia a existência de um processo de *autossemiotização da língua*. Nessa *aula*, Benveniste reúne os argumentos que o motivam a ver a escrita “como *instrumento* que permite à *língua* semiotizar a si mesma.” (UA, 2014, p. 155, grifo do autor). A escrita figura, nesse sentido, como o *instrumento da autossemiotização* da língua, uma vez que detém propriedades muito particulares. O linguista retoma, então, a propriedade metalinguística da língua, revelada na sua capacidade de interpretar outros sistemas, e “como sistema *significante* descrever a si mesmo em seus próprios termos” (UA, 2014, p. 155). Assim sendo, o processo de semiotização da língua exige que ela proceda “uma *objetivação de sua própria substância*” (UA, 2014, p. 156, grifo do autor), que se dá pela realização da escrita. Benveniste explica que a escrita tem “como base necessária o *traço do signo individual mínimo na ordem semiótica*” (UA, 2014, p. 156, grifo do autor), e isso permite que a escrita seja capaz de esclarecer as similaridades da homofonia, discriminadas pela grafia.

No que apresenta como *princípio fundamental da escrita*, Benveniste a demonstra “primeiramente concebida como globalidade”, isto é, a escrita “enuncia sinteticamente uma sucessão de ideias [...] conta uma história inteira. Desse modo, a ‘escrita’⁸³ se assemelhará

⁸³ Fenoglio observa, em sua fala promovida na Escola de Altos Estudos de Silveira Martins (2016), que no uso das aspas em “escrita” Benveniste trabalha uma noção de escrita usada para referenciar.

muito mais à ‘linguagem interior’ do que à cadeia do discurso.” (UA, 2014, p. 157). Existe um esforço necessário ao locutor, que observamos na seção anterior, para realizar o que se denomina ser a *conversão do mecanismo em escrito*. Assim determinada, a escrita não é ainda uma produção de discurso, mas está nesse caminho de elaboração.

Retomando o princípio do poder significante da língua, Benveniste demonstra como a língua “pode e pode sozinha – dar a um objeto ou a um processo qualquer o poder de *representar*.” (UA, 2014, p. 157, grifo do autor). Representação, aqui, recebe novo contorno, que pode ser interpretado desta forma: *a língua pode dar ao processo da escrita o poder de representar, o poder de significar*. Assim, se “A língua opera uma redução sobre si mesma” (UA, 2014, p. 157), cabe à escrita ser o instrumento dessa representação semiótica. A noção de representação, posta dessa maneira, é a de uma relação semiológica, uma *relação de interpretação entre sistemas*, o sistema da língua e o sistema da escrita.

No conjunto dos enunciados protagonizados por Benveniste, especialmente os que constituem a *aula 15*, de 24 de março de 1969, o propósito das *lições* é reapresentado à classe, “estudar a língua, depois sua relação com a escrita, para ver como uma e outra *significavam* (operavam uma significação com a ajuda de um sistema de distinções representativas e constantes).” (UA, 2014, p. 173, grifo do autor). Uma vez realizado o percurso idealizado, resta a Benveniste enunciar o resultado de sua investigação, a saber: “a língua e a escrita significam exatamente da mesma maneira.” (UA, 2014, p. 173). Essa é, portanto, a novidade do programa das *lições* de Benveniste. Ele reconstrói a escrita como objeto de análise. Faz isso, tirando-a do lugar comum de representação subordinada da língua, demonstrando que ela é a possibilidade de refletirmos sobre a semiotização da língua, ensinando-nos a construir, linguisticamente, o espaço da própria significação.

Com essa proposição, Benveniste alça a escrita a um lugar extremamente singular de todos aqueles que enunciamos nos capítulos anteriores, advindos de distintas posições teóricas. O linguista sírio convoca a excelência da língua como sistema significante na prova da escrita, ela é a face semiotizável da língua, a memória semiótica do corpo da língua, a materialização metalinguística.

Assim, a escrita vai delineando novas funções, pois “de instrumento para iconizar o real, ou seja, o *referente*, a partir do discurso, ela se torna pouco a pouco, o meio de representar o próprio discurso, logo os elementos do discurso.” (UA, 2014, p. 157, grifo do autor). Outrossim, “Pode-se dizer que a escrita foi e que ela é, em princípio, um meio paralelo à fala de contar as coisas ou de dizê-las à distância.” (UA, 2014, p. 156). Pela exposição de Benveniste, temos a demonstração do quadro constituinte da escrita. Primeiro, pela percepção de sua evolução;

depois, pelas relações que a escrita estabelece, isto é, as relações com a fala, a língua, a linguagem e o homem.

Ao observarmos o emprego das formas no plano enunciativo do linguista, podemos compreender que, quando assume a escrita como *meio paralelo à fala*, Benveniste determina que uma escrita em paralelo não ocupa uma posição subalterna, tampouco é mero espelho dessa fala. E quando emprega a ideia de uma escrita literalizada, ao dizer que “progressivamente a escrita literalizou, conformando-se a uma imagem cada vez mais formal da língua” (UA, 2014, p. 156), o linguista anuncia todo o quadro reflexivo do estudo desenvolvido acerca da escrita. Ou seja, Benveniste percorre a ideia do processo de iconização até chegar à letra, ao alfabeto, e dessa posição, ele demonstra o valor de utilizar uma língua e passar a representá-la.

Esses movimentos, que entendemos processuais, conduzem a duas proposições: a de que “A língua é o único sistema significativo que pode descrever a si mesmo em seus próprios termos. A propriedade metalinguística é própria da língua” (UA, 2014, p. 155); e “para que a língua semiotize, ela deve *proceder a uma objetivação de sua própria substância*. A escrita *torna-se* o instrumento dessa objetivação.” (UA, 2014, p. 156, grifo do autor). Assim, a escrita funciona, *torna-se* instrumento metalinguístico e este é o exercício da sua capacidade metalinguística.

Recorrendo à tentativa dos citas a Darios em Heródoto, de transmitir uma mensagem em forma de rebus, mas alcançando apenas divergências em sua interpretação, o exímio linguista demonstra aos ouvintes “que nada mostra melhor *a impossibilidade de atingir o semântico em língua sem passar pelo semiótico mais a gramática*.” (UA, 2014, p. 156, grifo do autor). Desse modo, para falarmos de escrita, a partir de um ponto de vista linguístico, precisamos ultrapassar a presença de uma escrita *literalizada*, conformada. É preciso fundar o semiótico da língua, *realizar graficamente o semiótico*, para passar à sua dimensão semântica, pois o encontro entre a língua e a escrita se dá nesse domínio de proposições. Mais uma vez, Benveniste faz ver a *dupla significância da língua* e tal condição faz da língua um *organismo significante*. Por essa razão, colocaremos em exposição o olhar de Benveniste sobre a significância da escrita. Passemos à próxima seção.

3.3 OS MOVIMENTOS DE SIGNIFICÂNCIA DA LÍNGUA PELA ESCRITA

As *lições* de Benveniste estimam a escrita como ato fundador e transformador das civilizações, já que *o escrever* “foi o instrumento da revolução mais profunda por que passou a humanidade depois do fogo.” (UA, 2014, p. 167). A respeito disso, dedicamos o capítulo inicial

deste estudo, para percebermos a insistência das civilizações em operar e denominar “o ato da expressão escrita.” (UA, 2014, p. 167). Ademais, no conjunto das notas de Benveniste, há uma análise para “reconhecer a estreita ligação que existe entre o tipo de escrita e o tipo de língua, entre a maneira de dissociar os elementos da fala e a maneira de escrever esses elementos.” (UA, 2014, p. 161). Essas duas apresentações realizam o que Benveniste propõe ser o estudo da “escrita enquanto *fenômeno* e na perspectiva da língua para analisar seu funcionamento.” (UA, 2014, p. 167). A atuação de Benveniste, nesse particular, destaca-se dos estudos de seu tempo, porque sua maneira de propor o objeto parte da língua em direção ao funcionamento da escrita. No entanto, o panorama do seu pensamento sobre a escrita ainda está incompleto, pois falta-lhe “considerar a escrita enquanto *operação* e em suas *denominações*”, uma vez que “A operação só existe se denominada.” (UA, 2014, p. 167).

Como vimos anteriormente, Benveniste nos apresenta como objeto e problema de linguística geral a língua e a escrita, cuja essência proposicional tem dois princípios: 1) *a língua semiotiza tudo*; 2) *a língua semiotiza a si mesma*. Na abordagem desse linguista, esses dois princípios pertencem à elaboração da escrita. Façamos a retomada dessa explicação:

A língua opera uma redução sobre si mesma.
De sua função instrumental desprende-se sua função representativa, cujo instrumento é a escrita. Ora, a escrita muda de função: de instrumento para iconizar o real, ou seja, *o referente*, a partir do discurso, ela se torna pouco a pouco, o meio de representar o próprio discurso, logo os elementos do discurso, logo os elementos desses elementos (sons/letras). (UA, 2014, p. 157, grifo do autor).

Se Benveniste entende que *a língua opera uma redução sobre si mesma*, o que ele entende ser a escrita enquanto *operação*? Para o linguista, a denominação dessa operação está reservada ao *processo linguístico*, ou seja, compreender “como uma língua nomeia o ato que lhe dá expressão escrita” (UA, 2014, p. 167); complementarmente, o que “significam os termos empregados, e não o que designam.” (UA, 2014, p. 167). Trata-se, então, de poder “distinguir entre a designação e a significação.” (UA, 2014, p. 167). Sobre a designação, os apontamentos de Benveniste encaminham à compreensão do modo como se designam os atos de ler e de escrever: “Há uma ordem imposta pela experiência e pela pedagogia: primeiro ler, depois escrever. Mas essa não é a ordem da invenção.” (UA, 2014, p. 167). Para preencher o sentido da escrita como operação, é necessário conceber, no entanto, que “É o *escrever* que foi o ato fundador.” (UA, 2014, p. 167). Assim, na inferência de Benveniste, a operação da escrita funda o ato da leitura, e novos caminhos se abrem, delineados na grande questão que é a significação.

Façamos a retomada desse passo teórico essencial de Benveniste que, como já elucidamos, está fundado na relação entre o semiótico e o semântico da língua. Esses dois domínios em apresentação configuram *a dupla significância da língua*, refletida formalmente nos fundamentos de *Semiologia da língua*. A produção intelectual de Benveniste, vinculada às *Últimas aulas*, se (re)configura de modo a construir o aporte necessário para confirmar, principalmente, uma visão de língua. O caminho é orientado sobre estes dois determinantes: o da propriedade semiótica, que reveste o sistema de signos da língua, e o da propriedade semântica, que reveste a produção do discurso.

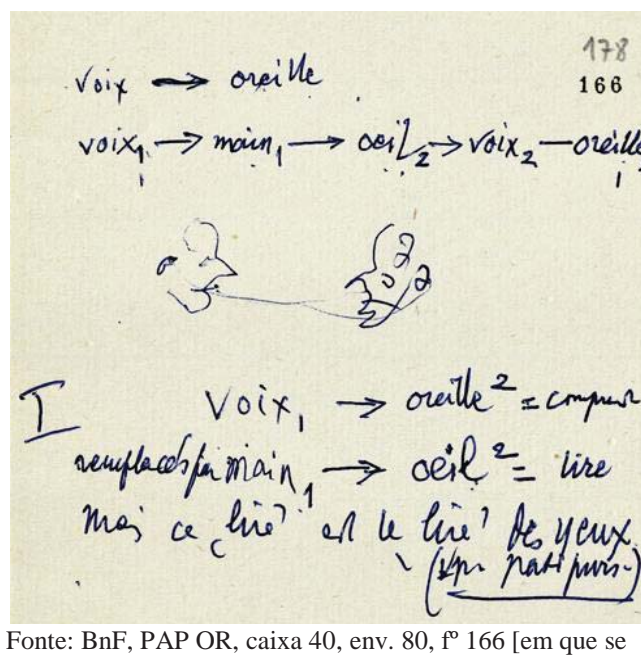
A união de semiótico e semântico constitui duas formas de ser língua e sustenta a interpretância da língua, ou seja, sua capacidade de interpretar todos os demais sistemas, inclusive o seu próprio sistema. Essa forma de articular o sistema da língua, demonstrando que “sem a significação, a *língua* não é mais nada” (UA, 2014, p. 188), renova não só o fôlego da linguística, como Benveniste também se faz outro, porque modifica o princípio de Saussure na medida em que identifica o limite do signo e passa empreender a língua.

Por isso, ao lançar o propósito de “estudar a língua, depois sua relação com a escrita, para ver como uma e outra *significavam* (operavam uma significação com a ajuda de um sistema de distinções representativas e constantes)” (UA, 2014, p. 173), Benveniste oferece esta constatação: “a língua e a escrita significam exatamente da mesma maneira.” (UA, 2014, p. 173). De um só golpe, o conjunto probatório das *lições* de Benveniste trama a escrita à significância e oferta novos argumentos à proposta do CLG de que “a língua independe da escrita.” (CLG, 2012, p. 58).

Em seu exame de relações, Benveniste preenche a lacuna do sistema da escrita, revisando o seu papel diante do sistema da língua. Nasce, assim, uma nova relação de reciprocidade, a escrita realiza a *autossemiotização* da língua, imprime, pois, as formas da língua. No arremate das considerações, Benveniste, ainda, reivindica voz à escrita e anuncia este “princípio fundamental: *a escrita é uma forma secundária da fala.*” (UA, 2014, p. 177, grifo do autor).

Observemos o seguinte esquema elaborado pelo linguista para informar sua apresentação.

Figura 1 – Esquema de Émile Benveniste



Fonte: BnF, PAP OR, caixa 40, env. 80, f° 166 [em que se leem as relações voz-orelha e voz-mão-olho-voz-orelha].

Essa fala, segundo Benveniste, “é transferida da audição à visão: a fala somente auditiva, torna-se escrita, somente visual.” (UA, 2014, p. 177). O esquema explicativo de Benveniste, à página 80 das *Últimas aulas*, parece-nos ser a reinterpretação do esquema do CLG (2012, p. 43) sobre o *Lugar da língua nos fatos da linguagem*. Essa representação que reconstitui o circuito da fala - da boca à orelha - é reconduzida, assim, por Benveniste: “O sistema primário voz (a boca) - orelha é *revezado* (*relayé*) pelo sistema secundário mão (a inscrição) - olho. A mão tem o papel de emissor traçando as letras, e o olho se torna receptor coletando os traços escritos.” (UA, 2014, p. 179). Trata-se de considerar que há uma relação de homologia entre as relações falar/escutar e escrever/ler que Benveniste explica desta maneira: “Entre a boca e a orelha, o elo é *fonia* emitida-ouvida; entre a mão (a inscrição) e o olho, o elo é a *grafia* traçada-lida.” (UA, 2014, p. 179). É nessa dimensão que o princípio de uma escrita como forma secundária da fala pode ser acolhido.

Não devemos conceber, contudo, a presença de uma forma secundária como ideia de representação, pois isso reproduz o equívoco do CLG. A posição de Benveniste se explica “por esse princípio de que a escrita ainda é fala, sob uma forma secundária.” (UA, 2014, p. 177). Essa manifestação como uma forma secundária da fala se deve ao fato de a escrita comportar “as duas propriedades, semiótica e semântica, características do discurso, e apenas do discurso, ou só da expressão linguística, em face dos outros sistemas semiológicos.” (UA, 2014, p. 178). Avançando em sua explicação, vemos, enfim, Benveniste reconhecer “essa linguagem visível”

que é a escrita” como “realização de uma *forma secundária do discurso.*” (UA, 2014, p. 179, grifo nosso). Então, se a língua remete à língua-discurso de igual modo à fala, a escrita, em sua forma secundária, também deve remeter ao discurso.

A relação entre a língua e a escrita, pensada pelo CLG, como “dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro” (CLG, 2012, p. 58) perde força argumentativa na apresentação de Benveniste sobre a noção de signo e a noção de representação, isto é,

- 1) Na noção de “signo linguístico” reside necessariamente a de “sistema linguístico”. Poderíamos, então, falar de um “signo de escrita” no sentido em que se fala de um “signo linguístico” (significante + significado)? Como analisar um grafo? Pode-se apreender um “significante”, por exemplo, traços (um traço vertical seguido de um círculo e sua combinação). Mas e o “significado”? O grafo remete a um fone. Seja uma relação grafo + fone. É tudo. Não temos que lidar com um sistema de significantes, mas, simplesmente, com uma correspondência grafo-fônica [...]
- 2) Em que sentido deveríamos tomar “representação”? A escrita “representa” uma forma secundária da fala, que é primeira. É a fala transferida. Ela permite que a língua semiotize a si mesma. (UA, 2014, p. 178-179, grifo do autor).

Aproveitemos o ensejo de Benveniste para assinalar, novamente, a originalidade de sua reflexão. Além de apresentar uma visão que propõe termos como autosemiotização e interpretância da língua em si, Benveniste dispõe, semiologicamente, a relação de engendramento, da qual a escrita também se apropria, visto que esse sistema pode engendrar e gerar outros sistemas. A maneira de conceber o estudo da escrita foge às práticas de fazê-la proceder do oral. À época de suas *aulas*, a reflexão linguística caracteristicamente concebia a escrita como a clausura da fala, a impossibilidade da linguagem viva. Essa assimetria da fala e da escrita é, como estamos vendo no percurso deste estudo, gradativamente reinterpretada por Benveniste.

Dar manutenção a oposições como essa, inviabiliza o próprio fazer da linguística, pois seria difícil a “análise da linguagem falada se não se dispusesse dessa ‘linguagem visível.’” (UA, 2014, p. 179). Benveniste apoia essa possibilidade da linguística, apontando que “Só essa realização de uma forma secundária do discurso permitiu tomar consciência do discurso em seus elementos formais e analisar todos os seus aspectos.” (UA, 2014, p. 179). A escrita estabelece relação com a língua na medida em que permite ver a língua, prolongá-la, “é, portanto, um revezamento (*relais*) da fala, é a *própria fala fixada em um sistema secundário de signos*. Mas ainda que secundário, esse sistema continua sendo o da própria fala, sempre apto a se tornar fala de novo.” (UA, 2014, p. 179, grifo do autor). Mais uma das razões benvenistianas para que língua e escrita não sejam concebidas em separado.

Dessa maneira, “A partir do momento em que se coloca a escrita no prolongamento da fala e sempre como uma forma de fala, parece que a escrita é não um signo, mas um *revezamento* da fala.” (UA, 2014, p. 181). Isso significa transformar a escrita em “um dispositivo que retoma e retransmite o conjunto dos signos recebidos.” (UA, 2014, p. 181). Precisamos, a partir disso, perguntar: por que *a escrita não é um signo*? O que podemos propor nesse *revezamento* da fala?

As percepções de Coquet (2016) sobre tomar a escrita como *signo* ou como *traço* demonstram uma particularidade que nos parece produtiva na projeção do universo teórico benvenistiano. Segundo a apresentação de Coquet (2016), “Em fenomenologia da linguagem, a escrita realizou-se por um ‘traço’, em filosofia da linguagem, por um ‘signo’.”⁸⁴ (p. 66). Isso equivale a dizer que, “De um lado, o traço deixado pela enunciação oral (a fala) ou escrita; o signo como elemento de um sistema, de outro.”⁸⁵ (COQUET, 2016, p. 66). Devemos, desse modo, considerar que “nós temos do lado da fenomenologia da linguagem: traço, enunciação, o dizer, e do lado da filosofia da linguagem, signo, enunciado, o dito.”⁸⁶ (COQUET, 2016, p. 67).

A colaboração de Coquet coloca-nos no intermitente da linguagem, apresentando como ponto de vista o da fenomenologia com aplicações à linguística, cuja “tarefa é colocar em evidência ‘a atividade do falante’, como dizem os linguistas, atividade que não pode ser dissociada da realidade do discurso e de suas instâncias.” (COQUET, 2013, p. 1). E para quem tem por horizonte o discurso, Benveniste é reconhecidamente “o fundador da linguística do discurso” (COQUET, 2013, p. 1). Queremos nos deter nisso, para dizer que *a escrita não é um signo* porque, estando em condição de *revezamento* da fala, ela reclama viver a vida do discurso. A escrita se lança, então, à vida de *traço*, este em correlação à *enunciação*, ao *dizer*. Por isso, na próxima seção, trabalharemos em torno deste *traço deixado pela enunciação escrita*.

Para construirmos os resultados desta nova incursão, antes, somos convidados a notar uma *lição* dedicada à relação entre a escrita e a leitura. Esclarecendo a fronteira entre o que é “escrita” e o que é “pictografia”, Benveniste traz à luz da discussão o papel da leitura. Isso porque “a pictografia pode ser compreendida, não *lida*, enquanto uma escrita só é escrita se pode ser *lida*.” (UA, 2014, p. 180, grifo do autor). A leitura surge, nesse prisma, como critério

⁸⁴ «En phénoménologie du langage, l’écriture est tenue pour un «trace», en philosophie du langage, pour un «signe». (COQUET, 2016, p. 66).

⁸⁵ «D’un côté, la trace laissée par l’énonciation orale (la parole) ou écrite; le signe comme élément d’un système, de l’autre». (COQUET, 2016, p. 66).

⁸⁶ «nous avons du côté de la phénoménologie du langage : trace, énonciation, le dire, et du côté de la philosophie du langage: signe, énoncé, le dit». (COQUET, 2016, p. 67).

da escrita, pois “‘Ler’ e ‘escrever’ são o mesmo processo no homem; um não ocorre jamais sem o outro.” (UA, 2014, p. 180). A leitura e a escrita são, dessa forma, “duas operações complementares tão estreitas e necessariamente associadas que uma é como o avesso da outra.” (UA, 2014, p. 180). Diante dessa visão da leitura como componente operacional da escrita, apresenta-se uma outra forma de significar a escrita, muito distinta dos trabalhos documentais disponíveis sobre escrita e pictografia.

Essa relação “simétrica à da fala ouvida com a fala enunciada” (UA, 2014, p. 181) é destinada à presença do homem na linguagem, já que “‘Ler’ é ‘ouvir’; ‘escrever’ é ‘enunciar’.” (UA, 2014, p. 181). O curso de 1969 de Benveniste consolida sua originalidade, porque a perspectiva da escrita remonta à significação. Para reivindicar a validade de um conhecimento, inserindo-o em um cenário de discussões estruturalistas, por vezes dispersas, Benveniste expande as percepções em difusão. Se a língua se revela como um sistema complexo, o linguista trata de estabelecer o lugar da escrita em relação com a língua, bem como o seu grau de complexidade. E, partindo do que entendemos ser uma contestação dos territórios teóricos que concebem à escrita um lugar estático, Benveniste investe em entender como a escrita se insere no mundo dos homens, para lançar, assim, uma nova etapa reflexiva, a de vincular a escrita ao homem da fala.

A décima quinta aula do linguista sírio encerra-se com duas evidências sobre as formas distintas de significar desse sistema semiológico. Primeiro, as unidades sígnicas podem ser reconhecidas pelos usuários da língua, ou seja, “Essas unidades são transpostas enquanto se prestam a um reconhecimento pela escrita.” (UA, 2014, p. 182). Nessa primeira operação de reconhecimento, aparentemente, não há o emprego da língua, a escrita tem a função discriminatória sobre os signos da língua. No entanto, distinguir, em francês, “*vin* [vinho], *vingt* [vinte], *vint* [veio], *vain* [vão], *vainc* [vence]... as grafias de uma mesma fonia” (UA, 2014, p. 182) só é possível pela escrita. Desse modo, a forma faz a significação; há uma necessidade dessa materialidade, para que se possa esclarecer *as formas que o falar confunde*. Segundo Benveniste, “Há necessidades complexas que, satisfeitas, tornam possível a construção de enunciados significantes por meio de signos.” (UA, 2014, p. 182). Nessa segunda operação, o que está em jogo é a compreensão.

Essas duas maneiras de significar o sistema semiológico da língua provocam “uma reinterpretção de numerosos conceitos (todos aqueles que dizem respeito à língua). A própria noção de ‘língua’ deve ser mais ampla” (UA, 2014, p. 182), assente o linguista. Todo o diálogo das *lições* de Benveniste, direcionado a Saussure, está posto para dizer que a língua não é apenas um sistema de signos, mas sim, que ela é o sistema que interpreta os demais e engendra a

possibilidade de novos sistemas. Em virtude disso, Benveniste acredita que a própria noção de língua “deve compreender mais noções do que aquelas que lhe foram atribuídas.” (UA, 2014, p. 182). Quando “somos levados à língua”, modifica-se “a própria natureza da semiologia”, pois, no nível da análise semiótica, o sistema deve ser reconhecido; enquanto, no nível da análise semântica, deve ser compreendido. Por isso, “‘reconhecer’ e ‘compreender’ dirigem-se a centros fisiológicos absolutamente diferentes.” (UA, 2014, p. 182). A semiologia não pode mais estar restrita ao signo, precisa ser da língua, elaborada no semiótico e semântico, porque para ser interpretante é preciso conseguir ver e refletir a língua.

A competência ou a capacidade de interpretância deve ser compreendida em seu aspecto funcional como mecanismo técnico operacional da língua. Nesse sentido, a língua detém essa função técnica, capaz de semiotizar outros sistemas, “A língua é posta na medida em que permite articular uma interpretação.” (UA, 2014, p. 190). Assim, com a língua, podemos descrever tudo, inclusive a língua mesma. A escrita desempenha, aqui, um importante papel, o de viabilizar a interpretância da língua. É dizer: quem interpreta a língua? Ela mesma. Como isso é possível?

Ora, por intermédio de um sistema de signos que trabalha, engendrando a língua, semiotizando-a, a língua procede sua *autossemiotização* e sua *própria interpretância na e pela escrita*. E, se “Nenhum outro sistema dispõe de uma ‘língua’ na qual possa formular suas próprias interpretações” (UA, 2014, p. 190), essa propriedade singular da língua reitera, com as *Últimas aulas*, um limite instituído por Benveniste: tudo passa pela língua para ter sua interpretância, e a escrita passa pela língua, que passa pela escrita para ter, assim, também sua interpretância. Esse é o laço fundamental entre a língua e a escrita.

Normand (2009a, p. 164) define que, em *Semiologia da língua*, Benveniste expõe uma teoria da linguagem, “em que se resume o *processo de apropriação da língua* pelo sujeito, graças ao *aparelho formal da enunciação*.” Vimos, no itinerário teórico de Benveniste, ele empreender o duplo programa da linguística, debruçado sobre esta especificidade da língua, a de ser *investida de uma dupla significância*. Essa sua disposição de trabalhar com dois mundos que se encontram na significância do semiótico e do semântico é, definitivamente, o traço marcante do linguista sírio. Ademais, outra de suas marcas fundamentais é a sua capacidade de renovar as questões, tratando-as pelos olhos da linguística geral. Então, quando Normand (2009a) vê, em *Semiologia da língua*, uma *teoria da linguagem*, somos tentados a dizer que Benveniste submete aos seus fundamentos essenciais, na elaboração das *últimas aulas*, um objeto como a escrita não apenas para modificá-lo, mas, uma vez tocado pela linguagem, para torná-lo outro, para agir sobre a sua integridade e integração, que, queiramos ou não, desde suas

lições, faz parte de um sistema complexo de relações de ordem semiológica e que envolve a própria interpretância da língua. Com isso, Benveniste já diz mais do que muitos disseram sobre a escrita.

Há ainda, neste estudo, uma leitura em aberto. Esta que vê o teorizar da *enunciação* e que nos remete a uma nova inscrição da escrita. Precisamos ver como a escrita das *últimas aulas* pode contribuir para refletir sobre a *enunciação escrita* de *O aparelho formal da enunciação*, já que, em dado momento, Benveniste discute a língua e a escrita como organização semiológica; em outro, discute “o homem como capaz de organizar sua língua”. (PLG II, 2006, p. 19). O que propomos fazer em relação à escrita, neste contexto, é investigar essa abertura de uma semântica da enunciação problematizada por Benveniste, em busca de um caminho que nos permita escrever também sobre a análise da escrita.

Sabemos que destramar o conceito teórico da escrita exige agenciar a complexidade do quadro teórico de Benveniste cujo empreendimento, conforme Normand (1996), em *Os termos da enunciação em Benveniste*, “parece como uma ‘síntese felizmente infeliz’, ou se este oxymoron parece precioso demais, uma ‘síntese falha’, de maneira análoga a um ‘ato falho’, do qual se sabe que é pela falha que ele é bem sucedido.” (p. 131). Desse modo, organizar a *semântica*, aos olhos do quadro teórico de Benveniste, para Normand (1996, p. 131), implica “caracterizar seus passos a partir do cerne terminológico da teoria, ou seja, o conjunto de termos pelos quais ele tenta cercar o conceito de *significação* e apresentar métodos operatórios para este assunto.”

Normand chama isso de “movimento de alternância de abertura e de fechamento”, porque se está diante de uma “abertura em análises de língua ‘intermináveis’ (no sentido em que elas são solicitação a perseguir); fechamento na ilusão de uma possível teoria global, ‘fantástica’, do sentido e da cultura, tomada numa antropologia.” (NORMAND, 1996, p. 131). O *cerne terminológico* desenvolvido por Benveniste parece-nos, então, constituir a ideia de que o linguista movimenta, em seus textos, a materialidade do *procedimento programático*⁸⁷ necessário para orientar a sua linguística e, respeitadas certos deslocamentos, viabilizar o olhar do analista, que toma a escrita como objeto linguístico.

⁸⁷ A noção de *procedimento programático* é cunhada, originalmente, por Fenoglio (2013) e utilizada para situar a fase de escrita de Émile Benveniste na análise de seus manuscritos, a partir da perspectiva teórica da *Genética Textual*. Embora nosso trabalho não esteja situado nesse viés teórico, valemo-nos dessa aprendizagem sobre os *procedimentos programáticos*, presentes na elaboração teórica de Benveniste, para construirmos, neste momento, um caminho metodológico que oriente uma visada analítica da escrita.

Precisamos, assim, pensar como essa *teoria da linguagem*, que versa a semântica da enunciação⁸⁸, pode contribuir para o exame das relações entre linguagem, homem, sociedade, e cultura, ambientadas na escrita. Propomos, a seguir, o arranjo do plano teórico do artigo *O aparelho formal da enunciação*.

3.4 DA ESCRITA COMO SISTEMA SEMIÓTICO À ESCRITA EM ENUNCIÇÃO

As pontuações reflexivas, apresentadas ao longo desta pesquisa, demonstram o esforço de Benveniste em fazer o linguista, em sua tarefa analítica, distanciar-se das abordagens históricas, paleográficas, filosóficas e de formas de representação. Essas visões, latentes no enredo acadêmico contemporâneo à elaboração das *aulas* de Benveniste, colocam a escrita em uma posição enviesada no território da linguística, impedindo que a sua análise ultrapasse esses discursos em apresentação. A contribuição inicial de Benveniste parte dessa determinação dos conhecimentos mais importantes no estudo dos sistemas de escrita, para pronunciar um ponto de vista, essencialmente, linguístico.

Nesse sentido, devemos reconhecer que o trato semiológico dado à escrita, por Benveniste, merece seu lugar nos estudos linguísticos. Nina Catach (1996), na apresentação de *Para uma teoria da língua escrita*, lembra que “o homem refletiu seriamente pela primeira vez sobre a linguagem por meio da escrita e hoje reflete seriamente pela primeira vez sobre a escrita por meio de novos sistemas de signos.” (p. 6). Nesses movimentos de olhar a linguagem pela escrita, e a escrita por outros sistemas de signos, há uma evolução importante, mas ainda muito recente, visto que a ocasião do pronunciamento de Catach data de 1986. Para essa pesquisadora, é sempre importante nos perguntarmos em que ponto da pesquisa sobre a escrita nos encontramos.

Deslocando a questão para nosso estudo, parece-nos importante entendermos em que ponto das reflexões de Benveniste encontramos a escrita, movimento que tentamos promover até aqui, apresentando suas *Últimas aulas*. De igual maneira, parece-nos uma oportunidade de compreender o que podemos fazer para contribuir com este objeto de estudo a partir do que Benveniste ensina. Sabemos, no entanto, que a tarefa resguarda suas dificuldades, pois isso

⁸⁸ Salientamos, aqui, o estudo de Teixeira e Messa (2015), que pensam a semântica em Benveniste, destacando dois pontos importantes: no primeiro, as autoras evidenciam que, “por ser formulada a partir das premissas de uma visão antropológica, a semântica da enunciação benvenistiana implica a relação mútua entre linguagem, homem, cultura e sociedade” (p. 100); no segundo, as autoras imprimem a justificativa de que “Benveniste tenha projetado sob suas bases o projeto da metassemântica, vista como uma semiologia de segunda geração, destinada a fundamentar a análise translinguística de textos e obras.” (p. 100).

significa que devemos tomar a escrita como um sistema complexo e encontrar os pontos teóricos de cruzamento implantados por Benveniste, para dar conta de projetar um ponto de vista possível.

Duas cenas teóricas demonstram que Benveniste tem em vista propor a escrita em um jogo de espessamento dos limites de sua abordagem. A primeira cena compõe o final da primeira parte do artigo *Semiologia da língua* no qual Benveniste escreve: “Da escrita não diremos nada aqui, **reservando para um exame particular este difícil problema.**” (PLG II, 2006, p. 51, grifo nosso). O exame em questão é ensaiado pelo linguista nas conferências de suas *Últimas aulas* no Collège de France, em 1968 e 1969, data que se repete na publicação do artigo *Semiologia da língua*. Logo, o conteúdo desses dois textos explicita um movimento de argumentação teórica acerca do tema. Foi o que propusemos trazer para o corpo dessa discussão nos capítulos anteriores.

A segunda cena, contudo, ainda não foi apresentada. Ela consta no fim do artigo *O aparelho formal da enunciação* no qual Benveniste escreve: “Seria preciso também **distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.** Amplas perspectivas se abrem para **a análise das formas complexas do discurso.**” (PLG II, 2006, p. 90, grifo nosso). Nesse último texto de Benveniste, encontramos a expressão da escrita envolta na possibilidade de uma análise da enunciação escrita, bem como a evidência de que ela configura uma forma complexa do discurso.

Tomando esses dois momentos reflexivos de Benveniste, é possível construir uma relação entre o conteúdo projetado nas *Últimas aulas* e o estudo da enunciação escrita, prospectado por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação*? Em nosso modo de ler esses textos, existem distinções e possíveis aproximações no trato nocional da escrita, visto que ora o trato é semiológico, ora enunciativo. Então, é importante esclarecer que não estamos dizendo que as *Últimas aulas* configuram um quadro teórico completo da análise da escrita, e sim inscrevem a possibilidade de uma leitura em rede com *O aparelho formal da enunciação*.

As *Últimas aulas* concentram o esforço do linguista em recuperar a escrita como um tema linguístico e estudar esse sistema semiótico, ao passo que discute o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos. Dessa forma, Benveniste trabalha as relações entre estes sistemas, língua e escrita, para constituir o objeto da semiologia, porque “o problema central da semiologia” é compreender “o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos.” (PLG II, 2006, p. 51). Por essa razão, Benveniste escolhe, nas *Últimas aulas*, falar do sistema da escrita ao mesmo tempo em que fala do sistema da língua e também da semiologia.

Encontramos, nos traços reflexivos desse linguista, de um lado, a elaboração de um princípio técnico, falar da escrita para falar da língua, propondo os processos de autossemiotização e de interpretância; de outro lado, Benveniste deixa evidências de que se pode, além de falar da língua, usar a língua, realizando-a em uma *forma secundária do discurso*, fazer existir uma *segunda fala* para falar do homem, da sociedade, de leitura. Desse modo, deslocamo-nos do ponto semiológico em direção aos pontos enunciativo e antropológico benvenistiano.

Entramos no terreno da *semântica da enunciação* apresentada, aqui, por uma *forma secundária do discurso*. À vista disso, está o que se revela a Benveniste: “a língua aparece para mim como uma paisagem que se move (ela é o lugar de *transformações*).” (UA, 2014, p. 194, grifo do autor). Isso parece-nos constituir o laço do trato enunciativo do objeto da escrita e a inscrição da possibilidade de dispor os princípios da análise semântica da enunciação escrita. Para tanto, precisamos apresentar as particularidades da enunciação escrita no quadro teórico de Benveniste.

Considerando a advertência de Flores (2018) de que “deslocar as ideias de Benveniste para abordar a escrita, em sua realidade enunciativa, continua a ser um desafio muito difícil de ser superado” (p. 397) e que o conteúdo das *Últimas aulas* não suporta, em totalidade, a abordagem enunciativa da escrita, propomos, nos momentos seguintes, projetar a abordagem da escrita, orientando-nos pelo que constitui a *semântica da enunciação*.

Antes, contudo, convém esclarecermos que nossa intenção de credenciar, ainda que parcialmente, a enunciação à reflexão das *últimas aulas* advém da consideração de momentos do texto em que podemos visualizar uma abrangência teórica mais complexa. Reconhecemos que o empenho argumentativo de Benveniste recai, prioritariamente, sobre uma relação semiológica entre a língua e a escrita, mas não podemos negar que o linguista convoca noções presentes em reflexões anteriores e que anunciam a enunciação como, por exemplo, quando determina que “o locutor deve ter consciência de que formou uma frase, de que ele a objetiva, de que a destaca da mensagem que ela carrega, e que toma a iniciativa de reconhecer e isolar suas palavras” (UA, 2014, p. 148); ou ainda, ao manifestar a escrita como “realização de uma forma secundária do discurso” (UA, 2014, p. 179); e para finalizar, quando apresenta leitura e escrita como sendo “o mesmo processo no homem; [...] são duas operações complementares” (UA, 2014, p. 180). Em nossa leitura, portanto, se considerarmos as *últimas aulas* como um texto linear, chegamos ao efeito de sentido de que se trata tão somente de uma exposição sobre o sistema da língua e o sistema da escrita. Mas se considerarmos que sua constituição se deve

a uma série de notas fragmentadas, podemos assumir que, nas incompletudes e nos pequenos discursos, a enunciação está presente em suas *lições* como composto teórico.

Então, embora a incompletude teórica seja uma realidade das *Últimas aulas*, acreditamos na possibilidade de que o encontro entre a língua e a escrita representa um fundamento importante para a abordagem da escrita em enunciação, pois ela conserva o princípio de partir da língua, que conserva *o mundo das formas e o mundo do sentido produzido pela enunciação – o semântico*, além do fato de Benveniste determinar sua realização como uma *forma secundária do discurso*. Isso significa ir além da *parte semiotizável da língua*. Devemos nos ocupar, então, da *língua como produção*.

3.5 O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO: DERIVAÇÕES PARA A ESCRITA

Voltamos nossa atenção, neste momento, para o artigo *O aparelho formal da enunciação* (PLG II, 1970-2006), com o intuito de acessar o mecanismo enunciativo, formalizado por Benveniste e, a partir dele, apreender as noções que contribuem para o desenvolvimento de uma abordagem da escrita, em sua realidade enunciativa. Segundo os estudos de Flores (2013), “*O aparelho... condensa os mais de quarenta anos de reflexão linguística sobre a enunciação. Trata-se, portanto, de um momento síntese da obra enunciativa de Benveniste.*” (FLORES, 2013, p. 161). Esse estudioso da obra de Benveniste alça o artigo a essa posição sintética, apoiando-se nos seguintes motivos:

(a) ele é o único texto que carrega a palavra *enunciação* já em seu título; (b) nele, é possível encontrar todas as discussões feitas nos textos anteriores (pessoa/não pessoa; forma/sentido; semiótico/semântico, entre outras); (c) finalmente, é um texto escrito para um público de linguistas, logo especificamente dedicado aos aspectos teórico-metodológicos da enunciação pertinentes à reflexão linguística *stricto sensu*. (FLORES, 2013, p. 161-162, grifo do autor).

O fato de *O aparelho formal da enunciação* mobilizar um aparelho teórico-conceitual importante para o prospecto analítico e para o debate linguístico em enunciação, já atribui valor em estudá-lo. Mas a particularidade de Benveniste manifestar a necessidade de *distinguir a enunciação falada da enunciação escrita* constitui um vínculo para nossa proposta de compreensão do discurso benvenistiano acerca da escrita. Esse breve registro de Benveniste, ao fim de *O aparelho formal da enunciação*, advém da consideração desse linguista de que o texto em questão é um *quadro formal* do qual derivam matérias que ainda merecem atenção e estudo

por parte dos linguistas. Este é o caso, como já observamos, da *enunciação escrita*. Iniciemos, assim, por compreender o que é a enunciação na proposta benvenistiana.

Para dizer o que é a enunciação, Benveniste nos faz pensar na tradição das descrições linguísticas que “consagram um lugar frequentemente importante ao ‘emprego das formas’.” (PLG II, 2006, p. 81). Pensando no *emprego das formas*, Benveniste introduz uma distinção necessária entre as condições de *emprego das formas* e as condições do *emprego da língua*. Na percepção benvenistiana, há *condições* para o funcionamento de ambas, pois “São, em realidade, dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nesta diferença, a qual implica uma *outra maneira de ver* as mesmas coisas, uma *outra maneira de as descrever e de as interpretar*.” (PLG II, 2006, p. 81, grifo nosso). O que Benveniste deseja discutir são as condições do *emprego da língua*, este, sim, é “Coisa bem diferente.” (PLG II, 2006, p. 82). O *emprego da língua* é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira.” (PLG II, 2006, p. 82). Esse mecanismo é tomado por um “grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido.” (PLG II, 2006, p. 82). Que fenômeno é este que Benveniste quer que se perceba, visto ser modificador da maneira de ver a língua, analisá-la, descrevê-la?

Este fenômeno, ao mesmo tempo tão banal e necessário, é a *enunciação*. Benveniste a define explicitamente desta maneira: “A enunciação é este **colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização**.” (PLG II, 2006, p. 82, grifo nosso). No quadro da análise, como isso importa? A relevância está no fato de que a enunciação “é um ponto de vista da análise que considera o sentido, que incide em cada um dos níveis separadamente e/ou em inter-relação.” (FLORES, 2013, p. 136). O sentido é, pois, o problema linguístico central de Benveniste; retomaremos isso nas seções subsequentes.

Após determinar o que é enunciação, Benveniste adverte sobre a necessidade de “cuidado com a condição específica da enunciação.” (PLG II, 2006, p. 82). Isto é, se há *condições* para o *emprego das formas* e para o *emprego da língua*, também há *condição específica da enunciação*. Qual é ela? Conforme Benveniste, “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto.” (PLG II, 2006, p. 82). Entendamos, assim, que “Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta.” (PLG II, 2006, p. 82).

Como Benveniste costuma proceder baseado no critério de *relações*, ele apresenta a *relação do locutor com a língua*, a qual “determina os caracteres linguísticos da enunciação.” (PLG II, 2006, p. 82). Por isso, explica Benveniste, “Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta

relação.” (PLG II, 2006, p. 82). Por conseguinte, “Este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos. Veremos principalmente três” (PLG II, 2006, p. 82), a realização vocal da língua, a semantização da língua e o quadro formal de realização. A partir disso, Benveniste concentra esforços para determinar esses três aspectos, mesmo apontando que esse *grande processo* pode ser estudado *sob diversos aspectos*.

De acordo com Flores (2013), o caráter processual e acional da enunciação são duas realidades possíveis de serem observadas, pois “ela é um ato porque, através dela, o locutor transforma a língua em discurso e essa transformação se dá, entre outros motivos, como um processo de agenciamento de formas e sentidos.” (FLORES, 2013, p. 164). Nessa dinâmica de *grande processo*, Benveniste consolida a enunciação pelo que ela pode produzir como efeito de sentido. Estudando seus diversos aspectos, podemos chegar às projeções traçadas pelo próprio linguista, a exemplo do prenúncio das *formas complexas do discurso*, da *metassemântica*, da *translinguística*, projeções que abarcam a enunciação, ampliando as perspectivas de pesquisa. Assim sendo, não há nada de banal no fenômeno da enunciação, como introdutoriamente sugere o linguista; há um aparelho complexo, convocador de um aparelho de noções que faz sobrevir *formas* que são *complexas no discurso*.

A noção de processo é companheira de Benveniste porque, nesse processo, a língua “funciona como uma máquina de produzir sentido.” (PLG II, 2006, p. 99). Dessa maneira, a ideia de um *grande processo* tem um efeito englobador que toma a língua, a fim de produzir a possibilidade do sentido. Destacaremos, na sequência, a inscrição de Benveniste acerca dos três aspectos constitutivos da enunciação.

3.5.1 A enunciação e seus aspectos constitutivos

O primeiro aspecto evocado por Benveniste é a *realização vocal da língua* o qual dá origem ao chamado aspecto vocal. Este é “O mais imediatamente perceptível e o mais direto.” (PLG II, 2006, p. 82). Segundo o estudo de Flores (2013), o aspecto vocal da enunciação não comparece detalhadamente na obra de Benveniste, fato que permite a compreensão de que esse é mais um dos tópicos lançados à possibilidade da pesquisa. Além disso, para o pesquisador, “É incontestável a conclusão de que a especificidade da fala (vista em *O aparelho...* em relação à escrita) é um desdobramento a ser feito no contexto da enunciação. Isso é explícito no fim de *O aparelho*.” (FLORES, 2013, p. 165). Não é nosso interesse promovermos uma discussão a respeito da especificidade da fala em relação à escrita no contexto da enunciação, pois

percebemos que o trabalho do linguista, nas *Últimas aulas*, não objetiva contrapor os caracteres do oral e do escrito.

Nesse sentido, se tomarmos a consideração de que “A escrita é a fala convertida pela mão em signos falantes [...]. A mão prolonga a fala” (UA, 2014, p. 179), realizar vocalmente a língua pode ser interpretado, neste estudo, como a realização da língua pela escrita. Consideradas as devidas abstrações necessárias a essa realização, já evocadas anteriormente, entendemos que se trata de substituir a emissão de sons pela tarefa de incorporar, ao processo dessa realização, a emissão e a percepção de signos gráficos, as quais “procedem sempre de atos individuais.” (PLG II, 2006, p. 82). Sob essa perspectiva, o que importa é a realização da língua, seja pela fala, seja pela escrita, uma vez que essa realização sempre é resultado de um *ato individual de utilização da língua*.

Quanto à noção de identidade do som, um problema para Benveniste, entendemos que a “diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida” também impede que o mesmo sujeito reproduza exatamente a mesma escrita, já que estamos falando de uma escrita em ato. Desse modo, procurar “eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica [ou escrita]” (PLG II, 2006, p. 82, acréscimo nosso) é uma tarefa inútil. Isso porque estamos no terreno das escolhas individuais. Seja no plano da escrita ou da leitura dessa escrita, jamais teremos a presença da ideia de reprodução, pois o ato enunciativo vincula-se à presença do singular.

A *semantização da língua* é o segundo aspecto descrito por Benveniste. Interessa ao linguista o mecanismo de produção da enunciação, “ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação.” (PLG II, 2006, p. 83). Assim, se “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (PLG II, 2006, p. 83), esse procedimento de conversão da língua exige passar pela “teoria do signo e [pela] análise da significância” (PLG II, 2006, p. 83, acréscimo nosso), em busca de processar a *semantização da língua*. A particularidade da análise da significância é remetida, em nota, ao artigo *Semiologia da língua* por Benveniste. Isso nos faz ver que o aspecto de semantização ratifica a dupla significância da língua, ou seja, considerar que “A língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro.” (PLG II, 2006, p. 64, grifo do autor).

Nessa organização, ainda se inserem “os procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram.” (PLG II, 2006, p. 83). Flores (2013) sintetiza a apresentação do aspecto da semantização, observando que, “embora o uso da língua

seja descrito como processo que compreende apropriação, atualização, sintagmatização e semantização, é este último que engloba os demais, pois a semantização resume todo o trabalho com a língua.” (FLORES, 2013, p. 166). Este trabalho consiste em converter a língua em discurso.

O terceiro aspecto surge em Benveniste como uma abordagem “que consistiria em definir a enunciação no quadro formal de sua realização.” (PLG II, 2006, p. 83). Se a intenção do texto é falar desse *aparelho formal da enunciação*, conforme indica o título do artigo, é compreensível que Benveniste movimente o tema da enunciação a um aspecto capaz de dimensionar o que o linguista entende ser ou caracterizar o seu quadro formal. Dessa maneira, Benveniste define que o objetivo consiste em tentar “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza.” (PLG II, 2006, p. 83).

O percurso é, então, proposto pelo linguista ao linguista em exercício de análise: “Na enunciação consideraremos, sucessivamente, **o próprio ato, as situações** em que ele se realiza, **os instrumentos de sua realização.**” (PLG II, 2006, p. 83, grifo nosso). O ensinamento de Benveniste é claro: a análise tem como ponto de partida o ato, em seguida, analisa-se a situação de realização desse ato, para, enfim, ver o que a língua oferece na qualidade instrumental, a fim de realizar o ato enunciativo.

Para tanto, consideremos que “O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua.” (PLG II, 2006, p. 83). Dada a presença do locutor *como parâmetro nas condições necessárias da enunciação*, a questão, para nós, é examinarmos quais as particularidades da escrita em ato enunciativo. Tentaremos tecer algumas considerações a esse respeito.

O ponto de vista de Benveniste determina que a enunciação escrita “se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.” (PLG II, 2006, p. 90). Isso posto, devemos considerar que “uma escrita só é escrita se pode ser *lida*.” (UA, 2014, p. 180). Dessa forma, a interpretação do texto benvenistiano coloca o autor e o leitor da enunciação escrita em posição de respectivos locutores em cada situação da enunciação escrita, a situação desenvolvida no ato da escrita e a situação desenvolvida no ato de leitura. Estamos diante de uma particularidade desencadeada na enunciação escrita, a de convocar, conforme Benveniste, *dois planos* de enunciação. Essa particularidade dessa *forma de discurso* assegura sua *complexidade*.

Quando o escritor escreve, ele se enuncia ao escrever, situando-se, desse modo, na posição de locutor. Quanto ao leitor, ele assume sua posição de locutor no ato da leitura, porque “ler é o critério da escrita.” (UA, 2014, p. 180). Ademais, é Benveniste quem assegura que “‘Ler’ e ‘escrever’ são o mesmo processo no homem; um não ocorre jamais sem o outro, são duas operações complementares.” (UA, 2014, p. 180). Logo, essas duas operações complementares são forjadas no ato enunciativo de um locutor-autor que funda, necessariamente, no *avesso* de sua escrita, o ato de ler, por um locutor-leitor, essa enunciação escrita. Por isso, conforme esclarece Benveniste, a leitura e a escrita situam-se “uma [...] o avesso da outra.” (UA, 2014, p. 180).

Nesse viés, a enunciação escrita desdobra a situação enunciativa do locutor, a fim de constituir essa ideia de complementaridade ou de revezamento, vislumbrada por Benveniste. A enunciação escrita funda, assim, o aspecto extensivo da leitura, colocando em jogo as particularidades de duplos ou múltiplos locutores no ato enunciativo, “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (PLG II, 2006, p. 90), também pelo ato de leitura que é este *avesso* da escrita. Por essa razão, “o locutor é sempre o ‘parâmetro’ da enunciação, ao se considerar tanto a produção da escrita quanto a leitura da escrita, é do locutor que se trata sempre. Locutor e alocutário são, em suma, sempre colucutores.” (FLORES, 2018, p. 413).

A pertinência do ato da enunciação está associada a essa posição que o locutor assume diante da língua, pois, “imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro.” (PLG II, 2006, p. 84). Com isso, Benveniste torna elementar à enunciação a alocação, logo um alocutário.

Devemos considerar, portanto, que o ato da escrita coloca em cena locutor e alocutário, produzindo um jogo de posições. Quando o locutor é escritor, ele se posiciona em relação a um alocutário, que é o seu leitor. Quando o locutor é o leitor dessa escrita, ele se posiciona em relação a um alocutário, que pode ser ou não o escritor dessa escrita. Isso implica distintas situações de realização da escrita, já que o tempo e o espaço de sua realização não compartilham o tempo e o espaço da leitura dessa escrita, pois são atos produzidos em distintas situações, logo, por distintos locutores.

Sublinhamos, aí, a presença indissociável entre o homem e a língua. *A língua não é senão possibilidade da língua*, sem o ato individual de um homem utilizando a língua e, “Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.”

(PLG II, 2006, p. 84). No caso deste estudo, *a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma escrita que, em seu avesso, atinge um leitor e que suscita uma outra enunciação de retorno.*

Do percurso que Benveniste propõe para compor o quadro formal da enunciação, o de considerar “sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (PLG II, 2006, p. 83), falta-nos discorrer acerca deste último. Benveniste menciona, em *O aparelho formal da enunciação*, que a situação da enunciação se manifesta “por um jogo de formas específicas cuja função é a de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.” (PLG II, 2006, p. 84).

É, pois, nesse *jogo de formas específicas* que estão delineados os procedimentos acessórios e os índices específicos da enunciação. Quanto a estes últimos, “primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) [...]: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário” (PLG II, 2006, p. 84); posteriormente, os “índices de *ostensão* (tipo *este, aqui, etc.*), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo” (PLG II, 2006, p. 84); por fim, as “formas temporais, que se determinam em relação a EGO, centro da enunciação. Os ‘tempos verbais’, cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário.” (PLG II, 2006, p. 84). Este *aparelho necessário*, aqui sintetizado, pertence à larga construção teórica desenvolvida por Benveniste ao longo de seus *Problemas de linguística geral*.

Benveniste explica também o que denomina ser o processo de *apropriação*. Neste, “**O locutor se apropria do aparelho formal da língua** e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.” (PLG II, 2006, p. 84, grifo nosso). Desse modo, inferimos que é preciso apropriação da língua como aparelho formal, pois é ela que contém as formas, para instituir, assim, um aparelho formal da enunciação, este sempre apto a se constituir.

Segundo Flores (2013), “o dito *aparelho formal de enunciação* não é algo que esteja pronto aprioristicamente e que caberia ao locutor acessar, tomar posse, mas é algo construído a cada enunciação a partir dos recursos da língua em dada situação.” (p. 168). Nesse sentido, é relevante reiterarmos que o aparelho formal é da língua, sendo ele fundamental, visto que o locutor dele se serve para viabilizar a enunciação. Nos termos de Flores (2013), “É errado supor, então, que o locutor se apropria do *aparelho formal da enunciação*. Ele, na verdade, o constrói, a cada enunciação, a partir do *aparelho formal da língua*.” (p. 168). O aparelho formal da língua, no caso da escrita, retém a exigência do domínio do sistema da língua, somado à

capacidade do exercício de autosemiotizar esse sistema, de considerar a escrita enquanto operação, a fim de construir o aparelho formal da enunciação escrita.

A complexidade desse processo está contida na aquisição da escrita e nas necessárias abstrações, para que “A língua [seja] convertida [...] em uma imagem da língua”, pois “Com a escrita, o locutor deve se desprender da representação que tem instintivamente do falar enquanto atividade, enquanto exteriorização de seus pensamentos, enquanto comunicação viva.” (ÚLTIMAS AULAS, 2014, p. 129). A escrita, para Benveniste, requer a tomada de consciência da língua.

É oportuno destacarmos, do estudo de Fenoglio (2013), a ênfase de Benveniste ao elaborar a noção de enunciação em uma nota manuscrita. Nela, a defesa de uma *comunicação viva* é resguardada. Para o linguista, em enunciação, “É preciso distinguir bem o que é necessário do que não o é.” (FENOGLIO, 2013, p. 38). A distinção é proposta, por Benveniste, desta maneira: “O que é necessário, são os instrumentos da apropriação: pronomes pessoais, índice, tempos do verbo. O que não é necessário, são os empregos <elementos> que se poderiam encontrar semelhantes nas estruturas não enunciativas.” (FENOGLIO, 2013, p. 38). Segundo Benveniste, “se há níveis ou distinções a observar, são os níveis na percepção que temos do aparelho necessário à enunciação.” (FENOGLIO, 2013, p. 38). O que Benveniste sugere é um comportamento distinto a respeito da língua, compreendendo que ela

é posta em movimento, que alguém se apropria e que ela a persegue, a coloca em ação, que esse aparelho que jazia, potencial, mas inerte, consistindo em signos de um lado (signos lexicais e outros), em modelos flexionais e sintáticos do outro <se anima subitamente tornando-se de repente atual> toma de repente existência <se forma em discurso restituindo em torno dele um momento vivo>; ~~de língua~~. Alguma coisa nasce no mundo então. Um homem se expressa (lat. *Exprimere* “fazer sair pressionando, fazer fluir ao exterior”), **ele faz fluir a língua na enunciação**. (FENOGLIO, 2013, p. 38-39, grifo nosso).

A enunciação é esse *momento vivo* da língua, é *alguma coisa* que *nasce no mundo*, a fluidez da língua, a expressão do homem, a potência dos sentidos. Então, como fazer para que, na escrita, a enunciação conserve esse *momento vivo* e faça *alguma coisa nascer no mundo*? O locutor precisa *fazer fluir a língua* na enunciação escrita; precisa, além dos índices específicos, alcançar os procedimentos acessórios para realizar a língua. Ou seja, deve saber manejar as formas da língua em busca de construções particulares do sentido pretendido em sua enunciação escrita. A construção do sentido no discurso incide a questão da referência e é sobre ela que trataremos na próxima subseção.

3.5.2 A referência é parte integrante da enunciação

Para compor nossa explicação, tomaremos, de início, um apanhado de ideias formuladas por Benveniste acerca do semiótico e semântico na língua, uma vez que é notável a dedicação do linguista em estabelecer a diferença de uma forma linguística, vinculando-a à diferença de seu sentido. Nesta, o debate sobre a referência é fundamental.

Retomando a conferência *A forma e o sentido na linguagem*, vemos Benveniste propor um movimento de transcendência da língua como um sistema significante. Um movimento dessa natureza requer a compreensão de tudo o que está relacionado às noções de sentido, de forma e à doutrina saussuriana de signo. Dessa forma, em uma dimensão em que a língua é feita de signos, não podemos nunca “descer abaixo do signo sem perder a significação.” (PLG II, 2006, p. 225). Não há, portanto, como definirmos o signo sem percebermos a sua dependência semiótica na língua.

Destacando o feito saussuriano, Benveniste abre o caminho para construir a análise das unidades semióticas submetidas a um duplo ponto de vista, o da forma e o do sentido. O plano do significado vai além do sentido da ordem semiótica. Nele, o sentido advém do manuseio da língua e para quem “esta língua é *a língua*.” (PLG II, 2006, p. 227, grifo do autor).

O princípio elementar do domínio semiótico é, pois, que o signo seja “necessário e suficiente” e que, do mesmo modo, “se possa identificá-lo no interior e no uso da língua”, pois, segundo a compreensão do linguista, “cada signo entra numa rede de relações e de oposições com outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua.” (PLG II, 2006, p. 227). Portanto, aquele que se diz *semiótico* está assumindo o caráter *intra-linguístico* do signo, uma vez que “cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa.” (PLG II, 2006, p. 227-228). É preciso, assim, ter ciência de três consequências imediatas.

A primeira consequência se estabelece na crítica da inexistência de relação “entre a língua e o mundo” e “do signo com as coisas denotadas.” (PLG II, 2006, p. 228). Isso desestabiliza o pensamento de que a língua dá nome às coisas do mundo. A segunda determina a inadmissibilidade do valor individual do signo, já que ele deve ser “genérico e conceptual.” (PLG II, 2006, p. 228). A terceira corresponde à binaridade das oposições semióticas, ou seja, a disposição dos signos se dá sempre em relação paradigmática.

Uma vez estabelecidas relações de forma e sentido do domínio semiótico, então, do signo, precisamos ver o que se mostra em direção ao domínio do semântico. A questão se coloca em torno da representatividade da frase, que revela a seguinte cisão: “o signo e a frase são dois

mundos distintos.” (PLG II, 2006, p. 229). Ademais, determina Benveniste: “Parece-nos que se deve traçar, através da língua inteira, uma linha que distingue duas espécies e dois domínios do sentido e da forma.” (PLG II, 2006, p. 228-229). Emerge, nessa relação distintiva, uma língua que é semiótica, e outra que se faz semântica. Encontramos, aí, a indissociabilidade da forma e do sentido na língua. A língua ser semiótica é ter, em si, o estatuto de significar, e ser semântica é ter a função de comunicar.

No bojo do domínio semântico, encontra-se a “língua em emprego e ação.” (PLG II, 2006, p. 229). Tal asserção impõe a presença do homem. Nos termos de Benveniste,

vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; **em resumo organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo,** e por consequência **a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência.** (PLG II, 2006, p. 229, grifo nosso).

Podemos notar o quão espessa é a língua quando seu movimento é explicitado na dimensão do semântico. Não se garante apenas a outra face da língua, é a própria existência do homem e da sociedade que está assentada nessa postura teórica do linguista. O funcionamento do semântico da língua é determinante, pois detém essa capacidade instrumental de formalização e descrição da própria consciência dos homens. Por isso, “a expressão semântica por excelência é a frase.” (PLG II, 2006, p. 229). Com ela, estamos além da dimensão do significado do signo, chegamos ao locutor e, portanto, à atualização linguística do pensamento. Tocamos, ainda, na questão essencial desta seção: a referência. Ou seja, “O signo existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares” (PLG II, 2006, p. 230), ao passo que “a frase, expressão do semântico não é *senão* particular [...] com a frase liga-se às coisas fora da língua [...] o sentido da frase implica referência à situação do discurso e à atitude do locutor.” (PLG II, 2006, p. 230).

O processo de realização do sentido assume o seguinte princípio: “o sentido de uma frase é outra coisa diferente do sentido das palavras que a compõem.” (PLG II, 2006, p. 231). Nessa distinção, “o sentido de uma frase é sua ideia, o sentido de uma palavra é seu emprego.” (PLG II, 2006, p. 231). O sentido de uma frase tem a proporção da ideia que ela exprime, e a referência da frase é vista como “o estado de coisas que a provoca, a situação do discurso ou de

fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever e fixar.” (PLG II, 2006, p. 231)⁸⁹. Nessas condições, a frase apresenta-se como materialidade enunciativa, uma vez que “não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece.” (PLG II, 2006, p. 231). Tal efemeridade pertence à enunciação.

Se definimos, anteriormente, o princípio de que “O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala” (PLG II, 2006, p. 84), tornando isso “um dado constitutivo da enunciação” (PLG II, 2006, p. 84), é necessário reter, então, o princípio de que “A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno.” (PLG II, 2006, p. 84). O fato de a língua ser “empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (PLG II, 2006, p. 84) faz da referência “parte integrante da enunciação.” (PLG II, 2006, p. 84). Para essa atualização da língua no mundo, é inerente a presença de um locutor, que deve servir-se dessa língua e colocá-la em funcionamento, com vistas à produção do discurso, contendo sentido e referência.

O universo da frase é, como observamos, o passo necessário para ultrapassar o limite do signo saussuriano e fundar a realidade da língua. Com a frase, Benveniste institui uma noção teórica de abertura sobre o sentido, que se renova em *O aparelho formal da enunciação* com a noção mesma de enunciação. A expressão da frase define-a como “unidade do discurso” (PLG I, 2005, p. 139), isto é,

A frase é uma unidade, na medida em que é um segmento de discurso, e não na medida em que poderia ser distintiva com relação a outras unidades do mesmo nível [...] **É, porém, uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação.** Os que se comunicam têm justamente isto em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o “sentido” mas permanecendo desconhecida a referência. (PLG I, 2005, p. 139-140, grifo nosso).

É, pois, nesse domínio, que sentido e referência são vistos em concomitância. Em *Semiologia da língua*, Benveniste retoma essa necessária relação, realizando a seguinte apresentação:

⁸⁹ Importa-nos destacar a observação de Flores (2013) sobre a referência, visto que, com essa proposta de Benveniste, tem-se a possibilidade de abordar o tema ainda “espinhoso aos saussurianos”. Vejamos: “A distinção entre os domínios semiótico e semântico coloca em relevo a questão da referência. A referência está ausente do primeiro e é característica fundamental do segundo. No entanto, isso não pode levar a pensar que é de uma referência ao mundo ou algum tipo de ontologia que Benveniste fala. Não há possibilidade de se pensar uma referência objetiva em um quadro teórico como o oriundo de Ferdinand de Saussure. A concepção sistêmica de Saussure, incorporada integralmente por Benveniste, exclui qualquer relação com algo que não esteja na própria língua. De certa forma, pode-se dizer que há equívoco quando, por exemplo, se fala que Benveniste trata, através da noção de domínio semântico, do extralinguístico.” (FLORES, 2013, p. 142-143).

Com o semântico entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO. Os problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora de mensagens⁹⁰. Ora, a mensagem não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente; não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o “intencionado”), concebido globalmente, que se realiza e se divide em “signos” particulares, que são as PALAVRAS. Em segundo lugar, o semântico toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes, enquanto que o semiótico é, por princípio, separado e independente de toda referência. A ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso. (PLG II, 2006, p. 66, grifo do autor).

Na *lição* de 1º de dezembro de 1969, é que Benveniste enuncia: “Digamos, de saída, que um enunciado apenas tem sentido em uma situação determinada, à qual se refere. Ele apenas adquire sentido em relação à situação, mas, ao mesmo tempo, configura essa situação.” (ÚLTIMAS AULAS, 2014, p. 193). Essa breve retomada de suas considerações para propor o valor da referência no discurso é uma demonstração do esforço de Benveniste em apresentar uma concepção linguística voltada à construção do sentido. Benveniste assegura, desse modo, que “este colocar em relação diferenças formais e diferenças semânticas passa pelo papel de um *sujeito*, que se situa em relação ao mundo do qual ele fala.” (NORMAND, 2009a, p. 148, grifo da autora). Nesse sentido, em enunciação, a referência deve proceder sempre de uma *língua em emprego e ação*, já que ela é dependente da sui-referência, a comunicação viva, de uma situação singular do locutor, é o que permite, assim, instituir a referência.

Por isso, é preciso insistir que a possibilidade do sentido linguístico advém de um centro de referência interno à enunciação, e que quando “o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (PLG II, 2006, p. 86) próprios da língua. A capacidade de o locutor influenciar seu alocutário a determinado comportamento configura o êxito da apreensão do sentido por parte do alocutário. Logo, da eficiência da construção da referência no discurso desse locutor. Ono (2007) defende que o sentido da frase funciona como um vetor de força e de direção. Em sua explicação, “força, porque a frase tem ‘alguma coisa a dizer’; e direção, porque ela está orientada em direção à situação do discurso⁹¹.” (ONO, 2007, p. 127, tradução nossa). Tal perspectiva é apreendida no instante em que Benveniste trabalha a língua,

⁹⁰ Destacamos, aqui, que na *lição 9*, de suas *Últimas aulas*, Benveniste aborda a questão da mensagem, demonstrando o interesse de estudo a partir da prática do mensageiro. Diz-nos assim: “Uma noção que me parece importante e que ainda não foi explorada nas relações com a *escrita* é a de mensagem. O mensageiro recita um texto que memorizou. **Ele não fala, não é o seu discurso** que sai de sua boca. **Ele é a boca e a língua de um outro.**” (ÚLTIMAS AULAS, 2014, p. 136, grifo nosso). Está posto, aí, o problema do discurso e “Que situação singular e como não organizaria ela um discurso tão particular!” (PLG II, 2014, p. 136).

⁹¹ «force, parce que la phrase a «quelque chose à dire»; et direction, parce qu'elle est orientée vers la situation du discours». (ONO, 2007, p. 127).

moldando-a “necessariamente nessas distinções para realizar suas enunciações.” (ÚLTIMAS AULAS, 2014, p. 192).

Abordar a referência, mediante as demais particularidades já evidenciadas na escrita, significa projetá-la e relacioná-la a locutores diferentes, em relações de espaço e de tempo diferentes; uma que condiz à situação de produção da escrita, outra que condiz à situação de produção da leitura. Dessa forma, as propriedades do tempo e do espaço são alteradas sempre que se modificam as instâncias de discurso, se da escrita, se da leitura. Assim sendo, a instância da escrita insere o locutor no mundo, munido de sua sui-referencialidade, mas também permite àquele que se apropria dessa projeção escrita se inserir, não só na posição de locutor, mas em um mundo de referências construídas a partir dessa escrita, ampliando a sui-referencialidade desse locutor-leitor.

É Benveniste quem traz à reflexão que o discurso é “a linguagem posta em ação – e necessariamente entre parceiros” (PLG I, 2005, p. 284), porque “*Eu* só pode definir-se em termos de ‘locução’ [...] *Eu* significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*.’” (PLG I, 2005, p. 278). O ato de discurso “para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo [...] porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos.” (PLG II, 2006, p. 68). Assim, podemos ver a escrita, projetando *cada vez um ato novo*, porque *insere, a cada vez, um locutor em um novo tempo e em uma textura diferente de circunstâncias e de discursos*.

O fato de a escrita provocar uma assimetria na estrutura intersubjetiva, a de um locutor-escritor que escreve a um interlocutor imaginado, sem o reconhecer, sem obter uma enunciação imediata de retorno, e, ao mesmo tempo, revezar essa posição de locutor com o seu leitor, não desqualifica a escrita como um problema linguístico. Essa assimetria é, para nós, a potencialidade de forjar texturas enunciativas de complexidade. Em busca dessas texturas enunciativas, é que planejamos o próximo momento deste estudo, ao examinarmos a enunciação escrita.

3.6 NOSSAS CONSIDERAÇÕES: A ÚLTIMA AULA E O RETORNO AO PROBLEMA DO SENTIDO

A constituição das *Últimas aulas*, *Semiologia* e *A língua e a escrita* não é apenas a representação capitular de uma obra, é um conjunto de *lições* que nos colocam em posição de retorno ao todo teórico do linguista Émile Benveniste. Isto é, suas *últimas aulas* despertam não só um acervo “adormecido”, como lembram Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio, na

Introdução dessa publicação; as lições também demonstram a intensidade da sua atuação teórico-acadêmica no período do Collège de France. Assim sendo, ler esse trabalho isoladamente, sem acessar os *Problemas de linguística geral*, é uma tarefa que beiraria à impossibilidade, do mesmo modo que fragmentaria a grandeza e a singularidade do pensamento de Émile Benveniste. Por isso, decidimos percorrer entre seus escritos.

Vimos, nas lições de 1968 e 1969, Benveniste reunir, em sua experiência investigativa, os argumentos para pensar no sistema da língua, na medida em que pensa em suas possíveis relações. Desse ângulo, Benveniste decide apresentar uma relação particular, e ela repercutirá, na sua ordem, a maneira de ver o sistema de relações, pois o linguista, enfim, estreia o debate sobre o sistema da escrita. No curso dessa reflexão, a escrita surge como *verdadeira revolução*. Isso porque ela se revela, em princípio, como ferramenta técnica às sociedades, mas principalmente, porque ela é, no corpo linguístico, *segunda fala, sistema paralelo* ao sistema da língua. Uma formulação dessa envergadura, aos olhos das lições benvenistianas, precisa ser reconhecida pelo linguista e trabalhada pela linguística. É, então, a perspicácia semiológica de Benveniste que conduz a retirada da escrita de um lugar estático e comodamente definido em sua realidade externa, para pensá-la como um elemento de relações com o sistema da língua. Sob esse viés, Benveniste consegue inaugurar uma forma particular e peculiar de analisar os parâmetros da escrita que o mundo acadêmico conhece e já investiga. Partindo, então, da abordagem relacional entre os sistemas da língua e da escrita, o linguista consegue conceber um novo posicionamento, para entender a dimensão do próprio sistema da língua. É desse modo que Benveniste explicita, em seu intento, que a escrita é um sistema que não ocupa a mera posição de representação da língua, mas que, na verdade, uma é *paralela* à outra. *Pelo raciocínio de Benveniste, somos convidados a notar que, submetendo a escrita à prova, é possível desdobrar sua propriedade fundamental, ela veste a própria língua, para significá-la como sistema, em um processo que esse célebre linguista determina ser a autossemiotização da língua*. A argumentação central de Benveniste demonstra a experiência e o testemunho do poder de interpretância da língua. Nesse enquadre, a escrita assume outro *status*, está inserida no aspecto semiológico da língua, um laço une essas duas partes envolvidas.

Não menos formidável, em nosso percurso, é pensar que, à moda benvenistiana, as relações estabelecidas com a língua estão ancoradas na perspectiva do semântico. O estudo do sentido da atividade linguística é, assim, uma das fortunas que herdamos do pensamento benvenistiano. Essa tessitura reticular e reflexiva de Benveniste é apresentada por Normand (2009a), por meio da percepção de que há uma “dificuldade ligada ao duplo papel da língua”, a saber: “nomear o mundo (designação arbitrária em relação à realidade) e dizê-lo no interior

de um sistema, em relações pelas quais as formas se motivam reciprocamente (significação).” (p. 156-157). Essa evidência da estudiosa de Benveniste parte do texto *Problemas semânticos da reconstrução* (PLG I, 1954-2005).

Assim como o que Normand pontua chama atenção, de igual maneira, a percepção antecipada por Benveniste de que é possível abordar os problemas a partir de sua relação, já que “é pelas relações que se define uma estrutura semântica.” (PLG I, 2005, p. 339). O princípio das *relações* representa um *modus operandi* na linguística do linguista sírio, pois “Benveniste quer dar conta [...] da mediação aos objetos operada pela língua [...] a semântica que Benveniste anuncia é uma semântica da pessoa em sua relação com o mundo.” (NORMAND, 2009c, p. 167-168).

Acompanhamos, na operação de uma *Semiologia da língua*, Benveniste determinar a *dupla significância da língua* e, dessa imagem, construir um traço fundamental para o funcionamento da língua, porque dela decorre não só uma nova visão sobre a língua, mas também uma visão do próprio homem, que arranja e manuseia essa língua em busca da produção de seu sentido. Então, quando chegamos à *primeira aula* que, a bem da verdade, é a última do mestre e, agora, de nossa apresentação, e nos deparamos com o *sentido*, invadindo e resistindo a reflexão de Benveniste, entendemos que ele é o seu norte, é a pedra angular de todo o seu pensamento.

Os problemas do sentido na língua configuram-se, em 1º de dezembro de 1969, como tema de abertura da conferência benvenistiana. Nela, o linguista sinaliza a especificidade desse problema, direcionando-o aos sistemas semiológicos, especialmente ao estudo do sistema da escrita. Para Benveniste, não há necessidade do estudo do sentido na língua como maior abertura para propor a questão, visto que “esse estudo encontra circunstâncias objetivas mais favoráveis do que no passado.” (UA, 2014, p. 185). Isso evidencia a falibilidade da percepção e do estudo do sentido, porque “Sabemos que, durante muito tempo, algumas escolas linguísticas refutaram qualquer validade ou mesmo qualquer interesse aos problemas do sentido.” (UA, 2014, p. 185).

Antes de chegar ao que pretende, Benveniste reconhece que o seu lugar de fala não opera a redução ou a omissão do sentido na língua. Por isso, a primeira problematização deve fazer entender “Como definir e onde estudar a significação?” (UA, 2014, p. 188). De partida, o linguista lembra que a significação pertence à língua, logo, “ela se distribui em cada uma das unidades da língua e se incorpora a cada uma delas, fazendo com que se tornem unidades significantes, signos.” (ÚLTIMAS AULAS, 2014, p. 188). A passagem explicativa é familiar, ecoa os argumentos proferidos sobre *Os níveis da análise linguística* (PLG I, 1964-2005). Outra

razão para o interesse pelo estudo do sentido é “o fato de tal estudo nos fazer, no mínimo, formular novos problemas.” (UA, 2014, p. 188). Dada a importância ao estudo do sentido, é compreensível a necessidade de uma renovação das percepções teóricas que o sustentam.

Nesse cenário, Benveniste representa não só um nome em potencial, para elaborar novas apresentações, mas, pela maneira de conduzir suas discussões, é reconhecidamente o linguista da significação, como bem o qualifica Claudine Normand. Podemos dizer, então, que o sentido é a chave que preside a leitura do texto benvenistiano.

Isso em pauta, Benveniste defende que a língua inteira é “informada e articulada pela significação” (UA, 2014, p. 188), seu funcionamento só se dá dessa maneira, ela funda a própria ideia de ser, de sociedade, “quero dizer que não podemos enfrentar uma tal representação: uma humanidade que ignoraria a linguagem e que, no entanto, seria posta na existência.” (UA, 2014, p. 188). De tudo o que, até aqui, presenciamos nas *lições* de Benveniste, chegamos ao ponto em que ele declara a nossa dependência existencial da língua, e a dependência da língua em relação à significação. O argumento de que se vale é demonstrativo disto: “Na realidade, sem a significação, a *língua* não é mais nada, nem mesmo uma série de ruídos, pois por que o homem abriria a sua boca a não ser para formar sons que tenham um sentido?” (UA, 2014, p. 188). A relação homem e língua fica, assim, instituída.

Passando em revista o fundamento saussuriano, Benveniste retoma o fato de que a coordenação dos signos, entre si, forma sistemas, por isso, a língua é também um sistema de signos. Todavia, devemos reconhecer um limite imposto pela impossibilidade de “passar do ‘signo’ à ‘frase’, impossível fazer coincidir essa distinção com a distinção saussuriana de ‘língua’ e ‘fala’, porque o signo é descontínuo, e a frase, contínua.” (UA, 2014, p. 189). O signo e a frase constituem, assim, dois alvos diferentes da abordagem teórica de Benveniste, a qual faz ver que “A enunciação não é uma acumulação de signos: a frase pertence a uma outra ordem de sentido” (UA, 2014, p. 189), como bem observamos anteriormente, a respeito da significância bidimensional da língua.

A atenção que Benveniste dedica, para dialogar sobre o signo saussuriano, quer resguardar que signo e sistema de signos formalizam a estrutura semiótica, uma derivação saussuriana. Por conseguinte, “Se a língua pode ser um interpretante geral, é porque não é apenas um sistema em que manejamos signos. Trata-se do único sistema no qual podemos formar frases” (UA, 2014, p. 191), esta é uma derivação benvenistiana. Chegar ao nível da frase é chegar à dimensão da língua viva. Nesse nível da análise, uma nova relação deve ser instituída, vinculada ao elemento do sentido, porque a frase está ligada ao discurso. Desse modo, para Benveniste, é preciso saber como o linguista pode olhar e compreender esse fato.

A lição consiste em *articular, na escrita ou pela escrita, duas dimensões da língua, o reconhecimento do semiótico e a compreensão do semântico*, eis aí outro diferencial da reflexão do linguista. Paralelamente, compreender que o trabalho fundamental de Saussure visa classificar “a língua nos sistemas, articulando-a pelo signo, Saussure – paradoxalmente – a classificou entre os sistemas não significantes, aqueles cujos elementos nada significam sozinhos.” (UA, 2014, p. 191). A partir disso, Benveniste demonstra que há um outro domínio dessa língua, “este do querer-dizer que está ligado à *produção* e à enunciação das frases, o *semântico*” (UA, 2014, p. 191, grifo do autor). Revelam-se, assim, duas maneiras de analisar a língua, “dois mundos e duas linguísticas”: o mundo da enunciação, forjado pela dupla significância da língua; a linguística no ponto que Saussure a deixou e a linguística desenvolvida por Benveniste.

Para o linguista sírio, de um lado, está “o mundo das formas de oposição e de distinção, o semiótico, que se aplica a inventários fechados, e se apoia em critérios de distintividade, mais ou menos elaborados.” (UA, 2014, p. 191). De outro, o “mundo é o do *sentido produzido* pela enunciação: o semântico.” (UA, 2014, p. 192, grifo do autor). Em consonância com esses delineamentos, Benveniste faz questão de frisar que Saussure se ocupa da *parte semiotizável da língua*, sem se ocupar da sua aplicação à *língua como produção*. Isso exhibe as credenciais para enfrentar *o problema do sentido que, na realidade, é o problema da própria língua*, como nos diz Benveniste.

Embora não tenha havido tempo suficiente para que o linguista sírio divulgasse suas considerações sobre a escrita, nem mesmo recebesse a réplica de seus contemporâneos também dedicados ao tema, ele contribuiu com uma exposição crítica em defesa da escrita, sem tratar de tentar dizer tudo sobre ela, mas tentar nos dizer o que a escrita pode ser, se vista pelo que ela tem de particular. Em um gesto um tanto subversivo, Benveniste coloca a escrita na veia da semiologia, discussão de vanguarda e da língua. Audaciosamente, sentencia a língua a significar *exatamente da mesma maneira* que a escrita. Exige, ainda, que a língua semiotize a si mesma e acresce, ao conjunto argumentativo, a evidência de que *a escrita é segunda fala*, portanto, *uma forma secundária do discurso* cujo *avesso* funda o ato de leitura.

Poderíamos dizer que, com isso, a escrita deixa de ser um corpo estranho na esteira do debate. Contudo, devemos reconhecer que Benveniste não simplifica os fatos, ele intensifica o valor da escrita, pois, de um lado, reconhece uma relação semiológica intensa com a língua, de outro, faz a escrita ingressar na língua como forma secundária do discurso, uma forma que constrói sua própria complexidade. Nesse modo de ver, Benveniste nos convida a voltar ao

problema do sentido e, por isso, voltar à língua. Ela que aparece *como uma paisagem que se move, ela que é o lugar de transformações*.

CAPÍTULO 4

OLHAR A ESCRITA: SOBRE A MANIFESTAÇÃO DO HOMEM ATRAVÉS DA SUA LINGUAGEM

O linguista pelo qual tenho uma simpatia profunda é Benveniste. O que há de muito bonito em Benveniste é que ele não é apenas um sábio da linguagem, é um sábio das línguas. Ele foi confrontado às línguas. E são as línguas importantes, mais que a linguagem. E, assim, Benveniste foi levado a tratar de coisas extremamente concretas, através dos nomes, das palavras. Daí esse aspecto quase romanesco da obra de Benveniste. (BARTHES, 2004, p. 303).

Chegamos, enfim, ao último ponto do nosso estudo. Nossa condução, até aqui, foi dada pela palavra benvenistiana, pela qual temos profunda admiração. Tentamos, no movimento da leitura e da escrita, tratar sua palavra com o merecido respeito a que os *sábios* têm direito. Assim, qualquer ausência ou deslize de leitura é falha nossa.

A obra de Benveniste tem, de fato, *esse aspecto romanesco* que nos faz querer (re)encontrar o feitio de cada um dos seus confrontos e entender como ele organiza cada problema em torno de um enredo linguístico. Embora a sensação seja de profunda intimidade com a palavra de Benveniste, sabemos que nossa visão ainda é muito estreita. Por essa razão, não temos a pretensão do discurso do ineditismo. Nossa contribuição talvez esteja em uma série de *pequenos sentidos*, ela não tem *um* sentido. Isso porque a escrita como objeto investigativo na obra benvenistiana é extremamente complexa e dinâmica. Assim, encaminha sempre ao sentido seguinte que também nunca é definitivo.

Então, o que faremos neste capítulo final é traçar, a partir da rota dos capítulos anteriores, os *pequenos sentidos* que conseguimos obter do estudo investigativo da escrita. Essa tarefa é realizada na primeira seção, o processo de *escrever sobre escrita* permite-nos *uma leitura dos resultados*.

Na seção seguinte, realizamos uma nova inscrição da pesquisa, na qual destacamos *a escrita como uma forma de presença do homem na língua*. Para compreendermos o viés antropológico inscrito na escrita como discurso, acessamos a noção de *homem pela sua natureza simbolizante*. Com isso, acreditamos estabelecer uma inscrição da significância da escrita.

Nossa terceira seção propõe a inscrição de um *corpus* para que possamos dialogar com uma escrita específica. Escolhemos, para isso, alguns textos do jornal *Pato Macho*. A partir de sua escrita, colocamos nossa análise no domínio da cultura, na tentativa de refletirmos sobre *os valores que se imprimem na língua*.

4.1 ESCREVER SOBRE A ESCRITA: UMA LEITURA DOS RESULTADOS OBTIDOS

Raros são os espaços da conversa ordinária em que se pensa em voz alta sobre o *jovem pesquisador*; sua formação, sua história, seus anseios, seu lugar, isso tudo está à margem do debate. Aos poucos, vamos descobrindo, no limiar do trabalho, que é o objeto de pesquisa que interessa e que a capacidade de dizer algo sobre ele definirá a “qualidade” do *jovem pesquisador*. Estamos, assim, votados “à separação dos discursos: de um lado, o discurso da cientificidade (discurso da Lei), e, de outro, o discurso do desejo, ou escritura.” (BARTHES, 2012, p. 99). Conciliar esses dois discursos exige muitos *transbordamentos*.

Um deles refere-se ao rito das etapas de pesquisa. Trata-se de “saber” propor, ao outro, o objeto investigativo, com justificativa e objetivos devidamente construídos, “saber” instituir as bases teóricas de sua fundamentação, passar do projeto às qualificações, para, enfim, dizer que se tem um trabalho de pesquisa. À medida que vamos formando e formatando esse “saber”, muitas considerações externas sobre a produtividade da pesquisa são apresentadas. O *jovem pesquisador* é tentado a dizer para que serve o seu fazer.

Nesse sentido, a pesquisa que ora apresentamos também passa pelo crivo da produtividade: qual é o valor de um trabalho dedicado à escrita, principalmente um trabalho sem pretensões de se voltar ao ensino da escrita? Ou o que *resta* dizer sobre a escrita em um universo de pesquisas? Estas são interrogações que ainda acompanham a pesquisa e a pesquisadora, uma vez que o sentido, que envolve o constituir da pesquisa e do *jovem pesquisador*, não pode se dar a ver pelo que *resta* a dizer. Neste caso, “o trabalho é moroso, funcional, alienado, movido apenas pela necessidade de prestar um exame, de obter um diploma.” (BARTHES, 2012, p. 99).

Logo, “quisemos aqui que o trabalho de pesquisa fosse, *desde o princípio*, objeto de uma solicitação forte [...] que só podia ser uma solicitação de escritura.” (BARTHES, 2012, p. 99). Este é mais um *transbordamento*. Foi dessa maneira que, no rito de qualificação final, surgiu a questão central desta tese: **qual é o diferencial no pensamento de Benveniste sobre a escrita?** Para quem se faz jovem na pesquisa, o problema pareceu inocente. Ora, escrever uma tese para saber dizer o que há de diferente nesse pensamento teórico, será esta a

contribuição da pesquisa? As vozes dos experientes pesquisadores da banca determinaram que sim. Desse modo, “Para que o desejo se insinue no meu trabalho, é preciso que esse trabalho me seja *pedido* [...] por uma assembleia viva de leitores em que se faz ouvir o desejo do Outro (e não o controle da Lei)” (BARTHES, 2012, p. 99), tratamos de *escrever a leitura* que nos pareceu capaz de sistematizar, primeiramente, o contexto de um pensamento em meio às inesgotáveis possibilidades do olhar.

Decidimos, portanto, que era preciso *parar* sobre alguns textos, cuja temática, na França dos anos 50 e 60, fosse a escrita. Reportando-nos a esse grande espaço histórico que envolve Benveniste, conseguimos depreender, o que nos parece menos uma análise e mais uma imagem, um interesse latente pelo debate da escrita, uma vez que ela se encontra submetida a diversos campos do saber. Há interesse em pronunciar a origem, os limites, as contradições, as oposições, a teoria da língua escrita, enfim, os pesquisadores, à sua maneira, tentam instituir o sentido da observação da escrita. Todavia, essa reflexão não vem desprovida de um contexto também singular.

Os pesquisadores alçam um debate intenso a respeito do criador, Ferdinand de Saussure, e sua criatura, o signo e a semiologia. Esse conhecimento específico é dedicado à vanguarda estruturalista. Desse prisma, o signo saussuriano, a semiologia e a escrita são temas presentes em muitas vozes que, como vimos no capítulo inicial, estão entremeadas. *Benveniste coloca-se, então, embaixo do guarda-chuva estruturalista e enuncia suas lições sobre a semiologia, a língua e a escrita. O diferencial no pensamento de Benveniste, aqui, é o de promover um ponto de vista que se faça essencialmente linguístico sobre esses temas, em especial, a escrita.*

Vencida a etapa de sistematização do contexto do pensamento de Benveniste, decidimos, como segunda etapa, inserirmo-nos na apresentação do *Curso de Linguística Geral*, para melhor entendermos o sentido da exposição sobre *a representação da língua pela escrita*, já que a reflexão de Benveniste sobre a escrita parte desse dizer. Instituída essa apresentação, projetamos o diálogo inicial de Benveniste com Saussure a respeito da *Semiologia (da língua)*. *O diferencial no pensamento de Benveniste, aqui, é apresentar seus argumentos sobre a propriedade fundamental da língua, de sua dupla significância, fundada no semiótico e semântico da língua. Também propor essa propriedade como elemento fundamental em uma semiologia, o que lhe permite estabelecer as bases necessárias para o princípio da interpretância da língua, e, assim, propor uma semiologia distinta da apresentação saussuriana, uma semiologia que se reconhece de “segunda geração”.*

Isso posto, elaboramos a terceira etapa fundada nas *lições* que tratam da *língua e da escrita*. Em torno desse desenvolvimento teórico, *o diferencial no pensamento de Benveniste consiste nestes pontos essenciais:*

a) *as Últimas aulas constituem-se também como espaço para problematizar a dupla significância da língua;*

b) *Benveniste opera a dupla significância da língua, somando-a à propriedade da interpretância desta, para discutir a relação semiológica da mesma com os demais sistemas;*

c) *ao debater a relação semiológica entre a língua e a escrita, Benveniste consegue demonstrar, ao mesmo tempo, a propriedade da dupla significância da língua, bem como a sua interpretância;*

d) *ao operar a propriedade da dupla significância da língua, Benveniste constata que a escrita se apresenta como uma forma secundária da fala, portanto, uma forma secundária do discurso, forja das duas maneiras de ser língua: língua como semiótico, língua como semântico;*

e) *dada a propriedade fundamental de significância da língua, com o estudo do sistema da escrita, Benveniste consegue imprimir a propriedade da interpretância da língua sobre seu próprio sistema, pois pela escrita a língua consegue realizar sua autossemiotização;*

f) *em virtude disso, Benveniste determina que a língua e a escrita significam exatamente da mesma maneira;*

g) *a escrita, constituída como operação, tem no escrever um ato fundador de profunda transformação das civilizações. Benveniste atribui ao ato de escrever o sentido de a escrita ser um instrumento revolucionário;*

h) *a operação da escrita permite estabelecer uma relação de homologia com a operação de leitura: escrever está para ler;*

i) *há, dessa maneira, uma operação de revezamento, em que o sistema primário voz-orelha é revezado pelo sistema secundário mão-olho. A mão tem o papel de emissor, traçando as letras, e o olho se torna receptor, coletando os traços escritos;*

j) *Benveniste considera que ler é o critério da escrita. Ler e escrever são o mesmo processo no homem, são duas operações complementares tão estreitas e necessariamente associadas que uma é como o avesso da outra;*

k) *enfim, o percurso de Benveniste vislumbra a escrita como uma forma de presença do homem na língua, ao mesmo tempo em que examina a capacidade do homem em criar a escrita como imagem da língua. Uma vez fundada a operação da escrita, ela se torna o prolongamento da fala, um revezamento da fala, um dispositivo fabricado pelo homem, para retomar e*

retransmitir o conjunto dos signos recebidos. A escrita é uma fala enunciada, porque “escrever” é “enunciar”. No avesso da operação da escrita, elabora-se, assim, a operação da leitura.

Ao reunirmos, nessa síntese, a tentativa de *escrever a leitura* do que se mostra sobre o pensamento de Benveniste a respeito da escrita, descobrimos que o problema de tese nada tem de inocente como pensávamos inicialmente, pois, nas *últimas aulas*, o linguista sírio também faz seu *transbordamento*, sua voz articula sua sapiência e projeta a visão da língua pela sua completude, justamente por ser ela essa *paisagem que se move*, verdadeiro *lugar de transformações*. Essa sapiência não lhe permitiria compartilhar um discurso recalcado da escrita, o que Benveniste fez foi buscar o sentido desta. E buscar o sentido da escrita é entrar no jogo da linguagem, *na língua que é paisagem de transformação, no infinito da enunciação*. E isso, reiteramos, nada tem de inocente. Então, mesmo que esse pensamento de Benveniste não tenha o selo da publicação em vida, suas *aulas* deixam ver êxitos primorosos para sua linguística e para a formação do *jovem pesquisador*.

Não poderíamos ter resultado maior do que este de acompanhar a “natureza *reflexiva* de sua enunciação; a cada instante do percurso uma pesquisa pode reverter a linguagem sobre si mesma.” (BARTHES, 2012, p. 101). Uma vez que o percurso tenha estabelecido o diferencial no pensamento de Benveniste sobre a escrita, consideramos importante dizer **qual é a inscrição da significância da escrita a partir de Benveniste**.

Propomos pensar essa inscrição de significância, começando por perguntas comuns – *o que é escrever? como escrever? por que escrever?* –, sem a intenção de evocar uma prática pedagógica. Sobre isso, preferimos que cada um, como recomenda Barthes (2012, p. 30), “faça ouvir a sua própria voz, a voz da prática.” Qualquer que seja o ângulo que decidamos olhar para essas perguntas comuns, pelo ponto de vista benvenistiano, são questões que se organizam em torno do ato enunciativo, já que *escrever é enunciar*. *O que é e como escrever* surgem-nos, então, com o sentido de *operação* que, como apresentamos a partir da visão de Coquet (2016), é resultado de um trabalho memorial efetuado. Para realizar a assunção da escrita, precisamos *assimilar o mecanismo da conversão em escrito* o qual condiz à memória do sistema gráfico da escrita, formalizado pelo sistema da língua. Sendo assim, o que Coquet (2016) chama de memória narrativa, para nós refere-se à capacidade de tornar inteligível o que queremos dizer/escrever.

Inscriver a significância da escrita, partindo dessas questões em andamento, é apresentá-la sob dois modos, um que advém do semiótico e outro do semântico. O modo da escrita advindo do semiótico é este do “sistema que utiliza a mão, deixando um traço escrito”

(UA, 2014, p. 121), enquanto que o modo de escrita advindo do semântico permite a elaboração do discurso. Assim, escrever é uma escrita que se faz sobre a escrita, *a escrita da escrita*, a escrita do sistema da língua em memória, a imagem da língua, já a escrita do discurso trata de uma *metaescrita*. Esta, sempre forjada na *experiência humana da linguagem*. Nesse sentido, *o mecanismo da conversão em escrito* é o caminho para se deslizar à experiência da linguagem, o que possibilita responder *por que escrever*.

Das razões possíveis, duas podem emitir nosso modo de entender o porquê de escrever. A primeira concerne ao fato de que “A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é reproduzida novamente por intermédio da linguagem.” (PLG I, 2005, p. 26). Desse modo, aquele que escreve “faz renascer pelo discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento” (PLG I, 2005, p. 26), enquanto aquele que o lê apreende “primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido.” (PLG I, 2005, p. 26). Vale lembrar que no *avesso* da escrita está o processo de leitura, logo, quando escrevemos, pressupomos o existir de uma leitura.

A escrita é um exercício da linguagem, por essa razão, uma maneira de estabelecer uma situação de diálogo, uma comunicação intersubjetiva, em que “o locutor representa a realidade” e o leitor “recria a realidade.” (PLG I, 2005, p. 26). Pela escrita, enfim, “o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário.” (PLG II, 2006, p. 86). Isso parece-nos subsidiar a resposta do porquê escrever.

Ao inscrevermos a significância da escrita, forjada na experiência da linguagem, ela nos coloca no centro do fenômeno discursivo, bem como nos faz voltar à apresentação do problema da escrita como um tipo de enunciação. A experiência da enunciação escrita está fundada em uma projeção, pois “se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.” (PLG II, 2006, p. 90). Assim, a instância da enunciação escrita tem sua instância de origem na *realidade* do escritor, mas projeta, por extensão, a instância do leitor, este apto a *(re)criar a realidade* representada por quem escreve; ele *recria* a realidade ao mesmo tempo em que *cria* uma nova realidade. Essa relação intersubjetiva é, pelo que apresenta Benveniste, o fundamento da humanidade em si, *é na e pela linguagem que o homem se constitui*, é na atualização do discurso que, independente de sua forma e sempre intersubjetivo, *encontramos no mundo um homem falando com outro homem*.

À vista disso, propomos examinar, na inscrição da significância da escrita a partir dos fundamentos benvenistianos, que homem é esse que podemos encontrar na e pela escrita, pois entendemos que a *escrita-forma secundária do discurso* remete à dimensão do antropológico linguístico do pensamento benvenistiano. No percurso de Benveniste, como já observamos, a

escrita é apontada como uma forma de presença do homem na língua. Uma vez fundada a operação da escrita, o homem *a torna o prolongamento da sua fala, um revezamento da fala, um dispositivo por ele fabricado para retomar e retransmitir o conjunto dos signos recebidos*. Tomando a escrita como fala enunciada, porque *escrever é enunciar*, Benveniste nos dá a ver o caminho do discurso e, com ele, o que Derrida (2006) assume ser a *antropologia linguística de sua teoria da enunciação*.

Para iniciarmos esse percurso, pautado no viés antropológico benvenistiano, escolhemos dar entrada à compreensão da noção de homem e, assim, poderemos dizer em que medida a *linguagem ensina a própria definição de homem*. Passemos a estas considerações.

4.2 O HOMEM, SUA NATUREZA SIMBOLIZANTE, SUAS RELAÇÕES SOCIAIS: DA SIGNIFICÂNCIA DA ESCRITA

Na reflexão de Cassirer (2012), o homem constitui em si um problema a se definir. À luz de Sócrates, o autor compreende a descrição e a definição de homem atreladas à sua consciência. Então, para dar conta desse problema, cuja perspectiva de resposta não pode seguir os princípios da empiria e da lógica, devemos confrontar o homem na tentativa de entendê-lo. Traçar os parâmetros filosóficos da verdade, segundo a concepção socrática, implica assumirmos a verdade enquanto produto de um ato social, assim, “Declara-se que o homem é a criatura que está em constante busca de si mesmo – uma criatura que, em todos os momentos de sua existência, deve examinar e escrutinar as condições de existência.” (CASSIRER, 2012, p. 17). A síntese do pensamento socrático é a de que a definição de homem se relaciona à sua capacidade de responder racionalmente a perguntas racionais. A faculdade responsiva é, portanto, própria do homem, porque ela o torna sujeito moral.

Há uma riqueza de referências intelectuais na abordagem de Cassirer, para buscar dizer o que é o homem. Não nos detemos na totalidade da discussão, queremos, tão somente, depreender alguns dos aspectos que nos tocam, como esta crítica elucidativa da crise da teoria moderna do homem em que: “Teólogos, cientistas, políticos, sociólogos, biólogos, psicólogos, etnólogos e economistas, cada um abordou o problema a partir de seu próprio ponto de vista. Combinar ou unificar [...] perspectivas particulares era impossível.” (CASSIRER, 2012, p. 41). O que o autor aponta é uma rica existência de fatos, tomada na incerteza de uma riqueza de pensamentos para pensar esses fatos reunidos em tantos campos investigativos.

Para o autor, “A menos que consigamos achar um fio de Ariadne que nos conduza para fora deste labirinto, não teremos qualquer compreensão do real do caráter geral da cultura

humana.” (CASSIRER, 2012, p. 42-43). Esta parece ser a nossa porta de entrada para a apresentação de Benveniste. Se há algo de aceitável em nossa leitura, Benveniste entende e define o problema do homem pela propriedade da linguagem presente na natureza do homem. Assim, podemos dizer que a luz e a coerência da existência da noção de homem estão presentes na linguagem que “ensina a própria definição do homem.” (PLG II, 2005, p. 285).

Cassirer (2012) acrescenta à dimensão avançada do homem a importância do símbolo como *significado-chave para a natureza do homem*. O sistema simbólico é transformador da vida humana, “são os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo o progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a fortalece.” (CASSIRER, 2012, p. 48).

Conforme a reflexão de Benveniste, a racionalidade do homem está atrelada ao emprego do símbolo, ou seja, “essa capacidade de reter de um objeto a sua estrutura característica e de identificá-lo em conjuntos diferentes. Isso é que é próprio do homem e que faz do homem um ser racional.” (PLG I, 2005, p. 27). Benveniste ainda observa que é a *faculdade simbolizante* que possibilita “de fato a formação do conceito como distinto do objeto concreto, que não é senão um exemplar dele. Aí está o fundamento da abstração ao mesmo tempo que o princípio da imaginação criadora.” (PLG I, 2005, p. 27-28).

Em Cassirer (2012), esse universo simbólico que se apresenta ao homem parece recuar a realidade física, pois “Em vez de lidar com as próprias coisas o homem está, de certo modo, conversando constantemente consigo mesmo.” (p. 48). O autor propõe que se olhe para o homem não somente como um *animal rationale*, mas como um *animal symbolicum*, haja vista que “A razão é um termo muito inadequado com o qual compreender as formas da vida cultural do homem em toda a sua riqueza e variedade.” (CASSIRER, 2012, p. 50). Como *animal symbolicum*, o homem tem aí *sua diferença específica*. Seguindo Benveniste, compreendemos que “essa capacidade representativa de essência simbólica que está na base das funções conceptuais só aparece no homem.” (PLG I, 2005, p. 28). Ou seja, é exclusivo ao homem a capacidade de inventar e compreender símbolos.

Cassirer (2012) realiza uma distinção essencial entre sinais e símbolos, os quais “pertencem a dois universos de discurso: um sinal faz parte do mundo físico do ser; um símbolo é parte do mundo humano do significado.” (p. 58). Desse modo, “Os sinais são ‘operadores’ e os símbolos são ‘designadores’.” É do homem, portanto, a capacidade de “uma *imaginação e uma inteligência simbólicas*.” (CASSIRER, 2012, p. 60, grifo do autor).

Entendemos, assim, que a escrita, como nos propõe Benveniste, faz parte dessa *inteligência simbólica*, já que o homem trabalha esses dois universos do discurso. Ao sinalizar

com a grafia, ele registra uma atividade que faz parte do mundo físico do ser, ao passo que, para construir o mundo humano do significado, faz da escrita uma relação simbolizante. Podemos dizer, então, que a concepção de escrita que Benveniste nos apresenta se volta também ao simbolismo da escrita. É interessante notar que essa atividade simbólica tem a condição de reunir exatamente o que Cassirer propõe distinguir para que se defina o homem, já que é necessário *operar* os sinais para *designar* o símbolo.

Podemos reler essas distinções que, para Cassirer (2012), são dois universos do discurso, com as duas maneiras de ser língua, segundo os pressupostos de Benveniste: uma língua que se faz no domínio do modo semiótico, cuja atividade é a de reconhecimento, e uma língua que se faz no modo semântico, cuja atividade é a da compreensão, pois “O semiótico (signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO.” (PLG II, 2006, p. 66, grifo do autor). Desse modo, o homem precisa se colocar diante da língua para realizar uma escrita que, primeiramente, opera os sinais de reconhecimento e, em segundo lugar, integra essa operação ao nível da língua-discurso, dois universos que se unificam no discurso. Podemos reler ainda essas distinções pela leitura que Coquet realiza, uma vez que, ao *assimilar o mecanismo da conversão em escrito*, precisamos trabalhar, de um lado, sobre uma memória do sistema gráfico da escrita, de outro, sobre essa memória que se coloca no domínio da produção escrita que se faz enunciação.

A capacidade simbolizante do homem, esse *animal symbolicum*, é o que o liberta de uma vida “como a dos prisioneiros na caverna do famoso símile Platão.” (CASSIRER, 2012, p. 72). Sem a atividade simbolizante, “A vida do homem ficaria confinada aos limites de suas necessidades biológicas e seus interesses práticos (CASSIRER, 2012, p. 72). Dessa forma, o homem “não teria acesso ao ‘mundo ideal’ que lhe é aberto em diferentes aspectos pela religião, pela arte, pela filosofia e pela ciência.” (CASSIRER, 2012, p. 72). Em toda essa manifestação do valor do simbólico, “a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*.” (PLG I, 2005, p. 27, grifo do autor). Consoante Benveniste, há dois planos de organização que fazem da linguagem um sistema simbólico especial, isto é, “De um lado é um fato físico: utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se, do aparelho auditivo para ser percebida” (PLG I, 2005, p. 30), enquanto que, “de outro lado, é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua ‘evocação’.” (PLG I, 2005, p. 30). A partir dessa *dupla face* da linguagem, o símbolo linguístico torna-se *mediatizante*, ou seja, “Organiza o pensamento e realiza-se numa forma específica, torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa [...]; realiza-se numa determinada

língua, própria de uma sociedade particular.” (PLG I, 2005, p. 30). Logo, a linguagem é um aparato simbólico que mediatiza as relações entre o homem e o mundo, o homem e o homem, o homem e a sociedade.

Por assim ser, “A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro.” (PLG II, 2006, p. 93). Exigir e pressupor o outro é a base da dialética benvenistiana e no fundamento dessa relação substancial é que se institui a possibilidade do discurso. Com ele, o fundamento da experiência humana subjetiva.

Goody (2012), ao abordar a crítica a respeito do desenvolvimento do conhecimento, aponta certos processos que se relacionam “com os modos de comunicação pelos quais o homem interage com o homem e, mais especialmente, transmite sua cultura, seu comportamento adquirido, de geração para geração” (p. 49), o que Goody deseja esclarecer é que “diferenças no modo de comunicação são muitas vezes tão importantes quanto as diferenças no modo de produção” (p. 49), impactando desde a forma de produzir e armazenar o conhecimento humano até os relacionamentos em constituição. Isso porque o conhecimento pertence à cultura e esta “é uma série de atos comunicativos.” (GOODY, 2012, p. 49).

Nos argumentos do autor, a escrita surge ao lado da leitura como uma elaboração favorável ao desenvolvimento do conhecimento e ao “aumento na esfera de ação da atividade crítica” (GOODY, 2012, p. 49), uma vez que “a escrita expôs o discurso diante de nossos olhos e de uma maneira diferente; ao mesmo tempo, ela aumentou a potencialidade do conhecimento cumulativo.” (GOODY, 2012, p. 49).

No percurso que traçamos até aqui, acreditamos que a escrita reserva o seu lugar nesta “ciência da cultura que fundará a teoria das atividades simbólicas do homem” (PLG I, 2005, p. 32), por isso ela não é apenas uma forma de cristalizar o discurso, é um modo pelo qual podemos olhá-lo. Pela escrita também podemos ver esse fenômeno humano, denominado cultura, já que é pela língua que “o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma.” (PLG I, 2005, p. 32). Complementarmente, no instante em que o homem tem, na linguagem, *o único meio de atingir o outro homem*, ele funda uma nova relação em que “a linguagem é dada com a sociedade” e “cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra.” (PLG II, 2006, p. 93).

Uma vez inserida na língua como forma de discurso, ao escrever em uma língua, podemos ver o homem assimilar, perpetuar ou transformar a cultura de uma sociedade por meio da escrita, uma vez que *o homem está na língua*. Desse modo, podemos afirmar que é na natureza do *animal symbolicum* que se inscreve a cultura, pois “É definitivamente o símbolo

que prende esse elo vivo entre o homem, a língua e a cultura.” (PLG I, 2005, p. 32). Por isso, determinamos como uma inscrição da significância da escrita, submetendo-a aos fundamentos benvenistianos, analisar, pela escrita, a capacidade englobante da língua. Ou seja, em que as propriedades fundamentais da língua sejam colocadas em uso, iniciando pelo reconhecimento de “sua natureza de ser formada de unidades significantes”, em busca do “seu emprego de poder arranjar estes signos de maneira significativa”, e fazer existir sobre o arranjo dos signos “a propriedade *sintagmática* [...] a de combiná-los em certas regras de consecução e somente de certa maneira.” (PLG II, 2006, p. 98).

A língua mostra-se, assim, “o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e experiência que se chama a sociedade.” (PLG II, 2006, p. 99-100). Isso posto, devemos considerar que a língua “engloba a sociedade de todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual, [...] ela configura a sociedade instaurando aquilo que se poderia chamar o semantismo social.” (PLG II, 2006, p. 100).

Dessons (2006, p. 51-52) destaca que o fato de a língua ser *investida de propriedades semânticas* torna-a necessária para que possamos compreender e pensar a sociedade. Esse *semantismo social* deve-se, então, ao fato de que “a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significativa na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua.” (PLG II, 2006, p. 98).

No instante em que propomos compreender qual a noção de homem que se apresenta possível na reflexão benvenistiana, o encontramos enlaçado à faculdade de simbolizar e “Estabelecendo o homem na sua relação com a natureza ou na sua relação com o homem, pelo intermédio da linguagem, estabelecemos a sociedade.” (PLG I, 2005, p. 31). Esta passa a ser uma relação axiomática: “A sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo.” (PLG I, 2005, p. 27). A partir dessa relação axiomática, buscamos relacionar esse indivíduo à sua sociedade, uma relação que se institui *na e pela* língua, portanto, pode se deixar ver *na e pela* escrita-*forma secundária do discurso*.

O homem que buscamos analisar em sociedade, na próxima seção, é visto como um homem sufocado pelas relações do conservadorismo e violentado pelas relações de censura. No discurso da escrita, ele encontra o *meio de atingir o outro homem de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem*. Dessa forma, a escrita constitui o *meio* para que este homem possa resistir aos limites impostos e persistir com a bandeira da cultura em permanente evolução, para além dos códigos estabelecidos enquanto *série de atos comunicativos*. Propomos, no momento

seguinte, pensarmos na significância dessa escrita que se faz simbólica como *elo vivo entre o homem, a língua, a sociedade e a cultura*.

4.3 O *PATO MACHO*: UMA ESCRITA PRODUZIDA PARA SACUDIR AS RELAÇÕES SOCIAIS

Em abril de 1971, nasce, no Rio Grande do Sul, a proposta de uma imprensa alternativa, em pleno regime militar. Trata-se do jornal *Pato Macho* cujos profissionais integrantes se reconhecem como a *patota*. Sob a batuta de Luis Fernando Veríssimo, a equipe⁹² do editorial tem à disposição uma redação de respeito, com nomes tanto da imprensa como do campo literário, entre eles, Cláudio Ferlauto, Coi Lopes de Almeida, Moacyr Scliar, Carlos Nobre, Rui Carlos Ostermann, Roberto Pimentel, José Antonio Pinheiro Machado, Sergio Alves Rosa, José Onofre, Joaquim da Fonseca, somando-se ao grupo os fotógrafos Assis Hoffmann, Leonid Streliaev e Luiz Carlos Felizardo, entre outros.

O que chama nossa atenção no jornal de opinião mordaz é o fato de ele ter uma história que se constitui no seu próprio surgimento, ao mesmo tempo em que escreve a história de um acontecimento, e, ainda assim, não ter a sua história em registro. Isto é, fora os exemplares disponíveis, são raras as publicações que tratam do *Pato Macho*. Segundo Strelow (s.d, p. 5) “A realidade de Pato Macho, longe de ser encontrada nos papéis, está na memória de cada um dos jornalistas que tomaram parte nessa aventura.” A recente obra de Ferlauto (2016) permite uma incursão memorável aos bastidores da elaboração do *Pato* e faz renascer as lembranças da *patota*. Em matéria de sentido, podemos ver que a escrita do *Pato* tem a sua singularidade viva, é ela própria a inscrição de cultura na tentativa de subverter, pelo discurso, a paisagem de uma época.

Ao tomarmos conhecimento das quinze edições do *Pato Macho*,⁹³ de sua natureza inquietante e combativa, somada à estética nada tradicional da imprensa, pudemos conhecer uma série de aspectos definidores de dado tempo e espaço, como também de uma escrita que forja o acontecimento da palavra e o prolongamento de uma ação, visando não apenas à repercussão imediata de dado discurso, mas a própria mudança dos acontecimentos enunciados.

Porto Alegre ambienta o cenário, com as personagens e as histórias que compõem a proposta alternativa do *Pato* o qual se dedica à crítica contumaz, principalmente, da moral e dos bons costumes, elementos que impedem, conforme a visão de seus colaboradores, a

⁹² Os nomes em registro são extraídos do levantamento de Strelow (2003; s.d) e Ferlauto (2016).

⁹³ Todas as edições encontram-se disponíveis no acervo digital do Núcleo de Pesquisas em Ciências da Comunicação da PUCRS.

evolução da Província. Durante quinze semanas, o *Pato* chega à mão de seus leitores, e durante essas quinze semanas, ele abala a Província. Para formalizar a apresentação do *Pato Macho*, passamos a palavra ao seu editor, Luis Fernando Veríssimo:

Que animal foi este?

Luis Fernando Veríssimo

Quem foi o maluco que inventou o *Pato*? O maluco inicial, inaugural, fundamental germinal, basal – enfim, o Criador – foi Ferlauto. O *Pato* começou como um projeto gráfico na cabeça do Ferlauto, o que quer dizer que começou, antes de mais nada, bonito. Muito mais bonito do que *O Pasquim*, inspiração remota mas inegável. *O Pasquim* era um sucesso nacional, o *Pato* não tinha a mesma pretensão, queria ser um estouro municipal. Juntaram-se outros malucos, e fez-se o *Pato*.

O diretor responsável deveria ser ou o jornalista Coi Lopes de Almeida ou o jornalista Renato D'Arrigo, mas um não aceitava que fosse o outro. Problema de mulher, se me lembro bem. Resultado: acabei eu, que não tinha problema com ninguém, de diretor responsável. Era a época brava da ditadura. O *Pato* não podia tratar de política, a não ser de uma forma velada, abusando de metáforas. Dedicou-se então à crítica de costumes, gozando da burguesia porto-alegrense, esquecendo-se que não apenas dependia, para sua sobrevivência, de anunciantes que queriam tudo menos «epater» os burgueses, como estes tinham meios para contra-atacar. Quando saiu o segundo número com uma matéria que falava da mulher de um figurão local, ligado à ditadura, este pediu providências. Fui chamado à Polícia Federal, como diretor responsável, e me avisaram que haveria censura prévia do jornal. Dois censores – diga-se, por justiça, muito constrangidos – passaram a frequentar nossa redação todas as semanas. Riam muito do que liam, cortavam algumas coisas, e quando o *Pato* acabou poucos números depois nos mandaram uma carta extremamente simpática – se desculpendo!

Sim, o *Pato* acabou depressa. Durou poucas gloriosas semanas. Depois do estouro inicial, as vendas caíram, os anunciantes fugiram e nada restou, salvo as dívidas. Hoje, olhando-se uma coleção de todos os números, ainda surpreendem a criatividade e a modernidade do *Pato*. Outra coisa surpreendente é que tínhamos, todos, 45 anos menos. (FERLAUTO, 2016, p. 13).

A escrita que o *Pato Macho* elabora sobre o provincianismo de Porto Alegre entoa um deslocamento das relações sociais através da dicotômica relação provincianos e não-provincianos. Além disso, denuncia a crise do discurso da imprensa em si pela falência de sua linguagem, pois, pelo discurso que propõe o *Pato Macho*, o jornalismo, quando se curva ao apelo provinciano, abre mão da resistência. A crítica consiste, essencialmente, no que é produzido como enunciação escrita, no que designamos como o qualitativo das enunciações em busca da construção de uma sociedade mais reflexiva, crítica, cultural e engajada.

Ao considerarmos que cada enunciação, enquanto ato, serve ao “propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento social ou de outro tipo” (PLG II, 2006, p. 90), o que faz da *linguagem não um instrumento, mas um modo de ação*, observamos, na representatividade subversiva do *Pato Macho*, a tentativa de reverter, ou mesmo burlar, os efeitos de um discurso pretensor da homogeneidade do pensamento, valendo-se justamente da *linguagem como modo de ação*.

Realizada a apresentação do *Pato Macho*, queremos, a partir da leitura que organizamos sobre os pressupostos teóricos de Émile Benveniste, examinar como a escrita-*forma secundária do discurso* se desenvolve como um símbolo de resistência. Para isso, precisamos nos voltar à análise dos valores inerentes à sociedade, porque no “fundamento de tudo encontra-se o simbólico da língua como poder de significação. [...] E, no fundo, todo o mecanismo da cultura é um mecanismo de caráter simbólico.” (PLG II, 2006, p. 25).

No discurso do *Pato Macho*, é concedida a oportunidade de vermos, pelo sistema de valores, “uma semântica que atravessa todos estes elementos de cultura e que os organiza.” (PLG II, 2006, p. 25). Nessa perspectiva, podemos ver “a maneira pela qual estes elementos se comandam na sua valorização, a predominância que se dá a certas imagens.” (PLG II, 2006, p. 25). Na prática do discurso, os elementos da cultura vertem, dando-nos a dimensão de costumes e posturas adotados pelos homens em sociedade. Façamos, então, essa nova leitura.

4.3.1 A escrita no domínio da cultura: uma reflexão dos valores que se imprimem na língua

Ao lermos a apresentação de Luis Fernando Veríssimo, vimos que o *Pato Macho* nasce com o objetivo de ser um semanário irreverente, e não podendo falar de política, decide gozar do *provincianismo* de Porto Alegre. Olhando as quinze edições, é perceptível que essa irreverência não é restrita ao sentido dos discursos enunciados, podemos observá-la, compondo a rede de signos em sua totalidade. A estética visual é fortemente provocativa. O semanário traz, em suas edições crônicas, histórias em quadrinhos, charges, coluna social, espaço do leitor, inúmeros comentários, publicidades, enfim, um conjunto discursivo destinado a falar da vida provinciana que toma a vida porto-alegrense.

Isso posto, queremos, neste momento, analisar como o indivíduo transforma a escrita em um objeto de resistência, a escrita como símbolo de sua resistência, ou seja, em um período em que a escrita vive uma situação de recalque, decide-se imprimir todo o desejo de liberdade de seus escritores. Tomar a escrita como objeto, a partir dos pressupostos benvenistianos, é examinar o que se mostra não na aparência da forma, mas o que está por trás de seu emprego, já que é na e pela escrita do *Pato Macho* que o sujeito encontra o lugar para enunciar um discurso de resistência política e social, uma escrita inventiva, risível, inesperada e também pertencente ao *domínio da cultura*.

Veremos, com isso, que, mais do que pensar nos efeitos possíveis da escrita, a experiência da escrita do *Pato Macho* tem em si uma energia complexa e perturbadora, pois permite acessar esse *elo vivo entre o homem, a língua e a cultura* e colocar em xeque os valores

que aí se imprimem para influenciar a sociedade. O *Pato* quer, sobretudo, negar sua cumplicidade com o provincianismo. Façamos, assim, a leitura do texto inaugural do *Pato Macho*, a fim de submetê-lo à análise semântica de sua escrita, um passo fundamental para refletirmos os valores que se *imprimem na língua*.

Figura 2 – Texto inaugural do *Pato Macho*



PATO MACHO



Foto ASSIS HOFFMANN

QUE LOUCURA!

O Pato Macho não pretende ser igual àquele cara que foi a um psicanalista e, aconselhado por este a contar sua história desde o princípio, começou: «No princípio eu criei o céu e a terra...»

O Pato Macho não pretende ser original. Louco, sim; original não. Aliás, o que mais nos animou a seguir adiante com a idéia deste jornal foi a reação de todo o mundo quando ouvira nossos planos. «Um jornal? Em Pôrto Alegre? Agora? Que loucura!» Quer dizer: com tanto encorajamento, como desistir?

Mas não pretendemos criar do nada. Só Deus criou do nada e olha no que deu. Vamos copiar, adaptar, aproveitar, seguir a trilha de outros até o hipotético tesouro e só improvisar quando não houver precedente. Esta franqueza não significa humildade, no entanto. A primeira providência tomada para que ninguém nos chamasse de «uma imitação barata do Pasquim» foi cobrar o mesmo preço do Pasquim. Imitação, por certo. Mac caral!

Estabelecida a nossa identificação com o Pasca (a quem, por sinal, dedicamos este primeiro

número, com reconhecida gratidão) vamos às nossas diferenças. Em primeiro lugar: não queremos ser um jornal especificamente de humor. Calculamos que três, no máximo quatro boas risadas por número é uma meta razoável. No mais, nos contentaremos com sete sorrisos espontâneos, dois condescendentes, um «Há!» pouco convicto, cinco murmúrios de aprovação, dois muxambos indignados e um «Nada mau», no fim. Ou, no mínimo, um tolerante. «Vamos ver se no próximo número melhora.»

Segundo lugar: não sendo um jornal nacional, o Pato Macho pode ser provinciano ou o que der. Sem provincianismo. Sabemos exatamente qual é e como é nosso público. Conhecemos a sua linguagem, a informação que eles gostam de ter, seus hábitos de vida e de consumo. E vamos tratá-lo com aquela informalidade que a vida em província oferece aos não-provincianos. Eis aí, quase que por acaso, uma boa definição para o Pato Macho: um guia informal das gentes, lugares e coisas da província, feito — com bom humor e esperança — para os não-provincianos em espírito.

Porque ninguém vive impunemente, ou cada um tem a filosofia que merece. Aos habitantes deste «continente» coube o provincianismo, filosofia bem antiga mas de grande aceitação fora das áreas de influência. Ao adepto desta filosofia dá-se o nome de provinciano e o provinciano é antes de tudo um chato, que deslumbra-se com os mitos. É por isso que evitamos fazer um jornal de mitos. Dos nossos diretores e principais redatores, só dola — Luiz Fernando Veríssimo e Carlos Nobre — já ultrapassaram a barreira dos trinta, mas ambos nos asseguram que ainda têm dois ou três anos de raciocínio produtivo antes que a esclerose os transforme em medalhões. Os outros são todos jovens e bem intencionados.

Mas voltemos ao nosso público: o provinciano, aquele que leva tudo às últimas consequências, tentando derrubar novidades em defesa de seus mitos. Assim vamos vivendo na Província à sombra de organizações «tradicionais». Um apelido bonito para senis. Nomes e endereços a pedido.

Agora Pôrto Alegre está assaltando ao que talvez seja a derradeira tentativa de soltar as amarras. A Rádio Continental, o som do Liverpool, as garotinhas da Independência e, modestia à parte, o Pato Macho. Os provincianos estão grilados, como estariam os decadentes de outras épocas, assustados agarram-se ao que resta de cocoroquite. Embasbacados!

A Continental é esquecida por certas agências de publicidade, as garotinhas da Indepê são maldenas não arrependidas, o Liverpool sai para libertar o seu som. E nós? Bem, a gente não sofreu pressão direta, ainda estamos na faixa dos inofensivos. Apenas o ciúme de alguns coleaguinhos, que não admitem estar por fora da equipe que bolou este hebdô.

Irmãos é preciso coragem!!! Ahí vamos nos esquecendo de explicar o nome do jornal. Na verdade ele se chama Pato Macho como poderia se chamar Alfredo ou Ribamar ou Qualquer Coisa. Pato Macho souu bem. E engraçado. Fácil de lembrar e de dizer. Não há outra explicação.

Fonte: Pato Macho. Edição nº 1. Ano: 1971. Composto e impresso em Porto Alegre. Editor-chefe Luis Fernando Veríssimo. Periodicidade Quinzenal.

Que loucura!

O Pato Macho não pretende ser igual àquele cara que foi a um psicanalista e, aconselhado por êste a contar sua história desde o princípio, começou: «No princípio eu criei o céu e a terra...»

O Pato Macho não pretende ser original. Louco, sim; original não. Aliás, o que mais nos animou a seguir adiante com a idéia dêste jornal foi a reação de todo o mundo quando ouvia nossos planos. «Um jornal? Em Pôrto Alegre? Agora? Que loucura!» Quer dizer: com tanto encorajamento, como desistir?

Mas não pretendemos criar do nada. Só Deus criou do nada e olha no que deu. Vamos copiar, adaptar, aproveitar, seguir a trilha de outros até o hipotético tesouro e só improvisar quando não houver precedente. Esta franqueza não significa humildade, no entanto. A primeira providência tomada para que ninguém nos chamasse de «uma imitação barata do Pasquim» foi cobrar o mesmo preço do Pasquim. Imitação, por certo. Mas cara!

Estabelecida a nossa identificação com o Pasca (a quem, por sinal, dedicamos êste primeiro número, com reconhecida gratidão) vamos às nossas diferenças. Em primeiro lugar: não queremos ser um jornal especificamente de humor. Calculamos que três, no máximo quatro boas risadas por número é uma meta razoável. No mais, nos contentaremos com sete sorrisos espontâneos, dois condescendentes, um «Hai» pouco convicto, cinco murmúrios de aprovação, dois muxôxos indignados e um «Nada mau», no fim. Ou, no mínimo, um tolerante. «Vamos ver se no próximo número melhora».

Segundo lugar: não sendo um jornal nacional, o Pato Macho pode ser provinciano ou o que der. Sem provincianismo. Sabemos exatamente qual é e como é nosso público. Conhecemos a sua linguagem, a informação que êles gostam de ter, seus hábitos de vida e de consumo. E vamos tratá-lo com aquela informalidade que a vida em província oferece aos não-provincianos. Eis aí, quase que por acaso, uma boa definição para o Pato Macho: um guia informal das gentes, lugares e coisas da província, feito – com bom humor e esperança – para os não-provincianos em espírito.

Porque ninguém vive impunemente, ou cada um tem a filosofia que merece. Aos habitantes dêste «continente» coube o provincianismo, filosofia bem antiga mas de grande aceitação fora das áreas de influência. Ao adepto desta filosofia dá-se o nome de provinciano e o provinciano é antes de tudo um chato, que deslumbrase com os mitos. É porisso que evitamos fazer um jornal de mitos. Dos nossos diretores e principais redatores, só dois – Luiz Fernando Veríssimo e Carlos Nobre – já ultrapassaram a barreira dos trinta, mas ambos nos asseguram que ainda têm dois ou três anos de raciocínio produtivo, antes que a esclerose os transforme em medalhões. Os outros são todos jovens e bem intencionados.

Mas voltemos ao nosso público: o provinciano, aquêle que leva tudo às últimas consequências, tentando derrubar novidades em defesa de seus mitos. Assim, vamos vivendo na Província à sombra de organizações «tradicionais» Um apelido bonito para senís. Nomes e endereços e pedido.

Agora Pôrto Alegre está assistindo ao que talvez seja a derradeira tentativa de soltar as amarras. A Rádio Continental, o som do Liverpool, as garotinhas da independência e, modéstia à parte, o Pato Macho. Os provincianos está grilados, como estariam os decadentes de outras épocas, assustados agarram-se ao que resta de cocoroquice. Embasbacados!

A Continental é esquecida por certas agências de publicidade, as garotinhas da Indepê são madalenas não arrependidas, o Liverpool sai para libertar o seu som. E nós? Bem, a gente não sofreu pressão direta, ainda estamos na faixa dos inofensivos. Apenas o ciúme de alguns coleguinhas, que não admitem estar por fora da equipe que bolou êste hebdô.

Irmãos é preciso coragem!!!

Ah! Íamos nos esquecendo de explicar o nome do jornal. Na verdade êle se chama Pato Macho como poderia se chamar Alfredo ou Ribamar ou Qualquer Coisa. Pato Macho soou bem. É engraçado. Fácil de lembrar e de dizer. Não há outra explicação.

Para iniciarmos a análise do semântico da língua, vamos conduzir estas duas questões benvenistianas: “Como o sentido se organiza? [...] quais são as condições para que alguma coisa seja dada como significante?” (PLG II, 1968-2006, p. 20). Segundo Benveniste, “Qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas ela não existe [...] desde que não haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos. Uma língua é primeiro um consenso coletivo.” (PLG II, 2006, p. 20). E o que é esse *consenso coletivo*? Trata-se da “apropriação da linguagem pelo homem, é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite.”

(PLG II, 2006, p. 21). A noção de sentido é uma noção que se elabora “operando unicamente no interior da língua.” (PLG II, 2006, p. 21). Assim sendo, “há dois domínios ou duas modalidades de sentido, que distingo respectivamente como semiótico e semântico.” (PLG II, 2006, p. 21). Retomando esses dois domínios de sentido, cabe ao semiótico “ser reconhecido como tendo ou não um sentido”, ao passo que o semântico é “resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo.” (PLG II, 2006, p. 21).

A análise do semântico consiste, então, em associar “uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação (tal sujeito, tal tempo, tal referente, tal interação, cujas marcas fazem parte da descrição semiótica).” (NORMAND, 2009a, p. 182). Esse comentário que se faz em análise pretende uma interpretação do discurso, sem esgotar as possibilidades de seu sentido, sem pretender dizer o todo do sentido do que se enuncia.

Assim, o “programa de análise do semântico (o discurso), uma vez admitidos os princípios gerais que apresentam o quadro da enunciação, conduz à descrição do particular, da diversidade do que a língua permite.” (NORMAND, 2009a, p. 182). Se a análise do semântico se projeta em torno de uma língua viva e em uma interação de intersubjetividade, lançada em um tempo e espaço, ela também tem sua vivacidade, porque o que Benveniste ilumina não é “um modelo diretamente aplicável”, mas “uma incitação a retomar, cada vez sob um novo olhar, o problema do sentido.” (NORMAND, 2009a, p. 182). Façamos, então, o que nos ensina Benveniste, interrogando, do ponto de vista do sentido, a linguagem.

Nossa análise consiste em observar a escrita como uma atividade que parte de categorias linguísticas, conforme a apresentação de Benveniste. A escrita do editorial *Que loucura!*, que consta na primeira página do jornal *Pato Macho*, é demonstrativa do que buscamos discutir teoricamente sobre a escrita. Além da peculiaridade do discurso em si, a escrita revela uma amplitude muito maior em perspectiva, o que foge da ideia de uma escrita que se faz de maneira acidental com as formas da língua. Dela, podemos depreender as relações entre o locutor-escritor e a língua, ao mesmo tempo que somos conduzidos, pelo locutor, a reconhecer a cultura de determinada sociedade e, com ele, trabalhar o sentido dessa cultura, pois ela “é também um sistema que distingue o que tem sentido, e o que não tem.” (PLG II, 2006, p. 22). Os comportamentos sociais tidos como *provincianos* são exemplos a serem interpretados no seio da cultura, porque representam “um valor inerente à vida social. [...] Tudo o que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistemas de valores. Da articulação entre os valores.” (PLG II, 2006, p. 22). No entanto, esses valores caros à cultura do ano de 1971 só nos são

acessíveis, porque “são os que se imprimem na língua.” (PLG II, 2006, p. 22). Benveniste assegura a dificuldade de “trazê-los à luz, porque a língua carrega consigo toda uma série de dados herdados; a língua não se transforma automaticamente à medida que a cultura se transforma.” (PLG II, 2006, p. 22).

Diante disso, o que nos desperta atenção é que o espaço do *provincianismo* é assegurado pelo espaço da censura, o discurso *provinciano* (re)nasce valendo-se da “estratificação da cultura que deixa seu traço”, por exemplo, na palavra *provinciano*. Empregando-a, é possível emergir o sentido de dada época, isto é o que Benveniste chama de *definição cumulativa das culturas*, ou seja, “Em nossa cultura atual integra-se toda a espessura de outras culturas. É nisto que a língua pode ser reveladora da cultura.” (PLG II, 2006, p. 23). Coloquemos em plano esta que designamos ser a primeira parte do editorial.

O Pato Macho não pretende ser igual àquele cara que foi a um psicanalista e, aconselhado por êste a contar sua história desde o princípio, começou: «No princípio eu criei o céu e a terra...»

O Pato Macho não pretende ser original. Louco, sim; original não. Aliás, o que mais nos animou a seguir adiante com a idéia dêste jornal foi a reação de todo o mundo quando ouvia nossos planos. «Um jornal? Em Pôrto Alegre? Agora? Que loucura!» Quer dizer: com tanto encorajamento, como desistir?

Mas não pretendemos criar do nada. Só Deus criou do nada e olha no que deu. Vamos copiar, adaptar, aproveitar, seguir a trilha de outros até o hipotético tesouro e só improvisar quando não houver precedente. Esta franqueza não significa humildade, no entanto. A primeira providência tomada para que ninguém nos chamasse de «uma imitação barata do Pasquim» foi cobrar o mesmo preço do Pasquim. Imitação, por certo. Mas cara!

Estabelecida a nossa identificação com o Pasca (a quem, por sinal, dedicamos êste primeiro número, com reconhecida gratidão) vamos às nossas diferenças. Em primeiro lugar: não queremos ser um jornal especificamente de humor. Calculamos que três, no máximo quatro boas risadas por número é uma meta razoável. No mais, nos contentaremos com sete sorrisos espontâneos, dois condescendentes, um «Hai» pouco convicto, cinco murmúrios de aprovação, dois muxôxos indignados e um «Nada mau», no fim. Ou, no mínimo, um tolerante. «Vamos ver se no próximo número melhora».

Nessas cláusulas iniciais, o locutor anuncia, sob o efeito da crença de um suposto discurso de originalidade, um discurso que se constitui anarquizante. Para o locutor, não é o ato de assinar um discurso que institui sua originalidade. O sentido de ser original mostra-se, sim, uma questão, mas não é um impedimento para a existência do *Pato Macho*.

Ao dizer que “O Pato Macho não pretende ser igual àquele cara que foi a um psicanalista e, aconselhado por êste a contar sua história desde o princípio, começou: «No princípio eu criei o céu e a terra...» / O Pato Macho não pretende ser original. Louco, sim; original não.”, o locutor, dentro do próprio discurso, reinventa a citação criacionista e acede à invenção de um novo discurso. Essa capacidade de (re)inventar é, em si, uma característica que, além de promover um jornal *louco*, ou seja um jornalismo ausente de sua prática ortodoxa, inscreve a crítica mítica de um sentido final e retorna, assim, ao que se espera de algo nutrido de originalidade.

Partindo do discurso de gênese, o *eu* do discurso enuncia em relação ao *tu* uma enunciação cujo efeito é o de retorno. É como se o *eu* se colocasse em posição de responder às reações do projeto de criação do jornal, há um contínuo de fala que se elabora na escrita, promovendo, assim, um encadeamento do discurso anterior ao discurso enunciado. Essa relação intersubjetiva anterior renasce e desvela os comentários desencorajadores, observemos: “Aliás, o que mais nos animou a seguir adiante com a idéia deste jornal foi a reação de todo o mundo quando ouvia nossos planos. «Um jornal? Em Pôrto Alegre? Agora? Que loucura!» Quer dizer: com tanto encorajamento, como desistir?”. Ao retomar e demarcar o contínuo da fala pelo discurso direto, «Um jornal? Em Pôrto Alegre? Agora? Que loucura!», o locutor não só desvela o desencorajamento por parte de seu(s) interlocutor(es), mas também prolonga um contínuo do discurso daquilo que se esconde, a saber: por que *um jornal em Porto Alegre agora é uma loucura?*

Agora reporta a um novo lugar e tempo de enunciação, o *eu* que aí se enuncia o faz tendo em vista uma imagem que é astuciosamente subtraída do discurso do locutor do editorial, este em que a escrita é fortemente atacada como mentirosa e, por isso, perseguida pela censura. Na simplicidade da forma linguística temporal, *agora* desdobra-se na complexidade do que se tem em presença no presente, o auge da ditadura militar.

Na cena em que o locutor adverte: “Mas não pretendemos criar do nada. Só Deus criou do nada e olha no que deu. Vamos copiar, adaptar, aproveitar, seguir a trilha de outros até o hipotético tesouro e só improvisar quando não houver precedente. Esta franqueza não significa humildade, no entanto.”, o que ele nos dá a ler é o seu olhar de leitor, que antecede a sua escrita.

Do modo como se apresenta, o locutor manifesta que a originalidade não se faz na pretensão de *criar do nada*, a experiência da escrita é antes uma experiência de leitura, de uma dupla leitura, de um locutor que se faz primeiramente leitor e, valendo-se dessa experiência, torna a sua leitura uma escrita, permitindo, então, que outros se enunciem. A leitura associa-se à escrita como o seu *avesso* não para representar uma obrigação, um imperativo categórico; na cena em análise, ela é demonstrativa de uma realização própria da enunciação. A escrita não está penhorada em sua forma; o que vemos, aqui, não é o esforço do locutor em realizar materialmente sua escrita, mas a sua decisão de escrever. Logo, o ato de escrever é, para o locutor, um vínculo com a sua liberdade de escrita, a qual passa, inevitavelmente, pela reversibilidade do sentido que a escrita provoca; as leituras em elipse do locutor-escritor e a leitura que se faz na relação intersubjetiva no ato de dada escrita. Portanto, há uma escrita anterior à escrita que lemos.

Escrever é, pois, uma experiência de ordem subjetiva. Seguindo o pensamento teórico específico de Benveniste e para que possamos ver “a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem” (PLG II, 2006, p. 68), são necessárias “duas categorias fundamentais do discurso [...] a da pessoa e a do tempo.” (PLG II, 2006, p. 68). Para que a subjetividade fale, é fundamental uma relação intersubjetiva. Isto é, “Todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*” (PLG II, 2006, p. 68).

Para Benveniste, essa se mostra inerente ao discurso, pois a presença da pessoa é indispensável para que se possa instituir a linguagem, considerada como a *experiência central* da possibilidade do discurso. Dessa maneira, o que Benveniste faz ver é que “Desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda.” (PLG II, 2006, p. 69). Além dessa *dialética singular* que é a *mola da subjetividade*, “a expressão do tempo é compatível com todos os tipos de estruturas linguísticas” (PLG II, 2006, p. 70), uma vez que revela uma forma rica em expressão da *experiência subjetiva*. É o tempo linguístico que exercita o presente da enunciação.

Embora possamos reconhecer a existência de um tempo crônico, como o chama Benveniste, “fixado num calendário é estranho ao tempo vivido e não pode coincidir com ele; pelo próprio fato de ser objetivo, propõe medidas e divisões uniformes em que se alojam os acontecimentos” (PLG II, 2006, p. 74), isso não representa a *experiência humana do tempo*. De acordo com o linguista, “Uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua” (PLG II, 2006, p. 74), pois “É pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo [...] O que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala.” (PLG II, 2006, p. 74). Ou seja, o tempo linguístico se define e se organiza “como função do discurso.” (PLG II, 2006, p. 74). É, pois, “no *presente* da instância da fala [...] que um locutor [...] situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona.” (PLG II, 2006, p. 74-75, grifo do autor).

Na escrita, como já apresentamos no capítulo anterior, há uma assimetria fundamental, o *eu* de quem escreve *eu* não é o mesmo *eu* lido por *tu*. Produzir o sentido da escrita, portanto, significa inserir-se nesse jogo da linguagem, cuja trajetória não é linear, porque inscreve planos distintos de enunciação. Diante dessa particularidade, a escrita é recorrentemente tratada fora de seu centro, como se escrever fosse, para lembrar a identificação de Barthes (2012), tratar-se realmente de um verbo intransitivo. Dessa forma, para tecer o dizer da escrita, que parte de uma *experiência humana da linguagem*, precisamos inverter essa lógica de intransitividade. Isso

parece-nos passar pelo sentido do que se diz sobre o escrever e sobre quem o faz enquanto processo.

Ao recorrermos a Benveniste (2005-1950), encontramos na reflexão sobre a diátese “o princípio de uma distinção propriamente linguística, referente à relação entre o sujeito e o processo.” (PLG I, 2005, p. 187). Nessa reflexão, Benveniste observa que “No ativo, os verbos denotam um processo que se efetua a partir do sujeito e fora dele”, ao passo que, “No médio, que é a diátese que se definirá por oposição, o verbo indica um processo do qual o sujeito é a sede; o sujeito está no interior do processo.” (PLG I, 2005, p. 187). Escrever é, em nossa leitura, um processo inclinado ao caso do médio, pois requer a participação do sujeito.

Consoante Benveniste, “o sujeito é o centro ao mesmo tempo que ator do processo; cumpre algo que se cumpre nele [...]. É bem interior ao processo do qual é agente.” (PLG I, 2005, p. 188). Desse jogo de oposições, Benveniste destaca que elas situam “as posições do sujeito em face do processo, segundo ele seja aí exterior ou interior, e a qualificá-lo enquanto agente, segundo ele efetue, no ativo, ou efetue afetando-se, no médio.” (PLG I, 2005, p. 189). Desse modo, se entendemos que escrever é um ato que se faz no e pelo exercício da linguagem, escrever é, indubitavelmente, colocar em funcionamento uma língua, mas é também *efetuar* uma escrita que também *afeta* o sujeito. Por assim ser, aquele que escreve se faz escrevendo e deixa algo de si no interior da sua escrita, porque é ele justamente quem produz essa ação.

Como podemos observar, trazer ao centro de reflexão a escrita é também pensar naquele que a escreve, e o sentido disso Benveniste fundamenta na instância do discurso. O locutor-escritor se constitui em sua escrita, ela é o espaço de quem escreve. Pelo discurso, os indícios instrumentais da escrita não se sustentam, porque o discurso é sempre ato de fala, “Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro” (PLG II, 2006, p. 80), entre o locutor-escritor e o outro, e nesse “processo de troca” é que está “a experiência humana inscrita na linguagem” (PLG II, 2006, p. 80) e toda a profundidade que isso possa nos representar.

É na totalidade dessa dimensão que Benveniste expressa *o homem na língua*. O axioma *o homem está na língua* é, para Flores (2013, p. 44), a síntese central da reflexão benvenistiana, pois dizer que *o homem está na língua* corresponde a dizer que ele “se marca na língua, se singulariza na língua, se propõe como sujeito na língua – porque é fundado simbolicamente na linguagem.”

Diante do exposto, vejamos o que ainda se deixa ver deste *homem na língua*, pela enunciação em seus enunciados, nesta que é a segunda parte do editorial inaugural.

Segundo lugar: não sendo um jornal nacional, o Pato Macho pode ser provinciano ou o que der. Sem provincianismo. Sabemos exatamente qual é e como é nosso público. Conhecemos a sua linguagem, a informação que eles gostam de ter, seus hábitos de vida e de consumo. E vamos tratá-lo com aquela informalidade que a vida em província oferece aos não-provincianos. Eis aí, quase que por acaso, uma boa definição para o Pato Macho: um guia informal das gentes, lugares e coisas da província, feito – com bom humor e esperança – para os não-provincianos em espírito.

Ao estabelecer a interpretância da língua em relação à sociedade, Benveniste sublinha o fato de que “a língua pode acolher e nomear todas as novidades que a vida social e as condições técnicas produzem, mas nenhuma destas mudanças reage diretamente sobre sua própria estrutura.” (PLG II, 2006, p. 98). O que Benveniste realça é a ideia de que o sistema da língua não é um sistema passível de repentinas transformações, pois “nas condições de vida normal os homens que falam não são nunca testemunhas da mudança linguística. Só se dá conta disto retrospectivamente [...] e somente nas sociedades que conservam os testemunhos dos estados linguísticos” (PLG II, 2006, p. 99), e isso depende das sociedades que são dotadas de escrita.

Benveniste indica que uma das formas de acessarmos os traços da faculdade semântica da língua em relação à sociedade, isto é, *o semantismo social* ao qual faz breve referência, é pelo vocabulário, porque ele “conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases de organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou simultaneamente empregados, etc.” (PLG II, 2006, p. 100). Desse modo, o uso das derivações da forma linguística *provinciano* serve-nos como *testemunho da língua*.

Nessa perspectiva, “Os testemunhos que a língua dá [...] só adquirem todo o seu valor se eles forem ligados entre eles e coordenados à sua referência.” (PLG II, 2006, p. 100). O ponto de vista benvenistiano coloca em questão a condição do emprego das formas da língua. O uso da forma *provinciano* convoca, ao discurso, uma relação de referências que envolve o conhecimento de *linguagem, informação e hábitos*. Com esse emprego, o locutor deixa entrever, na formulação do seu discurso, sua insatisfação com o estado *provinciano* de sua sociedade, que se reflete, sobremaneira, nas designações do espírito *provinciano*.

Nesse caso, o locutor trabalha a finalidade do *Pato Macho* em ser “um guia informal das gentes, lugares e coisas da província, feito – com bom humor e esperança” como a tentativa de romper com as designações do *provincianismo* subsistente; paradoxalmente, escrever sobre *a vida em província* é o modo encontrado para se constituir um *não-provinciano em espírito*. Para tanto, o locutor decide fazer do *provinciano* um testemunho da língua. Observemos:

Porque ninguém vive impunemente, ou cada um tem a filosofia que merece. Aos habitantes dêste «continente» coube o provincianismo, filosofia bem antiga mas de grande aceitação fora das áreas de influência. Ao adepto desta filosofia dá-se o nome de provinciano e o provinciano é antes de tudo um chato, que deslumbra-se com os mitos. É porisso que evitamos fazer um jornal de mitos. Dos nossos diretores e principais redatores, só dois – Luiz Fernando Veríssimo e Carlos Nobre – já ultrapassaram a barreira dos trinta, mas ambos nos asseguram que ainda têm dois ou três anos de raciocínio produtivo, antes que a esclerose os transforme em medalhões. Os outros são todos jovens e bem intencionados.

Para elaborar esse arranjo semântico da escrita, o locutor reconhece, no sistema da língua, o signo do *provincianismo* e passa a operá-lo em um processo de semantização da língua, ou seja, deixa o seu espaço de reconhecimento para operar a sua compreensão. Ao descrever o sentido do ser *provinciano*, isto é, ser “antes de tudo um chato, que deslumbra-se com os mitos”, o locutor também consegue apurar, nessa enunciação, como os homens agem em sociedade e imprimem na língua sua filosofia, “cada um tem a filosofia que merece. Aos habitantes dêste «continente» coube o provincianismo.” A escrita mostra-se, assim, o meio encontrado pelo locutor para se fazer ouvir, para praticar o *raciocínio produtivo de jovens bem-intencionados*, para romper com a prática de um discurso cujo paradigma contém valores que simulam apenas um sentido social.

Ao enunciar-se pela escrita, o locutor institui, em relação ao *tu*, uma relação de poder. Uma vez que o *tu* faça adesão ao discurso do *Pato Macho*, ele tem a oportunidade de construir, juntamente com o jornal, um novo aparelho de sentido, afastado da hipocrisia da vida social baseada em *mitos*. A crítica endereçada ao comportamento *provinciano* é, sobretudo, para lembrar que, antes de ser corporal, o comportamento é ato de discurso. Portanto, o *provincianismo* tem um valor que se sobrepõe à violência da palavra, pois censurar é agir sobre o trabalho que se faz com a língua, ela é centro de poder; do ponto de vista *provinciano*, ela é constantemente excesso.

Mas voltemos ao nosso público: o provinciano, aquele que leva tudo às últimas consequências, tentando derrubar novidades em defesa de seus mitos. Assim, vamos vivendo na Província à sombra de organizações «tradicionais» Um apelido bonito para senis. Nomes e endereços a pedido.

Segundo Benveniste, “cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros.” (PLG II, 2006, p. 101). Lembremo-nos, neste instante, do que tratamos, no capítulo anterior, acerca do *aparelho formal da enunciação* no qual a enunciação decorre do ato individual de *colocar em funcionamento uma língua*, é o ato mesmo em que o locutor se apropria da língua, mobilizando-a *por sua conta*. Nisso está o que se considera a marca da singularidade do locutor ao se apropriar da língua, ela que “se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o

mundo.” (PLG II, 2006, p. 84). Quando o locutor “assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação.” (PLG II, 2006, p. 84).

A abordagem enunciativa expõe o locutor à vereda da cultura, visto que se apropriar da língua implica se apropriar de tudo que a envolve, incluindo “Tudo o que é do domínio da cultura.” (PLG II, 2006, p. 22). Colocando em funcionamento a língua, o locutor põe em funcionamento todo o sistema de valores da cultura com a qual se relaciona. Eis o desafio maior imposto ao locutor do *Pato Macho* e que, na verdade, é o seu êxito colocar em funcionamento uma escrita somada ao sistema de valores da cultura.

O locutor que se enuncia nessa escrita o faz em defesa de uma *novidade* cultural, que consiste no lançamento do *Pato Macho*. Por essa razão, o homem que aí se situa também se inclui em relação à sociedade através do seu discurso. Benveniste demonstra que essa “inclusão do falante em seu discurso” é “a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação.” (PLG II, 2006, p. 101). Inserir-se como participante de dada sociedade permite que o locutor possa situar-se em uma classe, a fim de se significar internamente. A complexidade de relações é algo que se apresenta inerente à enunciação, que tem seu limite problematicamente confrontado pelo que Benveniste enuncia como as *formas complexas do discurso*.

No ensejo dessa questão, quando delineamos que o locutor do *Pato Macho* coloca em funcionamento uma língua, ele também coloca em funcionamento uma escrita que carrega consigo o sistema de valores da cultura de uma determinada sociedade. Com isso, o locutor passa a constituir o sentido de seu lugar e função na sociedade. Então, pelo funcionamento da escrita, carregada de valores da cultura, *o homem que está na língua* se vê impelido a assumir, pelo discurso, o seu lugar no seio da sociedade. Isso já assegura certa complexidade.

Dessa maneira, Benveniste considera que a língua é “prática humana”, porque “ela revela o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum.” (PLG II, 2006, p. 102). Para descrever as práticas do *provinciano*, o tom do locutor do *Pato Macho* é o de denúncia. Se as *organizações* ditas *tradicionais* se apropriam de termos gerais, atribuindo-lhes “referências específicas”, adaptando-os “assim à sua própria esfera de interesse” (PLG II, 2006, p. 102), o locutor do *Pato Macho* se vale dessas referências para construir uma nova esfera de interesse. Observemos:

Agora Pôrto Alegre está assistindo ao que talvez seja a derradeira tentativa de soltar as amarras. A Rádio Continental, o som do Liverpool, as garotinhas da independência e, modéstia à parte, o Pato Macho. Os provincianos estão grilados, como estariam os decadentes de outras épocas, assustados agarram-se ao que resta de cocoroquite. Embasbacados!

A Continental é esquecida por certas agências de publicidade, as garotinhas da Indepê são madalenas não arrependidas, o Liverpool sai para libertar o seu som. E nós? Bem, a gente não sofreu pressão direta, ainda estamos na faixa dos inofensivos. Apenas o ciúme de alguns coleguinhas, que não admitem estar por fora da equipe que bolou este hebdô.

Irmãos é preciso coragem!!!

No tecido da enunciação, o locutor se esforça para fazer do *provinciano* um símbolo do pragmatismo cínico. No emprego da língua, o *provinciano* provoca efeitos sintomáticos como levar “tudo às últimas consequências” e “derrubar as novidades em defesa de seus mitos.” O que o referido locutor anuncia é a entrada de novos valores, a fim de substituir o modelo social do *provincianismo*. A questão de geração e da noção de juventude ganha importância, assim como o discurso aponta para que essa noção tenha o seu sentido transformado. Para isso, propõe “um deslocamento completo que atinge todos os elementos, materiais ou não, da cultura, que vai desde o costume, a postura até os fins últimos da vida.” (PLG II, 2006, p. 25).

Soltar-se das amarras do *provincianismo* é, sobretudo, aderir a novos discursos e a novas práticas sociais, logo, é “preciso coragem”, porque é possível “sofrer pressão direta”. O locutor sabe que, na relação constitutiva com a sociedade, proposta por meio do *Pato Macho*, ele está suscetível a uma censura mais intensa do que a censura provinciana. Ainda assim, vale a aventura. Para finalizar o editorial, o locutor anuncia, com bom humor, o registro do nome *Pato Macho*.

Ah! Íamos nos esquecendo de explicar o nome do jornal. Na verdade êle se chama Pato Macho como poderia se chamar Alfredo ou Ribamar ou Qualquer Coisa. Pato Macho soou bem. É engraçado. Fácil de lembrar e de dizer. Não há outra explicação.

No trabalho de Strelow, encontramos relatos sobre a origem de registro do *Pato Macho*. No ano de 1849, também circulou no Rio de Janeiro um jornal com o mesmo nome. A particularidade do *Pato* porto-alegrense é que o seu registro anarquiza com os costumes da Província, mais especificamente o patriarcado machista gaúcho. Ao inscrever o *Pato Macho* de maneira irônica, identificamos, uma vez mais, a tentativa de uma ruptura com o *provincianismo*, os *não-provincianos em espírito* não querem “ser mais assim, digamos, pessoas paroquianas, provincianas, antigas e fora do lugar ou coisa parecida. Nós tínhamos que rir de nós mesmos. E muito! Tínhamos que nos divertir em relação a isso.” (OSTERMANN apud STRELOW, s.d, p. 9).

Seguindo a trilha do *provincianismo*, o *Pato Macho* coloca em circulação os hábitos da tradicional família gaúcha. Escreve, assim, a sua versão da teledramaturgia. Trata-se da novela *Irmãos Bobagem*, uma clara alusão à novela da Rede Globo *Irmãos Coragem*.

Figura 3 – Novela *Irmãos Bobagem*

irmãos bobagem
desenhos: nilus

ESTAMOS APRESENTANDO O 4º CAPÍTULO

RESUMO DO CAPÍTULO ANTERIOR: O CORONEL DANTE BARROS, MANOIA SEU CAPIANGA E BASTARDO, JUCA GASPAR, PACIFICAR O VILAREJO DE INDEPENDÊNCIA, ONDE O NOVO PREFEITO, RUI BOBAGEM, ACUSA O EX-PREFEITO, CARLOS HEITOR BOBAGEM DE TER FEITO UMA ADMINISTRAÇÃO CALAMITOSA. A MÃE DOS IRMÃOS BOBAGEM, BERETA BOBAGEM, SE METE NA BRIGA E... BEM, CHEGA. PEGUE UMA LENTE! NO CASO DE VOCÊ SER MIOPE, E LEIA AI AO LADO: POMBA. VAMOS EM FRENTE. NOVELA E CULTURA.

Coronel Dante Barros, Juca Gaspar, Rui Bobagem

RUI E HEITOR BOBAGEM ACERTARAM UM DUELO PARA O MEIO DIA.

MAS QUE HORROR! OS DOIS MARÇARAM A MESMA HORA NO FERNANDINHO'S DE MANHÃ E A BRIGA PARECE QUE VAI SAIR MAIS CEDO!

MAS A ÚLTIMA PALAVRA É DA CIDADÃ MÃE, BERETA BOBAGEM!

OS DOIS VÃO LUTAR E UM SÓCORA NA NOVA!

CRUZES! UM NEGROOÔÔÔ!

FERNANDINHO DESMOLA. MAS NÃO PELA VIOLENCIA. É QUE ELE AVISTOU O BRÁULIO BOBAGEM ENTRANDO NO SALÃO COM ELE, SUA MULHER, ADELITINHA E

RAPAZES! AQUI NÃO! MEUS SAUS!

VEM FILHO DA MÃE! VOU TE ENCHER A CARA DE LAQUÊ!

FILHO DA MÃE É TU! VOU DERRAMAR CERA DEPILADORA NO TUO CUNDO!

SOCORRO!

RESOLVI. VOU MATAR O RUI. ELE QUER UM GOVERNO SO' DE TÉCNICOS E EU ODEIO OS TÉCNICOS!

AGORA? CONSEGUIRA BRÁULIO O SEU TENIO, ISTO É? O SEU INTENIO? NÃO PERGAM O DESFECHO SENSACIONAL DESTA NOVELA NA PRÓXIMA 4ª FEIRA!

Fonte: Pato Macho. Edição nº 2. Ano: 1971. Composto e impresso em Porto Alegre. Editor-chefe Luis Fernando Veríssimo. Periodicidade Quinzenal.

Selecionamos o segundo capítulo do folhetim para que possamos inscrever nosso comentário. De início, a estrutura do texto oferta ao leitor um resumo do capítulo anterior, e ao

final dessa síntese, o locutor anuncia que *novela é cultura*. Vimos que, ao se apropriar da língua, o locutor tem à sua disposição os instrumentos linguísticos necessários para que possa se enunciar, para que possa, assim, escrever a respeito de algo. Nesse enquadre, “Cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe da enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo.” (PLG I, 2005, p. 27). Em relação a esse aspecto, Benveniste ainda explicita: “A partir da função linguística, e em virtude da polaridade *eu:tu*, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares.” (PLG I, 2005, p. 27). Partindo disso, como essa *complementaridade* entre indivíduo e sociedade pode ser delineada nesse folhetim? e Como o locutor trabalha para, *na* e *pela* linguagem, reproduzir a realidade cultural do *provincianismo*?

O princípio dessas questões está fundamentado na afirmação de que “A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem.” (PLG II, 2005, p. 26). Por assim ser, “Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento.” (PLG I, 2005, p. 26). Podemos afirmar, então, que o acontecimento vincula-se à efemeridade de toda enunciação. Para dar conta de reproduzir a realidade, o locutor se vale da capacidade simbólica, fundamento da linguagem, para transformar os “elementos da realidade ou da experiência em *conceitos*.” (PLG I, 2005, p. 29, grifo do autor).

Esse esforço emana na presença do discurso, uma vez que “a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade.” (PLG I, 2005, p. 26). Dessa maneira, o locutor do folhetim precisa construir referências inscritas na sociedade, para representar, aos seus olhos, a realidade, ao passo que o leitor do folhetim precisa apreender as formas dessa representação, recriando a realidade que, na verdade, são os sentidos que o locutor-escritor atualiza na língua.

Para reproduzir a realidade cultural do provincianismo porto-alegrense em *Irmãos Bobagem*, o locutor faz uso de elementos caricatos e cotidianos da vida social, este é o caso das personagens que compõem a trama, todas locais. Rui Bobagem é reconhecido como “o empresário Rui Sommer, dono de uma das casas noturnas mais frequentadas da época, o Encouraçado Butikin.” (STRELOW, 2003, p. 60). O ambiente escolhido, na segunda edição, para rastrear os comportamentos sociais, é o salão de beleza Fernandinho’s que, segundo Strelow (2003, p. 60), é um “lugar existente também na vida real e cuja clientela é formada pelas mulheres da alta sociedade.” Pelo discurso que o locutor coloca na boca de cada

personagem, podemos recriar a realidade dos homens desse tempo e o desinteresse pelo ser, todavia, um profundo interesse pelo parecer.

Esse efeito de um vazio humano e de desinteresse por questões sociais de maior relevância, em contraste com a vaidade e o ego, são percebidos pela ridicularização da natureza, da discussão e das armas de combate. Observamos isso em um dos quadros, quando se enuncia “Vem **filho da mãe!** Vou te encher a cara de laquê!”, como também pela enunciação de retorno, seguida de “**Filho da mãe** é tu! Vou derramar cera depiladora no teu ouvido!”. O locutor busca – no engendramento dessas formas – produzir a representação do sentido esmaecido da sociedade. Só um espírito *provinciano* pode contentar-se com um folhetim diário e ver nele a representação plena da cultura.

Fica evidente, no risível do discurso, a *complementaridade* entre indivíduo e sociedade, a saber: há os *provincianos* cujo interesse é o *status* social e fazem disso um valor em si e de si; há os *provincianos* que restringem a oferta da cultura e vivem o conformismo das imposições; há os *não-provincianos em espírito*, caso do locutor que projeta para o leitor o rastro desses comportamentos reveladores da cultura e que, no fundo, acredita que devem ser rechaçados.

Como última apresentação do trabalho do locutor para, *na e pela* linguagem, reproduzir a realidade cultural *provinciana*, destacamos a cena em que Bráulio Bobagem ingressa no salão, prometendo uma morte: “Resolvi, vou matar o Rui. Êle quer um govêrno só de técnicos e eu **odeio técnicos!**” Verificamos que o locutor se insere naquilo que o *Pato Macho* não poderia fazer, falar de política. O aborrecimento com “um govêrno só de técnicos” é inaceitável em uma sociedade de *mitos*, porque o técnico pressupõe a especialidade do conhecimento, logo, em algum momento, a discordância das ações. *Mitos* consideram-se inquestionáveis, são a palavra de ordem e de crença.

Embuído do discurso da violência, o locutor demonstra que o *provinciano* não é tão pacífico e complacente. Ele também sente *ódio*, principalmente de técnicos, porque eles colocam em questão o sistema de valores e as atividades. De certa maneira, o locutor coloca luz sobre as suas próprias condições de enunciação e sobre o seu fazer técnico, pois o *provincianismo*, embora ofereça a matéria à inspiração do *Pato Macho*, é perigoso, pois o coloca em risco, inclusive de morte.

Por fim, a voz do locutor, quase que uma voz de consciência, pergunta: “E agora? Conseguirá Bráulio o seu tento, isto é, o seu intento?” O jogo linguístico do locutor entre *tento* e *intento* permite embainhar novos sentidos. Este em que Bráulio e toda a família Bobagem revelam a ausência de *tento*, conseguir seu tento é conseguir conciliar-se com a razão, o que é

socialmente inviável, pela sensação de poder que lhes é concedida, mandar em Independência com o consentimento do Coronel Dante Barros. E outro que advém da intenção de matar Rui Bobagem. Em ambos os sentidos, o que o locutor faz, ao construir no discurso essa representação, é demonstrar as formas como os homens se significam em sociedade. O discurso embrulhado de comicidade provoca também a reflexão da violência, que se institui na (in)capacidade da manutenção do discurso, de manter *vivo* o elo da comunicação. O discurso dessa violência agride, porque tira do homem, principalmente, a sua faculdade de fala, “anula” o seu lugar enunciativo.

Encaminhamo-nos às nossas últimas considerações do efeito da escrita que o *Pato Macho* imprime, ou seja, como a escrita pode representar, do ponto de vista *provinciano*, uma arma perigosa, devendo, portanto, ser vigiada. Em nome da manutenção da ordem social e dos valores, a partir da terceira publicação, o *Pato* passa a sofrer censura prévia. Uma das razões para isso é a publicação de uma nota que, de acordo com o levantamento de Strelow (s.d, p. 20), surge da “liberdade de brincar com o nome de uma senhora da sociedade da época, Aline Faraco, esposa do, então, reitor da UFRGS e cardiologista do presidente Médici”, Eduardo Faraco. Tomando conhecimento da nota, acessamos o discurso da vigilância de comportamentos e entendemos o quanto foi e ainda é prejudicial à sociedade. A nota consta na seção *Que saco* e é de autoria de Coi Lopes de Almeida.

Figura 4 – Seção *Que saco*

QUE SACO

A SENHORA

Decididamente eu não dou sorte com dona Aline Faraco. No tempo do Programinha da Zero Hora não conseguia citá-la: Lauro Shirmer encarregava-se de cortar qualquer referência à dita senhora. Agora, no Pato, que é meu, o Luiz Fernando Veríssimo curtiu uma de censor. Foi só eu botar Aline no meio do Simandol pra que o risco viesse em forma de -pô! ela é amiga da gente lá em casa, pode dar galho...-. Até aí nada de novo, o pior é que em outra referência, o Izidoro, linotipista de ZH, resolveu trocar o n por c e Aline virou Alice. Agora quero ver se não sai: ALINE. Pronto! estou vingado.

Fonte: Pato Macho. Edição nº 2. Ano: 1971. Composto e impresso em Porto Alegre. Editor-chefe Luis Fernando Veríssimo. Periodicidade Quinzenal.

A SENHORA

Decididamente eu não dou sorte com dona Aline Faraco. No tempo do Programinha da Zero Hora não conseguia citá-la: Lauro Schirmer encarregava-se de cortar qualquer referência à dita senhora. Agora, no Pato, que é meio meu, o Luiz Fernando Veríssimo curtiu uma de censor. Foi só eu botar Aline no meio do Simandol pra que o risco viesse em forma de “- pô! ela é amiga da gente lá em casa, pode dar galho...”. Até aí nada de nôvo, o pior é que em outra referência, o Izidoro, linotipista de Zero Hora, resolveu trocar o n por c e Aline virou Alice. Agora quero ver se não sai: ALINE. Pronto! estou vingado.

A censura é sempre revestida de moralismo e provincianismo. Desse modo, expor as ações de uma *senhora* da sociedade mostrava-se um impedimento para qualquer veículo de comunicação. A nota em si não diz nada de mais, brinca, inclusive, com as artimanhas da censura interna dos meios de comunicação e com a incansável tentativa do locutor fazer enunciar o nome da Senhora Aline Faraco.

A represália ao *Pato Macho* provoca uma nova inscrição do discurso. Como representação de um grupo social, o *Pato Macho* questiona os valores opostos aos seus. Para analisarmos isso, vamos considerar, conforme Benveniste, a forma como “a palavra expõe o acontecimento” e, assim, a forma como “cada vez o mundo recomeça.” (PLG I, 2005, p. 31).

Toda cultura “Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em *interdições* específicas” (PLG II, 2005, p. 32), as proibições são uma presença e constituem também os valores culturais. Vista dessa forma, a cultura da censura “emprega um aparato específico de símbolos” (PLG II, 2005, p. 32) e, por ela, a sociedade se identifica. Nossa observação, nesse sentido, é de que a censura, costumeiramente, nega a especificidade de seus símbolos, porque não se admite, formalmente, como cultura repressiva. Logo, o trabalho de identificação social do que configura, ou não, a censura passa pela análise do “código de relações e de valores”, como já sinalizamos, “Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma.” (PLG II, 2005, p. 32). Nesse viés, queremos incidir sobre o papel da escrita do *Pato Macho* para fazer uma sociedade assimilar a cultura da censura e do provincianismo, com vistas à transformação de seus comportamentos.

O jornal não anuncia explicitamente o veto da censura, embora passe por ela. O locutor do jornal é quem faz renascer em cada discurso o fato. Assim, é fundamental a habilidade de escrita do locutor-escritor, porque ela precisa burlar o filtro da censura. E é isso o que faz o locutor de *Senhora*, para enunciar que já está sob o efeito da censura, escreve o seu *Silêncio*.

Figura 5 – Texto *Silêncio*

SILÊNCIO

Foi vocês que pediram. Encheram meu saco. Apesar de tudo este jornal ainda dura três ou quatro números, não que dependa de mim, mas foram vocês que quiseram assim, e assim vai ser. Não acredito no que sou, apenas sei que o que posso fazer dentro de uma limitação infinita. Eu assistirei cucas fundirem-se. Cérebros desmancharem-se. Vou rir. Grandes e sonoras gargalhadas ecoarão pelo espaço enquanto seus corpos dilaceram-se pelo chão. Milhões de anos luz separam-nos. Eu vivo sobre a via Láctea e será lá de cima que assumirei minha personalidade verdadeira. Não nasci para este mundo, onde o medo transtorna corações e mortifica corpos. Não foi pra isso que eu vim. Entrego os pontos enquanto ainda tenho o que entregar, depois seria tarde demais. As mulheres que passaram em minha vida continuarão sempre me amando, sempre. Ninguém esquece o que foi importante. Lembrarão de camas, onde juntos dormimos e sono do prazer. Amor... bulhufas! não é bem o que procurávamos, então. Houveram tempos de ação, muita vontade sendo reprimida; encontramos no amor a força que nos manteve vivos. Continuamos lutando enquanto existiu vida. Depois a morte desceu. A escuridão tomou conta das nossas vidas. Mesmo a alma mais pura — medonha — escureceu. O preto passou a ser a cor da moda. Costureiros lançavam mantôs negros, quando o tom era verde. Vestidos longos desciam escadarias de mármore também negro. No céu uma tênue luz iluminando o negro de seus rostos. Dois cavalos brancos corriam pela estrada. Seu brilho assusta crianças que morriam de pavor. Velhas enlouquecem. Seus passos eram permanentemente observados. A angústia de uma espera sem esperança. Árvores apodreceram e onde houvera um campo a terra negra dominava. Faltou água quando todos tiveram sede. Muitos morreram. Outros morrerão.

Fonte: Pato Macho. Edição nº 3. Ano: 1971. Composto e impresso em Porto Alegre. Editor-chefe Luis Fernando Veríssimo. Periodicidade Quinzenal.

Foi vocês que pediram. Encheram meu saco. Apesar de tudo, este jornal ainda dura três ou quatro números, não que dependa de mim, mas foram vocês que quiseram assim, e assim vai ser. Não acredito no que sou, apenas sei que o que posso fazer dentro de uma limitação infinita. Eu assistirei cucas fundirem-se. Cérebros desmancharem-se. Vou rir. Grandes e sonoras gargalhadas ecoarão pelo espaço enquanto seus corpos dilaceram-se pelo chão. Milhões de anos luz separam-nos. Eu vivo sobre a via Láctea e será lá de cima que assumirei minha personalidade verdadeira. Não nasci para este mundo, onde o medo transtorna corações e mortifica corpos. Não foi pra isso que eu vim. Entrego os pontos enquanto ainda tenho o que entregar, depois seria tarde demais. As mulheres que passaram em minha vida continuarão sempre me amando, sempre. Ninguém esquece o que foi importante. Lembrarão de camas, onde juntos dormimos e sono do prazer. Amor... bulhufas! não é bem o que procurávamos, então. Houveram tempos de ação, muita vontade sendo reprimida; encontramos no amor a força que nos manteve vivos. Continuamos lutando enquanto existiu a vida. Depois a morte desceu. A escuridão tomou conta das nossas vidas. Mesmo a alma mais pura – medonha – escureceu. O preto passou a ser a cor da moda. Costureiros lançavam mantôs negros, quando o tom era verde. Vestidos longos desciam escadarias de mármore também negro. No céu uma tênue luz iluminando o negro dos seus rostos. Dois cavalos brancos corriam pela estrada. Seu brilho assusta crianças que morriam de pavor. Velhas enlouquecem. Seus passos eram permanentemente observados. A angústia de uma espera sem esperança. Árvores apodreceram e onde houvera um campo a terra negra dominava. Faltou água quando todos tiveram sede. Muitos morreram. Outros morrerão.

Benveniste reconhece a necessidade de explorar os fundamentos semânticos da cultura, a fim de fazer a interpretação de sentido no seio da mesma. Em sua reflexão sobre o fundamento semântico e cultural da cor, ele assegura que se articularmos “uma certa cor e um certo comportamento”, podemos chegar, enfim, a “um valor inerente à vida social.” (PLG II, 2006, p. 22). Mas esses mesmos valores “são os que se imprimem na língua.” (PLG II, 2006, p. 22). E para que o homem possa dizer-se homem, ele precisa da linguagem, é também da cultura que

estamos falando. O locutor de *Silêncio*, ao escrever para falar da representatividade do silêncio imposto, busca atualizar, na língua, uma série de referências da vida cultural. A cor da morte é a cor da escuridão; na cultura do locutor, ela é representada pelo preto. E não em contraste com o branco, mas com o verde, que é nessa mesma cultura, símbolo de esperança, que ele representa, metaforicamente, o avanço e os efeitos da censura sobre os homens em sociedade. Não há alma que não sucumba à escuridão da censura.

Continuamos lutando enquanto existiu a vida. Depois a morte desceu. A escuridão tomou conta das nossas vidas. Mesmo a alma mais pura – medonha – escureceu. O prêto passou a ser a côr da moda. Costureiros lançavam mantôs negros, quando o tom era verde. Vestidos longos desciam escadarias de mármore também negro. No céu uma tênue luz iluminando o negro dos seus rostos.

Como podemos notar, a atualização que o locutor faz no engendramento de forma-sentido da língua é o que lhe possibilita enunciar esses sentidos, também culturalmente impressos. O sentido que se produz pela língua-discurso não é, portanto, linear. A referência dessas formas linguísticas (re)constrói o *aqui* e o *agora* do locutor, que é o de estar sendo submetido à mordada da censura. Para o locutor, significa estar inserido no próprio conflito da linguagem, entre o querer do dizer e o que se pode dizer.

Dois cavalos brancos corriam pela estrada. Seu brilho assusta crianças que morriam de pavor. Velhas enlouquecem. Seus passos eram permanentemente observados. A angústia de uma espera sem esperança. Árvores apodreceram e onde houvera um campo a terra negra dominava. Faltou água quando todos tiveram sede. Muitos morreram. Outros morrerão.

O que o locutor produz pela escrita é a visão de uma sociedade dividida em seus valores, especialmente, o valor de sua liberdade de escolhas. Uma liberdade simbolizada pela corrida dos cavalos, pelo brilho do branco que no *aqui-agora* assusta crianças, pelos passos que são permanentemente vigiados, elementos que, no processo de sintagmatização da língua, produzem o sentido do medo e da desesperança que assolam a sociedade do locutor. Valendo-se disso, a língua-discurso permite-lhe enunciar a angústia reprimida, a paisagem que esmaece e desaparece no abandono, a compreensão da omissão que pode chegar tardiamente e, sem água, resta a sede. Por fim, a denúncia da morte de quem ameaça subverter a ordem.

Esses sentidos que se imprimem na língua como o locutor a vê são os sentidos encaminhados ao *tu-leitor* do *Pato*, ao *tu-censor*, pois o sentido se faz na aparência de uma escrita fragmentada, que nada parece dizer sobre o mundo *provinciano*. Nesse jogo de linguagem, a própria fragmentação do locutor é denunciada diante da censura. O discurso inicial áspero e revoltado do locutor vai, pouco a pouco, transformando-se em luto. Não só o seu discurso

é dilacerado, a vida como um todo é abalada pelo efeito das determinações que desejam impedir qualquer inteligência, qualquer valor cultural que fuja das determinações aparentemente comuns ao bem-estar *provinciano*. A ilusão *provinciana* é a de que se pode dominar, unificar a linguagem de cada homem. Recuperemos aqui a explicação de Benveniste:

O que os homens veem mudar, o que eles podem mudar, o que eles efetivamente mudam através da história, são as instituições, às vezes a forma inteira de uma sociedade particular, mas nunca o princípio da sociedade que é o suporte e a condição da vida coletiva e individual. Da mesma maneira, **o que muda na língua, o que os homens podem mudar, são as designações, que se multiplicam, que se substituem e que são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua**. É que se a diversificação constante, crescente das atividades sociais, das necessidades, das noções, exige designações sempre novas, é preciso que em troca exista uma força unificante que faça equilíbrio. Acima das classes, acima dos grupos e das atividades particularizadas, reina um poder coesivo que faz uma comunidade de um agregado de indivíduos e que cria a própria possibilidade da produção e da subsistência coletiva. **Este poder é a língua e apenas a língua**. (PLG II, 2006, p. 96-97, grifo nosso).

Nessa relação em que *a língua é dada com a sociedade*, é que vemos a língua ser o interpretante da sociedade. Então, a língua passa a ser o meio de analisarmos a sociedade, pois, como interpretante, também contém a sociedade. Isso se explica da seguinte maneira: “pelo fato de que se pode isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma sem se referir a seu emprego na sociedade e sem se referir a suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura” (PLG II, 2006, p. 98); no entanto, “é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas.” (PLG II, 2006, p. 98).

O modo como decidimos analisar a escrita do *Pato Macho*, praticando o exame do semântico de sua escrita, insere-se em uma posição inclinada às bases do princípio semiológico da língua no qual, por excelência, a língua se faz o interpretante de todos os sistemas. E como tal, para falarmos da sociedade, precisamos, aqui, falar de suas *expressões linguísticas*. Valemos-nos da expressão linguística da escrita para, além de *descrevê-la por ela mesma, descrever a sociedade e as suas relações das representações sociais que formam a cultura*. Consequentemente, isso viabiliza olharmos para o homem inserido em sociedade.

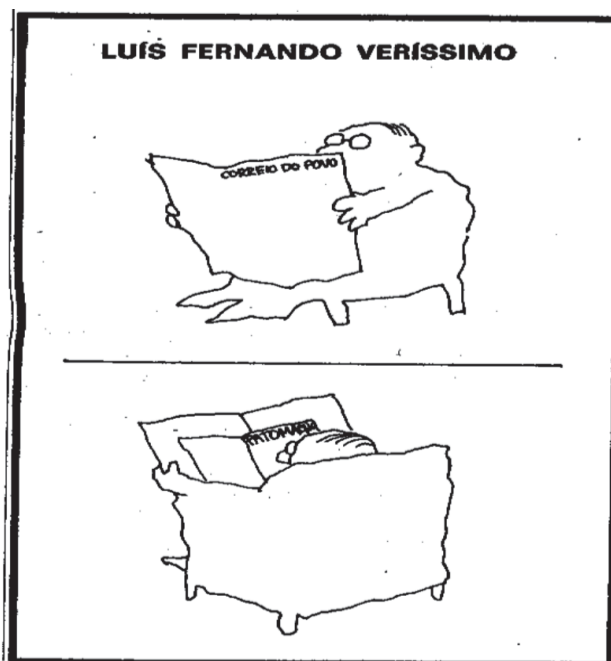
Chegamos, assim, ao fim de nossa análise do *Pato Macho*. Para representar o sentido de sua escrita, escolhemos falar de uma fronteira apresentada por Benveniste, ao refletir sobre *ler* e *escrever*. Pensando na pictografia, Benveniste assegura que ela “pode ser compreendida, não *lida*, enquanto uma escrita só é escrita se pode ser *lida*.” (UA, 2014, p. 180).

Compreendemos o limite⁹⁴ da análise de Benveniste, restrito à apresentação do diferencial entre a língua em sua fase pictográfica e em sua fase laboral do signo, portanto, não há razões para questioná-lo. No entanto, como reiteradas vezes admitimos que no duplo funcionamento da língua organiza-se uma distinção entre *reconhecer* e *compreender*, ressaltamos que o primeiro refere-se ao *reconhecimento* do semiótico da língua, enquanto o segundo à *compreensão* do semântico da língua. Sendo assim, parece-nos importante saber dizer quais os contornos *de uma escrita que pode ser lida*.

Em nossa maneira de ver, se a leitura é uma *operação complementar* da escrita, demanda que se *reconheça* e se *compreenda* o duplo funcionamento da língua, para que o locutor possa instituir o ato enunciativo da leitura. A enunciação escrita projeta, em um dos seus dois planos, o ato da leitura como o seu *avesso*. Assim, *uma escrita só é escrita se pode ser lida* na perspectiva dessa totalidade englobante da língua, nisso que é também o apropriar-se dela.

A charge de Luis Fernando Veríssimo é ilustrativa de que “Tudo está aí: ler é o critério da escrita.” (ÚLTIMAS AULAS, 2014, p. 180). A ideia de que há uma relação de complementaridade, de associação entre a leitura e a escrita faz de uma o *avesso* da outra.

Figura 6 – Charge de Luis Fernando Veríssimo



Fonte: Pato Macho. Edição nº 4. Ano: 1971. Composto e impresso em Porto Alegre. Editor-chefe Luis Fernando Veríssimo. Periodicidade Quinzenal.

⁹⁴ Pascal Quignard (2016, p. 309) faz uma ampla reflexão em torno desses limites. Para ele, deve-se distinguir a leitura e a escrita no fundamento de suas práticas, que não são nem homogêneas e nem sincrônicas. Além do mais, é preciso considerar a ocorrência de três aprendizagens postas em distinção, a aprendizagem da leitura, da língua, da escrita.

A charge emite a relação que a escrita do *Pato Macho* cria com seu leitor. A censura e o *provincianismo* impedem não só a liberdade da escrita, mas, de igual maneira, a leitura da escrita do *Pato*. Para burlar essa cultura censurante, o leitor *trapaceia* a língua e cria o *avesso* do seu jornal. O *provinciano* não julga a leitura do tradicional Correio do Povo, por isso a cena desdobra um duplo olhar, de um lado, do jornal que inscreve a passividade e a aceitação do Correio do Povo, ao passo que, no *avesso*, o desejo profano da leitura do *Pato Macho*, esse *espírito dedicado aos não-provincianos de espírito*. E como o próprio *Pato* não pode dizê-lo, é preciso, então, que alguém diga em seu lugar. Atenção: *não atingimos nunca o homem separado da linguagem; não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo; é um homem falando/escrevendo/lendo que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais uma vez valer-me-ei da reflexão de Barthes para tentar expressar o que é o sentido final desta pesquisa. Em sua apresentação sobre *Escritores, intelectuais, professores*, papéis desta maneira coordenados por ele, muito do que Barthes diz toca profundamente a experiência de realizar um trabalho de tese. Uma pesquisa que, particularmente, nunca tem seu acabamento final, mas que impõe um ponto, não se faz sem as relações entre *escritores, intelectuais, professores*.

A exigência atribuída ao professor não é uma novidade. No entanto, na academia, ela tem um papel que releva da delicadeza da condução dos saberes ao discente, já que é ele quem pede ao docente os caminhos que o conduzem “a uma boa integração profissional”, que “preencha os papéis tradicionalmente afetos ao professor (autoridade científica, transmissão de um capital de saber, etc.)”, ao mesmo tempo em que compartilha “os segredos de uma técnica”, fazendo com que se represente, aí, um “movimento de ideias, uma Escola, uma Causa”, para desdobrar, assim, uma cumplicidade “na linguagem particular”. E, “para aqueles que têm a fantasia da tese (prática tímida da escritura, a um só tempo desfigurada e protegida por sua finalidade institucional)” (BARTHES, 2012, p. 392), é preciso que essa operação de conforto, chamada aprendizagem, seja dada profundamente na relação entre *escritores, intelectuais, professores*, acrescento, ainda, a qualidade do debate de todo espaço que se faz sala de aula.

Nesta caminhada da pesquisa, e em diferentes circunstâncias que não se limitam ao espaço em que me encontro, foi-me conduzida a oportunidade de (re)conhecer o valor dessa nobre relação. Grandes intelectuais se fizeram professores com suas obras; escritores preencheram momentaneamente minhas incertezas; e professores se fizeram ora escritores, ora intelectuais, com todos os seus apontamentos, permitindo a minha *fantasia de tese*. Junto a isso, aprendi a ressignificar o meu lugar e a minha prática da docência, a escrita que fiz em outros tempos, certamente, não será mais a mesma. Com alguns mestres, pude entender e sentir que “o ‘bom’ professor, o ‘bom’ aluno são aqueles que aceitam filosoficamente o plural das suas determinações, talvez por saberem que a verdade de um relacionamento de fala está *noutra parte*.” (BARTHES, 2012, p. 393). E isto, hoje, é particularmente caro a mim.

Não quero, assim, que este espaço protocolado às minhas considerações finais sirva apenas para repetir a série de *pequenos sentidos* que enunciamos no capítulo final. O leitor saberá, pela leitura contida no *avesso* desta escrita, quais os pontos fundamentais a que chegamos, uma vez que optamos por determinar nossas considerações ao fim de cada capítulo.

Mas se, em algum momento, a mim é concedida a *liberdade da escritura*, e não pretendendo inserir este trabalho como modelo de pesquisa, também quero assegurar a oportunidade de falar de Émile Benveniste, já que esta pesquisa evidenciou o tema da escrita como sendo a última reflexão proferida academicamente. Ele que tão bem soube ser *escritor, intelectual, professor*; ele e seu saber que permitem um relacionamento de fala contido *noutra parte*.

No curso de minhas leituras, descobri muitas falas elogiosas de Barthes destinadas a Benveniste, dentre elas, uma, cujo tom denuncia o descaso com Benveniste, chamou minha atenção. Barthes está sendo entrevistado e ciente de que a entrevista será publicada; ele decide pronunciar-se sobre a situação de Benveniste:

Já que isto deve ser impresso, creio que é preciso dizer, que devo dizer isto: nós somos alguns que temos uma impressão de escândalo diante da situação de Benveniste; é hoje um homem muito doente, que vive sua vida em condições materiais extremamente difíceis e em quem a cultura hoje em seus aspectos oficiais como em seus aspectos de modo não presta nenhuma atenção, embora se trate de um dos maiores sábios, incontestavelmente, da França atual. Sua situação, por não se limitar a uma miséria física – ele foi acometido há quatro ou cinco anos por uma doença, uma doença terrível, principalmente para um homem de linguagem –, deveria envergonhar a comunidade. (BARTHES, 2004, p. 304).

Essa situação escandalizante do descaso com Benveniste já é imprópria e *deveria envergonhar a comunidade*, porque tem relação com o abandono de Benveniste enquanto ser humano. E ela é intensificada pelo fato de este homem ser Benveniste, *um dos maiores sábios da França*. A doença que lhe tira a faculdade de fala, mas não sua presença e lucidez, é a mesma que o acomete, impedindo que continue as suas *lições* sobre a escrita no ano de 1969-1970. Émile Benveniste é, conforme os registros do amigo Georges Redard, um homem cuja vida é dedicada ao trabalho, e seu estado se modifica no início do mês de dezembro de 1969.

No sábado, dia 6 de dezembro de 1969, Émile Benveniste foi para a Rua de la Tour, em Passy, no seu médico, o doutor Gaston Eliet, se vacinar contra a gripe. Ao sair do restaurante no qual havia, em seguida almoçado, desfalece, fulminado por um acidente vascular cerebral. A ambulância o conduz ao hospital Ambroise-Paré de Boulogne-sur-Seine, onde o primeiro diagnóstico não deixa nenhuma esperança; o lado direito está paralisado e a hemiplegia o privou, também, da fala. (ÚLTIMAS AULAS, 2014, p. 201).

Este *homem de linguagem*, como nos lembra Barthes, nascido em Alepo, na Síria, em 27 de maio de 1902, com o nome de Ezra Benveniste, sofre uma série de negligências em sua vida hospitalar e tem um fim com pouquíssima dignidade a qual um homem de sua grandeza merece ter. Benveniste parte em 3 de outubro de 1976, “falece de uma embolia da qual seu estado nada fazia suspeitar, e a morte o livra de sua longa espera.” (UA, 2014, p. 205).

Embora tenha lhe faltado a merecida atenção em sua doença, Émile Benveniste é um *homem, escritor, intelectual, professor, pesquisador* marcado de uma trajetória admirável. Sua *escritura* é destinada a uma presença transcendente que poucos conseguem obter em uma vida e mesmo depois dela. Na constituição desta tese, vimos este *homem de linguagem* poeticamente traçar *a língua como uma paisagem que se move* e dizer que *o problema do sentido é o problema da própria língua*. Nas reflexões deste *homem de linguagem*, portanto, vemos decantar *o problema da língua e do sentido*. E isso torna-o uma presença em essência na *experiência da linguagem* da pesquisa em linguística.

Afinal, o que é um grande linguista? Segundo o que responde Kristeva (2014, p. 29), “Os grandes linguistas se distinguem pelo fato de que, conhecendo e analisando *as línguas*, descobrem propriedades da *linguagem* por meio das quais interpretam e inovam o estar no mundo dos sujeitos falantes.” O legado de Benveniste está, sobremaneira, no seu modo de ver e apresentar a vida dos homens, a sua constituição *na e pela linguagem*, na sua maneira de fazer linguística, convidando a participar e a viver *na e pela linguagem* esse seu *poder significante*.

Últimas aulas no Collège de France é mais um espaço para descobrirmos a relação de Benveniste com a linguagem. As *lições* capitalizam a erudição do linguista, para explorar o funcionamento da língua. Este “homem que fez da *linguagem* o *caminho* de uma vida e nos transmitiu, por meio de sua obra, o pensamento dessa experiência.” (KRISTEVA, 2014, p. 33). As *últimas aulas* deixam entrever esse “estudioso austero, exímio conhecedor das línguas antigas, *expert* em gramática comparada, autoridade em linguística geral.” (KRISTEVA, 2014, p. 31).

Na maneira como maneja a língua, como constrói as narrativas simbólicas da escrita, Benveniste demonstra que “Conhecia sânscrito, hitita, tocariano, indiano, iraniano, grego, latim, todas as línguas indo-europeias [...] línguas ameríndias.” (KRISTEVA, 2014, p. 31). Sua erudição verte na simplicidade de sua exposição, na complexidade das formas que se inscrevem na descoberta do (*seu*) discurso.

Em 2 de dezembro de 1968, Benveniste abre a reflexão sobre o sentido e sobre o que significa falar de problemas de ordem da *linguística geral*. E o que é a linguística geral? “Tal como eu a compreendo, a linguística geral é a linguística que se interroga sobre si mesma, sobre sua definição, sobre seu objeto, sobre seu estatuto e sobre seus métodos.” (UA, 2014, p. 90). Para Benveniste, a linguística é “uma interrogação incessante, que se desenvolve, que se renova, na medida em que a experiência do linguista se aprofunda e seu olhar se amplia. Falar da ‘linguística’ é falar da língua.” (UA, 2014, p. 90). As *últimas aulas* são, assim, o espaço dessa *interrogação incessante*, em que a *experiência do linguista se aprofunda e seu olhar se amplia*.

No horizonte *desse olhar*, está a questão maior, fazer com que o sentido deixado *fora da linguística* reencontre o seu lugar natural, fazer com que os linguistas reconheçam que o princípio interno da linguagem é justamente o de significar. Por isso, quando Guy Dumur entrevista Benveniste e o questiona sobre o seu ensino – “*No seu ensino, o senhor tem a impressão de prolongar um estudo que o senhor começou há muito tempo ou, cada vez, é um recomeço?*” (PLG II, 1968-2006, p. 38) –, obtendo como resposta que “Há as duas coisas”, há o prolongamento de um estudo e há, cada vez, um recomeço.

Assim, a maneira de lermos as *últimas aulas* é ressignificada. Nelas, Benveniste realiza o que demonstra ter conhecimento na entrevista, de que “Há evidentemente um certo número de interrogações que lhe acompanham durante toda sua existência mas, de qualquer forma, talvez seja inevitável na medida em que se tem uma ótica própria.” (PLG II, 2006, p. 38). A extensão de seus questionamentos é, no ano de 1968, apresentada em suas conferências no Collège de France, dedicadas a partilhar dessa sua *ótica própria*.

O estudo que se prolonga em seu ensino é demarcado pela promessa, ambientada também no estruturalismo, mas refletida na singularidade da visão de Benveniste, do desenvolvimento do “conjunto das ciências humanas”, sobre o qual pode “formar-se toda uma grande antropologia (no sentido de ‘ciência geral do homem’). E se percebe que as ciências do homem são, no fundo, muito mais difíceis.” (PLG II, 2006, p. 38). Essa *ciência geral do homem* é convidada a se explicar. Assim, Guy Dumur situa novamente a questão: “*quando o senhor diz que é necessário que os conhecimentos do homem se reúnam, a ciência das ciências deveria ser a epistemologia.*” (PLG II, 2006, p. 38).

Em resposta, Benveniste assegura: “A epistemologia é a teoria do conhecimento [...] Há muitas possibilidades de epistemologia. A linguística é uma epistemologia.” (PLG II, 2006, p. 38). A *ciência das ciências* não é a epistemologia, é, pois, a *ciência geral do homem*. E o que isso representa a Benveniste? “Eu tenho a consciência, cada vez mais viva, de que o nível *significante* uniu o conjunto das ciências do homem” (PLG II, 2006, p. 38), portanto, “Quando eu lhe dizia que nós vemos hoje esta espécie de convergência entre as ciências, é para sublinhar que se reencontram as mesmas articulações nas noções [...] É esta convergência que é interessante.” (PLG II, 2006, p. 39).

Dessa maneira, as *lições* dedicadas à semiologia introduzem essa abertura representada pelo *nível significativo* o qual *uniu o conjunto das ciências do homem*. Nessas *aulas*, Benveniste busca o conhecimento de Saussure, retomando-o no debate da semiologia no sentido de ciência geral dos sistemas de signos. A reflexão é densa e, por isso, incluímos a essa apresentação as ideias contidas em *Semiologia da língua*. Benveniste pretende uma semiologia, designando-a

sobre as perspectivas, primeiro, do programa saussuriano, segundo, de um programa próprio, demarcado pela dupla análise da significância da língua, semiótica e semântica.

A *semiologia da língua* é a expressão de uma vida dedicada à *interrogação incessante*, a linguística que Benveniste escolhe falar e fazer é a que fala da língua. E falar da língua é falar de seu princípio fundamental que é significar. Reunidas as evidências de que a língua se constitui sobre o semiótico e o semântico, Benveniste *aprofunda sua experiência de linguista e amplia o olhar*, a língua detém a capacidade da *interpretância*.

Essa capacidade propriamente instituída pelas relações semiológicas do sistema da língua em relação aos demais sistemas encontra, nas *lições* sobre a relação entre o sistema da língua e o sistema da escrita, o espaço próprio para Benveniste demonstrar, ao mesmo tempo, a propriedade da dupla significância da língua, bem como a sua interpretância. Isto é, *ao operar a propriedade da dupla significância da língua, Benveniste constata que a escrita se apresenta como uma forma secundária da fala, portanto, uma forma secundária do discurso, forja das duas maneiras de ser língua: língua como semiótico, língua como semântico*.

Além disso, *dada a propriedade fundamental de significância da língua, com o estudo do sistema da escrita, Benveniste consegue imprimir a propriedade da interpretância da língua sobre seu próprio sistema, pois, pela escrita, a língua consegue realizar sua autossemiotização*. Em virtude disso, *Benveniste determina que a língua e a escrita significam exatamente da mesma maneira*. A escrita mostra-se, assim, um lugar privilegiado para a observação da língua.

No quadro da linguística geral de Benveniste, a escrita deixa de ser uma questão em aberto. Ele preenche esse objeto, dando-lhe dois caminhos: do ponto de vista semiológico, a escrita é a *autossemiotização* da língua; do ponto de vista do sentido, a escrita é *forma secundária do discurso*. E considerando que na *Semiologia da língua* há uma análise intralinguística, que se faz na abertura do discurso, e uma análise translinguística, que se faz na elaboração da metassemântica, a escrita, como a vê Benveniste, reúne condições para pertencer a esse universo de uma *semiologia de segunda geração*.

Dessa voz entremeada na tarefa do linguista e no fazer do semiólogo, Benveniste enuncia a escrita como operação que *permite estabelecer uma relação de homologia com a operação de leitura, em que escrever está para ler*. Nosso estudo sobre a escrita em suas *últimas aulas* e em seus *Problemas de linguística* deixa-nos ver que *Benveniste vislumbra a escrita como uma forma de presença do homem na língua, ao mesmo tempo em que examina a capacidade do homem em criar a escrita como imagem da língua. E uma vez fundada a operação da escrita, ela se torna o prolongamento da fala, um revezamento da fala, um dispositivo fabricado pelo homem, para retomar e retransmitir o conjunto dos signos*

recebidos. A escrita é uma fala enunciada, porque “escrever” é “enunciar”. No avesso da operação da escrita, elabora-se, assim, a operação da leitura.

No corpo da Introdução deste estudo, lançamos algumas questões que derivam de nosso problema de tese. Somente após passarmos pela totalidade do trabalho, é que conseguimos obter a possibilidade da resposta. Em nosso questionamento a respeito da apresentação da escrita como provocativa de uma mudança sobre o composto teórico do linguista, podemos respondê-lo com a observação de que não há mudança propriamente teórica, o que há é uma prova de reconhecimento da escrita como um problema linguístico complexo, já que trabalha com a relação de interpretância e envolve o conjunto de noções sobre o discurso.

Desse modo, a tese benvenistiana sobre a interpretância da língua se renova com a prova de que a escrita é a *autossemiotização* da língua. Essa noção é um empreendimento conceitual novo, mas não nos parece poder trabalhar isoladamente a questão da análise da escrita. Ou seja, não basta dizer que a escrita é uma *autossemiotização*, é preciso, ao lado disso, operar as noções que envolvem a dimensão da interpretância da língua e a operação da escrita enquanto ato de linguagem.

Indubitavelmente, as *lições* de Benveniste oportunizam um novo olhar para o estudo da escrita nos estudos linguísticos. Nessa nossa singela contribuição aos estudos destinados à visão do linguista Émile Benveniste, encontramos o amparo para falar da escrita como uma *forma do discurso*. Benveniste a determina *secundária* não com a intenção do seu desvalor, mas para romper com a tradição de opor fala e escrita. Quando somos tocados pelo discurso, somos tocados ou pela *forma de fala* ou pela *forma de escrita*, e é isso o que importa. São duas formas de promover a língua ao discurso, e isso basta.

No domínio da escrita, certas questões precisam de maior atenção como o fato de que a enunciação escrita contém, em seu *avesso*, o ato de leitura, e isso não pode ser negligenciado. A escrita pressupõe a leitura da mesma forma que, anterior a escrita em análise, há uma escrita que se antepõe. Descobrimos isso no caminho de nossas análises, como também descobrimos a maneira como *na* e *pela* escrita os valores de uma cultura mostram-se *impressos na língua*.

Essas são as lições que tiramos das *últimas lições* de Émile Benveniste. No anuário de 1969 do Collège de France, Benveniste resume seu projeto em torno da escrita, manifestando a publicação de suas considerações na revista *Semiótica*.

Finalmente, examinamos as relações entre a língua e o sistema semiótico constituído pela escrita. Ao final de um exame detalhado, o qual nos fez percorrer os diferentes modelos de escrita atestados na história, a escrita não constitui um sistema distinto. Ela é o prolongamento ou a projeção da língua mesma, e portanto a mesma situação em relação aos sistemas extralinguísticos. Nós vemos na escrita o instrumento e a manifestação do processo de autosemiotização da língua. Um resumo dos resultados esboçados aqui será publicado em breve na nova revista *Semiótica*⁹⁵. (BENVENISTE apud FENOGLIO, 2016, p. 13, tradução nossa).

Infelizmente, não houve tempo suficiente para que Benveniste pudesse realizar as suas *lições* como publicação. Resta-nos, por isso, apenas o acesso às suas notas. Elas que constituem o acesso às suas *Últimas aulas no Collège de France 1968-1969*.

Encerramos, assim, esta tese. Como última palavra de nossa *escritura*, reconhecemos com Barthes (2004, p. 303-304), o sentido do que encontramos em Benveniste, a forma como *na e pela linguagem* esse linguista se faz mestre: “há em Benveniste uma escrita, um estilo, ao mesmo tempo de pensamento e de forma, que tem uma classe extraordinária. Não é apenas *escrivência de sábio que expõe seus pensamentos. Há uma relação específica entre o corpo de Benveniste, ainda que esse corpo de Benveniste lute para parecer ausente, o que ele escreve, a maneira como escreve. Gosto, em Benveniste, desse lado ao mesmo tempo ardente e discreto, a ausência total de vulgaridade intelectual, desse tato, de todos esses valores estéticos que me seduzem infinitamente.*”

⁹⁵ Enfin, nous avons examiné les rapports entre la langue et le système sémiotique constitué par l'écriture. Au terme d'un examen détaillé qui nous a fait parcourir les différents modèles d'écriture attestés dans l'histoire, il nous est apparu que, contrairement à l'idée admise partout, l'écriture ne constitue pas un système distinct. C'est le prolongement ou la projection de la langue même, et donc la même situation à l'égard des systèmes extralinguistiques. Nous voyons dans l'écriture l'instrument et la manifestation du procès d'auto-sémiotisation de la langue. Un aperçu des résultats esquissés ici sera prochainement publié dans la nouvelle revue *Semiotica*. (BENVENISTE apud FENOGLIO, 2016, p. 13).

REFERÊNCIAS

- ARRIVÉ, Michel. **Em busca de Saussure**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BARTHES, Roland. Présentation. In: **Communications**, 4, 1964. Recherches sémiologiques, p. 1-3. Disponível em : https://www.persee.fr/issue/comm_0588-8018_1964_num_4_1?sectionId=comm_0588-8018_1964_num_4_1_1029>. Acesso em: 8 nov. 2018.
- BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**: seguido de novos ensaios críticos. 2. ed. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.
- BARTHES, Roland. **O grão da voz: entrevistas, 1961-1980**. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.
- BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. 19. ed. Tradução Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012a.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 3. ed. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak, Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães [et al.]. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France – 1968-1969**. Tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. Tradução Tomás Rosa Bueno. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- CATACH, Nina. **Para uma teoria da língua escrita**. Tradução Fulvia Moretto, Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1996.
- CHISS, Jean-Louis. PUECH, Christian. O *Cours de Linguistique Générale* e a representação da língua pela escrita. In: **Para uma teoria da língua escrita**. Nina Catach (Org.). Tradução Fulvia Moretto, Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1996, p. 43-52.
- COHEN, Marcel. **A escrita**. Tradução Rui Cabeçada. Lisboa: Publicações Europa-América, 1961.
- COQUET, Jean-Claude. **A busca do sentido**: a linguagem em questão. Tradução Dilson Ferreira Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

COQUET, Jean-Claude. À propos de l'écriture dans la phénoménologie du langage : Benveniste et Merleau-Ponty et quelques autres. In.: FENOGLIO, Irène et al. **Autour d'Émile Benveniste – sur l'écriture**. Paris: Éditions du Seuil, 2016.

COULMAS, Florian. **Escrita e Sociedade**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

CRUZ, Marcio Alexandre. Por que (não) ler o *Curso de linguística geral* depois de um século? In: **O efeito Saussure: cem anos do Curso de linguística geral**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução Miriam Schnaiderman, Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: Éditions, 2006.

DOSSE, François. **História do estruturalismo, v.1: o campo do signo, 1945-1966**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

DOSSE, François. **História do estruturalismo, v.2**. Tradução Álvaro Cabral. Bauru, SP: Edusc, 2007.

FENOGLIO, Irène. **Manuscritos de linguistas e Genética Textual. Quais desafios para as ciências da linguagem? Exemplo através dos “papiers” de Benveniste**. Tradução Simone de Mello de Oliveira, Verli Petri da Silveira, Zélia Maria Viana Paim. Santa Maria: UFSM, PPGL – Editores, 2013.

FENOGLIO, Irène et al. **Autour d'Émile Benveniste – sur l'écriture**. Paris: Éditions du Seuil, 2016.

FERLAUTO, Claudio. **Pato Macho #16: quinze semanas que abalaram a Província**. São Paulo: Rosari, 2016.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. **DELTA** [online], v. 34, n. 1, p. 395-417, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v34n1/1678-460X-delta-34-01-395.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

GODEL, Robert. **Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale**. Librairie E. Droz, Genève, 1957

GOODY, Jack. **A domesticação da mente selvagem**. Tradução Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. 10. ed. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2003.

KRISTEVA, Julia. **Sentido e contra-senso da revolta:** (discurso direto): poderes e limites da psicanálise I. Tradução Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

KRISTEVA, Julia. Émile Benveniste, um linguista que não diz nem oculta, mas significa. In: **Últimas aulas no Collège de France – 1968-1969.** Tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LEJEUNE, Michel. **Bibliographie.** *Révue des Études Anciennes*, 1954, p. 429
Disponível em : <https://www.persee.fr/doc/rea_0035-2004_1954_num_56_3_3515_t1_0429_0000_1>. Acesso em: 8 dez. 2018.

LISPECTOR, C. **A hora da estrela.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MALLON, Jean. **Révue des Études Anciennes.** p. 454-455. Disponível em :
<https://www.persee.fr/doc/rea_0035-2004_1960_num_62_3_3654_t1_0454_0000_2>.
Acesso em: 14 dez. 2018.

MENESES, Ramiro Délio Borges de. **A desconstrução em Jacques Derrida:** o que é e o que não é pela estratégia. 2013. Disponível em:
<<http://www.scielo.org.co/pdf/unph/v30n60/v30n60a09.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MOTA, Leda Tenório da. **Roland Barthes:** uma biografia intelectual. São Paulo: Iluminuras, 2011.

NORMAND, Claudine. Emile Benveniste: quelle sémantique? In: **Linx.** Du dire et du discours. Hommage à Denise Maldidier. 1996. p. 221-238.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística.** Tradução Cristina de Campos Velho Birck [et al.]. São Paulo: Contexto, 2009a.

NORMAND, Claudine. **Saussure.** Tradução Ana de Alencar, Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009b.

NORMAND, Claudine. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 12-19, jan./março. 2009c.

ONO, Aya. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste.** Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

QUIGNARD, Pascal. *Le mot littérature es «d'origine encore inconnue».* In: FENOGLIO, Irène et al. **Autour d'Émile Benveniste – sur l'écriture.** Paris: Éditions du Seuil, 2016. p. 267-326.

SANTIAGO, Silviano. **Glossário de Derrida.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

SAPIR, Edward. **A linguagem.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de Linguística Geral.** Tradução Augusto Leuba Salum, Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Anna Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. Pato Macho: jornalismo alternativo como forma de contestação. In. **A comunicação, o social e o poder**: cultura complexidade e tolerância. Francisco Menezes (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 51-62.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. **Pato Macho**: o humor no jornalismo alternativo. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/strelow-aline-patomacho-humor.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

TESTENOIRE, Pierre-Yves. Sur la conceptualisation de la «langue écrite» dans les théorisations linguistiques du début du XX^e siècle. In: Les dossiers d'HEL, SHESL, 2016, **Écriture(s) et représentations du langage et des langues**, v. 9, p. 34-46. Disponível em: <<http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/hel/dossiers/numero9>>. Acesso em: 21 maio 2017.